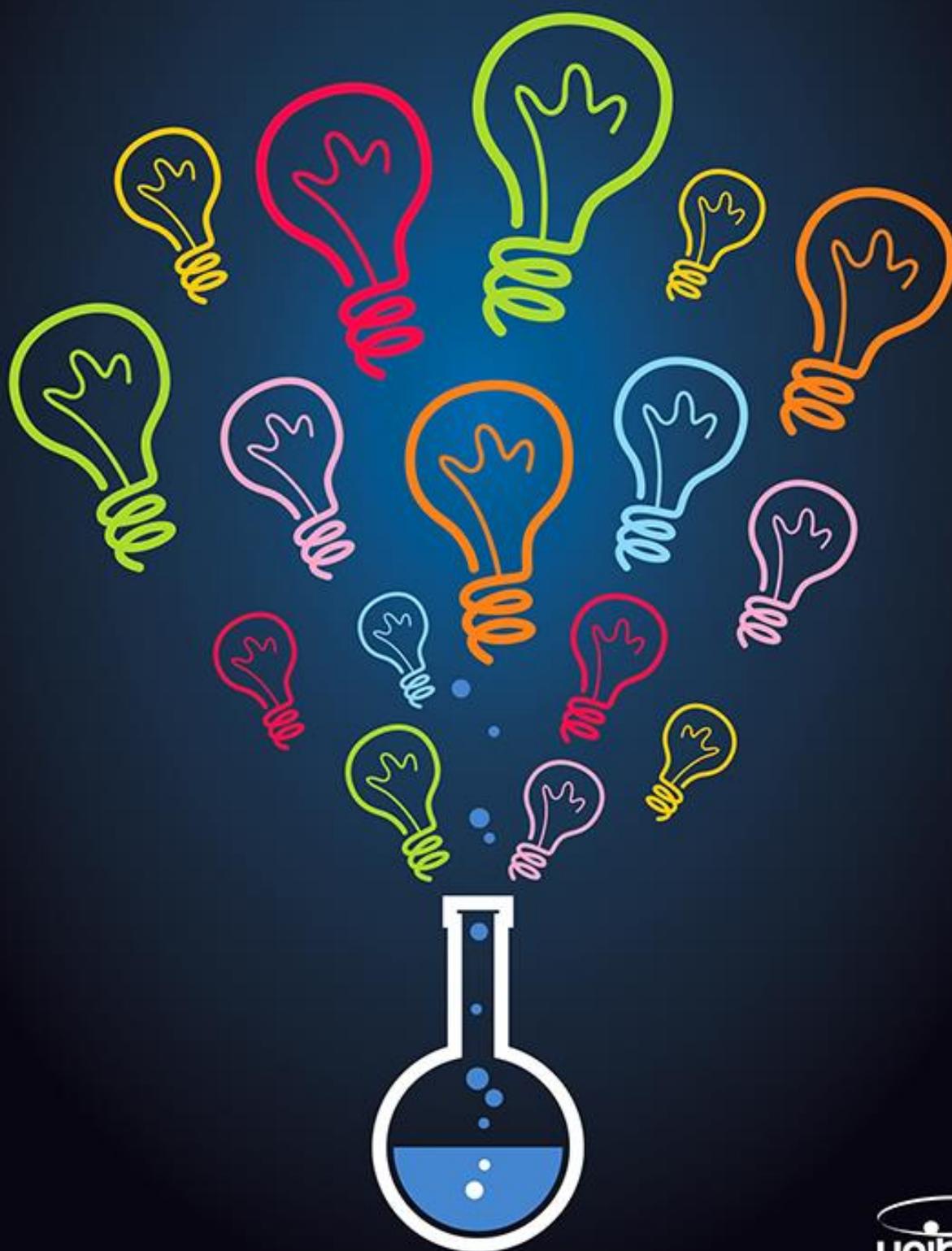




CIÊNCIA & CIDADANIA

| V. 2 - Nº 2 - 2016 | Editora: Unibave |





Centro Universitário Barriga Verde

Orleans – Santa Catarina – Brasil

<http://www.unibave.net>

Periódico eletrônico mantido pelos grupos de pesquisa:

Núcleo de Pesquisa do Curso de Direito – NUPEDI

Núcleo de Pesquisa de Práticas Pedagógicas Criativas e Inclusivas – NUPCI

Núcleo de Estudos Aplicados à Saúde – NEAS

Núcleo de Pesquisa em Tecnologia e Informação – NUTEC

Núcleo de Pesquisa em Ciências Agroveterinárias e Ambientais – PACA

Núcleo de Pesquisa em Administração e Ciências Contábeis – NUPAC

Endereço Eletrônico:

periodicos.unibave.net

Correio Eletrônico:

cienciaecidadania@unibave.net

Editora:

UNIBAVE

Catálogo na fonte elaborada pela Biblioteca Universitária
Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE) – Orleans –SC

C569

Ciência e Cidadania / Centro Universitário Barriga Verde -
v.1, n.1. Jun/Dez, (2015). - Orleans, (SC): UNIBAVE, 2015 - v.
2, n.1. Jan/Jun. 2016.

Semestral

ISSN: 2447-5270 (Versão on-line)

Modo de acesso: <http://periodicos.unibave.net>

1. Interdisciplinar. 2. Centro Universitário Barriga Verde –
UNIBAVE. 3. Revista Eletrônica. I Título.

CDD: 070.572

Índice para catálogo sistemático:

- 1 - 050.981 - Periódicos brasileiros.
- 2 - 011.54 - Publicações de Universidades e Faculdades
- 3 - 050 - Publicações seriadas

Editor(a)

Profa. Dra. Ana Paula Bazo, UNIBAVE

Conselho Editorial

Prof. Esp. Elcio Willemann, UNIBAVE
Prof. Dr. Guilherme Valente de Souza, UNIBAVE
Prof. Me. Leonardo de Paula Martins, UNIBAVE
Profa. Dra. Marlene Zwierewicz, UNIBAVE
Prof. Dr. Dimas Ailton Rocha, UNIBAVE
Profa. Dra. Karina Donadel Carvalho, UNIBAVE

Comissão Científica *ad hoc*

Prof. Dr. Adalberto Alves de Castro, UNIBAVE
Profa. Me. Alessandra Knoll, UNIBAVE
Prof. Me. André Freccia, UNIBAVE
Profa. Dra. Andressa Corneo Gazola, UNIBAVE
Profa. Esp. Camila Lopes Eckert, UNIBAVE
Prof. Me. Claudio Sérgio da Costa, UNIBAVE
Prof. Me. Diego Lentz Meller, UNIBAVE
Profa. Ma. Glauceza Warmeling Duarte, UNIBAVE
Profa. Ma. Greice Lessa, UNIBAVE
Prof. Dr. Guilherme Doneda Zanini, UNIBAVE
Prof. Me. Idemar Ghizzo, UNIBAVE
Prof. Me. Ismael Dagostin Gomes, UNIBAVE
Profa. Ma. Janaina Veronezi Alberton, UNIBAVE
Profa. Ma. Joélia Walter Sizenando, UNIBAVE
Prof. Esp. José Augusto Alves Júnior, UNIBAVE
Prof. Dr. Josué Alberton, UNIBAVE
Profa. Esp. Karla Pickler Cunha, UNIBAVE
Profa. Ma. Lorena Paratella Zuppo, UNIBAVE
Prof. Esp. Luiz De Noni, UNIBAVE
Profa. Ma. Luiza Liene Bressan, UNIBAVE
Prof. Dr. Mauro Maciel de Arruda, UNIBAVE
Profa. Ma. Miryan Cruz Debiasi, UNIBAVE
Prof. Me. Nacim Miguel Francisco Júnior, UNIBAVE
Prof. Esp. Pedro Zilli Neto, UNIBAVE
Profa. Dra. Rose Maria Adami, UNIBAVE
Prof. Me. Rovânio Bussolo, UNIBAVE
Profa. Dra. Solange Vandressen, UNIBAVE
Profa. Ma. Vanessa Isabel Cataneo, UNIBAVE

Capa

Leonardo de Bitencourt
Marcos Dalmoro

Editoração Eletrônica

Profa. Dra. Ana Paula Bazo, Unibave, UNIBAVE
Prof. Me. Leonardo de Paula Martins, UNIBAVE
Paulo André Doneda Jung, UNIBAVE

Bibliotecária

Viviani Zilli (CRB-SC 1470)

EDITORIAL

Apresentamos a edição número 1, do volume 2, de 2016, da Revista Ciência e Cidadania. Atendendo ao objetivo da revista, que é a divulgação dos resultados de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão nas diversas áreas do conhecimento, a edição atual é composta por 16 artigos que abrangem as seguintes áreas temáticas: Engenharias (3 artigos); Ciências da Saúde (2 artigos); Ciências Agrárias (3 artigos); Ciências Sociais Aplicadas (5 artigos) e Ciências Humanas (3 artigos).

Na seção das Engenharias, um dos artigos descreve a criação de um protótipo a ser utilizado por extensionistas rurais na área de bovinocultura, enfatizando-se a importância das novas tecnologias para os produtores rurais. Os outros dois artigos dessa seção tratam de estudos que abordam a problemática dos rejeitos na construção civil.

Nas Ciências da Saúde são abordadas duas temáticas: fitoterápicos e parto humanizado. A partir de um estudo documental da Legislação, os autores comprovam a legalidade da prescrição e/ou indicação farmacêutica dos fitoterápicos. Com relação ao parto humanizado, um estudo de revisão da literatura aponta o papel do enfermeiro no parto e em sua humanização.

Dentre os artigos da seção das Ciências Agrárias, há a descrição de uma análise socioambiental com foco na preservação das nascentes de água, a partir da educação ambiental e dois relatos de caso de patologias de cães e gatos.

Contemplando as Ciências Sociais Aplicadas, no que se refere ao setor de marketing, têm-se um relato detalhado da satisfação dos consumidores perante o comércio de um município do sul de Santa Catarina. Outra pesquisa retrata, a partir de um estudo de caso, a importância da contabilidade na tomada de decisões de uma empresa. Fazem parte, também, dessa seção três artigos da área do Direito, um deles faz uma interessante análise acerca do programa Bolsa Família, partir da perspectiva dos funcionários de uma secretaria de ação social. Abordando um tema atual, os autores discorrem acerca da responsabilização civil dos agressores praticantes do Cyberbullying. O terceiro artigo dessa seção, a partir de uma revisão da literatura, analisa o valor probatório das provas colhidas no inquérito civil, especialmente, quando visam subsidiar uma futura ação civil pública.

Essa edição encerra-se com a seção de Ciências Humanas, apresentando um trabalho que ressalta a importância da avaliação formativa no processo de ensino aprendizagem e outros dois na área de Educação Física: um deles analisa os significados das aulas de Educação Física para os estudantes, trabalhadores rurais, que frequentam o Ensino Médio e o outro relaciona o peso corporal às características motivacionais de estudantes para a prática de Educação Física.

A todos desejo uma boa leitura!

Ana Paula Bazo

Editora da Revista Ciência e Cidadania.

SUMÁRIO

ENGENHARIAS	07
AGRONOMIC AID: PROTÓTIPO PARA AUXÍLIO AO EXTENSIONISTA DA ÁREA DE ENGENHARIA AGRONÔMICA COM ÊNFASE NA BOVINOCULTURA LEITEIRA (<i>Diavane Alberton Fernandes; Nacim Miguel Francisco Junior; Arlei Correa Zomer; Elvis Bloemer Meurer; Marcelo de Moraes Schambeck; Ricardo Alexandre Vargas Barbosa; Paulo André Doneda Jung; Roberval Silva Bett</i>)	08
CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA: COMPARATIVO ENTRE UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSA INDUSTRIAL E TRADICIONAL (<i>Fabio Benedet; Pedro Cechinel Junior; Claiton Uliano; Daniel Magagnin; Morgana Nuernberg Sartor; Berto Varmeling; Mário Sérgio Bortolatto</i>)	22
GESTÃO DE RESÍDUOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: DIRETRIZES E PERCEPÇÃO DOS MESTRES DE OBRA NO MUNICÍPIO DE ORLEANS, SC (<i>Lázaro Feldhaus; Marcia Raquel Ronconi de Souza; James Polz; Claudio da Silva; Mauro Zavarize; Elder Borba</i>)	39
CIÊNCIAS DA SAÚDE	56
INDICAÇÃO FARMACÊUTICA DE FITOTERÁPICOS: UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS LEGAIS EM RELAÇÃO À PRÁTICA PROFISSIONAL (<i>Fernando Mateus Scremin; Heloisa Caetano Michels; Jéssica Zomer Debiase; Paulo Rodrigo Fabro</i>)	57
PARTO HUMANIZADO: CONTRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO OBSTETRA (<i>Renata Elias Leas; Diego José Cifuentes</i>)	74
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	91
ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL EM PROPRIEDADES RURAIS COM NASCENTES EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER (SC) (<i>Cassio Ferreira; Marcia Raquel Ronconi de Souza; Claudio da Silva; Mauro Zavarize; Elder Borba</i>)	92
PERITONITE INFECCIOSA FELINA: RELATO DE DOIS CASOS CLÍNICOS (<i>Tatiana Casagrande; Dayane Dambrós Machado</i>)	103
TROCLEOPLASTIA DE RESSECÇÃO EM CUNHA NO TRATAMENTO DE LUXAÇÃO PATELAR MEDIAL GRAU II EM UM CÃO COM SULCO TROCLEAR RASO – RELATO DE CASO (<i>Luana Tigre Cardoso; Lívia Gonçalves da Silva</i>)	120
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	137
A PERCEPÇÃO DOS CONSUMIDORES DO COMÉRCIO DE BRAÇO DO NORTE-SC (<i>Grazieli Loch Philippi; Fabrício Schambeck; Alessandro Cruzetta; Alessandro Heleodoro Silveira; Fabricio Trevisol Bordignon; Mario Coan; Richard da Silva; Alisson Joaquim Flor; Vilmar Vandresen; Volnei Margotti; Rovânio Bussolo</i>)	138
CONTROLE DO ATIVO IMOBILIZADO CONFORME AS LEIS 11638/2007 E 11941/2009 – UM ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA (<i>Jadina De Nez; Cristiany Rodrigues Schmidt; Luiz De Noni; Jose Sadi Borges Junior; Alisson Joaquim Flor; Berto Varmeling; Volnei Margotti; Rafael Mello Furlanetto; Mario Coan; Fernando Marcos Garcia; Vanessa Isabel Cataneo; Pedro Zilli Neto; Vilmar Vandresen</i>)	152

BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DA COMARCA DE ORLEANS (<i>Edson Antônio da Luz; Flávio Rodrigo Masson Carvalho; Fabrício Trevisol Bordignon; Michele Barreto Catâneo; André Cunha</i>)	170
O CYBERBULLYING E A RESPONSABILIDADE (<i>Geisler Pamelys de Barros; Andiana Pickler Cunha; Fernando Pavei; Joélia Walter Sizenando</i>)	190
INQUÉRITO CIVIL: O VALOR PROBATÓRIO DAS PROVAS COLHIDAS NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, QUE POSSAM SERVIR DE SUBSÍDIO PARA PROPOSITURA DE UMA FUTURA AÇÃO CIVIL PÚBLICA (<i>Gabriela Silva do Amaral; Tonison Rogério Chanan Adad; Luiz Carlos Bazotti Júnior; Camila de Bona</i>)	209
CIÊNCIAS HUMANAS	230
A VISÃO DO ESTUDANTE DO MEIO RURAL SOBRE AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES (SC) (<i>Francielli Pedroso; José Augusto Alves Júnior; Teresinha Baldo Volpato; João Fabrício Guimara Somariva</i>)	231
AVALIAÇÃO: DA CLASSIFICATÓRIA À FORMATIVA - UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS AVALIATIVAS (<i>Rayane Joaquim; Luiza Liene Bressan; Alcionê Damasio Cardoso, Giovani Alberton Ascari</i>)	245
O PESO CORPORAL RELACIONADO ÀS CARACTERÍSTICAS MOTIVACIONAIS DE ESTUDANTES E A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ESTUDANTES COM SOBREPESO, PESO NORMAL E BAIXO PESO (<i>Caroline Maria Alves; Ana Isabel Pereira Cardoso</i>)	265

ENGENHARIAS

AGRONOMIC AID: PROTÓTIPO PARA AUXÍLIO AO EXTENSIONISTA DA ÁREA DE ENGENHARIA AGRONÔMICA COM ÊNFASE NA BOVINOCULTURA LEITEIRA

Engenharias

Artigo Original

Diavane Alberton Fernandes¹; Nacim Miguel Francisco Junior¹; Arlei Correa Zomer¹; Elvis Bloemer Meurer¹; Marcelo de Moraes Schambeck¹; Ricardo Alexandre Vargas Barbosa¹; Paulo André Doneda Jung¹; Roberval Silva Bett¹

1. Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE

Resumo: A produção leiteira apresenta um vasto crescimento no decorrer dos últimos anos e tende a continuar em crescimento em Santa Catarina. O leite chega a ser considerado o sexto produto mais importante para a agropecuária brasileira, gerando empregos e renda para a população. Somente a região sul do Brasil chega a produzir cerca de 10,8 milhões de toneladas de leite por ano, e Santa Catarina é o quinto maior produtor nacional. Para explorar o desenvolvimento desta atividade, o extensionista da área agrônômica desempenha um papel fundamental nas propriedades, introduzindo novas tecnologias e dando suporte aos produtores. Para esse auxílio, é necessário ao extensionista manter informações sobre as propriedades. Através do estudo da pesquisa de Pazeto (2014) foram encontradas dificuldades na aplicação do levantamento de dados sobre as propriedades, demandando muito tempo do pesquisador. Com o protótipo web o levantamento de dados será melhor exercido nas propriedades, assim como a obtenção de informações através dos dados e otimização do trabalho de profissionais da área de engenharia agrônômica, que possibilita o fornecimento de suporte a mais produtores, já que uma coleta de dados não informatizada tornaria a atividade lenta e o armazenamento de dados inviável.

Palavras-chave: Agronomia. Produtor rural. Informatização.

AGRONOMIC AID: PROTOTYPE TO HELP THE EXTENSION OF AGRONOMIC ENGINEERING AREA WITH EMPHASIS IN CATTLE

Abstract: The milk production presents a vast growth in the last years and tends to continue in growth in Santa Catarina. Milk is considered the sixth more important product for the Brazilian farming, generating jobs and income for the population. The south region of Brazil produces about 10,8 million tons of milk per year, and Santa Catarina is the fifth largest domestic producer. To explore the development of this activity, extension in the agronomic area plays a key role in the properties by introducing new technologies and providing support to producers. For this assist, is necessary to the extensionist to keep information on the properties. The Pazeto's

(2014) study shows that difficulties in the application of the data-collecting on the properties had been found, demanding much time of the researcher. With the web prototype data collection will be better exercised in the properties, as well as getting information through the data and optimization of working professionals of agronomic engineering, which enables the provision of support to more producers, as a collection of not computerized data become slow activity and unfeasible data storage.

Keywords: Agronomy. Farmers. Computerization.

Introdução

A bovinocultura leiteira no estado de Santa Catarina passou a ter, a partir da década de 1990, uma grande influência nacional e internacional. Com a abertura de uma concorrência passou-se a ter receio quanto ao futuro da cadeia leiteira estadual, tendo em vista que a base dessa são os agricultores familiares. Após duas décadas observa-se que grande parte dos agricultores foram capazes de superar a abertura de concorrência externa. Tais informações têm suporte nos dados comparativos entre a produção nacional, internacional e dos principais estados produtores do país. Segundo Córdova (2012) a produção catarinense teve um crescimento de 227%, enquanto a nacional e internacional cresceram 30% e 90% respectivamente; ainda segundo o mesmo autor o crescimento da produção catarinense é inferior apenas ao do estado de Rondônia que teve um crescimento de 356%.

O processo de consolidação do crescimento da cadeia produtiva de gado leiteiro catarinense tem origem em diversos fatores: no interesse das famílias produtoras, empresas públicas e privadas; dentre os fatores é importante destacar a atuação da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). Um molde expressivo para tal atuação está na expansão do uso do sistema de produção à base de pasto, que dá prioridade à pastagem como fonte básica da alimentação dos animais, assim como o cultivo e manejo de pastagem mais adaptada a cada região, a utilização de piquetes e pastoreio racional rotativo. Tal sistema de produção amortiza a utilização de insumos externos à propriedade e reduz a utilização de herbicidas, inseticidas e medicamentos; assim fazendo com que haja benefícios à saúde dos produtores e dos animais, em relação aos outros sistemas de produção.

Para que o sistema de produção à base de pasto tenha sucesso, a atuação do extensionista é de suma importância, já que ele é responsável pelo incentivo à atividade e pela manutenção do conhecimento dos produtores. O auxílio do

extensionista ao produtor é limitado, já que não há uma base de dados sobre as propriedades, assim sendo as instruções fornecidas são imprecisas. A coleta de dados informatizada fornece ao extensionista não somente os dados em estado bruto, mas também informações geradas a partir desses dados. Tal necessidade destes profissionais é suprida, fazendo com que a produção de leite tenha um melhor suporte, dando apoio, suprimindo dúvidas dos produtores e conseqüentemente incentivando a permanência desses no campo.

O projeto delimita ao objetivo geral desenvolver um protótipo capaz de coletar os dados da bovinocultura leiteira e gerar informações que deem suporte à tomada de decisão do extensionista. Tendo como objetivos específicos a otimização e informatização do processo de coleta de dados; o desenvolvimento de um histórico com os dados pertinentes a cada produtor e a geração de informações a partir destes dados.

A importância da bovinocultura leiteira

Entre os seis produtos mais importantes para a agropecuária brasileira está o leite, colocando-se à frente de produtos como arroz e café beneficiado, considerados mais tradicionais. O agronegócio do leite e seus derivados detém um relevante papel na geração de empregos, suprimentos de alimentos e renda para a população (CARVALHO et al., 2015).

A região sul do Brasil produz aproximadamente 10,8 milhões de toneladas de leite por ano e previsões indicam que tal número deverá chegar a 19 milhões até 2020. Em Santa Catarina a atividade leiteira vem ganhando espaço e se mostrando uma importante fonte de renda para mais de 50 mil famílias no meio rural (ESTADOS, 2015).

“A pecuária leiteira seria atividade prioritária para o desenvolvimento da agricultura familiar e da agroindústria visto que esta atividade está em expansão, impulsionada pela disponibilidade dos recursos governamentais, em especial os pequenos produtores, recebendo aperfeiçoamento e especialização no melhoramento do rebanho e do sistema de alimentação dos animais (IPARDES, 2007 apud BOSETTI, 2012, p. 14)”.

Segundo Pazeto (2014), a bovinocultura leiteira tende a continuar crescendo nos próximos anos, tendo em vista que no cenário mundial, o mercado brasileiro tem um grande potencial.

“Sem dúvidas, o agronegócio do leite ocupa uma posição de destaque na economia brasileira, apresentando expectativas reais de se continuar o crescimento da produção e da produtividade, com índices cada ano maiores, permitindo a geração de renda e emprego para muitos na área rural (PAZETO, 2014, p. 17)”.

Tendo 80 mil famílias, a bovinocultura leiteira Catarinense se destaca como quinto produtor nacional leiteiro. A atividade, presente em 46% dos produtores, possui caráter estratégico na segurança alimentar, geração de empregos e renda. (LONGO et al., 2013). Segundo Pazeto (2014) a produção localiza-se principalmente em propriedades com agricultura familiar, com área total menor que 20 hectares.

O Extensionista da Área Agrônômica

Para Brito (2014), os profissionais extensionistas da área agrônômica são os responsáveis por introduzir novos conhecimentos e tecnologias aos agricultores familiares, agenciando a diversificação da produção, assim como a melhora na qualidade de vida no campo. Ainda conforme Brito (2014), tal profissional proporciona o despertar do empreendedorismo no produtor, orientando-o desde os primeiros passos, através de sua visão de futuro; assim como ressalta que o extensionista tem como missão transformar a realidade no meio rural, ao mesmo tempo que supre as necessidades de alimentos na cidade (BRITO, 2014).

O extensionista da área agrônômica é o profissional que presta serviços à uma empresa ou não, geralmente está ligado à EPAGRI de cada município, esse por subsequência fornece auxílio técnico aos produtores rurais. Para auxiliar o produtor de leite ele necessita obter alguns dados sobre a bovinocultura leiteira e também, manter um histórico da propriedade, fazendo com que sua orientação tenha um melhor suporte. Com sua vasta área de atuação muitas vezes tais profissionais não têm as informações necessárias para dar suporte aos produtores. E com isso, a coleta de dados de forma não informatizada torna o armazenamento e a manutenção dessas informações inviável. Para que a coleta de dados possa ser realizada de forma

automatizada há a necessidade do desenvolvimento de um protótipo de sistema *web*, proporcionando maior conforto e confiabilidade à atividade do extensionista

Design Web Responsivo

Na atualidade, a portabilidade das informações é extremamente requisitada, porque os usuários estão sempre em busca de tecnologias que permitam a conectividade à rede mundial a todo momento. Acompanhando tal conceito, as empresas de desenvolvimento atentam-se às interfaces que atendam não somente aos computadores, mas também a todo dispositivo capaz de receber informações (RIBEIRO; RUFINO, 2015).

“Porém todos estes dispositivos possuem dimensões, resolução de tela, capacidade de armazenamento e processamento diferentes. Uns mais e outros menos, dependendo da marca e modelo. Essas características diferentes dos dispositivos tornaram-se um verdadeiro desafio para web designers construírem aplicações web que se adaptem a todos eles de maneira a oferecer um nível de usabilidade admissível aos usuários que estão cada vez mais exigentes (Koch; Gasparini, 2015, p. 1)”.

Conforme Koch e Gasparini (2015) para o desenvolvimento responsivo deve-se atentar às características do dispositivo e ter em sua visão natural, independente de navegador, trabalhar com porcentagens da tela e adequar-se a qualquer resolução.

No desenvolvimento de um site com *design* responsivo utilizam-se três regras segundo Oliveira:

- “1 – A grid fluida requer que os elementos estejam em unidades relativas, como porcentagens, em vez de unidades absolutas como pixels ou pontos;
- 2 – As imagens flexíveis requerem que as suas unidades sejam também relativas, para evitar que estas saiam fora dos seus elementos HTML.
- 3 – A utilização de media queries permite que a página use diferentes estilos de CSS (Cascading Style Sheets) de acordo com as características do dispositivo, tipicamente esses estilos são mudados consoante a sua largura (OLIVEIRA, 2015, p. 15)”.

Aplicando tais regras é possível a utilização de um único *layout*, fazendo com que esse se adapte a quaisquer resoluções de tela.

PHP

O PHP (PHP: Hypertext Preprocessor) é uma das linguagens de programação mais utilizadas para o desenvolvimento de páginas dinâmicas. Para Niederauer as principais características dessa linguagem de programação são:

- **Gratuito e com código aberto:** o arquivo de instalação pode ser obtido gratuitamente no site <http://www.php.net>. Além disso, o PHP é um software com código-fonte aberto.
- **Embutido no HTML:** o HTML e o PHP podem ser misturados. Você pode começar a escrever em PHP, de repente escrever um trecho em HTML, depois voltar para o PHP, e assim por diante.
- **Baseado no servidor:** quando você acessa uma página PHP através do seu navegador, todo o código PHP é executado no servidor, e somente o resultado final é exibido para o usuário. Portanto, o navegador exibe a página já processada, sem consumir recursos de seu computador.
- **Bancos de dados:** diversos bancos de dados são suportados pelo PHP, ou seja, o PHP possui código que executa funções de cada um. Entre eles temos MySQL, PostgreSQL, SQLite, InterBase, Oracle, SQL Server, entre outros que oferecem suporte à linguagem SQL (Structured Query Language).
- **Portabilidade:** pode-se executar o PHP no Linux, Unix ou Windows NT (NIEDERAUER, 2008)".

Com base nas características da tecnologia essa torna-se fundamental para o desenvolvimento do protótipo; possibilitando que se obtenha como resultado robustez e confiabilidade.

MySql

Um banco de dados é um conjunto estruturado de dados; para o desenvolvimento do protótipo foi utilizado como sistema gerenciador de banco de dados o *MySQL*, esse possui licença que permite sua utilização gratuitamente, e é adotado por ser confiável, robusto, estável, e oferecer um alto nível de segurança.

“O MySQL é um banco de dados relacional que armazena os dados em tabelas separadas, oferecendo velocidade e flexibilidade. As tabelas são interligadas através de relacionamentos, tornando possível criar combinações de dados de várias tabelas em uma requisição.” (MORATELLI, 2002)

Através do banco de dados elucidado, a robustez do protótipo é consolidada, assim todos os dados são armazenados e também através desses são obtidas informações que contribuem para o desenvolvimento do protótipo e subsequentemente para a atividade do extensionista.

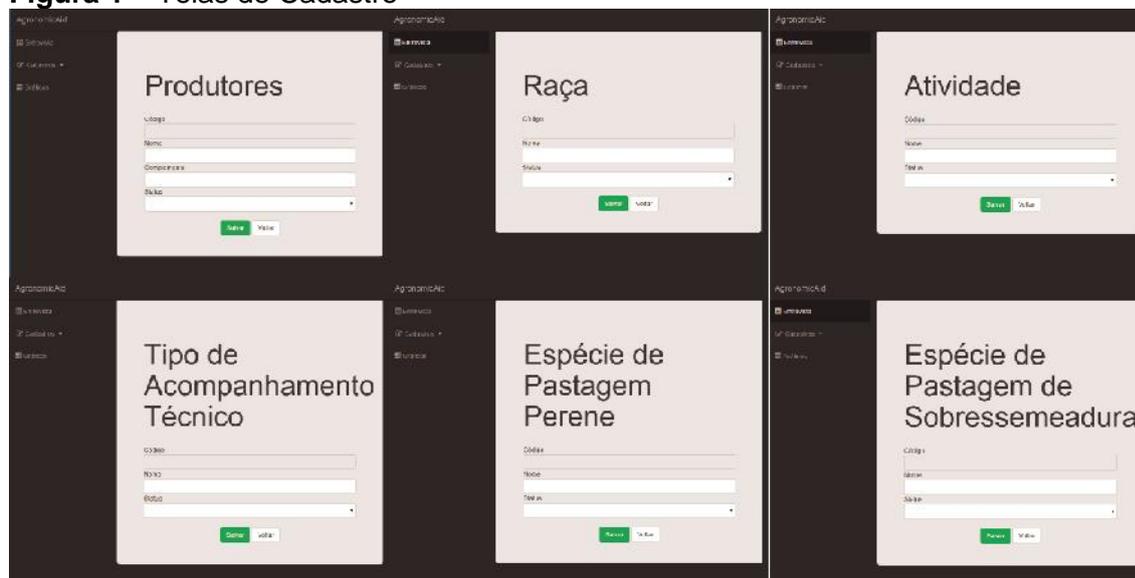
Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa formulou-se através do estudo da monografia de Pazeto (2014), tendo em vista que essa foi realizada no município de Grão-Pará, a execução foi facilitada já que não houve a necessidade de deslocamento para cidades vizinhas. A pesquisa de Pazeto (2014) foi realizada através de um questionário previamente elaborado. Durante o estudo da monografia notou-se uma dificuldade, tendo em vista que tal foi aplicado e analisado manualmente, demandando muito tempo do pesquisador. Visando a otimização de tal processo, formulou-se a elaboração de um protótipo que automatizasse o processo.

Após a definição do objetivo do protótipo foram escolhidas, através de conversa informal com um profissional extensionista da área de engenharia agrônoma do escritório da EPAGRI de Grão-Pará, algumas perguntas do questionário de Pazeto (2014), tais perguntas foram a base do protótipo.

Com o questionário base pronto, deu-se início ao desenvolvimento do protótipo, durante tal desenvolvimento foram utilizadas as tecnologias descritas anteriormente. Partiu-se então, para o desenho e funcionalidade das telas do protótipo. Primeiramente foram desenvolvidas as telas de cadastro (Figura 1), nelas foram cadastradas as informações que são base para a realização da entrevista.

Figura 1 – Telas de Cadastro



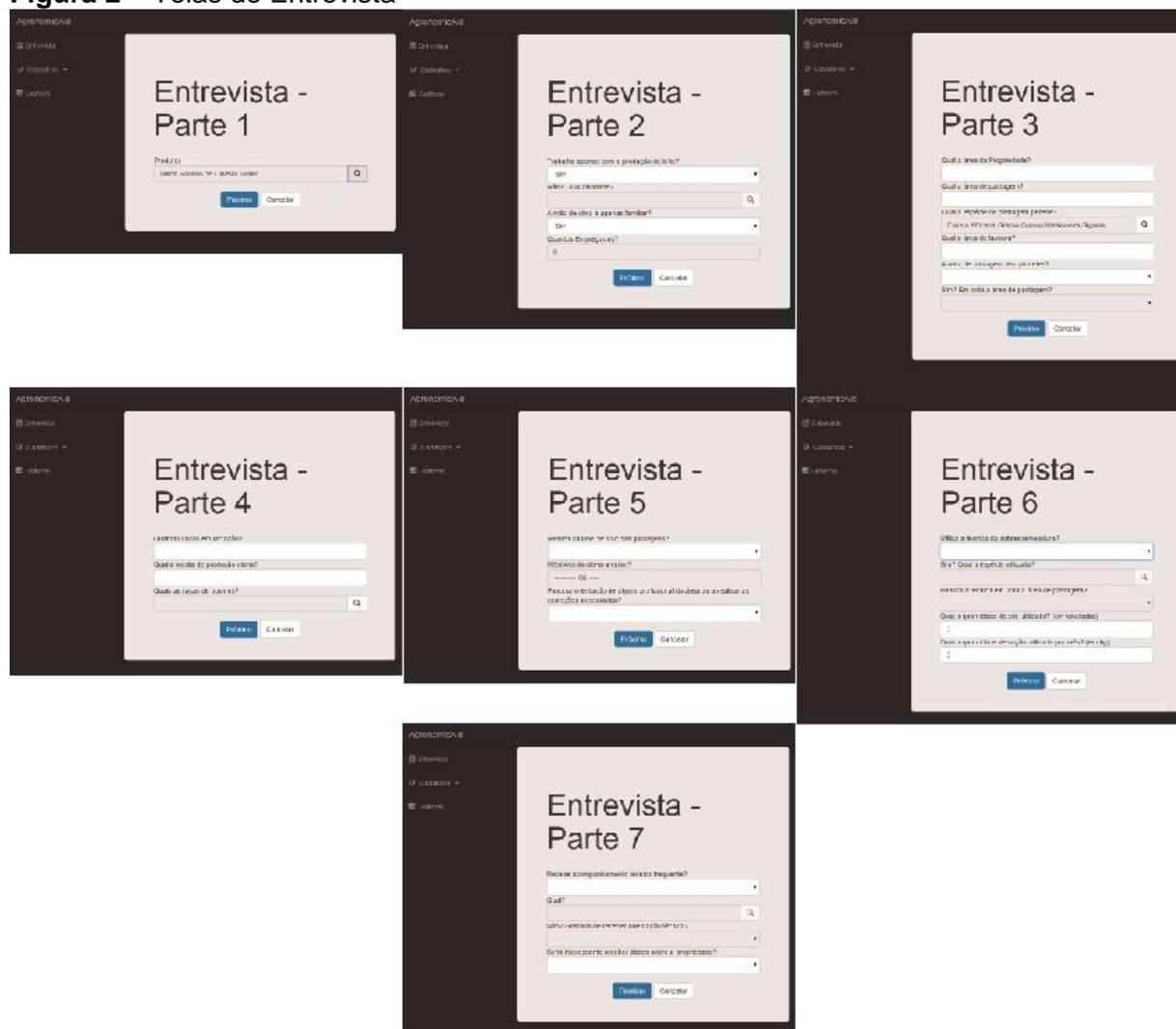
Fonte: Autores (2015).

Nas telas de cadastros são obtidas informações base, tais como: dados sobre o produtor, raças de bovinos, outras atividades exercidas na propriedade, tipo de

acompanhamento técnico recebido, espécie de pastagem perene e de sobressemeadura. Todos esses dados têm em comum um campo *status*, este influencia em todo o restante do sistema, pois quando um cadastro é marcado como inativo ele não será disponibilizado no restante do protótipo. Assim como a disponibilização para cadastro é feita através de *status*, nenhum desses, após feito, poderá ser excluído, apenas alterado, para que não haja perda de histórico dos dados.

Após a obtenção dos dados base a entrevista pode ser efetuada. O desenvolvimento da entrevista decorreu através da divisão do questionário em sete partes (Figura 2), a fim de que haja maior fluidez na entrevista ao produtor, assim como fazer com que as telas sejam carregadas mais rapidamente, pois devido à localização de algumas propriedades a qualidade de sinal para navegação *web* é limitada.

Figura 2 – Telas de Entrevista



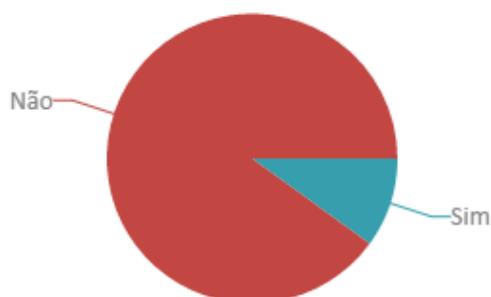
Fonte - Autores (2015).

Rev. Ciênc. Cidadania - v.2, n.1, 2016.

Resultados e Discussão

Após o recolhimento de tais dados através da entrevista, é possível a geração de várias informações. Dentre tais, é importante ressaltar as geradas através do gráfico sobre os produtores que trabalham ou não apenas com a bovinocultura leiteira (Gráfico 1). Com essa informação o extensionista acompanha a evolução do seu trabalho, se seu auxílio tem efeito sobre o aumento no número de produtores de leite, sabendo quantos desses têm como única atividade a bovinocultura leiteira.

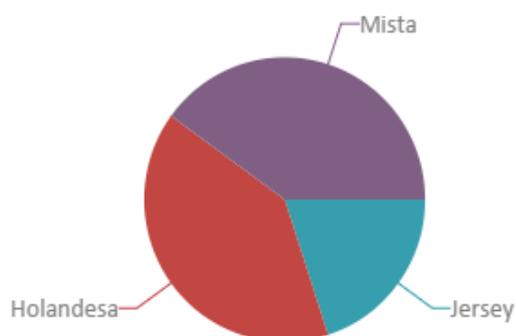
Gráfico 1 - Produtores que trabalham ou não, apenas com a produção de leite em %



Fonte - Autores (2015).

O gráfico 2 foi gerado para disponibilizar ao extensionista as raças utilizadas para a produção de leite. Tal informação possibilita ao extensionista a análise sobre as propriedades do município, informando se na raça utilizada na propriedade em que se está fornecendo suporte há animais de boa qualidade e que produzam leite também de boa qualidade. Este gráfico também fornece ao extensionista a possibilidade de análise sobre a capacidade utilizada na propriedade, já que há a diferença na manutenção de vacas por área.

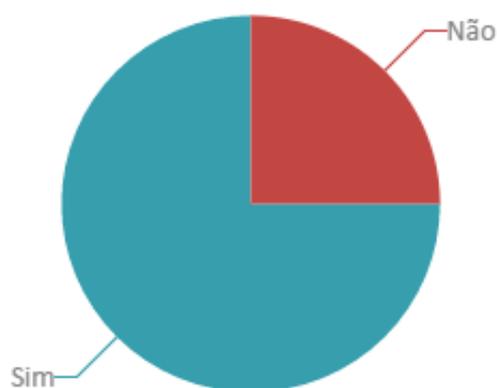
Gráfico 2 - Raças utilizadas para a produção de leite



Fonte - Autores (2015).

Com o gráfico 3, sobre o uso da análise do solo, o extensionista pode intensificar o suporte ao produtor que não realiza a análise, para que estes realizem e busquem corrigir adequadamente o solo, e também alertar sobre o uso excessivo de adubação, que acaba gerando gastos excessivos à produção.

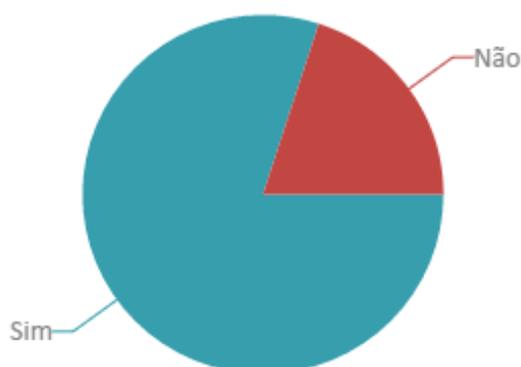
Gráfico 3 - Uso da análise de solo nas propriedades



Fonte - Autores (2015).

Utilizando as informações do gráfico 4 sobre o piqueteamento da propriedade, o extensionista pode auxiliar os produtores que ainda não utilizam a técnica e continuar seu auxílio aos que já utilizam, fazendo com que as propriedades sejam melhores utilizadas.

Gráfico 4 - Uso do piqueteamento na propriedade

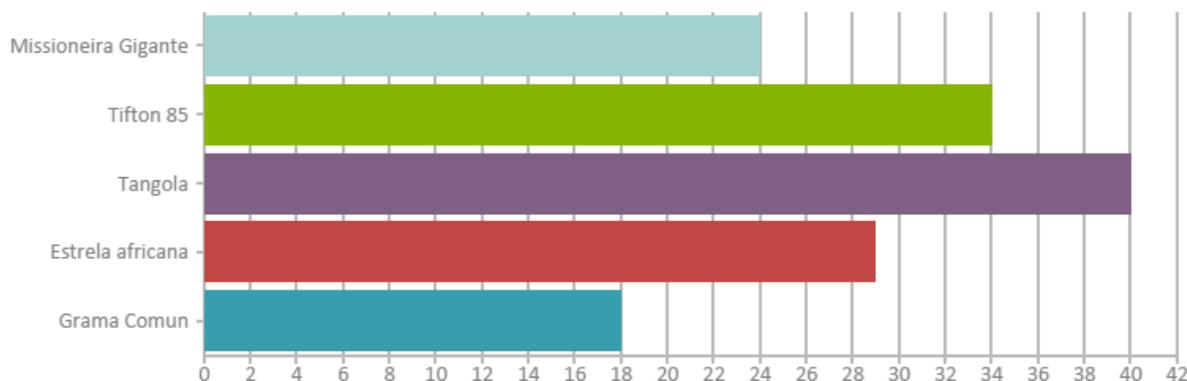


Fonte - Autores (2015).

O Gráfico 5 apresenta as espécies utilizadas na pastagem perene, tal informação é de suma importância para o produtor, já que alguns tipos de pastagens se adaptam melhor à propriedade do que outras, bem como inteirar os produtores

sobre tais medidas possibilitando que esses possam empregar, como pastagem perene e sua propriedade, uma espécie mais adaptada e que supre melhor as necessidades em seu rebanho.

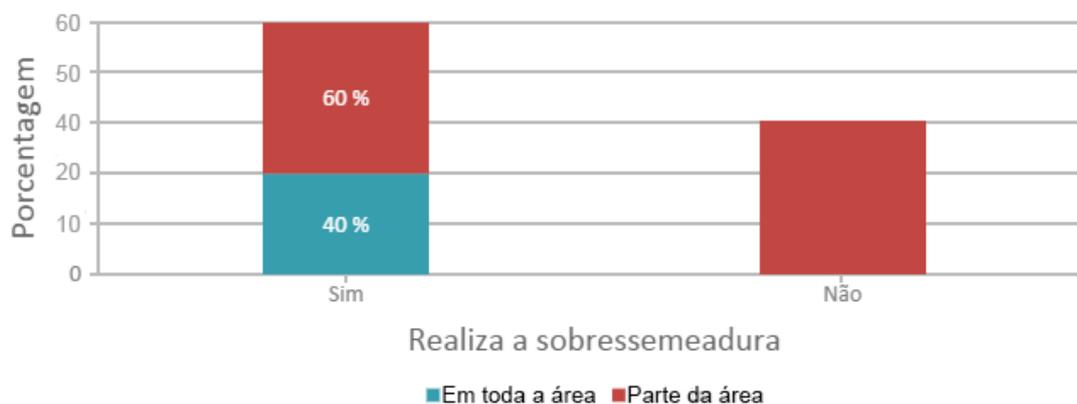
Gráfico 5 - Espécies de pastagens perenes utilizadas



Fonte - Autores (2015).

Os dados sobre a sobressemeadura também são de importância para o extensionista, tendo em vista que se a técnica não for utilizada, ou for utilizada incorretamente, o produtor terá gastos excessivos com suplementos durante o inverno. Através das informações obtidas com o gráfico 6 sobre a utilização da sobressemeadura e sabendo quais e quantos são os produtores que realizam a técnica, possibilita ao extensionista analisar em quais propriedades seu trabalho terá que ser intensificado, para que a técnica seja aplicada e os custos de produção no inverno diminuídos.

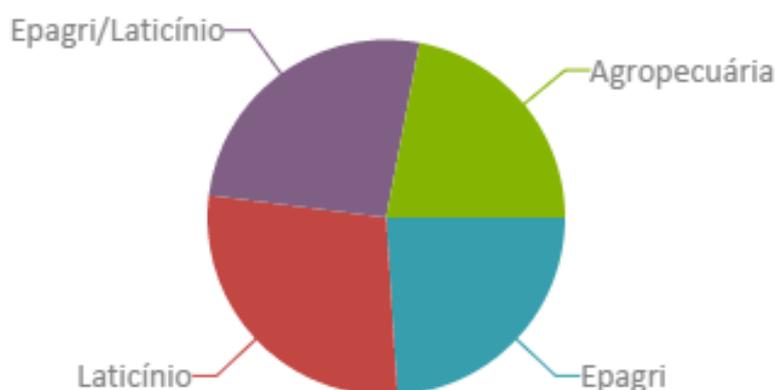
Gráfico 6 - Produtores que realizam a sobressemeadura e se essa é realizada em toda a área



Fonte - Autores (2015).

O gráfico 7 sobre a fonte de acompanhamento técnico dos produtores, mune o extensionista com as informações sobre os outros acompanhamentos que o produtor recebe. Devido ao tempo disponibilizado para que o acompanhamento seja feito em todas as propriedades, o extensionista, muitas vezes acaba perdendo espaço para outros profissionais, estes muitas vezes vão até o produtor não para fornecer auxílio, mas sim para vender seus produtos.

Gráfico 7 - Fonte de acompanhamento técnico dos produtores



Fonte - Autores (2015).

Após a apresentação dos resultados há a importância de salientar que a análise dos gráficos gerados fornece informações concretas sobre as propriedades atendidas, oferecendo ao extensionista a possibilidade de informar os dados aos produtores; assim como através do protótipo nota-se a otimização do tempo, um fator importante, já que o número de visitas aos produtores que podem ser feitas aumenta significativamente com a informatização do processo.

Considerações Finais

A proposta apresentada com esse projeto foi alcançada por meio da elaboração do protótipo voltado ao extensionista rural, para a otimização de seu trabalho. Tal projeto demandou do elaborador a obtenção de novos conhecimentos quanto ao desenvolvimento *web* para que todos os objetivos propostos fossem alcançados com êxito.

O protótipo desenvolvido supre a necessidade dos produtores e do extensionista em relação à assistência técnica, fazendo com que essa seja possivelmente suprida por completo. Devido ao tempo empregado nas propriedades

para saber o seu histórico de produção, o extensionista sem o auxílio do protótipo não realizaria a atividade com confiança, pois os dados e informações teriam como base uma análise superficial. Com a utilização do protótipo, as atividades do extensionista são realizadas com mais rapidez, fazendo com que os produtores tenham um atendimento com excelência.

O desenvolvimento do protótipo trata apenas de um passo inicial, mas de muita importância, pois foi desenvolvido para apenas uma atividade e apenas para um município, o protótipo pode ser tido como base para o desenvolvimento de sistemas robustos e que possam ser mais versáteis, adaptando-se a outras atividades e para outras localidades.

Referências

ASSIS, Paulo Ueiner Moreira de. **Sistema de rastreamento de veículos para empresas de transporte utilizando navegação por satélite**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/3383>>. Acesso em: 28 set. 2015.

BOSETTI, Elisa Maria. **Aspectos da alimentação de vacas leiteiras e sistemas de produção de leite na região oeste de Santa Catarina**. 2012. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/79216/Elisa Maria Bosetti.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/79216/Elisa%20Maria%20Bosetti.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 5 out. 2015.

BRITO, Lúcia. **Extensão rural torna o Tocantins mais produtivo**. 2014. Disponível em: <<http://ruraltins.to.gov.br/noticia/2014/12/3/extensao-rural-torna-o-tocantins-mais-produtivo/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

CAMPOS, Jonathan. **RESTMB: API RESTful para Android**. 2013. 68 f. Monografia (Especialização em Sistemas de Informação) - Centro Universitário Eurípides de Marília, Marília, 2013. Disponível em: <<http://aberto.univem.edu.br/handle/11077/988>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

CARVALHO, Limirio de Almeida et al. **Sistema de Produção de Leite**. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/LeiteCerrado/introducao.html>>. Acesso em: 13 out. 2015.

CÓRDOVA, U. de A. (Org) **Produção de leite à base de pasto em Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012. 626 p.

ESTADOS do Sul produzem quase 11 milhões de toneladas de leite ao ano. 2015. Disponível em: <<http://glo.bo/1MoaCCb>>. Acesso em: 20 out. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Atlas. 5 ed. São Paulo, 1999.

KOCH, Márcio; GASPARINI, Isabela. **Abordagem web design responsivo para desenvolver aplicações web que se adaptam a qualquer dispositivo.** Disponível em: <[http://koiote.com.br/files/furb/posweb/Artigo Inovação RWD Márcio Koch.pdf](http://koiote.com.br/files/furb/posweb/Artigo%20Inovação%20RWD%20Márcio%20Koch.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2015.

LONGO, C. et al., A visão dos produtores dos laticínios do sul de santa catarina sobre a transição para o sistema de pastoreio voisin. **Cadernos de Agroecologia**, v.8, n.2, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria, **Fundamentos de Metodologia científica.** 6.ed. São Paulo, Atlas: 2008.

MORATELLI, Alexandre dos Santos. **Sistema de gerenciamento de conteúdo para ambiente web.** 2002. 59 f. TCC (Graduação em Ciências da Computação) - Centro de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2002. Disponível em: <<http://dsc.inf.furb.br/arquivos/tccs/monografias/2002-1alexandredossantosmoratellivf.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

NIEDERAUER, Juliano. **Integrando PHP 5 com MYSQL.** 2. ed. São Paulo: Novatec, 2008. 104 p. Disponível em: <<http://novatec.com.br/guias/phpmysql2/sumario9788575221747.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

OLIVEIRA, Luís Manuel Rochinha. **Desenvolvimento de aplicação web de pesquisa, gestão e partilha de eventos.** 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Informática) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/20405>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

PAZETO, Liandra Hillmann. **Levantamento da atividade leiteira no município de Grão-Pará/SC com ênfase no uso da sobressemeadura.** 2014. 57 f. TCC (Graduação em Agronomia) - Centro Universitário Barriga Verde - Unibave, Orleans, 2014.

RIBEIRO, Marcelo Rodrigo da Silva; RUFINO, Ricardo Ribeiro. **Tecnologias e frameworks para o desenvolvimento de interfaces web.** Disponível em: <http://web.unipar.br/~seinpar/2015/_include/artigos/Marcelo_Rodrigo_da_Silva_Ribeiro.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

SANTOS, Vanice dos, CANDELORO, Rosana J, **Trabalhos acadêmicos Uma orientação para a pesquisa e normas técnicas.** Porto Alegre: AGE, 2006.

Dados para contato:

Autor: Nacim Miguel Francisco Junior

E-mail: junior@unibave.net

CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA: COMPARATIVO ENTRE UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSA INDUSTRIAL E TRADICIONAL

Engenharias

Artigo Original

**Fabio Benedet¹; Pedro Cechinel Junior¹; Claiton Uliano¹; Daniel Magagnin¹;
Morgana Nuernberg Sartor¹; Berto Varmeling¹; Mário Sérgio Bortolatto¹**

¹. Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE

Resumo: O processo artesanal sobre a colocação de argamassa nas construções de paredes em alvenarias vermelhas entra em contraponto à novidade existente no mercado, que são as argamassas industriais. O produto oferece a praticidade e agilidade necessárias no dia a dia de uma obra e que pode oferecer, além destes pontos, a economia na produção final. Comparada ao método tradicional, sua utilização garante menor tempo de fabricação, menos desperdício e menor tempo envolvido no processo de colocação dos tijolos. Este produto apresenta melhor logística e pode garantir bons resultados, tanto econômicos quanto na facilidade de execução do serviço, assim como, agilidade. Suas vantagens permeiam ainda na melhor ergonomia para os trabalhadores e maior organização da obra.

Palavras-chave: Construção em Alvenaria. Argamassa. Argamassa industrial.

MANSORY CONSTRUCTION: COMPARING THE USE OF THE INDUSTRIAL AND THE TRADICIONAL MORTAR

Abstract: The craft process about the mortar for the construction of masonry walls in red, opposed to a new industrial mortars. The product offers practicality and agility needed in everyday life of a work and which can offer, in addition to these points, the economy in the final production. Compared to the traditional method, its use ensures shorter manufacturing time, less waste and less time involved in the process of laying the bricks. This product presents better logistics and can ensure good results, both economic and in service execution facility as well as agility. Its advantages permeate in better ergonomics for workers and organization of the work.

Keywords: Masonry Construction. Mortar. Industrial Mortar.

Introdução

A construção de moradias de alvenaria vem sofrendo uma evolução no processo construtivo nos últimos anos, tanto nos materiais, quanto nas formas de execução das operações. O financiamento público para aquisição de moradias veio

para amenizar o déficit habitacional brasileiro, transformando a construção civil em um setor extremamente dinâmico. Fez nascer empresas, serviços e materiais, dinamizando a construção. O setor da construção se apresenta como importante influência na economia e tem apresentado grande crescimento, segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC, 2012), no ano de 2009, o setor da construção civil foi responsável por 5,7% do PIB (Produto Interno Bruto) no Brasil.

A construção de moradias absorve grande parte da cerâmica vermelha produzida, tendo no tijolo o principal produto utilizado para vedação de paredes. Os materiais utilizados na junção dos tijolos são uma mistura de areia, cal, cimento e água. A execução do serviço de colocação do tijolo nas paredes é realizada de maneira artesanal, peça a peça, pelos pedreiros. No entanto, por mais que esse setor apresente crescimento econômico, é notória e significativa a mensuração de perdas e desperdícios tanto de tempo quanto de material para a execução dos serviços. (FORMOSO et al., 1997).

Como na maioria das atividades produtivas, o processo vem sendo aperfeiçoado a fim de dinamizar e produzir mais, com menor custo, e em menor tempo. O desenvolvimento de materiais para utilização da construção civil também sofre este processo evolutivo inovador que vai desde casas pré-fabricadas até novos produtos para utilização em tarefas de assentamento de tijolos.

O problema enfrentado na construção de moradias surge como uma oportunidade para pesquisa de novos materiais de junção, já que o modelo de vedação com tijolos tende a continuar por longo tempo. Sendo assim, objeto de estudo deste trabalho é a busca por um produto que possa substituir a mistura utilizada para fazer a argamassa e agilizar o processo de construção para economia de matérias-primas e diminuição de rejeitos.

A argamassa deve oferecer resistência aos esforços laterais, distribuição das cargas atuantes, bem como suas propriedades principais que são as de trabalhabilidade, que é a plasticidade da mesma para o melhor manejo, aderência, resistência mecânica e a capacidade de absorver deformações, apresentando no máximo microfissuras (CARASEK, 2006).

O produto, argamassa industrial, oferece toda a resistência a esforços necessários além de maior facilidade na preparação e colocação do produto. Entretanto, a utilização da argamassa industrial ainda não é comum nas atuais

construções de alvenaria, portanto, o referido trabalho busca responder algumas questões sobre a sua utilização frente à mistura tradicional. As questões que aqui serão relacionadas, retratam a origem do ligante (cimento), seu processo produtivo, o conceito de argamassa, sistema construtivo de obras de alvenaria de tijolos de cerâmica vermelha, modos de aplicação da argamassa e mistura tradicional, em busca de respostas sobre como existem ganhos de produtividade e economia financeira na utilização de argamassa industrial.

O cimento

O cimento é um aglomerante de grande importância na construção civil, sendo largamente utilizado em vários tipos de construções. Sua composição é obtida a partir da mistura de diferentes produtos, e o contato com a água faz com que o mesmo endureça e atinja sua resistência esperada.

O cimento propriamente dito pode ser misturado com diferente agregados, para diferentes usos, como: argamassa de assentamento, argamassa para reboco, concreto, dentre outros.

A origem do cimento

A origem da palavra cimento vem do latim “*caementu*” que, na Roma Antiga, indicava uma espécie de pedra natural de rochedos e sua origem se dá há cerca de 4.500 anos. Em 1756, o inglês John Smeaton produziu um material de alta resistência por meio de calcinação de calcários moles e argilas, dando os primeiros passos no desenvolvimento da argamassa como conhecemos hoje, já que, antes mesmo no Egito Antigo utilizavam um produto para a junção de blocos, mas de gesso calcinado. Já em 1818, o francês Vicat obteve resultados semelhantes e é considerado o inventor do cimento artificial.

Em 1824, em um processo de fabricação, o inglês Joseph Aspdin queimou pedras calcárias e argila, que geraram um pó fino e percebeu que após secar a mistura, tornava-se tão resistente quanto à pedra. A descoberta foi patenteada pelo construtor com o nome de cimento Portland, por apresentar características semelhantes às rochas da ilha britânica Portland (BATTAGIN, 2009).

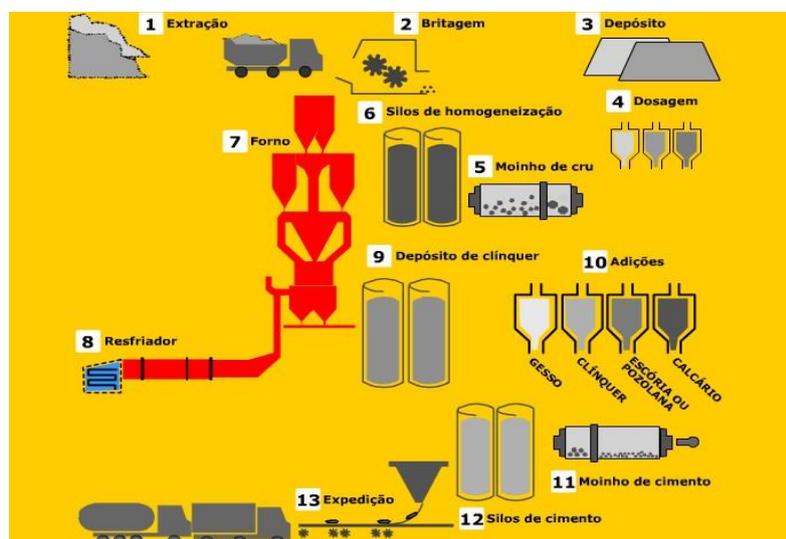
O cimento Portland é resultado da junção adequada de materiais argilosos e calcários, ou outros materiais contendo sílica, alumina e óxido de ferro aquecido para clínquerização, moendo-se o clínquer resultante (NEVILLE,1997).

Atualmente, existem quatro tipos de processos na produção do cimento; via seca, semiseca, úmida e semiúmida. Entretanto, a mais utilizada mundialmente é a produzida por via seca (MINUTS et al., 2006).

O processo de produção do cimento

O processo de produção do cimento (Figura 1) inicia-se com a extração da matéria-prima, britagem e posterior armazenamento em depósito adequado. Após a dosagem, o material é preparado para ser triturado no moinho de cru sendo reduzidas as partículas em aproximadamente 0,050 mm. Através de silos de homogeneização em processos pneumáticos e de gravidade, a farinha (como é chamado o produto nesta fase) é homogeneizada. Após esse processo, o produto passa por pré-aquecimento e é encaminhado para o forno rotativo seguido de resfriamento, que diminui a temperatura em média 80°C, e o armazenamento da mistura (nessa fase começa a apresentar características de resistência do cimento).

Figura 1 - Processo de fabricação do cimento Portland ilustrado



Fonte: BATTAGIN (2009).

O produto recebe adição de outros elementos, como: gesso, clínquer, escória (pozolana) e calcário. No último processo, moagem final, apresenta as características

do cimento utilizado em obra, antes disso, ele fica estocado em silos, nesta etapa acontecem os estudos de qualidade, seguido da expedição do produto.

Tipos de cimentos

A diferenciação entre os tipos de cimentos é decorrente de sua composição. O cimento é composto primordialmente de clínquer (calcário, argila e componentes químicos), o que o diferencia na sua composição são os aditivos: o gesso que aumenta o tempo de pega do cimento; a escória que aumenta a durabilidade (se usada na dosagem certa); argila pozzolânica que confere impermeabilidade ao concreto e o calcário que é utilizado para reduzir o custo do cimento desde que não prejudique a ação dos outros materiais (PORTAL DO CONCRETO, 2014).

Dados os tipos de aditivos, a resistência e o tipo de cimento serão conotados dependendo da quantidade de cada material citado, ou seja, para cada fim o cimento terá uma composição diferenciada.

Existem nove tipos de cimentos e a diretriz para a fabricação dos mesmos depende de algumas variantes, como: a demanda de mercado, a disponibilidade de material da jazida da fábrica e as diretrizes de cada fabricante.

No quadro 1 é possível perceber a diferença entre os nove tipos de cimentos, suas composições e os materiais adicionados às misturas:

Quadro 1 – Tipos de Cimento e sua Composição

TIPO DE CIMENTO		ADIÇÃO	RESISTÊNCIA (Mpa)
CP I	Cimento Portland comum		25
CP I-S	Cimento Portland comum com adição	Argila (1-5%)	25 ou 40
CP II-E	Cimento Portland composto com escória	Escória (6-34%)	25,32 ou 40
CP II-Z	Cimento Portland composto com pozolana	Argila (6-14%)	25,32 ou 40
CP II-F	Cimento Portland composto com filer	Calcário (6-10%)	25,32 ou 40
CP III	Cimento Portland de alto forno	Escória (35-70%)	25,32 ou 40
CP IV	Cimento Portland pozolanico	Argila (15-50%)	25 ou 32
CP V-ARI	Cimento Portland de alta resistência inicial		variada
CPB	Cimento Portland branco estrutural		25,32 ou 40

Fonte: Adaptado de Portal do concreto (2015).

Argamassa

Argamassa pode ser caracterizada como um material complexo, constituído de matéria-prima de baixa granulometria, que são os agregados miúdos, e de aglomerante, que são o cimento, a água e a cal hidratada (SABBATINI, 1986). Este produto é muito utilizado em obras para o assentamento das peças de tijolos, blocos e pedras e, até mesmo, para o acabamento de paredes e tetos.

Os agregados utilizados na produção da argamassa são produzidos a partir da britagem de maciços rochosos ou da extração de material particulado naturalmente. O primeiro é utilizado para a confecção de concreto, e a segunda, os agregados miúdos, para a fabricação da argamassa. O aglomerante (cimento) é o material que traz a propriedade adesiva da argamassa, pois é capaz de unir os fragmentos compactando-os. Já a cal hidratada é um pó seco obtido pela hidratação adequada da cal virgem e tem como função dar maior trabalhabilidade e resistência à argamassa (NEVILLE, 1997).

De acordo com Sabbatini (1979), a aderência da argamassa endurecida ao substrato é resultado da conjugação da resistência de aderência à tração, da resistência de aderência ao cisalhamento e da extensão de aderência. O mecanismo de aderência se desenvolve, principalmente, pela ancoragem da pasta aglomerante nos poros da base e por efeito de ancoragem mecânica da argamassa nas reentrâncias e saliências macroscópicas da superfície a ser revestida.

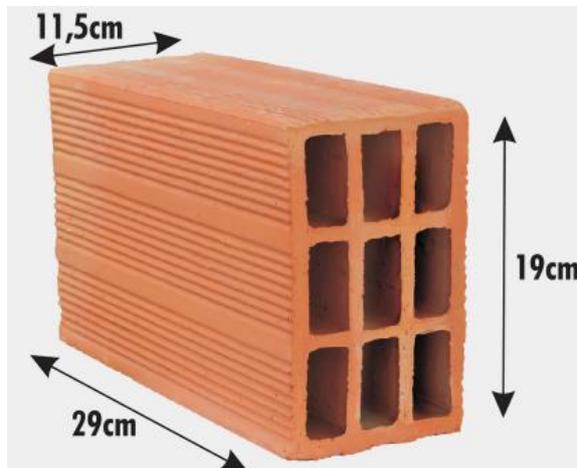
Em função da sua capacidade de fluir e de se deformar quando submetida a uma determinada tensão de cisalhamento, a argamassa poderá apresentar contato mais extenso com o substrato, otimizando o mecanismo de aderência. John (2003) comenta que uma argamassa necessita de um coeficiente de viscosidade plástica menor possível, de forma a diminuir o trabalho de adensamento e espalhamento e, por outro lado, a tensão de escoamento deve ser relativamente alta, pois uma vez aplicada na parede, não deve escorrer.

Sistema construtivo

O produto em análise, a argamassa industrial, terá neste estudo o foco no seu uso em assentamento de tijolo de cerâmica vermelha de 9 (nove) furos. As características intrínsecas deste tijolo normalmente são com as medidas de

29x19x11,5cm e sua resistência mecânica deve ser entre 2.5 e 4.9MPa. A Figura 2 demonstra a configuração física do tijolo de cerâmica vermelha de nove furos.

Figura 2 - Tijolo de cerâmica vermelha de 9 furos.



Fonte: Cerâmica Felisbino, s.d.

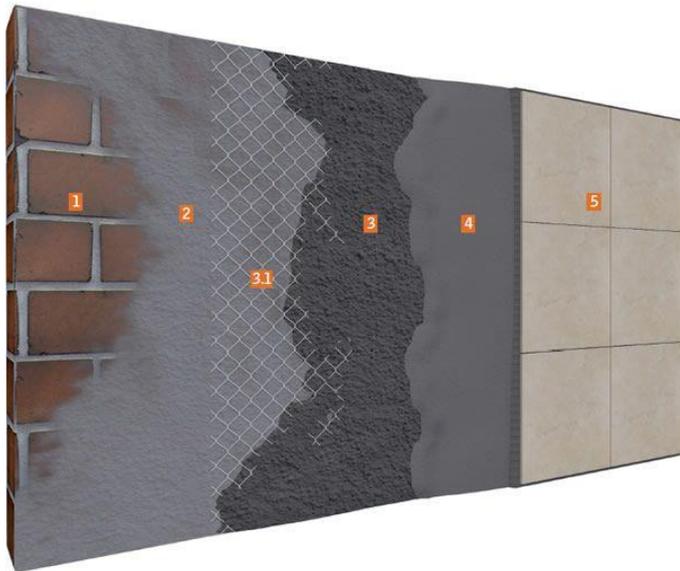
O sistema construtivo explorado neste estudo ocorre em processo de camadas. Após a construção da estrutura em concreto armado, inicia-se o assentamento das peças de tijolo com o uso de argamassa colante para junção. Neste caso, as paredes servem apenas como vedação, não oferecendo função estrutural. Após essa etapa, faz-se o chapisco, que é uma forma de deixar a parede áspera e aderente, apta a receber o acabamento posteriormente. Em seguida, tem-se o emboço ou massa grossa, que corrige pequenas irregularidades da parede melhorando o acabamento, essa camada pode receber uma camada de reforço com telas para aumentar sua resistência.

Logo após, tem-se reboco ou massa fina, que é o acabamento final antes da pintura, os quais são aplicados com desempenadeira em formas circulares e, por vezes, podem ser substituídos pelo acabamento com massa corrida, que é mais liso e uniforme, se comparada à massa fina em si. É necessário um tempo de espera de aproximadamente 25 dias para curar, a cura propriamente dita do material é quando ele atinge sua totalidade de secagem e resistência a intempéries e esforços. No caso da colocação de azulejos ou pastilhas, esses são dispostos sobre o emboço (SOUSA, 2000).

Na Figura 3, tem-se ilustrado os processos para a construção de uma parede, que começa com o (1) assentamento dos tijolos com a argamassa de assentamento,

seguida pelo (2) chapisco, (3.1) tela de reforço certos casos, (3) emboço, (4) reboco ou (5) azulejo.

Figura 3 - Construção em “camadas” (1) alvenaria, (2) chapisco, (3.1) tela de reforço, (3) emboço, (4) reboco, (5) azulejo (sobre o emboço sem necessidade de ter o reboco).



Fonte: Nakamura, s.d.

As alvenarias, mesmo que sirvam apenas com a função de vedação, devem apresentar resistência mecânica, pois, qualquer parede está sujeita a ações de vários tipos que a solicitem mecanicamente. O desrespeito a essa variante pode acarretar anomalias graves. Dentre as variantes da qualidade perante as ações mecânicas tem-se: qualidade da matéria-prima e qualidade produtiva (SOUSA, 2000).

As juntas de assentamento destas alvenarias devem apresentar, acima de tudo, a solidez na junção das peças. A junta de assentamento nada mais é que a argamassa em sua função final (depois de curada), distribuindo de forma uniforme as tensões da parede aumentando sua resistência, tanto para esforços horizontais, quanto verticais. Segundo Sousa (2000), a argamassa apresenta também propriedades de estanqueidade para as juntas das peças que formam a parede, impedindo o atravessamento de ar ou água e apresentando isolamento acústico.

Uma boa junção das alvenarias representa uma maior durabilidade dos acabamentos, como rebocos e azulejos, já que, se houver qualquer movimento devido a esforços, esses acabamentos podem ser prejudicados. Essas junções, ainda

segundo Sousa (2000), devem ter entre 8 a 12 mm de espessura e preencher totalmente a ligação entre os tijolos, tanto na vertical quanto na horizontal. A resistência à compressão deve estar entre 2 e 5 MPa para construções de pequeno porte, tendo em vista que, com esses valores, o material apresenta uma resistência mecânica aceitável e uma ótima capacidade de adaptação a pequenos movimentos.

Segundo Sousa (2000), é desaconselhável o uso de argamassas que apresentam maior quantidade de cimento em sua composição, pois podem provocar maior suscetibilidade a fissuras e maior dificuldade na adaptação aos movimentos dos elementos construtivos, assim como argamassas “muito fracas”, dada sua reduzida durabilidade.

Argamassa industrial x argamassa tradicional

Após a contextualização dos materiais estudados, segue a comparação de aplicação entre os dois tipos de argamassas, uma produzida em processo industrial e distribuída em embalagens prontas para o uso e outra produzida no local da obra utilizando agregados miúdos, água, mão de obra e cimento.

Aplicação

O termo logística se encaixa no dia a dia de uma obra, no que condiz todo o arranjo físico da mesma, como a movimentação de equipamentos, materiais e pessoas. Para que o processo em sua totalidade aconteça da melhor forma, a logística do espaço deve ser planejada como um todo, durante a execução do processo.

Segundo a NBR 13281, que trata de argamassas para assentamento e revestimento de paredes e tetos, o armazenamento das argamassas industrializadas e embaladas em sacos pode ser feito em pilhas de, no máximo, 15 sacos, independentemente da massa da embalagem.

O fato de a argamassa industrial ter a opção de ser embalada em sacos faz com que sua armazenagem seja facilitada, acarretando melhor organização da obra e, conseqüentemente, facilita a logística para a execução dos serviços. Tendo em vista que o armazenamento de agregados miúdos, cal e cimento para se fazer a argamassa tradicional subdivide o espaço e não apresenta facilidade, já que o transporte e distribuição não são tão facilitados, se comparados ao produto industrializado já ensacado.

- Mobiliário mal projetado;
- Monotonia;
- Ritmo excessivo;
- Trabalho físico pesado;
- Má postura.

No que diz respeito à aplicação de argamassa em construções, tendo em vista a comparação entre a ergonomia dos dois métodos, observa-se melhor desenvolvimento do trabalho, no que condiz a postura do trabalhador e o modo de operação no uso da argamassa industrial.

No processo que utiliza a argamassa industrial tem-se maior facilidade de desenvolvimento e menor desgaste físico, além de, como já comentado, maior agilidade na execução.

Procedimentos Metodológicos

Os levantamentos de dados para execução dos objetivos deste trabalho deram-se a partir de pesquisa exploratória sobre o assunto. Método de pesquisa este que visa proporcionar maiores informações sobre determinado assunto facilitando a delimitação do tema do trabalho. Com o estudo de algumas premissas decide-se, então, com qual delas trabalhar e ter um enfoque adequado para determinado assunto (ANDRADE, 2003).

O produto, argamassa industrial, é comercializado em sacos de 25kg acompanhando um dosador de água/aplicador, uma espécie de bisnaga. Ela é indicada para o assentamento de tijolos e blocos na alvenaria de vedação.

O preparo da massa consiste em misturar o conteúdo de um saco com o volume de 4 litros de água, utilizando haste misturadora acoplada a uma furadeira, para gerar uma massa homogênea. Neste caso, é indispensável o uso de EPI's – equipamentos de proteção individual – para o manuseio do material e ferramentas.

No processo exploratório foram coletados os materiais de estudo e, em local de obra, foram usados da forma como os fabricantes indicam, de acordo com as normas de regulamentação. Neste processo, comparou-se o uso das duas argamassas, utilizando-as em paredes semelhantes e a mesma metragem quadrada de construção para que os dados observados fossem comparados da melhor forma. Durante execução do serviço, observou-se o tempo de confecção das duas

argamassas, assim como o tempo de confecção das paredes. Em todas as comparações realizadas, até mesmo a de limpeza do local, a argamassa industrial, apresentou facilidade e maior agilidade na execução.

Para análise, o quadro 2, disposto no item “Resultados e Discussão” desse artigo, mostra os saldos em comparativos entre os dois tipos de materiais, resultados obtidos através de experiência no local da obra e com o uso de cada material na quantidade explanada. Os tijolos utilizados no estudo são do tamanho 11,5x19x29 cm, em cutelo e considera-se o valor de R\$12,95 / h como encargos gastos com mão de obra.

Nas Figuras 5 e 6 pode-se avaliar a diferença após a aplicação, assim como também se observa que, na parede com argamassa industrial, não há desperdício de material.

Figura 5 - Parede feita com argamassa tradicional



Fonte: Autores (2015).

Figura 6 - Parede feita com argamassa industrial.



Fonte: Autores (2015).

Neste processo, pesquisou-se também em bibliografias para análise de informações técnicas e metodológicas para elucidação científica de dados, além de entrevistas e conversas com trabalhadores da área da construção civil, tendo em vista que o autor deste estudo trabalha na área.

Na formulação deste trabalho, também foi utilizado o método experimental, para conhecer o objeto de estudo da melhor forma e na prática. Com a experimentação no local da obra, a análise de dados e informações fornecidas pelos fabricantes e distribuidores da argamassa industrial podem ser comparadas à argamassa fabricada em obra.

Resultados e Discussão

Depois de pronta, a massa deve ser utilizada em até duas horas e, para a aplicação, utiliza-se a bisnaga que acompanha o produto. A utilização é medida da seguinte forma:

- para meio tijolo/bloco em cutelo (9 ou 11,5 cm) dois cordões na fiada;
- para um tijolo/bloco deitado (14 ou 19 cm) três cordões na fiada;
- a junta na fiada deverá ter entre 3 e 4 mm de espessura;
- para tijolo/bloco com maior imperfeição a junta na fiada pode chegar a 8 mm;
- nos tijolos, não há necessidade de massa na junta vertical;
- nos blocos tipo de concreto e de concreto celular, aplicar massa na junta vertical;
- para iniciar a fiada junto as colunas, utiliza-se três cordões no topo dos tijolos/blocos.

O processo de colocação de argamassa (Figura 7) dispensa o uso de chapisco nas colunas e precisa de cuidados especiais, como por exemplo, em caso de retirada da peça aplicada, deve-se remover a massa e reaplicar posteriormente. As peças devem ainda ser assentadas em elementos isentos de pó e impurezas, não havendo necessidade de molhar os tijolos/blocos.

A argamassa industrial tem em sua composição aditivos que proporcionam acréscimo em seu valor monetário por quilo, se comparado à mesma medida da argamassa tradicional pronta. Isso acontece porque os aditivos para sua composição são mais caros para produção, pois, normalmente, alguns não são encontrados na

região. Na argamassa tradicional, o único aditivo mais caro é o cimento, pois o restante é encontrado em jazidas próximas e que, conseqüentemente, são mais baratos.

A argamassa industrial leva em sua composição aditivos orgânicos, agregado mineral e cimento. Seu valor recebe acréscimo ainda por ser um produto que passa por um processo de produção e, com isso, tem-se todos os encargos envolvidos para sua fabricação.

Figura 7 - Argamassa industrial sendo colocada com o aplicador em dois cordões sobre os tijolos de cerâmica vermelha.



Fonte: Betonex Brasil (2015).

Já com relação ao consumo de massa, através dos dados observados no quadro 2, nota-se uma grande diferença nos valores. No processo tradicional, a forma de aplicação da massa é feita na horizontal e na vertical preenchendo todos os espaços com o auxílio de uma ferramenta que acarreta uma grande perda de produto, o que acaba gerando entulhos e maior tempo gasto de mão de obra.

Com o uso da argamassa industrial, sua aplicação é feita apenas na face horizontal do tijolo, pois seu poder aderente é maior que o tradicional. Em poucas palavras, com menos produto a argamassa industrial faz a mesma função com menor desperdício e menor tempo de operação.

No quadro 2 pode-se observar que o preço por quilo entre as duas opções de produto é consideravelmente elevado na argamassa industrial, em contrapartida, seu consumo por m² é muito baixo, refletindo no custo por m² assentado.

Quadro 2 - Comparativos de custos

COMPARATIVO CUSTO ASSENTAMENTO DE TIJOLOS	ARGAMASSA INDUSTRIAL	ARGAMASSA TRADICIONAL
Preço da massa - Kg.	R\$ 1,59	R\$ 0,12
Consumo da massa – m ²	3,5 kg	40 kg
Custo massa – m ²	R\$ 5,57	R\$ 4,80
Custo mão-de-obra – m ²	R\$ 3,56	R\$ 7,13
Tempo X m ²	16 minutos	33 minutos
Custo total da parede – m ² (argamassa + mão-de-obra)	R\$ 9,13	R\$ 11,93

Fonte: Autores (2015).

Outro fato que a análise nos permite notar é que, com a argamassa industrial, o tempo para assentar por m² os tijolos é reduzido pela metade, impactando no custo da mão-de-obra.

Em um setor onde o maior custo é o que envolve a mão de obra, como é o caso da construção civil, pode-se afirmar que a utilização de argamassa industrial para assentamento de tijolos irá impactar na diminuição de custos, visto que a produtividade será duplicada, ou seja, a média, que hoje é de 20 m² por homem/dia, irá dobrar para 40 m² por homem/dia.

Considerações Finais

Com o presente estudo foi possível identificar a viabilidade da utilização da argamassa industrial frente à tradicional. Além de economia financeira constatou-se a melhora na ergonomia da colocação dos tijolos, visto que o pedreiro não necessita realizar o movimento de se abaixar a cada tijolo na busca da massa. Outro fator positivo na adoção da argamassa industrial foi a limpeza no ambiente e na operação de assentamento de tijolos, pois, não existe o transporte da massa em carrinhos de mão ou baldes, mas em sacos. O formato da bisnaga proporciona ao pedreiro maior facilidade na aplicação da argamassa e, conseqüentemente, menor desperdício do material, resultando em economia.

O espaço destinado para produção da argamassa tradicional necessita de local amplo para depósito de areia, cimento, água, betoneira e utensílios. Já na argamassa industrial, o espaço necessário é menor e mais organizado, pois este já vem palatizado.

Apresentados estes fatores, conclui-se que a argamassa industrializada comparada à argamassa feita em canteiro de obra, de forma tradicional, apresenta melhor rentabilidade tanto na forma de estocagem, como na aplicação e melhor custo/benefício.

O uso da argamassa industrializada facilita muito o dia a dia da obra e sua comercialização acarreta ganhos tanto na produtividade quanto na redução dos custos, isso porque se ganha tempo e diminui os desperdícios.

Um processo que por ora parece simples, demanda a mudança dos hábitos em construções e para que estas mudanças aconteçam, estudos como estes podem auxiliar para a elucidação dos dados e averiguação das facilidades, agilidade e economia que este novo processo traz.

O método tradicional é efetuado de forma artesanal, processos esses marcados pelo maior tempo de preparo e pelas probabilidades de erros na dosagem, características que diminuem e/ou desaparecem no método industrial. Com isso e todas outras facilidades, a argamassa industrial apresenta-se, a partir do estudo realizado, como um processo positivo que pode e facilita muito o dia a dia de uma obra.

Referências

ANDRADE, M. M. Pesquisa científica: noções introdutórias. In: _____. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 121-127.

BATTAGIN, Arnaldo Forti. **Uma breve história do cimento Portland**: o material, conhecido dos antigos egípcios, ganhou o nome atual no século XIX graças à semelhança com as rochas da ilha britânica de Portland. Disponível em: <<http://www.abcp.org.br/conteudo/basico-sobre-cimento/historia/uma-breve-historia-do-cimento-portland>> Acesso em: 05 out. 2015.

BETONEX BRASIL. **Massa Prática Betonex**. Disponível em: <<http://www.betonexbrasil.com/conteudos/conteudo/47/MASSA-PRATICA-BETONEX>>. Acesso em: 06 out. 2015.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO – CBIC. **Construção Civil**: análise e perspectivas. Brasília, 2012.

CARASEK, H.. **Materiais de construção civil**: Argamassas. Goiás: Ibracon, 2006.
CERÂMICA FELISBINO. **Tijolo 12 furos**. Disponível em:
<<http://www.ceramicafelisbino.com.br/index.php?id=produtoDetalhe&cod=38b>>.
Acesso em: 03 set. 2015.

COMUNIDADE DA CONSTRUÇÃO. **Revestimento de Argamassa**: Logística.
Disponível em: <<http://www.comunidade-da-construcao.com.br/sistemas-construtivos/4/logistica/planejamento/68/logistica.html> >. Acesso em: 12 out. 2015.

FORMOSO, C. T.; DE CESARE, C. M.; LANTELME, E. M.; SOILBEMANN, L.
Perdas na construção civil. **Egatea. Revista da Escola de Engenharia da UFRGS**,
Porto Alegre, RS, v. 25, n. 2, p. 45-53, 1997.

JOHN, V. M. Repensando o papel da cal hidratada nas argamassas. In: Simpósio Brasileiro de Tecnologia das Argamassas, 5, 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2003. p.47-49.

LAVILLE, A. **Ergonomia**. São Paulo: EduspEpu, 1977.

NAKAMURA, Juliana. **Revestimento argamassado**: conheça as camadas que compõem um revestimento à base de argamassa e suas respectivas funções.
Disponível em: <<http://equipedeobra.pini.com.br/construcao-reforma/62/artigo292697-1.aspx>>. Acesso em: 08 set. 2015.

PORTAL DO CONCRETO. **Tipos de cimento**. Disponível em:
<<http://www.portaldoconcreto.com.br/cimento/concreto/tiposcimento.html>>. Acesso em: 06 out. 2015.

SABBATINI, F.H. **Argamassas**. São Paulo: Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 1979.

Dados para contato:

Autor: Mario Sérgio Bortolatto

E-mail: mariobortolatto@hotmail.com

GESTÃO DE RESÍDUOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: DIRETRIZES E PERCEPÇÃO DOS MESTRES DE OBRA NO MUNICÍPIO DE ORLEANS, SC

Ciências Agrárias

Artigo Original

Lázaro Feldhaus¹; Marcia Raquel Ronconi de Souza¹; James Polz¹; Claudio da Silva¹; Mauro Zavarize¹; Elder Borba¹;

¹ Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE

Resumo: A gestão de resíduos de construção civil atua de uma forma muito importante, pois além de diminuir a quantidade de entulho gerada, também ocasiona a possibilidade de reutilização a muitos materiais na própria obra ou para outras finalidades, além da reciclagem. O objetivo do presente trabalho foi realizar uma análise sobre as diretrizes, legislações e também auferir a percepção dos operários em obras do município de Orleans, SC. A metodologia utilizada foi mediante a análise documental em legislações, diretrizes nos órgãos municipais e aplicação de questionário em todas as obras acima de quatro pavimentos no município. Foram elaboradas perguntas simples, de forma que possibilitasse obter a percepção dos operários quanto à correta disposição de resíduos de construção e demolição – RCD. Verificou-se que existem poucas normas vigentes no município e uma fiscalização precária. Também se verificou que a maioria dos entrevistados estão cientes dos benefícios da correta gestão de RCD, além de estarem dispostos a ajudar com o processo, pois consideram importante.

Palavras-chave: Resíduos da construção e demolição. Gestão de resíduos. Reciclagem. Reutilização.

WASTE MANAGEMENT IN CONSTRUCTION: GUIDELINES AND PERCEPTION OF FOREMAN IN CITY OF ORLEANS, SC

Abstract: The management of waste from the civil construction is very important, because helps to decrease the amount of trash generated, also allows the reuse of many materials in their own work or for other purposes, in addition to recycling. The objective of this study was to perform an analysis on the guidelines, laws and also recognize the perception of the civil construction workers in Orleans, SC. The methodology used was the documental analysis in laws and guidelines from municipal establishments. From these analyzes, it was formulated simple questions to obtain the perception of the workers on the correct disposal of construction and demolition (C&D) waste. It was found that there are few statutes in the city and a precarious surveillance. It was also verified that the majority of the interviewees are aware of the benefits of correct management of C&D waste, in addition of being prepared to help with the process, since they considered important.

Keywords: Construction and demolition waste. Waste management. Recycling. Reuse.

Introdução

A construção civil é uma atividade que causa impactos ambientais, pois utiliza recursos naturais que modificam o meio ambiente e geram grande quantidade de resíduos. Diante deste fato, vem aumentando a preocupação quanto à disposição final dos resíduos gerados por tal atividade (TESSARO; SÁ; SCREMIN, 2012).

A construção civil brasileira, ainda se utiliza de métodos antiquados devido ao acelerado crescimento do setor e falta de qualificação da mão de obra. Utilizar métodos ultrapassados ocasiona sempre desperdício, no caso da construção civil, prejuízo e geração de um grande volume de resíduos.

Além de reduzir o volume de Resíduo de Construção e Demolição (RCD) produzido é necessária a implantação de um sistema eficiente de reciclagem (SILVA; FERNANDES, 2012).

Quando se trata de RCD esses materiais são, em sua maioria, matéria prima para agregados de ótima qualidade, podendo ser utilizados em outras etapas do processo construtivo (CABRAL; MOREIRA, 2011).

Segundo o Art. 8º da resolução nº. 307 do CONAMA, os municípios têm por obrigação criar um plano que aponte diretrizes para o correto manejo e destino ambientalmente adequados para os RCD (BRASIL, 2002).

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar a gestão de resíduos na construção civil em obras acima de quatro pavimentos na cidade de Orleans, SC, onde o ramo de construção civil se encontra muito ativo. Esta análise será feita através de aplicação de questionários junto a operários das empresas de construção civil, através de perguntas quanto à gestão de resíduos nessas obras e se os mesmos compreendem a real importância da Gestão de RCD, entre outros. O estudo objetiva ainda buscar os normativos presentes no município sobre a gestão de resíduos, além de verificar junto às obras, se há cobrança dos órgãos fiscalizadores. Ao final poderão ser sugeridas algumas práticas de gestão, de forma a minimizar o desperdício de materiais passíveis de aproveitamento, além de contribuir para a preservação do meio ambiente.

Resíduos Sólidos

Segundo a Norma Brasileira Regulamentada NBR 10.004 (ABNT, 2004), resíduos sólidos são aqueles resíduos que se encontram no estado sólido e semissólido, resultantes de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviço e de varrição.

Ainda de acordo com a NBR 10.004 (ABNT, 2004), o processo de classificação dos resíduos ocorre através da análise de suas características físicas e químicas por meio da avaliação do nível de riscos ao meio ambiente e à saúde pública, além da forma de manuseio e de sua destinação adequada.

Para tal finalidade, a NBR 10.004 (ABNT, 2004), classifica os resíduos sólidos como sendo:

Resíduo de classe I – Perigoso: São aqueles que, em função de suas propriedades físicas, químicas e infectocontagiantes, tais como inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade, podem apresentar riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Resíduo de classe II - Não Perigoso, se subdivide em:

Classe II A – Não Inertes: São os resíduos que apresentam propriedades de biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água e não se enquadram na classificação dos Resíduos de Classe I e nos Resíduos de Classe II B.

Classe II B – Inertes: Quaisquer resíduos que, quando amostrados de uma forma representativa, segundo a ABNT NBR 10.007, e submetidos a um contato dinâmico e estático com a água destilada ou deionizada, à temperatura ambiente, conforme ABNT NBR 10.006, não tiver nenhum de seus constituintes solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade de água, excetuando-se aspecto, cor, turbidez, dureza e sabor, conforme anexo G da representativa norma.

Resíduos de Construção e Demolição (RCD)

Os Resíduos de Construção e Demolição (RCD) ou simplesmente Resíduos de Construção Civil (RCC) são provenientes dos serviços de infraestrutura e da execução de novas construções urbanas, demolições e reformas (MARQUES NETO, 2005, p. 5, apud ROMAGNA, 2009).

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução nº. 307 adota a seguinte definição em relação à origem dos RCC:

1. [...] são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes de

preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolo, bloco cerâmico, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeira e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas pavimento asfáltico, vidros, plástico, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulho de obras, caliça ou metralha. (BRASIL, 2002)

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução nº. 307 adota a seguinte classificação de RCD:

2. I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:
 3. a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;
 4. b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;
 5. c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas e concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;
6. II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros;
7. III - Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso;
8. IV - Classe D - são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros (BRASIL, 2002).

Em 16 de Agosto de 2004, entrou em vigor a resolução nº 348 do CONAMA que altera o art. 3º, item IV, da Resolução nº 307 onde se inclui na Classe D: “bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde” (BRASIL, 2004). Em 24 de maio de 2011, vigorou a resolução nº 431 do CONAMA, onde o gesso passou da Classe C para a Classe B (BRASIL, 2011).

Já em 29 de julho de 2015, entrou em vigor a resolução nº 469 do CONAMA que altera o art. 3º, item II, da resolução nº 307, onde Classe B - “são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso” (BRASIL, 2015).

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução nº. 307, os resíduos da construção civil deverão ser destinados das seguintes formas:

9. I - Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
10. II - Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
11. III - Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
12. IV - Classe D: deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas. (BRASIL, 2002)

Segundo John e Agopyan (2000) o resíduo da construção é gerado em vários momentos do ciclo de vida das construções:

- a) Fase de construção (canteiro);
- b) Fase de manutenção e reformas;
- c) Demolição de edifícios.

A geração do resíduo durante a fase de construção é decorrência das perdas dos processos construtivos. A redução das perdas geradas na fase de construção, ao provocar a redução da quantidade de material incorporada às obras, reduz também a geração de resíduos nas fases de manutenção e demolição.

A geração de resíduo na fase de manutenção está associada a vários fatores: patologias; reformas ou modernização do edifício; descarte de componentes que tenham atingido o final da vida útil. A redução da geração de resíduos nesta fase vai exigir melhoria da qualidade da construção, projetos flexíveis, aumento da vida útil física. Já na fase de demolição a redução dos resíduos depende do prolongamento da vida útil dos edifícios e seus componentes; incentivos para que os proprietários realizem modernização e não demolições; de tecnologia que permitem reutilização dos componentes (JOHN; AGOPYAN, 2000).

Segundo Cabral e Moreira (2011) as perdas são ocasionadas pelos seguintes motivos:

- Perda ocasionada por superprodução, quando o trabalhador utiliza uma quantidade superior ao necessário, sem que possa ser utilizada posteriormente;
- Perda por manutenção de estoques;
- Perda durante o transporte;
- Perda pela fabricação de produtos defeituosos;

- Perda no processamento quando os materiais são recortados, pois se adequam ao tamanho.

Os resíduos gerados em grandes volumes nas atividades construtivas, não recebem solução adequada, impactam o ambiente urbano e criam locais propícios à proliferação de doenças, causando problemas de saneamento nas áreas urbanas.

Na composição dos RCD, a presença de resíduos perigosos (produtos ácidos, inflamáveis e outros) é relativamente baixa, contudo, ainda se faz importante o tratamento correto desses tipos de materiais (PINTO, 1999).

Impactos da Geração de Resíduos

Com profunda falta de conhecimento dos volumes gerados, dos impactos que estes causam, dos custos sociais envolvidos e, inclusive, das possibilidades de seu reaproveitamento, faz com que todos os envolvidos percebam que atividades corretivas não são suficientes em momentos que as pessoas se sintam prejudicadas com a falta de gerenciamento de resíduos (PINTO, 1999).

Muitos municípios não possuem áreas destinadas para receber os RCD, justo posto muitas vezes são dispostos em áreas de importantes cursos d'água, ocasionando enchentes e prejuízos para a sociedade. Estes quando não removidos pelo poder público, são introduzidos outros tipos de resíduos possibilitando a proliferação de doenças. Já quando destinados em aterros sanitários, terminam por encurtar o tempo de vida útil destes (SCHENINI; BAGNATI; CARDOSO, 2004).

Do ponto de vista ambiental, o problema principal com este tipo de resíduo está relacionado à sua deposição irregular e aos grandes volumes produzidos. A deposição irregular do resíduo é muito comum em todo mundo (JOHN; AGOPYAN, 2000).

Por outro lado, a disponibilização de locais e instalações para a recepção, triagem e processamento dos resíduos da construção civil elimina grande parte dos despejos clandestinos, melhora a paisagem urbana e possibilita uma melhor qualidade de vida a seus habitantes, além de reduzir custos operacionais da administração com a remoção. Em alguns casos a reciclagem pode representar uma redução de até 75% (setenta e cinco por cento) do custo da remoção (SCHENINI; BAGNATI; CARDOSO, 2004).

Cabe ressaltar ainda que em muitos canteiros de obra brasileiros há o reaproveitamento de materiais como papel, metálicos, plásticos e parte da madeira, que têm valor comercial imediato (PINTO, 1999).

Segundo Schenini, Bagnati e Cardoso (2004) a produção de agregados a partir dos entulhos gera economias de cerca de 80% (oitenta por cento) em relação ao preço dos agregados normais. Sua reutilização dispensa a extração de matéria prima da natureza, onde não degrada o solo e não polui o ar com os gases produzidos através de máquinas utilizadas na extração e transporte.

Segundo Cabral e Moreira (2011), alguns resíduos de materiais de construção civil podem ser reutilizados das seguintes formas: os rejeitos de concreto podem ser utilizados em aterros, após britagem na construção de rodovias, assim como blocos, alguns tipos de artefatos entre outros; a madeira pode ser reutilizada na própria obra, ou como matéria prima para fabricação de papel e papelão, além de combustível; os resíduos de alvenaria podem ser reutilizados na fabricação de concretos de resistências menores, como na massa de tijolos, além de serem queimados e reutilizados na construção civil; o gesso usado para a correção de solos; o papel e papelões devem ser comercializados em empresas de reciclagem.

Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho iniciaram com pesquisa exploratória com abordagem do problema de forma quantitativa.

Para este estudo a população se constituiu em órgãos municipais, secretaria de obras do município, além das instituições ambientais, no caso específico a Fundação Municipal de Meio Ambiente de Orleans – FAMOR e as obras de construção civil acima de quatro pavimentos e seus respectivos trabalhadores.

Foram analisados ainda para compor a amostra, normativas, diretrizes e legislações municipais relacionadas aos resíduos de construção civil no órgão municipal ambiental (FAMOR) e o órgão da prefeitura responsável pela parte de planejamento e obras.

Ainda para a realização desse artigo, as técnicas de pesquisa utilizadas foram:

- *Visita in loco*
- Avaliação documental
- Fotografias

- Entrevistas
- Questionários

O presente estudo foi realizado no município de Orleans localizado ao sul do Estado de Santa Catarina pertencente à Microrregião da Região Carbonífera e da Associação dos Municípios da Região Carbonífera – AMREC, tendo como limites territoriais ao norte os municípios de Grão Pará e Urubici; ao sul, Lauro Muller, Pedras Grandes e Urussanga; a leste as cidades de Braço do Norte, São Ludgero e Tubarão e a oeste o município de Bom Jardim da Serra. O município possui uma área de 550 km². De acordo com dados do Censo realizado pelo IBGE a população de Orleans em 2010, era de 21.393 habitantes, onde 16.086 residiam na área urbana e 5.309 na área rural. O Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes é de 524.174 mil reais. A Figura 1, mostra a localização da cidade de Orleans.

Figura 1 - Localização da cidade de Orleans



Fonte: Adaptado de IBGE (2015).

Para se obter as informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho deu-se início às pesquisas em campo, sendo que grande parte dos dados foram obtidos

diretamente na Prefeitura de Orleans e na FAMOR. Nestes setores buscou-se junto aos técnicos responsáveis informações sobre as normativas, diretrizes e legislações relacionadas à disposição dos resíduos e as legislações ambientais do município.

Posteriormente foi elaborado um questionário com perguntas essencialmente fechadas, a ser aplicado junto aos mestres de obras de empresas que atuam no ramo de construção civil.

Para aplicação do questionário foram consideradas somente as obras a partir de quatro pavimentos, por possuírem um maior potencial de geração de resíduos. Foram excluídas obras já entregues para seus respectivos donos, sendo estas em fase de acabamento, pela dificuldade de contato.

A partir de informações obtidas junto à secretaria de obras pôde-se verificar que o município se encontra com nove obras que se encaixam nas especificações necessárias a elaboração desse trabalho.

Dentre estas nove, em duas não foi possível a aplicação do questionário, pois em uma delas não foram encontrados funcionários presentes e na outra não houve a permissão do empreiteiro.

O questionário foi composto por dez questões simples, proporcionando respostas diretas, facilitando o entendimento dos funcionários, seguindo estrutura apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Questionário aplicado aos operários de obras

1	Ha a separação de resíduos na construção?	()Sim	()Não
2	Sabe separar cada tipo de entulho de acordo com sua classificação?	()Sim	()Não
3	Sabe a quantidade de resíduos produzida no dia?	()Sim	()Não
4	É correto uma obra produzir grande quantidade de resíduos?	()Sim	()Não
5	Há alguma reutilização de resíduos na obra?	()Sim	()Não
6	É importante separar corretamente os resíduos?	()Sim	()Não
7	Estariam disponíveis para ajudar na separação de RCD?	()Sim	()Não
8	Estariam dispostos a terem algum curso sobre a gestão de RCD?	()Sim	()Não
9	Algum órgão cobra a separação de materiais?	()Sim	()Não
10	A empresa em que você trabalha incentiva a separação dos RCC?	()Sim	()Não

Fonte: Autores (2015).

Foi acordado com todos os administradores das obras que a divulgação de nomes de empreiteiras, obras e funcionários não seria permitida. Todos resguardados por documentos.

Através de conversas informais com alguns funcionários buscou-se verificar qual o seu entendimento sobre o assunto, além de conhecer algumas técnicas por eles utilizadas para a diminuição dos impactos estudados no presente trabalho.

Resultados e Discussão

Na prefeitura de Orleans foi analisado o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios Consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul (CIRSURES). Neste Plano participam os municípios de Cocal do Sul, Morro da Fumaça, Treviso, Urussanga e também Orleans (GALATTO et al., 2013).

Neste plano são tratados todos os tipos de resíduos sólidos, sendo eles especiais (agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, pilhas e baterias; pneus; óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; produtos eletroeletrônicos e seus componentes), serviços de saúde, indústrias, construção e demolição.

No Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios Consorciados ao Cirsures, que o município de Orleans participa, no item de Resíduos Sólidos de Construção e Demolição, são levantadas as normas vigentes no país, além de indicar o correto manuseio deste tipo de material tendo como obrigação a exigência de que os resíduos coletados sejam encaminhados pela empresa para a reciclagem ou para aterro devidamente licenciado para este fim, não devendo lançar estes resíduos em terrenos baldios, áreas de bota-fora ou aterros impróprios. Esta recomendação é válida também para a prefeitura municipal, que deve coletar e dar destino ambientalmente adequado para os RCD gerados em obras públicas.

Porém, verificou-se que no município a maioria das empresas contratam caçambas para recolher os RCD e em alguns casos constatou-se que as mesmas ficam dispostas em calçadas, meio fio e terrenos baldios de forma irregular.

A Figura 2 ilustra a forma como é depositado a maioria dos resíduos de construção, neste caso o entulho é todo misturado o que dificulta para a empresa que recolhe a sua separação, além de ser suscetível a contaminação por outros resíduos.

Figura 2- Caçamba de entulho, disposta na via de acesso aos veículos



Fonte: Autores (2015).

Com relação à coleta das caçambas, de acordo com dados obtidos pela FAMOR, a empresa responsável possui licença ambiental de operação - LAO nº 022/2012, fornecida pela Fundação, contendo informações a respeito da disposição de entulhos.

O questionário aplicado nas obras foi elaborado e proposto pelo autor, com perguntas formuladas para identificar a percepção do trabalhador da construção civil, bem como o seu grau de conhecimento em relação aos RCD e também para identificar se há interesse por parte da classe operária em contribuir com melhorias sobre a gestão de resíduos no canteiro de obras. Com relação ao questionário aplicado com funcionários nas obras foram obtidos seguintes resultados:

Quanto à separação de resíduos na construção, de todos os entrevistados a maioria respondeu que não. Em relação ao conhecimento de como separar cada tipo de entulho, de acordo com sua classificação, as respostas maioritárias foram negativas.

Quando perguntado sobre a quantidade de resíduos produzida ao dia, quatro pessoas falaram que tem o controle do volume produzido de resíduos, os outros três responderam que não. No questionamento sobre geração de grande quantidade de

resíduos em obras, cinco entrevistados responderam que não era correto uma obra produzir grande quantidade de resíduos, os outros dois responderam que seria correto.

Com relação à questão relativa à reutilização de resíduos na obra, a grande maioria dos entrevistados respondeu que tal procedimento não era realizado. E quando questionados quanto à importância de separar corretamente os resíduos, a resposta foi unânime em concordar que o procedimento questionado tem importância dentro do quadro apresentado.

Os funcionários entrevistados também responderam que estariam disponíveis para ajudar a separar os resíduos, o que mostra o interesse de participação dos envolvidos no questionário a colaborarem na tarefa. E também afirmaram o compromisso em participar de cursos sobre gestão de resíduos. Quando questionados sobre a fiscalização nas obras, a maioria informou que desconhecem episódios de fiscalização.

Dentre as dez questões aplicadas, três foram sugeridas para saber o que os trabalhadores conhecem a respeito dos RCD. É importante ressaltar que a pergunta era dirigida aos entrevistados apenas por meio da sigla “RCD”. Explicou-se o significado da sigla aos operários antes de iniciar o questionário.

A partir do questionário aplicado verificou-se que os operários percebiam a importância em separar corretamente os resíduos e todos se mostraram interessados e disponíveis para ajudar na separação de RCD.

Quanto à fiscalização, apenas duas obras receberam vistorias e orientações sobre a correta disposição dos resíduos, porém em quatro obras os operários responderam que recebiam incentivos para separar os resíduos.

A separação de resíduos, nas obras pesquisadas, se encontra muito carente, pois somente uma possui. Isso se deve ao fato dela estar inserida no programa Minha Casa, Minha Vida que tem como premissa estar dentro das normas para que o incentivo do governo não seja perdido.

A pesquisa relatada, também apontou o desconhecimento da maioria dos funcionários em como se deve separar cada tipo de entulho. Onde isto poderia ser diminuído com as empreiteiras dando a estrutura necessária e também através de cursos que a maioria se mostrou disposta a participar.

Os trabalhadores responderam também, em sua maioria, que não pensavam ser correto uma obra produzir grande quantidade de resíduos, mostrando que uma obra com menor quantidade de resíduos é uma obra mais limpa e mais eficiente e agradável para exercerem seus ofícios.

Das ideias apresentadas pelos funcionários, foram obtidas ótimas sugestões para reutilização de materiais e diminuição de desperdícios. Mas ainda insuficientes, pois na maioria das obras não se utiliza nenhum tipo de reutilização de acordo com os questionários. Quatro dos funcionários referenciaram algumas ideias de reutilização já mencionadas anteriormente, onde os mestres de obras indicaram que não tinha reutilização. Isso é preocupante, pois indica a falta de controle dos coordenadores das obras, o que dificulta também na implantação de um programa de Gestão de RCD.

Em uma das obras vistoriadas foi identificada a separação de resíduos de construção e demolição. Nesta obra os resíduos são identificados por placas sinalizando onde cada material deve ser colocado de forma muito clara e objetiva, isso facilita muito os trabalhadores que buscam colaborar na separação. Essa obra está relacionada com o programa do governo Minha Casa, Minha Vida, que obrigatoriamente impõe regulamentos quanto à correta disposição de resíduos para participar do projeto do governo. As Figuras 3, 4 e 5, ilustram a forma como são acondicionados os resíduos na obra.

Figura 3– Separação do resíduo de madeira



Fonte: Autores (2015).

Figura 4– Separação resíduos perigosos



Fonte: Autores (2015).

Figura 5 – Separação papel/papelão e plástico



Fonte: Autores (2015).

Considerações Finais

O município de Orleans está incluído no plano de resíduos sólidos que compreende municípios consorciados ao Cirsures, este aplica diretrizes para todos os tipos de resíduos sólidos, inclusive os de construção e demolição, sendo estas bem

definidas e claras. Porém, o município carece de um plano próprio para resíduos sólidos de construção, através deste plano o poder público pode atuar de forma mais contundente com as empresas no que diz respeito à gestão de resíduos.

Uma das sugestões apresentadas no Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios Consorciados ao CIRSURES que é reforçada por ocasião desse trabalho é a elaboração do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, que tenha Pontos de Entrega Voluntária – PEV para receber pequenas quantidades de entulho. Desta forma, o município colabora para que os RCD tenham um destino adequado, não sendo depositados em locais impróprios causando degradação ao meio ambiente e afetando a saúde pública.

A partir da aplicação de questionários em nove obras no município de Orleans, pode-se verificar a inexistência ou a precariedade da separação de resíduos. Apenas em uma obra foi constatada a separação, a qual participa de um programa do governo federal que tem como requisito de aprovação de recurso a separação e destinação de resíduos.

Em outras obras a fiscalização de órgãos municipais, estaduais ou federais praticamente inexistente. Os trabalhadores e principalmente os donos das empreiteiras não se sentem cobrados e conseqüentemente não participam.

Por outro lado, os trabalhadores se mostraram dispostos a participar da separação de resíduos e algumas empreiteiras cobram, mas não disponibilizam estrutura adequada, como foi evidenciado nas visitas *in loco*.

Com relação às melhorias os operários apresentaram as seguintes sugestões:

- Utilização de padronização da caixaria, em que a mesma madeira é utilizada ao máximo, desde o começo até o final da obra, diminuindo assim o desperdício e conseqüentemente o resíduo, salvo alguns casos onde há a deterioração do material.
- Uso de restos de tijolos, concretos, areias e outros agregados inertes para aterro, esta ação deve ser licenciada pelo órgão ambiental municipal e elimina grande quantidade de entulho a ser enviada para aterro industrial.
- Uso da massa do chapisco que cai no chão podendo ser peneirada e reutilizada novamente na massa, como areia.

Outra questão observada por ocasião da aplicação do questionário foi que há poucas obras com separação de RCD e este fato se deve à pouca fiscalização pelos

órgãos competentes e a não cobrança pelas próprias empresas. Igualmente se verificou o desconhecimento da maioria dos entrevistados em relação à classificação dos entulhos, isso preocupa para a implantação de um sistema de Gestão de RCD, mas mesmo assim, muitos dos trabalhadores possuem interesse em participar de cursos quanto à correta separação e reutilização dos RCD, de forma a contribuir com a sustentabilidade nas obras.

Referências

ABNT – ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004: Resíduos sólidos – Classificação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. **Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002**. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, 2002.

_____. **Resolução nº 348, de 16 de agosto de 2004**. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, 2004.

_____. **Resolução nº 431, de 24 de maio de 2011**. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, 2011.

_____. **Resolução nº 469, de 29 de julho de 2015**. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, 2015.

CABRAL, A. E. B.; MOREIRA, K. M. D. V. **Manual sobre os Resíduos Sólidos da Construção Civil**. SINDUSCON CE, 2011.

COSTA, A. **Metodologia da Pesquisa**. Mafra, 2006.

DIDIO, L. **Como produzir monografias, dissertações, teses, livros e outros trabalhos**. São Paulo: Atlas, 2014.

GALATTO, S. L. et al. **Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios Consorciados ao Cirsures**. Criciúma – UNESC. 2013. 311p.

GALBIATI, A. F. O Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e a Reciclagem. Mato Grosso: **Instituto de Pemacultura Cerrado-Pantanal**, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=421170>>. Acesso em: 10 out. 2015.

JOHN, V. M.; AGOPYAN, V. Reciclagem de resíduos da construção. **Seminário - Reciclagem de resíduos sólidos domésticos**, 2000.

PINTO, T. D. P. **Metodologia para a gestão diferenciada de resíduos sólidos da construção urbana**. 1999. 190 p. Tese, (Doutor em Engenharia) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo. 2011.

ROMAGNA, L. D. **Contribuições para a capacitação das equipes de obras para a implantação de gestão de Resíduos de Construção e Demolição (RCD) no município de Criciúma – SC**. 2009. 143p. Trabalho de conclusão de curso, (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma. 2009.

SCHENINI, P. C.; BAGNATI, A. M. Z.; CARDOSO, A. C. F. **Gestão de Resíduos da Construção Civil**. Florianópolis-UFSC 2004.

SILVA, V. A. DA; FERNANDES, A. L. T. Cenário do gerenciamento dos resíduos da construção e demolição (RCD) em Uberaba-MG. **Sociedade & Natureza**, v. 24, n. 2, p. 333–344, 2012.

TESSARO, A. B.; SÁ, J. S. DE; SCREMIN, L. B. Quantificação e classificação dos resíduos procedentes da construção civil e demolição no município de Pelotas, RS. **Ambiente Construído**, v. 12, n. 2, p. 121–130, 2012.

Dados para contato:

Autor: Marcia Raquel Ronconi de Souza

E-mail: marciarronconi@yahoo.com.br

CIÊNCIAS DA SAÚDE

INDICAÇÃO FARMACÊUTICA DE FITOTERÁPICOS: UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS LEGAIS EM RELAÇÃO À PRÁTICA PROFISSIONAL

Ciências da Saúde

Artigo original

Fernando Mateus Scremin¹; Heloisa Caetano Michels¹; Jéssica Zomer Debiase¹; Paulo Rodrigo Fabro¹

¹Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE

Resumo: A profissão farmacêutica tem sofrido mudanças com o passar dos anos, tendo como principal consequência a descaracterização das farmácias em virtude da prática comercial e do afastamento do farmacêutico das suas funções. Porém, atualmente, busca-se uma retomada da importância do papel do farmacêutico, principalmente quando se fala de saúde pública. Dessa forma, acredita-se que a prática da indicação ou da prescrição farmacêutica, auxiliará na defesa do direito à saúde. O objetivo foi analisar a legislação atual quanto às possibilidades legais da prescrição e indicação farmacêutica. Tratando-se de um estudo teórico os dados deste trabalho foram extraídos em documentos oficiais do país, obtidos eletronicamente nos sites do Conselho Federal de Farmácia e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Os demais dados foram obtidos a partir da pesquisa em cinco bases de dados eletrônica. Os resultados demonstram que a legislação atual delimita como função do farmacêutico a realização da indicação farmacêutica dentro da farmácia pública ou privada, bem como, a prescrição farmacêutica em ambientes de saúde, destacando desta forma a dispensação racional dos medicamentos fitoterápicos e das plantas medicinais. Estas novas funções dos farmacêuticos estão regulamentadas tanto pelo Conselho Federal de Farmácia como pela ANVISA. Evidenciamos que a regulamentação na prescrição e indicação de medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais pelo profissional farmacêutico não é somente regulamentada pelo seu conselho, como também pela ANVISA, porém vê-se a necessidade da publicação de novas legislações, como forma de facilitar a compreensão da legislação atual.

Palavras-chave: Indicação farmacêutica. Prescrição farmacêutica. Fitoterápicos. Legislação.

INDICATION OF HERBAL PHARMACEUTICAL: AN ANALYSIS OF THE LEGAL CONCEPTS IN RELATION TO PROFESSIONAL PRACTICE

Abstract: The pharmaceutical profession has undergone changes over the years, the main consequence of the mischaracterization of pharmacies under the commercial

practice and the pharmaceutical spacing of their duties. But now seek to a resumption of the importance of the pharmacist's role, especially in a public health. Thus, it is believed that the practice of indication or prescription pharmaceuticals, assist in the defense of the right to health. The objective was to analyze the current legislation and the legal possibility of prescription and pharmaceutical statement. In the case of a theoretical study the data from this study were taken from official document of the country, obtained electronically on the websites of the Federal Council of Pharmacy oh Brazil (CFF) and the National Health Surveillance Agency (ANVISA). Other data were obtained from the survey in five bases of electronic data. The results demonstrate that the current legislation delimits as a pharmaceutical function of conducting the pharmaceutical indications within public or private pharmacy as well as the pharmaceutical prescription in healthcare environments, thus highlighting the rational dispensation of herbal medicines and medicinal plants. These new functions of pharmacists are regulated by both the CFF as the ANVISA. We showed that the regulation prescribing and indication of herbal medicines and medicinal plants by the pharmacist is not only regulated by its board, as well as the ANVISA, but sees the need for the publication of new legislation, in order to facilitate an understanding of current legislation.

Keywords: Indication pharmaceuticals. Prescription pharmaceuticals. Herbal medicines. Legislation.

Introdução

O termo fitoterapia é dado à terapêutica que utiliza os medicamentos cujos constituintes ativos são plantas ou derivados vegetais e que possuem sua origem no conhecimento e uso popular (BRASIL, 2012a). Desde a antiguidade o uso de plantas medicinais foi descrito com recurso terapêutico popular, porém, na atualidade a mesma passa de um contexto histórico para culminar no desenvolvimento de uma nova categoria de tratamento de primeira linha (TAVARES, 2012).

No início da década de 90, a Organização Mundial de Saúde divulgou dados, reconhecendo que de 65-80% da população de países em desenvolvimento dependiam das plantas medicinais como única forma de acesso aos cuidados básicos de saúde (SCREMIN; FABRO; DEBIASI, 2012).

O uso de plantas medicinais e fitoterápicos vem sendo difundido pela Organização mundial de Saúde desde 1978, onde se deu início ao programa mundial para estimular o uso de métodos da chamada “medicina tradicional”. O desenvolvimento e a busca por estas práticas tradicionais visam fornecer remédios ou práticas seguras e eficazes para a obtenção de saúde (TOMAZZONI; NEGRELLE; CENTA, 2006).

O mercado mundial de fitoterápicos gira em torno de 22 bilhões de dólares por ano (YUNES; PEDROSA; FILHO, 2001). No Brasil, representa apenas 5% de todo o consumo de medicamentos, movimentando mais de 400 milhões de dólares anualmente, mas nos últimos anos vem crescendo a uma taxa duas vezes superior em relação aos fármacos sintéticos (TOMAZZONI; NEGRELLE; CENTA, 2006; LEITE; BRANCO, 2010). As vendas de fitoterápicos nos EUA resultam em aproximadamente quatro bilhões de dólares por ano, porém, neste país os fitoterápicos são registrados e comercializados como suplementos alimentares assim não se podendo garantir a qualidade destes (RATES, 2001). Os países que classificam fitoterápicos como medicamentos lideram o mercado internacional, um exemplo é a Alemanha com vendas de 2,5 bilhões de dólares e França com 1,6 bilhões de dólares (BELLO; MONTANHA; SCHENKEL, 2002). Na maioria dos países a fitoterapia vem crescendo em escala geométrica.

A implantação das Políticas de Plantas Medicinais e Fitoterápicos em 2006 no Brasil, bem como suas diretrizes e regulamentações, trouxe o incentivo necessário ao desenvolvimento e pesquisa de novas plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos, sendo estas priorizadas e tendo foco na nossa biodiversidade. Além disso, essas políticas vieram para estimular o uso da fitoterapia nos programas de saúde pública, tornando desta forma necessário estudos multidisciplinares que envolvam os profissionais de diversas áreas, tendo o farmacêutico grande participação no desenvolvimento dessas políticas, ampliando desta forma, o conhecimento acerca das plantas medicinais (MONTEIRO et al., 2012).

O profissional farmacêutico é a mais importante fonte de informações para o paciente que se automedica, sendo que o farmacêutico deve ter o comprometimento de atuar sempre em busca da saúde do paciente (OLIVEIRA et al., 2005). Diversas resoluções, portarias e leis estabelecem a importância e os deveres do profissional farmacêutico.

A Resolução nº 417, de 29 de setembro de 2004 estabelece que o farmacêutico sempre atue com o maior respeito à vida humana, ao meio ambiente e à liberdade de consciência, assim como os direitos fundamentais aos homens (BRASIL, 2004).

O decreto nº 85.878, de 7 de abril de 1981 trata principalmente das atribuições privativas e não privativas e que podem ser desenvolvidas pelo farmacêutico (BRASIL,

1981). Nesta vertente, no ano de 2011, foi aprovada a Resolução nº 546 que permite a indicação farmacêutica de fitoterápicos e plantas medicinais (BRASIL, 2011a).

O Conselho Federal de Farmácia na resolução n. 477/2008 diz que é privativo do farmacêutico inscrito em um conselho regional a direção ou responsabilidade técnica na farmácia magistral e comunitária, indústria farmacêutica, ervanárias, distribuidoras e outros locais onde possam ser desenvolvidas atividades de atenção farmacêutica relacionada às plantas medicinais e fitoterápicos (BRASIL, 2012b).

No ano de 2012 foi publicada pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo uma Cartilha intitulada “Plantas Medicinais e Fitoterápicos”, na qual estes descrevem as funções do farmacêutico nesta área, são algumas delas (BRASIL, 2012a): participar de pesquisa e desenvolvimento tecnológico associados às plantas medicinais, priorizando as necessidades epidemiológicas da população, com ênfase nas espécies nativas e naquelas reconhecidas por programas de fitoterapia; indicar e prescrever plantas medicinais e fitoterápicos para a prevenção de doenças e para o bem-estar do paciente; promover o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, contribuindo para o fortalecimento dessa prática; manipular, dispensar e orientar sobre o uso seguro de plantas medicinais e seus derivados.

Um dos pontos ressaltados pela cartilha do Conselho Regional de Farmácia de São Paulo, é que o farmacêutico deve estimular o uso racional de plantas medicinal e fitoterápico, estimulando a automedicação responsável, indicando ou prescrevendo medicamentos isentos de prescrição médica (BRASIL, 2012a).

Para Zucollo (1999, apud GROSS; HAHN, 2012) os fitoterápicos são, em sua maioria, medicamentos de venda livre e que devem ser dispensados com uma atenção redobrada do profissional farmacêutico. O Conselho Federal de Farmácia conceitua a indicação farmacêutica como:

[...] ato do farmacêutico, praticado em área específica do estabelecimento farmacêutico, registrado e documentado, fundamentado na informação e educação ao paciente/usuário sobre o uso correto e racional de plantas medicinais e fitoterápicos, que possibilite o êxito da terapêutica, induza a mudanças nos hábitos de vida e proporcione melhores condições de saúde à população (BRASIL, 2011b, pág. 2).

A prescrição farmacêutica no Brasil é permitida para medicamentos não tarjados, cuja dispensação não exige receita médica. Essa classe de medicamentos encontra-

se definida na Resolução nº 138 de 2003 da ANVISA, em uma tabela denominada GITE (Grupos de Indicações Terapêuticas Especificadas) (BRASIL, 2003).

Ao indicar um medicamento ao paciente, como parte de um plano de cuidado, o farmacêutico deve definir com clareza o objetivo terapêutico, as opções terapêuticas disponíveis, deve negociar com o paciente a escolha do melhor medicamento e fornecer todas as orientações necessárias para o cumprimento do regime posológico, incluindo o agendamento do retorno de seguimento. A decisão terapêutica, portanto, é feita num modelo compartilhado com o paciente, unindo a prescrição farmacêutica à automedicação orientada (CORRER; OTUKI, 2011).

Nesse sentido, o objetivo do estudo foi analisar a literatura atual, buscando conceitos legais em relação à possibilidade de indicação farmacêutica e ou prescrição farmacêutica de fitoterápicos.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi classificada como básica (revisão bibliográfica), descritiva, com abordagem qualitativa, utilizando o método histórico. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, a amostra foi constituída em sua totalidade por dados bibliográficos, sendo que as principais fontes utilizadas foram artigos científicos obtidos através de bancos de dados como *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO, 2016), PubMed (2016), *Medline Plus* (2016) e Google acadêmico (2016).

Foram também utilizadas leis, decretos, normatizações, portarias disponíveis na legislação, caracterizando-se também como uma pesquisa documental. A pesquisa em questão utilizou como unitermos para o recolhimento de dados: fitoterapia, fitoterápicos, farmacêuticos, legislação farmacêutica, indicação fitoterápica. Os critérios de inclusão dos artigos desta revisão foram: artigos publicados em português ou inglês, com resumos ou artigos completos disponíveis nas bases de dados consultadas, no período de 1990 a 2016. Os artigos cujo tema ou a metodologia utilizada não permitissem obter boas evidências foram excluídos da pesquisa.

A indicação e a prescrição farmacêutica

Analisando os conceitos de indicação e prescrição farmacêutica, é necessário inicialmente abrirmos a discussão sobre os termos farmácia e drogaria, dispostos na

legislação. A Lei 5.991 de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, define em seu artigo quarto a drogaria e farmácia como: Farmácia - estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica (BRASIL, 1973);

Drogaria - estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais (BRASIL, 1973).

O farmacêutico, a partir de 29 de agosto de 2013, tem em suas mãos outra ferramenta que auxiliará no estímulo ao uso racional de medicamento. Com a publicação da Resolução 586/2013 do Conselho Regional de Farmácia, este profissional estará autorizado perante o seu conselho de realizar a prescrição farmacêutica.

A Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, estabelece que o processo de dispensação de medicamentos na farmácia está sob a responsabilidade do profissional farmacêutico (BRASIL, 1973).

Ao serem observados os serviços farmacêuticos na Resolução da Diretoria Colegiada n. 44/2009, percebe-se o relato de diversas atividades, dentre elas a possibilidade de indicação de medicamentos isentos de prescrição. Na seção III, artigo 81, é descrito que após a prestação do serviço farmacêutico deve ser entregue ao paciente uma declaração de serviço farmacêutico (BRASIL, 2009a).

A resolução 44/2009 veio acompanhada das Instruções Normativas n. 9 e 10, estas trazem a relação de produtos permitidos à dispensação e comercialização e a relação dos medicamentos isentos de prescrição, respectivamente (JOÃO, 2010).

Por sua vez o Conselho Federal de Farmácia declara a atuação do farmacêutico na indicação farmacêutica de medicamentos fitoterápicos em farmácia magistrais através da resolução n. 467 de 28 de novembro de 2007, a qual define, regulamenta e estabelece as atribuições e competências do farmacêutico na manipulação de medicamentos e de outros produtos farmacêuticos.

Segundo a Resolução nº 546, de 21 de julho de 2011, o farmacêutico pode dispensar a planta medicinal ou fitoterápicos isentos de prescrição através de sua indicação. A indicação deve ser feita de forma clara e registrada em documento

próprio em duas vias, sendo uma entregue ao usuário e outra arquivada no estabelecimento (BRASIL, 2011a).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária na resolução 87/2008 atualizando a RDC nº. 67, de 2007, passam a vigorar a nova redação quanto à prescrição ou indicação de medicamentos manipulados. Esta define que os profissionais legalmente habilitados por seus conselhos profissionais, serão responsáveis pela prescrição ou indicação de medicamentos (BRASIL, 2008b).

A indicação farmacêutica de medicamentos fitoterápicos ou plantas medicinais deverá ser realizada em ambiente específico e deverá ser registrado e documentado. Esta deverá ser realizada com base em conhecimentos técnicos científicos e respeitando as resoluções profissionais, bem como as regulamentações do órgão federal responsável pela vigilância sanitária (BRASIL, 2011a).

A grande maioria das transformações acontecidas na profissão farmacêutica levaram o farmacêutico ao afastamento das suas atribuições preconizadas pelo seu conselho profissional. Este passou de um profissional da saúde a um profissional que “entrega medicamentos” ao usuário. Porém, a legislação atual deve ser utilizada pelos farmacêuticos com uma nova concepção, devolvendo a estes a verdadeira atribuição do farmacêutico, prover a saúde.

Por fim, acredita-se que a prática da prescrição farmacêutica, auxiliará na defesa do direito à saúde, mediado desta forma, através da participação do farmacêutico na interação entre o usuário de medicamentos e este profissional da área da saúde. Desta maneira, o farmacêutico estará apto a oferecer um conjunto de ações em prol da saúde, contribuindo assim para a qualidade de vida do paciente.

O ato da prescrição

A palavra prescrição, etimologicamente, significa um conjunto de ações documentadas relativas ao cuidado à saúde, visando à proteção e recuperação da saúde, bem como a prevenção de doenças e outros problemas relacionados à saúde (BRASIL, 2013b).

O termo prescrição de medicamentos é designado na literatura como um documento com valor legal, a partir do qual é dispensado e administrado medicamentos e terapêuticas ali descritas. Este documento responsabiliza o prescritor perante o paciente e a sociedade (OSORIO-DE-CASTRO; PEPE, 2013).

A prescrição de medicamentos está amparada em normas sanitárias e aspectos éticos, que devem ser seguidos pelo profissional da área da saúde envolvido no processo de prescrição.

As primeiras normas que falam sobre a prescrição são as Leis Federais 5.991/1973 e 9.787/1999, a resolução do Conselho Federal de Farmácia n. 354/2001 e as resoluções do Conselho Federal de Medicina n. 1.552/1999, 1.477/1997 e 1.885/2008 (OSORIO-DE-CASTRO; PEPE, 2013).

A regulamentação da profissão farmacêutica ocorreu inicialmente através do Decreto n. 20.377 de 08 de setembro de 1931, e posteriormente, através da Lei 3.820 de 11 de novembro de 1960, na qual foi criado o Conselho Federal de Farmácia, e está designado entre suas funções:

[...] deliberar sobre questões oriundas do exercício de atividades afins às do farmacêutico; ampliar o limite de competência do exercício profissional, conforme o currículo escolar ou mediante curso ou prova de especialização realizado ou prestado em escola ou instituto oficial; expedir resoluções, definindo ou modificando atribuições ou competência dos profissionais de Farmácia, conforme as necessidades futuras e zelar pela saúde pública, promovendo a assistência farmacêutica [...]

Ao serem observadas as atribuições do Conselho Federal de Farmácia, fica claramente definido no artigo sexto da Lei n. 3.829/1960, que este tem poder de “expedir resoluções, definindo ou modificando atribuições ou competência dos profissionais de Farmácia, conforme as necessidades futuras” (BRASIL, 1960).

Tal concepção demonstra que o Conselho Federal de Farmácia possui atribuição jurídica ou consuetudinária de regular a prescrição farmacêutica. Desta forma, o farmacêutico terá legalidade para execução da indicação ou da prescrição de medicamentos.

Analisando esta possibilidade, verificamos na literatura e na legislação que o farmacêutico pode se expressar formalmente, prescrevendo medicamentos isentos de prescrição ou até mesmo para aqueles de uso contínuo.

Existe uma convergência entre as leis, na qual a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. No seu artigo trigésimo quinto que a prescrição deve conter a data e a assinatura do

profissional, endereço do consultório ou da residência, e o número de inscrição no respectivo Conselho Profissional (BRASIL, 1973).

Analisando o código de ética da profissão farmacêutica (resolução 417/2004) é delimitado como dever do farmacêutico: aconselhar e prescrever medicamentos de livre dispensação, nos limites da atenção primária à saúde (BRASIL, 2004).

A qualidade da atenção primária à saúde pode ser distinguida pela intensidade da competência profissional, pelo risco proporcionado ao paciente, pelo grau de satisfação do usuário e pela satisfação em saúde (ARAUJO, 2008).

Desta forma, a prescrição farmacêutica será um procedimento pelo qual o farmacêutico poderá identificar uma necessidade de saúde, ou seja, prestar atenção primária à saúde, e através de uma conduta terapêutica irá proporcionar ao usuário a satisfação em saúde.

Analisando a legislação relacionada à prescrição médica, regulamentada pelo Decreto n. 20.931/1932 (regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária, farmacêutico e enfermeira parteira), onde é feita uma alusão ao ato de prescrever como exclusividade do médico e do cirurgião dentista. Porém não há referência à profissão farmacêutica, nem mesmo quanto à permissão ou proibição da prescrição farmacêutica (BRASIL, 1932). Desta forma, a prescrição não pode ser considerada uma atribuição indelegável ao farmacêutico.

Como segundos termos de uma correlação podemos analisar a Lei n. 11.903 de 14 de janeiro de 2009 a qual dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos, na qual é delimitado ao órgão de vigilância sanitária a competência de estabelecer listas de medicamentos, tais como: medicamentos de venda livre, de venda sob prescrição e retenção de receita e de venda sob responsabilidade do farmacêutico, sem retenção de receita (BRASIL, 2009b).

Com relação à legislação sanitária temos ainda a Resolução da Diretoria Colegiada n. 87, de 21 de novembro de 2008, que altera o regulamento técnico sobre Boas Práticas de Manipulação, diz que:

A prescrição ou indicação, quando realizada pelo farmacêutico responsável, também deve obedecer aos critérios éticos e legais previstos. No caso de haver necessidade de continuidade do tratamento, com manipulação do medicamento constante de uma prescrição por mais de uma vez, o prescritor deve indicar na receita a duração do tratamento. Na ausência de indicação na prescrição sobre

a duração de tratamento, o farmacêutico só poderá efetuar a repetição da receita, após confirmação expressa do prescritor. Manter os registros destas confirmações, datados e assinados pelo farmacêutico responsável (BRASIL, 2008b, p 58).

Atualmente, dispomos da resolução do Conselho Federal de Farmácia, n. 586 de 29 de agosto de 2013, que regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. O conselho ao regulamentar a prescrição farmacêutica, realiza isso como forma de harmonizar a profissão farmacêutica com outras profissões da área da saúde, reforçando assim a missão de cuidar do bem-estar e valorizar o conhecimento técnico científico e ético do farmacêutico (BRASIL, 2013b).

A prescrição farmacêutica [...] constitui uma atribuição clínica do farmacêutico e deverá ser realizada com base nas necessidades de saúde do paciente, nas melhores evidências científicas, em princípios éticos e em conformidade com as políticas de saúde vigentes (BRASIL, 2013b, p. 3).

A prescrição farmacêutica é definida com o ato pelo qual o farmacêutico seleciona uma terapia para cuidar do paciente, tendo o propósito de promover, proteger e recuperar a saúde do paciente.

Desta forma, a prescrição farmacêutica adquirindo a forma de um documento oficial é importante para o reconhecimento da atividade clínica do profissional e reforçando a função do farmacêutico em relação à prevenção e promoção da saúde.

O Conselho exercendo sua função de deliberar e regulamentar a profissão farmacêutica neste ano de 2013 publicou o regulamento que define as atribuições clínicas do farmacêutico. Onde em seu artigo sétimo, que regulamenta a atribuições do farmacêutico, no item XXVI está descrito que o farmacêutico é apto a prescrever, desde que, conforme a legislação específica, no âmbito de sua competência profissional (BRASIL, 2013a).

Outras deliberações que envolvem o termo prescrição e ou indicação farmacêutica foram publicados nas seguintes resoluções:

- Resolução n. 357 de 27 de abril de 2001, onde a prescrição farmacêutica é descrita no capítulo da dispensação, a sombra da retórica “automedicação responsável”, no qual é descrito que está pode ser realizada pelo farmacêutico, quando dá prescrição de medicamentos isentos de prescrição (BRASIL, 2001).

- Resolução n. 467, de 28 de novembro de 2007, esta regulamentação norteia ao farmacêutico a capacidade de manipular, dispensar e comercializar medicamentos isentos de prescrição, bem como cosméticos, independente da apresentação da prescrição (BRASIL, 2007).

- Resolução n. 477, de 28 de maio de 2008, que institui o farmacêutico a realizar a automedicação responsável dos usuários de plantas medicinais e fitoterápicos (BRASIL, 2008a).

- Resolução n. 546, de 21 de julho de 2011, que dispõe sobre a indicação farmacêutica de plantas medicinais e fitoterápicos isentos de prescrição (BRASIL, 2011b).

Diante desse contexto, compreende-se que as definições trazidas pela legislação sobre a “Prescrição Farmacêutica”, são evidentes e referem-se às atribuições que podem ser exercidas pelo farmacêutico.

Fitoterápicos para prescrição farmacêutica

Inegavelmente, as plantas medicinais e os fitoterápicos apresentam papel importante na terapêutica: cerca de 25% dos medicamentos prescritos mundialmente são de origem vegetal (CORDEIRO; CHUNG; SACRAMENTO, 2005).

Os fitoterápicos são produtos de venda livre e frequentemente necessitam da automedicação responsável e da orientação farmacêutica (RATES, 2001). Realmente até alguns anos atrás os fitoterápicos eram oficialmente classificados como sendo medicamentos de venda sem exigências de prescrição médica. Isto pode ser visto na legislação:

- Portaria n. 2, de 24 de janeiro de 1995, delimita os fitoterápicos como medicamentos de venda sem exigência de prescrição médica (BRASIL, 1995).

Em contrapartida em 2002, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária publica a Resolução n. 356/2002, na qual determina a retirada de medicamentos à base de Kava Kava (*Piper methysticum L.*) que não possuam tarja vermelha contendo os dizeres “venda sob prescrição médica” (BRASIL, 2002).

Em 2003, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária publicou a Resolução da Diretoria Colegiada n. 138, de 29 de maio de 2003, que é o principal regulamento dos medicamentos isentos de prescrição. A construção da lista de Grupos e Indicações Terapêuticas Específicas foi baseada em critérios como índice terapêutico, toxicidade, lista de medicamentos essenciais e legislação internacional. Qualquer medicamento

que apresente indicação farmacológica que se enquadre nesta lista, será considerado um medicamento isento de prescrição (BRASIL, 2003).

Todos os medicamentos cujos grupos terapêuticos e indicações terapêuticas estão descritos no Anexo: Lista de Grupos e Indicações Terapêuticas Especificadas (GITE), respeitadas as restrições textuais e de outras normas legais e regulamentares pertinentes, são de venda sem prescrição médica, a exceção daqueles administrados por via parenteral que são de venda sob prescrição médica (BRASIL, 2003, p. 1).

Esta lista pode servir como base para a escolha de fitoterápicos passíveis de prescrição pelo farmacêutico, desde que o medicamento fitoterápico se encaixe em uma das indicações terapêuticas específicas.

Atualmente, a Instrução Normativa n. 5 de 11 de dezembro de 2008, atualizada pela Instrução Normativa n. 2 de 13 de maio de 2014, apresenta em anexo a lista de medicamentos fitoterápicos de registro simplificado, na qual são descritas algumas informações sobre estes medicamentos, tais como: nomenclatura botânica; nome popular; marcador químico (padronização); restrições de uso, dentre outras. Quanto à obrigação ou isenção de prescrição médica para a venda de medicamentos fitoterápicos, esta é encontrada nesta instrução normativa no tópico descrito com restrição de uso.

Fazendo uso da legislação em vigor o farmacêutico será capaz de prescrever os medicamentos fitoterápicos.

Considerações Finais

O profissional farmacêutico é importante ferramenta de informação para os pacientes que utilizam medicações no tratamento de suas doenças. Além disso, com a permissão da indicação de fitoterápicos de venda livre e plantas medicinais o farmacêutico adquiriu outro grande papel na atenção farmacêutica.

O farmacêutico é um profissional apto à indicação de medicamentos fitoterápicos? A presente pesquisa evidenciou que a regulamentação na prescrição de medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais pelo profissional farmacêutico não é somente regulamentada pelo seu conselho, como também pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A legislação atual estabelece a prescrição e a indicação farmacêutica em diferentes níveis de complexidade. Porém é cabível que o farmacêutico durante sua formação acadêmica adquira conhecimento adequado sobre os medicamentos, desde a base farmacotécnica até a farmacológica, migrando pelas mais variadas áreas. O farmacêutico é detentor do conhecimento sobre a indicação, mecanismo de ação, condições seguras de uso, características farmacocinéticas, posologia e dosagem.

A legislação ainda recomenda quais são os conteúdos mínimos para a qualificação de um profissional farmacêutico, para que este seja capaz de prescrever ou indicar medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais. Reconhecendo desta maneira, a capacidade clínica do farmacêutico perante a possibilidade da prescrição e ou indicação farmacêutica.

De fato, a regulamentação desta atribuição ao profissional farmacêutico publicada pelo Conselho Federal de Farmácia, como a Resolução 586 de 29 de agosto de 2013, veio influenciar e contribuir com as outras regulamentações já publicadas. Com a legislação alinhada e estimulando a presença de um profissional com característica clínica, os farmacêuticos com certeza buscarão se atualizar nesta área.

A prescrição e a indicação farmacêutica entram em concordância com as tendências das políticas públicas de saúde, que é desenvolver maior integração entre os profissionais da área da saúde. Este incentivo ao farmacêutico prescritor reforça ainda mais a sua missão de zelar pelo bem-estar da população e proporcionar maior qualidade de vida ao paciente e à população.

Considerando que a população e a sociedade possuem uma demanda ou carência de cuidados de atenção básica à saúde, será um grande desafio para o profissional farmacêutico atender esta demanda, mas poder ser uma importante oportunidade para que este profissional assumira de vez o papel de profissional da saúde frente à população brasileira.

A análise da legislação comprovou a legalidade perante a prescrição e indicação farmacêutica, porém novas legislações podem ser criadas pela Agência Nacional de Vigilância como forma de facilitar a compreensão da legislação atual.

Referências

ARAUJO, A. L. A., et al. Perfil da assistência farmacêutica na atenção primária do Sistema Único de Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. abr. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000700010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2015.

BELLO, C. M.; MONTANHA, J. A.; SCHENKEL, E. P. Análise das bulas de medicamentos fitoterápicos comercializados em Porto Alegre, RS, Brasil. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, pp. 75-83, jul/nov. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbfar/v12n2/a04v12n2.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

BRASIL. Decreto nº 20.931 de 11 de janeiro de 1932. Regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil, e estabelece penas. **Diário Oficial da União**; Poder Executivo, Brasília, DF, nº12, de 15 jan. 1932. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/116714/decreto-20931-32>>. Acesso em: 12 out. 2013.

_____. Lei nº3.820 de 11 de novembro de 1960. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 nov. 1960. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/leis/3820.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2013.

_____. Lei n. 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 dez. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5991.htm>. Acesso em: 07 Set. 2013.

_____. Decreto nº 85.878 de 07 de abril de 1981. Âmbito Profissional do farmacêutico. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 abr. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85878.htm>. Acesso em: 05 Out. 2013.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria n. 02 de 24 de janeiro de 1995. **Especifica os medicamentos de vendas em a exigência de prescrição médica**. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/medicamentos/legis/portaria.htm>>. Acesso em: 13 Out. 2013.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução n. 356 de 28 de fevereiro de 2002. Determina como medida de interesse sanitário a apreensão em todo o território nacional de qualquer produto farmacêutico a base de Kava Kava (*Piper methysticum* L.) que não possuam tarja vermelha contendo os dizeres “venda sob prescrição médica”. **Diário Oficial da União**, 04 mar. 2002.

_____. Resolução da Diretoria Colegiada n. 138, de 29 de maio de 2003. Dispõe sobre o enquadramento na categoria de venda de medicamentos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 06jun. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85878.htm>. Acesso em: 13 out. 2013.

_____. Resolução nº 417 de 29 de setembro de 2004. Aprova o código de ética da profissão farmacêutica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 maio 2005. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/417.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2013.

_____. Resolução nº 467 de 28 de novembro de 2007. Define, regulamenta e estabelece as atribuições e competências do farmacêutico na manipulação de medicamentos e de outros produtos farmacêuticos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 Dez. 2007. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/467.pdf> >. Acesso em: 05 out. 2013.

_____. Resolução nº 477 de 28 de maio de 2008. Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito das plantas medicinais e fitoterápicos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02 jun. 2008a. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/res477_2008.pdf>. Acesso em: 05 out. 2013.

_____. Resolução RDC nº 87, de 21 de novembro de 2008. Altera o Regulamento Técnico sobre as Boas Práticas de Manipulação em Farmácias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 nov. 2008b. Disponível em: <http://www.farmacia.ufg.br/uploads/130/original_RDC_87_de_2008.pdf >. Acesso em: 05 Out. 2013.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução nº 44, de 17 de agosto de 2009a. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 ago. 2009. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2009/pdf/180809_rdc_44.pdf>. Acesso em 05 out. 2013.

_____. Lei n. 11.903, de 14 de janeiro de 2009. Dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 jan. 2009b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11903.htm >. Acesso em: 12 out. 2013.

_____. Resolução nº 546 de 21 de julho de 2011. Dispõe sobre a indicação farmacêutica de plantas medicinais e fitoterápicos isentos de prescrição e o seu registro. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jul. 2011a. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/546.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2013.

_____. Resolução nº 556 de 01 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a direção técnica ou responsabilidade técnica de empresas e/ou estabelecimentos que dispensam, comercializam, fornecem e distribuem produtos farmacêuticos, cosméticos e produtos para a saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 dez. 2011b. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/556.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2013.

_____. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo. **Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Publicação do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2012a. Disponível em: <http://www.crfsp.org.br/joomla/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=114&Itemid=59>. Acesso em: 09 out. 2013.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). .Resolução - RDC n. 41, de 26 de julho de 2012b. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 Set. 2012b. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/zip/U_RDC-ANVISA-41_260712.pdf>. Acesso em: 09 out. 2013.

_____. Resolução nº 585 de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 set. 2013a. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2013.

_____. Resolução nº 586 de 29 de agosto de 2013. Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 set. 2013b. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/586.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2013.

CORDEIRO, C. H.G.; CHUNG, M.C.; SACRAMENTO, L.V.S. do. Interações medicamentosas de fitoterápicos e fármacos: *Hypericum perforatum* e *Piper methysticum*. **Rev. bras. farmacogn.**, João Pessoa, v. 15, n. 3, Set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-695X2005000300019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 out. 2013.

CORRER, C. J.; OTUKI, M. F. **Método Clínico de Atenção Farmacêutica**. 2011. Disponível em: <<http://www.saude.sp.gov.br/resources/ipgg/assistencia-farmaceutica/otuki-metodoclinicoparaatencaofarmaceutica.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2013.

GROSS, A. O.; HAHN, G. V. Automedicação em pacientes cardíacos. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 4, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/406/282>>. Acesso em: 25 maio 2013.

JOÃO, W. S. J. Serviços farmacêuticos e sociedade: uma mudança de paradigmas. **Pharmacia Brasileira**, jan/fev, 2010. Disponível em: <http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/124/044a045_walter_jorge_%282%29.pdf>. Acesso em: 12 out. 2013.

LEITE, T. C. C.; BRANCO, A. Análise das bulas de medicamentos à base de *Ginkgo biloba L.* **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 31, n. 1, p. 83-87, ago/mar. 2010. Disponível em: <http://serv-bib.fcfa.unesp.br/seer/index.php/Cien_Farm/article/viewFile/987/938>. Acesso em: 20 fev. 2012.

MONTEIRO, A. G. C. C., et al. *Pfaffia paniculata* K.: relato de experiência sobre o ensino de fitoterapia na graduação em enfermagem. **Revista de Enfermagem**, v. 8, n. 8, p. 256-264, 2012. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeenfermagem/article/view/492>>. Acesso em: 09 out. 2013.

OLIVEIRA, A. B., et al. Obstáculos da atenção farmacêutica no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**. v. 41, n. 4, p. 409-413, 2005. Disponível em: <<http://www.ceatenf.ufc.br/Artigos/Obstaculos%20da%20ATENFAR%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2013.

OSORIO-DE-CASTRO, C. G. S.; PEPE, V. L. E. Prescrição de medicamentos. **Portal ensp. [Online]**. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/judicializacao/pdfs/516.pdf>>. Acesso em 12 out. 2013.

RATES, S. M. K. Promoção do uso racional de fitoterápicos: uma abordagem no ensino de farmacognosia. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 11, n. 2, p. 57-69, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbfar/v11n2/a01v11n2.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2013.

SCREMIN, F. M.; FABRO, P. R.; DEBIASI, J. Z. Leonurus sibiricus L.: farmacobotânica e fitoquímica. **Revista de Pesquisa e Inovação Farmacêutica**, v. 4, n. 1, p. 31-39, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uniban.br/index.php?journal=RPINF&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=330&path%5B%5D=295>>. Acesso em: 06 out. 2013.

TAVARES, J. C. **Formulário médico-farmacêutico de fitoterapia**. 3 ed. São Paulo: Pharmabooks, 2012.

TOMAZZONI, M.; NEGRELLE, R. R. B.; CENTA, M. L. Fitoterapia popular: a busca instrumental enquanto prática terapêutica. **Texto e Contexto Enfermagem**. Florianópolis, v.15, n. 1, p. 115-121, 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/714/71415114.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2013.

YUNES, R. A.; PEDROSA, R. C.; FILHO, V. C. Fármacos e fitoterápicos: a necessidade do desenvolvimento da indústria de fitoterápicos e fitofármacos no Brasil. **Química Nova**, v. 24, n. 1, pp. 147-152, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v24n1/4464.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2013.

Dados para contato:

Autor: Fernando Mateus Scremin

E-mail: screminfm@yahoo.com.br

PARTO HUMANIZADO: CONTRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO OBSTETRA

Ciências da Saúde

Artigo de revisão

Renata Elias Leas¹; Diego José Cifuentes¹

¹Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE

Resumo: A humanização do parto refere-se à adoção de procedimentos voltados ao conforto e bem-estar da parturiente, como forma de tornar o momento mais agradável, reduzir a dor e permitir o esclarecimento de dúvidas e medos da mulher. Na humanização, preconizada pela legislação brasileira, deve ocorrer uma completa explicação dos procedimentos que serão aplicados. A gestante deverá ter o direito a um acompanhante, pode alimentar-se, movimentar-se e decidir o local e a posição para o nascimento do filho. Este trabalho faz uma revisão bibliográfica visando compreender as contribuições do enfermeiro obstetra durante o trabalho de parto. Os objetivos específicos foram estabelecidos como o entendimento do trabalho de parto, a compreensão sobre a dor e percepção da dor, bem como a caracterização do parto humanizado, além de ter o intuito de responder à questão norteadora do estudo: “qual o papel do enfermeiro obstetra na humanização do parto?” Esse profissional possui conhecimentos teóricos, práticos, técnicos e pessoais que, quando aplicados, permitem a ele tornar-se um apoiador, um cuidador da parturiente. Compreendeu-se que o enfermeiro obstetra tem um papel fundamental no parto e em sua humanização, pois é o profissional capaz de acompanhar a parturiente em todos os momentos e, dessa forma, deixá-la mais segura, consciente dos procedimentos que serão adotados e apta a participar das decisões sobre seu corpo e o nascimento de seu filho.

Palavras-chave: Parto. Dor. Humanização.

HUMANIZED BIRTH: NURSING CONTRIBUTIONS OBSTETRICIAN

Abstract: The birth humanization refers to the adoption of procedures aimed at comfort and well-being of the mother as a way to make the most pleasant time, reduce pain and allow clarification of doubts and fears of women. Humanization, recommended by the Brazilian legislation, there should be a full explanation of the procedures to be applied. The pregnant woman should have the right to a companion, she can feed, move and decide the location and position for the birth. This study is a literature review to understand the contributions of nurse midwife during labor. The specific objectives were established as the understanding of labor, the understanding of pain and pain perception and characterization of humanized delivery, in addition to in order to answer the main question of the study: "What are the role of nurse's obstetrician in birth humanization?" This professional has theoretical, practical, technical and personal knowledge that, when applied, allow him to become a supporter, a caregiver of the mother. It was understood that the obstetrician nurse plays a key role in childbirth and its humanization, it is the professional able to follow

the mother at all times and thus make it more safe, aware of the procedures to be adopted and able to participate in decisions about their body and the birth of his son.

Keywords: Childbirth. Pain. Humanization.

Introdução

Uma forma de alívio da dor e do sofrimento das mulheres durante o parto é a aplicação dos conceitos de humanização, por meio dos quais fica estabelecido que essas mulheres têm assegurados seus direitos sobre o próprio corpo, podendo optar pelo local, como na banheira, chuveiro, na cama, em pé, deitadas, de cócoras, entre outras (BRASIL, 2012). Além disso, essas mulheres têm direito a um acompanhante, visando aumentar a sensação de cuidado e eliminar a solidão vivida por muitas delas (BRASIL, 2012).

A dor é uma experiência presente na expressiva maioria dos partos normais, considerando-se que a dilatação e a expulsão do feto fazem com que essa dor, além de acentuada, torne-se difusa, ou seja, sentida em uma área muito mais ampla (NILSEN; SABATINO; LOPES, 2011). Diante dessa realidade, é preciso que medidas de alívio da dor sejam desenvolvidas, visando tornar o momento mais confortável e menos traumático (NILSEN; SABATINO; LOPES, 2011).

Muitas mulheres ainda compreendem a dor de parto como sendo uma ocorrência que não pode ou não deve ser eliminada, pois é uma forma de provar que são maduras, fortes e estão prontas para assumir, da melhor forma, sua responsabilidade como mães, porém, apesar disso, muitas mães vêm tomando consciência de que é seu direito optar pela via de parto que melhor atende suas características e, no caso de parto normal, elas sabem que têm o direito de recorrer a medidas que tornem a dor menos acentuada e permitam que elas vivam melhor o momento do nascimento de seus filhos (DAVIM; TORRES; DANTAS, 2008).

Nesse sentido, o presente trabalho justifica-se pela relevância de compreender o que é a humanização do parto e o papel do enfermeiro obstétrico nessa prática, considerando-se que existe a demanda por conhecimentos técnicos, mas também uma maior capacidade de relacionamento, diálogo e cuidado com a gestante. Certamente outros profissionais da área de saúde possuem conhecimentos relevantes, todavia, o enfermeiro obstétrico atua diretamente com a mãe, muitas

vezes desde o pré-natal e, assim, torna-se mais fácil para ele cumprir seu papel (SILVA; CUNHA; OKASAKI, 2001, p. 19).

Apesar de haver leis que preconizam a humanização do atendimento no parto, a realidade de muitas instituições de saúde ainda não contempla as ferramentas e os conhecimentos adequados para que isso ocorra, nem a preparação total e irrestrita dos enfermeiros para preconizar a humanização e, assim, o questionamento principal deste estudo é compreender qual o papel do enfermeiro obstétrico na humanização do parto, como forma de beneficiar mães, filhos e a própria equipe de saúde. Os objetivos específicos foram estabelecidos como a descrição do trabalho de parto, a compreensão sobre a dor e percepção da dor e a verificação das características do parto humanizado.

O foco deste estudo foi compreender qual o papel do enfermeiro obstetra na humanização do parto, estabelecida por lei como prática obrigatória por parte das instituições de saúde e direito de todas as parturientes.

Procedimentos Metodológicos

Essa é uma revisão bibliográfica que aborda o papel do enfermeiro obstétrico e sua relação com o parto humanizado. Para o desenvolvimento deste estudo foram selecionados 23 artigos através de uma busca nas Bases de Dados Bireme, Scielo com as expressões “parto humanizado”, “dor” e “enfermeiro obstetra”.

O parto

Por parto normal, ou parto natural, destaca-se a via de parto que ocorre espontaneamente, sendo que o corpo da gestante atua no nascimento do bebê (COREN SP, 2010). Trata-se da via de parto mais indicada para mulheres de forma geral, ou seja, desde que não haja solicitação em contrário por parte do médico, devido a condições específicas da mãe (COREN SP, 2010). No parto normal ocorre a saída do bebê pelo canal vaginal, sem a realização de intervenção cirúrgica (COREN SP, 2010).

Queiroz et al. (2005) afirmam que o parto normal trata-se do método natural de nascimento e, de forma geral 92% das mães podem ter seus filhos por meio de parto normal, se assim quiserem, considerando-se que se trata da forma de nascimento que permite recuperação imediata e logo após o nascimento a mãe poderá levantar e

proceder do cuidado de seu filho, apesar de que algumas complicações podem ser citadas como próprias do parto normal, porém, essas são menos graves do que as ocorrências associadas ao parto cirúrgico, além do fato que logo após o nascimento por parto normal a amamentação torna-se mais fácil, a infecção hospitalar é menos frequente.

Durante o trabalho de parto, o acompanhamento por profissionais de saúde preparados é essencial, visando mantê-la calma e confortável, já que o parto normal tende a apresentar dor e sofrimento para a mulher (COREN SP, 2010). O respeito e a atenção dos profissionais para com a mulher são fatores essenciais, já que ela precisa de auxílio, encontra-se fora de seu ambiente e suas condições não são as melhores, diante do esforço e da dor que vivencia (COREN SP, 2010).

É preciso destacar que, no presente, 84% dos partos ocorridos na rede privada são cesáreos, enquanto na rede pública eles correspondem a 40%. Diversos são os fatores que levam a esse fenômeno, destacando-se a demora no nascimento, que por meio do parto normal pode levar horas, o que faz com que muitos médicos induzam as mães a optar pelo parto cesáreo (BRASIL, 2015).

Pode-se citar 3 estágios no trabalho de parto, a dilatação, a expulsão e a dequitação, sendo que a dilatação se trata do estágio inicial do trabalho de parto e envolve uma dor significativa, em função dos estímulos dolorosos que se propagam até os segmentos adjacentes devido à dilatação do colo do útero, períneo e isquemia das fibras do miométrio e muitas pacientes relatam a dor como difusa, sem um local específico (DAVIM; TORRES; DANTAS, 2008).

No estágio da expulsão do bebê, a transmissão da dor se dá por meio das fibras de condução rápida, tornando-se localizada e específica, enquanto na fase de dequitação ocorre a expulsão total da criança pela vagina da parturiente, sendo necessários esclarecer que este estágio perdura até a total expulsão da placenta, com dor intensa, porém progressivamente diminuída (DAVIM; TORRES; DANTAS, 2008).

Durante a dilatação ocorre a predominância da dor visceral, apresentando-se um estímulo doloroso (nociceptivo) advindo do mecanismo de distensão da parte inferior do útero e da dilatação cervical, quando da fase de expulsão, a dor assume uma característica somática, gerada pela distensão e tração das estruturas pélvicas ao redor da cúpula vaginal, bem como a distensão do assoalho pélvico e períneo (NILSEN; SABATINO; LOPES, 2011).

Como a dor durante todas as etapas do trabalho de parto é acentuada, muitas mulheres acabam optando pelo parto cesáreo, pois nessa modalidade de parto são anestesiadas e não sentem as dores das contrações, dilatação e expulsão (DOWNE, 2014).

É preciso esclarecer que no Brasil existe uma forte percepção de que o parto normal causa dor e sofrimento desnecessários, em função do caráter fisiológico do evento, de modo que a mulher que opta pelo parto normal deverá apresentar um comportamento de superação frente à dor (PEREIRA; FRANCO; BALDIN, 2011).

De acordo com os estudos de Moura et al. (2009), em 2002, 38 mil recém-nascidos e 2 mil mães faleceram devido a complicações durante a gestação, parto ou pós-parto. No mundo, 500 mil mulheres morrem e outras 50 mil apresentam sequelas relacionadas à gestação, parto e pós-parto, fatos que levam à compreensão de que mesmo que o nascimento seja um momento de alegria, parto e pós-parto ainda representam riscos de morte da mãe e do filho e, assim, o medo também é um sentimento comum durante essas ocorrências (MOURA et al., 2009).

Destaca-se que para Pereira; Franco e Baldin (2011), o parto cesáreo vem assumindo características de comércio, sendo muito lucrativo para os médicos e instituições de saúde envolvidos, por tomar menos tempo para que ocorra o nascimento da criança, porém, com custos elevados para a parturiente, já que demanda do pagamento de anestesia, do processo cirúrgico da cesárea, permanência da mulher e do filho por mais tempo em instituição hospitalar, entre outros fatores.

Na realidade, o que deve acontecer é a completa e adequada informação da gestante a respeito das vias de parto que poderá selecionar, como se dá cada uma delas, os riscos envolvidos, as opções para redução da dor, enfim, dados que permitam que a gestante faça a opção de parto de forma consciente, com vistas às dificuldades e vantagens de cada modalidade e, assim, escolha aquela que melhor atende suas características (BRASIL, 2012).

O trabalho de parto refere-se a todo o período que encampa o início das contrações e o nascimento do bebê e é preciso destacar que a referida atividade pode durar muitas horas e, durante todas elas, sempre haverá algum grau de dor associado, considerando-se que o corpo busca expulsar o bebê por meio da vagina, levando a uma dilatação acentuada dos músculos e demais estruturas que compõem a área e proximidades (NILSEN; SABATINO; LOPES, 2011).

Dor e possíveis intercorrências

Mamede et al. (2007), realizaram estudo buscando compreender e avaliar a dor vivida pela mulher durante o trabalho de parto e afirmam que as mulheres por eles entrevistadas destacaram, de forma geral, uma dor de intensidade média, que progride durante o trabalho de parto, conforme ocorre a dilatação cervical, sendo que em função dela e do aumento da frequência e intensidade das contrações uterinas, as parturientes passam a sentir uma dor cada vez mais intensa, sendo que o nível mais acentuado de dor ocorre quando a dilatação alcança os 9 ou 10 centímetros.

É fato que o trabalho de parto causa dor à gestante, porém, muitas evoluções ocorreram no cenário médico e, atualmente, diferentes medidas podem ser adotadas no intuito de amenizar a dor e tornar o parto normal um momento mais agradável, porém, muitas pessoas ainda acreditam que a dor faz parte desse momento, que reduzi-la significa demonstrar a falta de força da mulher, enquanto enfrentá-la demonstra que está apta a ser mãe (MAMEDE et al., 2007). Além disso, muitas mulheres não têm acesso a possibilidade de controle e redução da dor, em função de não terem medidas disponíveis no local onde vivem ou não serem disponibilizadas pelo sistema único de saúde (MAMEDE et al., 2007).

De certa forma, essa dor é vista pelas mulheres como o marco inicial da maternidade e que o “preço a ser pago”, por esta, poderia ficar “quase esquecida”, após o prêmio que seria a chegada do filho. No imaginário de muitas mulheres, ser uma boa mãe é aquela que sofre às dores do parto, com a finalidade de cumprir o seu papel (DAVIM; TORRES; DANTAS, 2008, p. 101).

Neste ponto, é preciso destacar, ainda, que cada pessoa tem uma percepção peculiar da dor, ou seja, cada mulher vivencia um diferente grau de dor durante o parto, em função de suas características peculiares, tolerância aos estímulos dolorosos e muitos outros fatores (NILSEN; SABATINO; LOPES, 2011).

Humanização do parto

Moura et al. (2007), esclarecem que desde os períodos mais antigos a assistência ao parto foi vista como uma atividade feminina, ou seja, mulheres ajudavam outras mulheres no momento do nascimento dos filhos, sendo que a participação das parteiras era muito comum, porém, essas mulheres não possuíam

conhecimentos científicos, mas sua experiência prática era vasta e, assim, eram consideradas as mais habilitadas para conduzir os partos (MOURA et al., 2007).

Na década de 40 inicia-se o processo de institucionalização do parto, ou seja, ele deixa de ocorrer em casa e as mulheres passam a ser hospitalizadas para o nascimento dos filhos, sendo que muitas outras pessoas passam a fazer parte do processo, como enfermeiro, homens e mulheres, médicos, anestesistas, dentre outros (NILSEN; SABATINO; LOPES, 2011).

Essa mulher é retirada de sua casa e levada a uma instituição de saúde, na qual fica afastada de seus familiares e do ambiente ao qual está acostumada, fato que gera desconforto, insegurança e insatisfação, além de apresentar, ainda, a desvantagem de que esta mulher passa a optar pela cesárea, como forma de evitar a dor e as longas horas do trabalho de parto, quase sempre estimulada pela equipe de saúde a optar por essa possibilidade (MOURA et al., 2007).

Estando a mulher fora de seu ambiente, a presença de um acompanhante durante o trabalho de parto é de grande valia, pois traz a sensação de conforto e segurança, desde que este acompanhante seja preparado, instruído pela equipe de saúde para que saiba como atuar no sentido de auxiliar a parturiente (MOURA et al., 2007).

Para que se possa respeitar os direitos das parturientes, esses direitos precisam ser conhecidos e compreendidos por toda a equipe de saúde, de modo que exista um engajamento de todos os integrantes no sentido de oferecer à mulher condições adequadas e dignas para o nascimento de seu filho, seja o primeiro ou não, de modo a evitar dor e sofrimento que ultrapassem o necessário, vinculado ao parto é impossível de ser totalmente eliminado (NILSEN; SABATINO; LOPES, 2011).

O parto humanizado deve ser conduzido com foco ao direito da parturiente de selecionar e contar com um acompanhante durante todo o processo, bem como após o nascimento, para que este permaneça ao seu lado e lhe auxilie no controle do medo, já que esta parturiente se encontra preocupada e sente-se sozinha quando não pode contar com um acompanhante de sua escolha e, assim, a sensação de dor pode se tornar ainda mais intensa (COREN SP, 2010). No decorrer do parto humanizado, é direito da mulher andar, movimentar-se caso considere possível e apropriado, além de ser da obrigação dos profissionais de saúde indicar as possíveis posições de parto, permitindo-lhe selecionar em qual delas deseja conduzir o nascimento de seu filho,

sentindo-se mais valorizada e com o poder de decisão sobre seu corpo (COREN/SP, 2011).

É importante ter em mente que durante a gestação e logo depois dela, durante o puerpério, a mulher enfrenta diferentes sentimentos e conflitos emocionais que, associados à mudança em seu corpo, fatores psicológicos e hormonais, podem torná-la vulnerável e mais sensível do que ocorre de forma normal (NAGAHAMA; SANTIAGO, 2011).

Surge, assim, o intuito de proceder a humanização do parto, a humanização deste momento que apresenta grandes dificuldades para a parturiente, porém, significa um novo momento em sua vida e na vida de toda a família (MOURA et al., 2007). Por humanização do parto cita-se uma ação que visa o bem-estar das mulheres atendidas, instituída como um direito em todo o país, sem exceções, pois a humanização da saúde trata-se de uma política estabelecida pelo Ministério da Saúde com o intuito maior de converter os momentos de sofrimento nas instituições de saúde em momentos de apoio, atenção, carinho e respeito (BRASIL, 2012).

O conceito de humanização do parto pode ser bastante diversificado, porém, há um movimento defendendo-o como um processo que respeita a individualidade das mulheres, valorizando-a como protagonista e permitindo a adequação da assistência à cultura, crenças, valores e diversidade de opiniões dessas pessoas (CASTRO; CLAPIS, 2005, p. 961).

De fato, é preciso destacar que a humanização do nascimento deverá ter início com a concepção, por meio do pré-natal, durante cada uma das consultas realizadas (DINIZ, 2005). A mãe deverá se sentir segura, protegida, assistida, compreender cada uma das etapas do processo, enfim, deverá sentir-se realmente tranquila a respeito do nascimento de seu filho (DINIZ, 2005).

Diniz (2005), destaca que a humanização do parto deve ser uma prática constante, em todas as unidades de saúde, considerando-se que o momento do parto é sempre dificultoso, envolvendo receios, dor, inseguranças e mesmo um desequilíbrio físico, psicológico e hormonal que afetam a mulher e, assim, ela deve ser tratada de forma a tornar esse momento o mais agradável e menos permeado pelo sofrimento possível.

Todos os envolvidos no processo de nascimento são humanos e, assim, suas atitudes devem refletir essa humanidade, o respeito pela pessoa, por suas condições,

sua dor e seu medo e, diante desse respeito, os profissionais deverão demonstrar que não estão ali apenas para cumprir um papel profissional, mas que realmente se importam com as pessoas envolvidas, ou seja, a parturiente e seu acompanhante, pois não basta que apenas um deles seja bem tratado, ambos precisam perceber o respeito do qual são destinatários e, assim, se concretiza a humanização do parto (NAGAHAMA; SANTIAGO, 2011).

Cita-se como atitudes de máxima importância o diálogo, a presença, a responsabilidade profissional, o comprometimento, as experiências compartilhadas e a arte de amar, de modo que quando elas faltam ou são conduzidas parcialmente, a humanização também não ocorrerá de forma adequada e completa, pois a convivência profissional com os seres humanos que se envolvem e são envolvidos no processo do nascimento é indispensável (NAGAHAMA; SANTIAGO, 2011).

É preciso esclarecer que a humanização deve ser conduzida de forma que os profissionais compreendam que estão atendendo uma pessoa que passa por condições de saúde inadequadas ou, no caso da parturiente, uma pessoa que experimenta dor e sofrimento, medos e inseguranças e, nesse cenário, não é um objeto a ser tratado, mas um indivíduo com uma identidade, uma realidade e uma história, que tem direito a cuidados diversos para que se sinta respeitado e em uma situação confortável (DINIZ, 2005).

Pode-se afirmar, assim, que a humanização é essencial em todas as áreas da saúde, de modo a tornar todo o processo de tratamento e recuperação da saúde mais agradável e menos traumático. De acordo com o COREN/SP (2011), o parto humanizado envolve respeito, cuidados bastante específicos e atenção direcionada à gestante, definindo a adoção de medidas para a redução da dor, como a realização de massagens, banhos de chuveiro e banheira de hidromassagem, músicas e aplicação de técnicas de relaxamento, de modo que a mulher desvie o foco da parturiente da dor para a proximidade da chegada de seu filho, tornando o momento inesquecível, não pelo sofrimento, mas pela felicidade nele inculcida.

A humanização do parto visa fazer com que a parturiente, que se encontra em um momento conturbado, no qual vivencia alegria e dor ao mesmo tempo, seja atendida de forma digna, humana, atenciosa e respeitosa, para que o processo deixe de ser visto como traumático e passe a ser visto como uma ocorrência que traz alegria e satisfação para sua vida, bem como de seus familiares (BRASIL, 2012).

“A parturição pode ser percebida pela mulher como angustiante, uma vez que, a partir do momento em que é internada na maternidade, ela passa a não ter controle da situação, tudo se torna imprevisível e não familiar” (SILVA et al., 2014, p. 722). É preciso que se considere, em todas as situações, que o parto se trata de um momento marcante na vida das mulheres e, assim, deve ser conduzido com respeito, integridade e de forma digna, para que não seja associado com dor, sofrimento, humilhação e desrespeito (SILVA et al., 2014).

Inegavelmente, o parto é um momento único e inesquecível na vida da mulher, quando o cuidado despendido pelos profissionais deveria ser singular e pautado no protagonismo da mulher, tornando-o mais natural e humano possível. Distintamente de outros acontecimentos que necessitam de cuidados hospitalares, o processo de parturição é fisiológico, normal, necessitando, na maioria das vezes, apenas de apoio, acolhimento, atenção, e o mais importe, humanização (ANDRADE; AGGIO, 2014, p. 2).

Enquanto a mulher que opta por uma cesárea precisa manter-se por um longo período em jejum, a mulher que opta pelo parto normal pode alimentar-se e, no caso do parto humanizado, a alimentação é utilizada como forma de demonstrar que o parto não deve ser uma ocorrência limitadora, mas agradável, que não está associada à doença, mas ao nascimento de um novo membro da família. (COREN/SP, 2011).

O enfermeiro obstetra na humanização do parto

Ferreira Júnior e Barros (2012), destacam que quanto mais os partos passaram a ser realizados em instituições de saúde, menor tornou-se a preocupação específica com a mulher, com seu conforto, com os sentimentos de receio, angústia e outros, capazes de tornar o parto em um momento desagradável, traumático e sempre associado à dor, solidão e, muitas vezes, desrespeito.

A humanização do parto somente poderá ocorrer de forma ampla, abrangendo todas as situações, quando houver envolvimento e comprometimento dos profissionais que atuam com a parturiente, permitindo que ela perceba os momentos que antecedem o nascimento de seu filho como agradáveis, permeados por carinho, atenção e cuidado, esses profissionais precisam comprometer-se com a humanização e atuar sempre com foco na parturiente, visando fazer com que aquele momento seja o menos agressivo e traumatizante possível (NAGAHAMA; SANTIAGO, 2011).

Para que o parto humanizado possa ocorrer, destaca-se que a instituição de saúde deverá ter um local adequadamente preparado para isso, bem como profissionais treinados, sejam eles enfermeiros obstétricos ou médicos (COREN/SP, 2011). Não basta que todas as condutas de respeito e atenção sejam assumidas pelos profissionais envolvidos, se o local para a ocorrência do parto não contar com as ferramentas necessárias para sua humanização, quais sejam a higiene, espaço adequado, luz na medida necessária, possibilidade de ouvir música, banheira ou piscina para o nascimento, entre tantas outras (COREN/SP, 2011).

Pode-se afirmar que o objetivo da humanização é:

[...] obter uma parturiente e um neonato saudáveis com o mínimo de intervenções que seja compatível com a segurança. Visando essa humanização, algumas condutas devem ser estimuladas durante o parto, como a presença de acompanhante, oferta de líquidos, uso de técnicas não invasivas para alívio da dor e liberdade de escolha da posição no parto, entre outras (MARQUE; DIAS; AZEVEDO, 2006, p. 440).

O Governo Federal, por meio do Programa de Humanização do Parto e Nascimento, do ano de 2000, define que é preciso reorganizar a assistência prestada, vinculando o pré-natal ao parto e puerpério, de modo que o acesso seja ampliado e as mulheres tenham garantia de qualidade e os procedimentos mínimos essenciais para seu bem-estar (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2000 *apud* MARQUE; DIAS; AZEVEDO, 2006).

Marque, Dias e Azevedo (2006) destacam que muito se tem debatido a respeito da importância da humanização do atendimento de saúde e no momento do parto, todavia, poucas são as práticas que preconizam essa humanização e estabelecem padrões de atendimento e acompanhamento focados totalmente na pessoa do paciente, não apenas em sua condição de saúde.

Castro e Clapis (2005), afirmam que o enfermeiro obstétrico tem um papel de máxima relevância no que tange à humanização do parto, considerando-se que este profissional apresenta os conhecimentos técnicos necessários para a adequada condução do trabalho de parto e, assim, se for adequadamente preparado, recebendo as instruções e esclarecimentos sobre a humanização e seu significado durante um momento tão delicado quanto o nascimento, poderá representar a diferença entre um

parto permeado de dor, sofrimento e trauma e um parto agradável, tranquilo e realizado conforme as demandas e características da parturiente.

O estabelecimento de políticas públicas de saúde que tenham como objetivo a humanização do parto é essencial para que isso ocorra em todo o país, todavia, apenas o dispositivo legal estabelecendo a humanização não é suficiente para que ela se realize e se consolide no sistema de saúde, de modo que é essencial que mecanismos de preparação das equipes, com ênfase no enfermeiro obstétrico, sejam desenvolvidos e esclarecidos, para que cada um dos profissionais envolvidos conheçam a importância da humanização do trabalho de parto, bem como seu papel individual dentro da equipe, como forma de tornar o momento mais adequado e menos traumático possível (NAGAHAMA; SANTIAGO, 2011).

Nagahama e Santiago (2011) destacam que a obstetrícia existe como uma parte integrante da Medicina, visando atender o período da gravidez, parto e pós-parto, também chamado de puerpério, esteja a mulher nas condições normais ou em casos em que se apresentam anormalidades, problemas ou intercorrências, demandando de práticas tecnológicas que trazem os conhecimentos das antigas parteiras, pelo menos o quanto é possível manter desses conhecimentos, além de associar conhecimentos técnicos elaborados ao longo dos anos por meio das disciplinas específicas.

O profissional de enfermagem com especialização em obstetrícia não pode acreditar que seu trabalho seja apenas a atenção na sala de parto, na verdade, cabe a ele acompanhar a gestante durante o pré-natal, parto e puerpério, visando incentivar a parturiente a proceder do aleitamento materno exclusivo e outras condutas altamente benéficas para mães e filhos, no sentido de manter as melhores condições de saúde (NAGAHAMA; SANTIAGO, 2011).

Garcia, Lippi e Garcia (2010) destacam que a humanização não encampa apenas o momento exato do parto, já que este é apenas o desfecho de uma gestação que perdura por várias semanas e, assim, deve ter início ainda no pré-natal, para que neste período já se inicie um relacionamento de respeito e confiança da gestante para com a equipe e, assim, posteriormente, quando do momento do parto, ela apresentará menores níveis de ansiedade, insegurança e medo.

Compreende-se, assim, que a humanização do parto, desde o início do atendimento pré-natal até o puerpério, passa grandemente pelas mãos dos

enfermeiros, com ênfase nos enfermeiros obstétricos, profissionais preparados com os conhecimentos técnicos necessários e que, além disso, são capazes de proporcionar um atendimento mais humano, atencioso, digno e respeitoso a todas as mulheres antes, durante e após o parto, como forma de prepará-las física e psicologicamente para a melhor atuação como mães e os cuidados com seus filhos (NAGAHAMA; SANTIAGO, 2011).

Garcia, Lippi e Garcia (2010) afirmam que o enfermeiro obstetra tem grandes responsabilidades no momento do parto, considerando-se estar em contato direto com a parturiente e, assim, ele tem a possibilidade de atuar como um cuidador, alguém que presta assistência e apoio, tira dúvidas, responde a questionamentos e conduz a gestante de forma a estar calma e bem preparada para o nascimento do filho.

É relevante relatar que Garcia, Lippi e Garcia (2010, p.383– 384), destacam de forma bastante cuidadosa o papel do enfermeiro obstetra durante todo o processo de parto, bem como no período pós-parto.

O COFEN, através da Resolução nº 223/1999, dispõe, em seu artigo 3º, sobre responsabilidade do enfermeiro obstetra: a) assistência à parturiente e ao parto normal; b) identificação das distócias obstétricas e tomada de todas as providências necessárias, até a chegada do médico, devendo intervir, de conformidade com sua capacitação técnico-científica, adotando os procedimentos que entender imprescindíveis, para garantir a segurança do binômio mãe/filho; c) realização de episiotomia, episiorrafia e aplicação de anestesia local, quando couber; d) emissão do Laudo de Enfermagem para Autorização de Internação Hospitalar, constante do anexo da Portaria SAS/MS- 163/98; e) acompanhamento da cliente sob seus cuidados, da internação até a alta.

É certo que o enfermeiro obstetra não substitui o médico obstetra, porém, como esses médicos, na maioria das vezes, não encontram tempo para permanecer ao lado da parturiente durante o trabalho de parto, por apresentarem outros nascimentos que devem ser por eles realizados, como no caso das cesáreas, o enfermeiro obstetra assume uma função da maior relevância, por ser o profissional de saúde preparado para acompanhar a parturiente para que esta não se sinta abandonada ou insegura em função da ausência do médico (GARCIA; LIPPI; GARCIA, 2010).

Nesse sentido, é possível compreender que o enfermeiro obstetra deve ser visto como um profissional da maior relevância durante o parto e pós-parto, mas acima de tudo na busca pela humanização do nascimento, tendo-se em mente que tal

profissional compreende a dor, o sofrimento e a insegurança das parturientes e, por meio de sua preparação profissional e de suas experiências práticas, pode tanto auxiliar nos procedimentos médicos, como se tornar a pessoa que aconselha, conversa, esclarece, acompanha e tranquiliza a parturiente durante todo o processo (GARCIA; LIPPI; GARCIA, 2010).

Considerações Finais

Muitas mulheres ainda guardam consigo a concepção de que a dor do parto é necessária para prepará-las como mães, demonstrando sua força, maturidade e capacitação, todavia, esta é uma concepção ultrapassada, já que a mãe não precisa viver a dor em sua forma mais intensa para estar adequadamente preparada para melhor cumprir seu papel. Nesse sentido, as mulheres passam a optar, em grandes proporções, pelo parto cesáreo, caracterizado como uma intervenção cirúrgica que vem crescendo muito ao longo dos anos, no qual se dá a aplicação de anestesia e, assim, a mãe não passa pelas dores do parto, todavia, necessita de mais tempo no hospital, a dor ocorre após o fim da anestesia, ela tem dificuldades de locomover-se e cuidar do filho, além dos riscos mais elevados de infecção hospitalar.

Para reduzir a ocorrência dos partos cesáreos, uma ferramenta de grande relevância é a humanização do parto, que se dá por meio de diferentes práticas voltadas à pessoa da parturiente, oferecendo-lhe cuidado, atenção, carinho e, com isso, é possível reduzir sua percepção sobre a dor que sente. As medidas aplicadas na humanização são a alimentação da parturiente, seu direito de selecionar um acompanhante, a possibilidade de escolha da via de parto, o local e a posição em que este ocorrerá, a realização de massagens, uso de música, enfim, uma série de medidas que levam ao relaxamento, aumentam a satisfação e confiança da mulher e, conseqüentemente, impactam sobre a dor que sentem.

O desenvolvimento do presente artigo permitiu a compreensão de que o enfermeiro obstetra possui os conhecimentos técnicos necessários para proceder do acompanhamento de todo o processo de parto, principalmente em situações em que o médico não se encontra presente ou não pode acompanhar todo o nascimento, em função do tempo que muitas vezes é necessário para isso. Nesses casos, tranquiliza a mãe ter o conhecimento de que pode contar com a atuação de um profissional preparado e cujo foco de trabalho, naquele momento, será voltado para ela e não para outras possíveis ocorrências.

No que se refere à humanização do parto, esse profissional poderá utilizar-se de sua preparação profissional para atuar de forma interpessoal, diretamente com a gestante, prestando todos os esclarecimentos necessários, conversando, indicando as opções, estimulando a parturiente para que ela enfrente o parto com tranquilidade, conforto e com menos dor.

Referências

ANDRADE, Briena Padilha; AGGIO, Cristiane de Melo. Violência obstétrica: a dor que cala. In: Simpósio de Gênero e Políticas Públicas, 3, 2014. Londrina – Paraná. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3_Briena%20Padilha%20Andrade.pdf> Acesso em: 10 nov. 2015.

BAZAGLIA MARTINS, Alessandra; RIBEIRO, Juliana; GERALDES SOLER, Zaida Aurora. Proposta de exercícios físicos no pós-parto: um enfoque na atuação do enfermeiro obstetra. **Invest. educ. enferm.** v. 29, n. 1, p. 40-46, 2011,. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/iee/v29n1/v29n1a05.pdf>> Acesso em: 04 nov. 2015.

BRASIL. **Violência obstétrica: parirás com dor.** 2012. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2015.

_____. **Gestantes com plano de saúde buscam SUS para parto normal..** 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2015/02/gestantes-com-planos-de-saude-buscam-sus-para-parto-normal>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

CASTRO, Jamile Claro de; CLAPIS, Maria José. Parto humanizado na percepção das enfermeiras obstétricas envolvidas com a assistência ao parto. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v.13, n.6, p. 960-967, 2005,. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v13n6/v13n6a07.pdf>> Acesso em: 09 nov. 2015.

COREN – Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. **Parto natural.** 2010. Disponível em: <http://inter.coren-sp.gov.br/sites/default/files/parto_natural.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015.

DAVIM, Rejane Marie Barbosa; TORRES, Gilson de Vasconcelos; DANTAS, Janmilli da Costa. Representação de parturientes acerca da dor de parto. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 10, n.1, p.100-109, 2008. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/fen_revista/v10/n1/pdf/v10n1a09.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015.

DINIZ, Carmen Simone Grilo. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Ciênc. saúde coletiva**, v.10, n.3, p. 627-637, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n3/a19v10n3.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2015.

DOWNE, Soo. Reduzindo intervenções de rotina durante o trabalho de parto e parto: primeiro, não causar dano. **Cad. Saúde Pública**, v. 30, suppl. 1, p. S37-S39, 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csp/v30s1/0102-311X-csp-30-s1-0037.pdf>> Acesso em: 05 nov. 2015.

FERREIRA JUNIOR, Antonio Rodrigues; BARROS, Nelson Filice de. A humanização do parto no cenário de disputas da obstetrícia. **Physis**, v. 22, n. 4, p. 1591-1593, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v22n4/a19v22n4.pdf>> Acesso em: 05 nov. 2015.

GARCIA, Selma Aparecida Lagrosa; LIPPI, Umberto Gazi; GARCIA, Sidney Antonio Lagrosa. O parto assistido por enfermeira obstetra: perspectivas e controvérsias. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 23, n. 4, 2010.

GOMES, Vera Lúcia de Oliveira; FONSECA, Adriana Dora da; ROBALLO, Evelyn de Castro. Representações sociais de adolescentes mães acerca do momento do parto. **Esc. Anna Nery**, v. 15, n. 2, p. 300-305, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ean/v15n2/v15n2a12.pdf>> Acesso em: 05 nov. 2015.

LEGUIZAMON JÚNIOR, Teodoro; STEFFANI, Jovani Antônio; BONAMIGO, Elcio Luiz. Escolha da via de parto: expectativa de gestantes e obstetras. **Revista bioética**, v.21, n.3, p. 509-517, 2013.

MAMEDE, Fabiana Villela; ALMEIDA, Ana Maria de; SOUZA, Luiz de; MAMEDE, Marli Villela. A dor durante o trabalho de parto: o efeito da deambulação. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. v.15, n.6, p. 1157-1162, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n6/pt_15.pdf> Acesso em: 03 nov. 2015.

MARQUE, Flávia Carvalho; DIAS, Ieda Maria Vargas; AZEVEDO, Leila. A percepção da equipe de enfermagem sobre humanização do parto e nascimento. **Esc Anna Nery R Enferm**. v. 10, n. 3, p. 439 – 472, dez. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ean/v10n3/v10n3a12>> Acesso em: 08 nov. 2015.

MARTINS, Cleusa Alves; ALMEIDA, Nilza Alves Marqués; DE MATTOS, Diego Veira. Parto domiciliar planejado: assistido por enfermeiro obstetra. **Enfermería Global**, v. 11, n. 27, p. 306-311, 2012.

MOURA, Fernanda Maria de Jesus S. Pires et al. A humanização e a assistência de enfermagem ao parto normal. **Rev. bras. enferm**. v.60, n.4, p. 452-455, 2007, Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reben/v60n4/a18.pdf>> Acesso em: 06 nov. 2015.

MOURA, Fernanda Maria de Jesus S. Pires *et al.* A humanização e a assistência de enfermagem ao parto normal. **Rev. bras. enferm**. v..60, n.4, p. 452-455, 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0034-71672007000400018&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 03 nov. 2015.

NAGAHAMA, Elizabeth Eriko Ishida; SANTIAGO, Silvia Maria. Parto humanizado e tipo de parto: avaliação da assistência oferecida pelo Sistema Único de Saúde em uma cidade do sul do Brasil. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, v.11, n.4, p. 415-425,

2011, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v11n4/v11n4a08.pdf>> Acesso em: 03 nov. 2015.

NILSEN, Evenise; SABATINO, Hugo; LOPES, Maria Helena Baena de Moraes. Dor e comportamento de mulheres durante o trabalho de parto e parto em diferentes posições. **Rev Esc Enferm USP**, v. 45, n. 3, p. 557-65, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n3/v45n3a02.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

PEREIRA, Raquel da Rocha; FRANCO, Selma Cristina; BALDIN, Nelma. A dor e o protagonismo da mulher na parturição. **Rev Bras Anesthesiol.**, v. 61, n. 3, p. 376-388, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rba/v61n3/v61n3a14.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2015.

PORTO, Fernando; MORAES, Nilson Alves; NASCIMENTO, Maria Aparecida de Luca. Impacto de uma portaria ministerial: aspectos da concretude social e política da enfermagem obstétrica. **Rev. bras. enferm.** v. 55, n. 4, p. 440-443, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v55n4/v55n4a14.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2015.

QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira *et al.* Incidência e características de cesáreas e de partos normais: estudo em uma cidade no interior do Ceará. **Rev. bras. enferm.**, v. 58, n.6, p. 687-691, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v58n6/a11v58n6.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

SILVA, Michelle Gonçalves da et al. Violência obstétrica na visão de enfermeiras obstetras. **Revista Rene**, v.15, n. 4, p. 720-782, jul-ago. 2014. Disponível em: <www.revistarene.ufc.br> Acesso em: 09 nov. 2015.

Dados para contato:

Autor: Diego José Cifuentes

E-mail: diegojcfuentes@yahoo.com.br

CIÊNCIAS AGRÁRIAS

ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL EM PROPRIEDADES RURAIS COM NASCENTES EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER (SC)

Ciências Agrárias

Artigo Original

Cassio Ferreira¹; Marcia Raquel Ronconi de Souza²; Claudio da Silva²; Mauro Zavarize²; Elder Borba²

¹ Fundação de Meio Ambiente de Lauro Muller; ²Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE.

Resumo: A água está cada vez mais comprometida no mundo, problemas com o meio ambiente vêm a cada dia desgastando esse recurso que é fundamental para a vida de todas as espécies que habitam a Terra. Diante desse contexto, a preservação e conservação das nascentes podem ser uma alternativa para a falta de água. Com base nisso, o presente trabalho teve o intuito de realizar uma análise socioambiental em propriedades rurais com nascentes em processo de recuperação ambiental no município de Lauro Muller, localizado na região Sul do estado de Santa Catarina. Para a realização deste trabalho inicialmente foi realizado um diagnóstico ambiental, buscado informações sobre o processo de recuperação ambiental em nascentes e obtido informações socioambientais com usuários de nascentes em processo de recuperação, através de questionários e coleta de dados em campo. Por fim pode-se sugerir práticas de conservação das nascentes, através de programas de educação ambiental.

Palavras-chave: Água. Nascentes. Preservação. Conservação.

ENVIRONMENTAL ANALYSIS IN RURAL PROPERTIES WITH SPRINGS IN PROCESS OF RECOVERY IN THE MUNICIPALITY LAURO MULLER (SC)

Abstract: Water is increasingly committed in the world, problems with the environment come every day wearing this feature that is fundamental to the lives of all the species that inhabit the Earth. In this context, the preservation and conservation of springs can be an alternative to the lack of water. Based on this, the present study aimed to carry out an environmental analysis in farms with springs in environmental recovery process in the municipality of Lauro Muller, located in the southern state of Santa Catarina. For this work was initially carried out an environmental diagnosis, sought information on the environmental recovery process springs and obtained environmental information with users of nascent recovery process through questionnaires and collection of field data. Finally, it can be suggested from the springs conservation practices through environmental education programs.

Keywords: Water. Spring. Preservation. Conservation.

Introdução

Nas propriedades rurais do município de Lauro Müller (SC) se encontram diversas nascentes e a preservação e conservação se fazem necessárias pelo comprometimento dos recursos hídricos nesta região.

O município de Lauro Muller enfrenta problemas ambientais há muitos anos. Esses problemas estão relacionados à vasta exploração de carvão mineral na região, o que veio a comprometer e contaminar alguns de seus recursos hídricos, tanto superficiais, quanto subterrâneos.

Segundo informações da prefeitura municipal, 23% da população do município está localizada em propriedades rurais, que utilizam água de nascentes para as atividades desenvolvidas e a subsistência.

A partir desse contexto, o objetivo principal deste trabalho foi realizar uma análise socioambiental em propriedades rurais com nascentes em processo de recuperação ambiental no município de Lauro Müller (SC). Os dados coletados foram obtidos em quatro propriedades rurais onde estão localizadas nascentes em processo de recuperação ambiental. Nesta oportunidade foi realizado um breve diagnóstico na área e aplicação de um questionário com os proprietários. Ao final foi desenvolvido uma cartilha com práticas de conservação das nascentes em processo de recuperação.

Degradação dos recursos hídricos

Os problemas ambientais de degradação dos recursos hídricos no Brasil são variados e característicos de cada região, os quais em grande parte se devem ao processo de urbanização, aos usos agrícolas e industriais. O consumo de forma desordenada, aliado ao grande problema da disposição inadequada dos resíduos sólidos e líquidos não tratados alcançam os mananciais e comprometem a sua qualidade, gerando problemas ao meio ambiente e à saúde da população (MACÊDO, 2004).

De acordo com dados da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), o Estado de Santa Catarina possui uma rica e bem distribuída rede hidrográfica, formada por milhares de nascentes, riachos e rios, abastecida por um regime de chuvas regular durante o ano e o consumo de água cresce 1,5% ao ano (SANTA CATARINA, 2009).

Por outro lado, a degradação do solo e a falta de cobertura florestal, junto com a poluição, estão diminuindo a quantidade e comprometendo a qualidade de água potável. Uma pesquisa da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES) apontou Santa Catarina como o segundo pior estado em tratamento de esgoto do Brasil, na frente apenas do Piauí. De acordo com o levantamento, apenas 12% da população urbana tem saneamento adequado. A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), empresa que administra o esgoto, apresenta um percentual um pouco melhor, de 15%. Dos 293 municípios de Santa Catarina, apenas 30 têm rede coletora e tratamento de esgoto.

Bacia hidrográfica do rio Tubarão e atividades econômicas.

A Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar localiza-se na região sul do Estado de Santa Catarina e possui uma área de aproximadamente 5.960 km². Sobre isso, conforme Dias (2004, p. 34):

O Rio Tubarão nasce na encosta da Serra Geral, no Município de Lauro Müller. Seus principais afluentes são os Rios Braço do Norte e Capivari. A área de drenagem do Rio Tubarão abrange 4.728 km², percorrendo 120 km, desde suas nascentes até desembocar na Lagoa de Santo Antônio. O Rio Tubarão é assim denominado após a confluência dos Rios Bonito e Rocinha. Ambos drenam regiões de mineração logo após suas nascentes, com extensas áreas de extração e depósito de rejeitos do beneficiamento do carvão.

O município de Lauro Müller está localizado na sub-bacia dos formadores do rio Tubarão. Essa sub-bacia constitui uma importante área de conservação, visto que no município há um comprometimento dos recursos hídricos devido a atividades de mineração praticadas.

As principais atividades econômicas na bacia hidrográfica do rio Tubarão consistem na extração e beneficiamento de carvão mineral, atividades agropecuárias, pequenas e médias indústrias, acrescidas de esgotos domésticos, que na maioria dos municípios são despejados nos rios sem nenhum tratamento (KREBS, 2006)

Nascentes

A água, considerada recurso natural e de uso comum para a sociedade, é um recurso que possui múltiplos usos, como por exemplo, consumo humano, a

dessedentação animal, o transporte, a geração de energia, a irrigação, a alimentação, a higiene e o lazer (CARVALHO, 2010).

A mata ciliar é a melhor forma de proteger o solo em margens de cursos d'água e assim manter a qualidade da água. Serve de filtro para que materiais que chegam até os rios e lagos, levados pela chuva ou pelo vento, não se depositem sob a água. Esse nome vem da analogia entre a proteção dos cílios aos olhos e o papel protetor das matas nos cursos d' água. Essa cobertura florestal é fundamental para a manutenção das nascentes e dos cursos d'água, pois auxilia na regulação da qualidade e da quantidade dos mananciais que abastecem as cidades e as comunidades do interior, bem como, a agricultura, a pecuária e toda a vida silvestre (ROCHA-NICOLEITE, 2013).

Segundo Calheiros et al (2004), a preservação e a recuperação das nascentes dos nossos cursos d'água não são apenas atitudes que satisfazem a legislação ou propiciam a continuidade do aproveitamento das águas para as mais variadas atividades humanas, mas são, acima de tudo, ações concretas em favor da vida, dessa e das futuras gerações do nosso planeta.

Proteger e recuperar as fontes de água/nascentes torna-se fundamental, pois com a degradação das matas ciliares da região, principalmente pela exploração da agropecuária, o resultado é um cenário com pouca cobertura vegetal e um provável comprometimento das águas, seja em relação à sua qualidade ou à quantidade. Esses fatores contribuem para o comprometimento das águas superficiais, com reflexos negativos na qualidade de vida nas comunidades, pois os solos das florestas conseguem absorver quatro vezes mais água da chuva do que os solos cobertos por pastos e 18 vezes mais do que o solo descoberto (GLIESSMANN, 2008).

Procedimentos Metodológicos

Para a realização do diagnóstico ambiental da área em estudo, buscou-se informações junto à Prefeitura Municipal de Lauro Müller (SC) e utilizou-se também, como base, o projeto de recuperação de nascentes, realizado no ano de 2011 pela Fundação do Meio Ambiente de Lauro Müller – FAMLM, que tem como título: “Recuperação de área de preservação permanente de nascentes em propriedades rurais no município de Lauro Muller – SC”. Esse trabalho foi desenvolvido pela equipe

técnica da fundação, que ficou responsável também pela execução e acompanhamento por meio da Fundação Ambiental do município de Lauro Müller.

O projeto desenvolvido pela FAMLM, teve como objetivo selecionar 10 (dez) propriedades rurais, no município de Lauro Müller (SC), que eram abastecidas por água de nascentes constituindo “Área de Preservação Permanente”. As propriedades foram selecionadas para receber apoio técnico e financeiro na recuperação das respectivas nascentes.

Para a execução desse trabalho selecionou-se 04 (quatro) nascentes por apresentarem melhor desempenho no que diz respeito ao processo de recuperação ambiental. Posteriormente, foram realizadas visitas para coletar informações dos processos e recuperação de cada nascente, por meio da aplicação de questionário. Esse questionário foi elaborado com perguntas abertas e fechadas, totalizando 10 (dez).

A partir das respostas obtidas por meio dos questionários e dos dados coletados nas propriedades, foi possível elaborar uma cartilha direcionada aos proprietários quanto à importância da manutenção da recuperação das nascentes. Esta cartilha teve como objetivo também, instruir outras pessoas tais como estudantes e outros proprietários rurais a terem mais conhecimento sobre a recuperação de outras nascentes. A cartilha foi confeccionada com auxílio de *software* de informática do tipo Corel Draw® em papel A4 com figuras ilustrativas e linguagem de simples compreensão.

Resultados e Discussão

O município de Lauro Muller (SC) possui 270 km² de área e faz limite com os municípios catarinenses de Orleans, Treviso, Urussanga e Bom Jardim da Serra. Sua colonização é antiga, tendo em vista ter sido caminho para os tropeiros, que faziam a rota comercial entre o planalto serrano e o litoral sul-catarinense. De acordo com a Prefeitura Municipal de Lauro Müller (LAURO MÜLLER, 2014), foram esses viajantes, que na localidade de Barro Branco utilizavam pedras negras para queimar, diagnosticando assim a ocorrência de carvão nessa região, atividade no qual deu início à poluição dos recursos hídricos no município.

O município de Lauro Müller possui 23% da população residente em área rural, onde não há tratamento de esgoto sanitário e o consumo de água é obtido por

meio de nascentes localizadas em suas propriedades ou terrenos vizinhos. A população que reside na área urbana é abastecida por meio da captação de águas em manancial de superfície, denominado Rio Bonito Alto. Esse manancial é pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão. O manancial apresenta mobilidade do leito do rio, com deslocamento de materiais sólidos (areia e seixo rolado), assoreando a captação, vulnerabilizando o abastecimento de água (CASAN, 2012).

A água bruta captada é de boa qualidade, com nascentes localizadas no município de Lauro Müller, o rio Bonito Alto tem sua origem dentro da Reserva Estadual Biológica do Aguai, onde a Mata Atlântica está preservada. Cabe ressaltar que o Rio Bonito é um dos formadores do rio Tubarão. A jusante do ponto de captação de água para abastecimento no município, o mesmo recebe a contribuição de carga poluente proveniente da mineração de carvão e também esgoto urbano.

De acordo com a Portaria da Fundação de Meio Ambiente – FATMA nº 024/79 e Resolução CONAMA nº 357/05, o Rio Bonito é enquadrado como classe 2 (águas destinadas ao abastecimento para consumo humano após tratamento convencional). O monitoramento dos parâmetros realizados mensalmente e semestralmente nesse manancial comprovam que a qualidade da água se enquadra na classe apropriada para ser tratada e destinada ao consumo humano (CASAN, 2012).

Para a realização desse trabalho foram classificadas quatro nascentes que apresentaram os resultados mais relevantes durante a implantação do projeto de recuperação realizado pela FMLM. As nascentes foram denominadas como: Nascente 01, Nascente 02, Nascente 03 e Nascente 04 e estão inseridas na área rural do município de Lauro Müller, situadas nas localidades de Rio Capivaras Alta, Morro da Palha, Rio do Rastro e Vargem Grande, respectivamente.

Os dados das nascentes bem como seu histórico inicial são apresentados a seguir:

a) Nascente 01

Localidade: Rio Capivaras Alta

Coordenadas Geográficas: 28°19'34.63" S 49°26'29.42" O

Descrição da nascente: A área de proteção permanente - APP era totalmente desprotegida de mata ciliar. A vegetação existente na área era composta exclusivamente por vegetação do tipo gramíneas e herbáceas. Essa nascente

também não tinha qualquer tipo de proteção no seu entorno, estando sujeita à contaminação externa. Toda a área de APP está inserida no imóvel do proprietário responsável pela inscrição da propriedade. A Figura 1 ilustra detalhes da referida nascente antes do processo de recuperação.

Figura 1 – Vista geral da nascente 01, na comunidade de Rio Capivaras Alta antes do processo de recuperação



Fonte: Nesi (2011).

b) Nascente 02

Localidade: Morro da Palha

Coordenadas Geográficas: 28°24'24.15" S e 49°21'16.28" O

Descrição da nascente: A área de APP estava totalmente desprovida de mata ciliar e apresentava uma vegetação composta por gramíneas e algumas herbáceas com predomínio de pastagem utilizada para pastoreio. Uma pequena parte da área era usada para a prática de agricultura, porém o proprietário se propôs a disponibilizar esta área para recomposição da mata ciliar. Também na área de APP havia a construção de parte de uma garagem, que foi removida. A área de APP dessa nascente é inserida em sua totalidade no imóvel do proprietário (responsável pela inscrição da propriedade). A Figura 2 ilustra detalhes da referida nascente antes do processo de recuperação.

Figura 2 – Vista geral da nascente 02, na comunidade de Morro da Palha antes do processo de recuperação



Fonte: Nesi (2011).

c) Nascente 03

Localidade: Rio do Rastro

Coordenadas Geográficas: 28°21'41.71" S e 49°26'45.57" O

Descrição da nascente: Grande parte da APP apresentava vegetação composta por gramíneas e algumas herbáceas com predomínio de pastagem utilizada para pastoreio. E parte da área era composta por fragmento florestal em estágio inicial de regeneração. A área de APP dessa nascente estava inserida em sua totalidade no imóvel do proprietário (responsável pela inscrição da propriedade). O local onde se encontra a nascente está protegida por uma vegetação arbórea pouco densa. A Figura 3 ilustra detalhes da referida nascente antes do processo de recuperação.

Figura 3 – Vista geral da nascente 03, na comunidade de Rio do Rastro antes do processo de recuperação



Fonte: Nesi (2011).

d) Nascente 04

Localidade: Vargem Grande

Coordenadas Geográficas: 28° 21' 01.87" (O) e 49° 25' 14.27" (S)

Descrição da nascente: na nascente havia o predomínio de pastagem (gramíneas) utilizada para a criação de bovinos, os quais tinham acesso livre na área, quase totalmente desprovida de vegetação, salvo algumas espécies arbustivas-arbóreas que se encontravam isoladas em meio à pastagem. A Figura 4 mostra aspectos do local onde está inserida a nascente 04 antes do processo de recuperação.

Figura 4 – Vista parcial da nascente 4



Fonte: Nesi (2011).

A partir das respostas obtidas por meio da aplicação de questionário aos proprietários dos terrenos onde estão localizadas as nascentes, verificou-se a importância na abordagem dos temas discutidos em uma cartilha. A Figura 5 ilustra a entrevista com um proprietário.

Figura 5 – Entrevista com um proprietário



Fonte: Ferreira (2014).

Cartilha

A partir das respostas obtidas por meio da aplicação do questionário aplicado com os proprietários das nascentes, foi elaborada uma cartilha explicando de forma simples e prática o que são nascentes, algumas orientações sobre a água, e por fim, uma breve definição sobre preservação e conservação. O objetivo principal da elaboração dessa cartilha foi transmitir aos demais proprietários de propriedades rurais, o conhecimento de outras nascentes no município de Lauro Müller (SC), e assim, passar essa ideia para que outras nascentes sejam recuperadas. Este material também poderá servir de auxílio em programas de educação ambiental em escolas da região.

Considerações Finais

O presente estudo foi desenvolvido no município de Lauro Müller (SC), em 4 (quatro) propriedades rurais (Rio Capivaras Alto, Morro da Palha, Rio do Rastro e Vargem Grande), onde se realizou um diagnóstico das nascentes em processo de recuperação ambiental.

Aplicou-se um questionário aos proprietários rurais em que pôde ser observada a satisfação que cada um obteve no processo de recuperação das respectivas nascentes.

De acordo com os resultados obtidos por meio da aplicação do questionário com os proprietários onde as nascentes estão inseridas, esses afirmaram perceber um aumento significativo na quantidade de água e desenvolvimento da vegetação ciliar.

O projeto de recuperação das nascentes foi uma alternativa para evitar a possibilidade de falta de água. Diante do exposto sugere-se que esse trabalho seja continuado para a preservação e conservação das nascentes, minimizando dessa forma, a possibilidade de falta de água no meio rural e os devidos cuidados com o meio ambiente. E um programa como este pode ser usado para difundir as práticas de recuperação e conservação ambiental de nascentes, inicialmente em áreas rurais pertencentes ao município de Lauro Müller (SC).

Referências

CARVALHO, A. R. de; OLIVEIRA, M. V. C. de. Princípios básicos do saneamento do meio. 10. ed. São Paulo: Senac, 2010.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004.

GLIESSMANN, S.R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O Brasil: município por município**. - dados censitários sobre população. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

KREBS, A.S.J. **Mapa geológico da área correspondente à bacia hidrográfica do rio Urussanga, SC**. Criciúma: SATC/CTCL. 2006.

MACÊDO, J. A. B. de. **Águas & Águas**. 2. ed. atual e rev. São Paulo: Varela, 2004.

ROCHA-NICOLEITE, E. et al. **Mata Ciliar: implicações técnicas sobre a restauração após mineração de carvão**. Criciúma (SC): SATC, 2013.

Dados para contato:

Autor: Marcia Raquel Ronconi de Souza

E-mail: marciarronconi@yahoo.com.br

PERITONITE INFECCIOSA FELINA: RELATO DE DOIS CASOS CLÍNICOS

Ciências Agrárias

Relato de caso

Tatiana Casagrande¹; Dayane Dambrós Machado¹

¹Centro Universitário Barriga Verde - Unibave

Resumo: A Peritonite Infecciosa Felina é uma doença viral, sistêmica, imunomediada e geralmente fatal, que acomete felinos selvagens e domésticos. Seu agente etiológico é o *Coronavirus* que se encontra amplamente disseminado na população felina. A infecção ocorre através da ingestão ou inalação das partículas virais sob condições de contato íntimo, especialmente pela via oro-fecal. É uma doença de difícil diagnóstico visto que há outras enfermidades que apresentam forma clínica semelhante. Não existe tratamento específico para a Peritonite Infecciosa Felina e seu prognóstico, na maioria das vezes, é reservado. O objetivo do estudo é relatar dois casos clínicos diagnosticados com Peritonite Infecciosa felina. Os dois animais residiam no mesmo local e chegaram ao hospital apresentando sinais clínicos inespecíficos como apatia, febre e perda de peso. Foram solicitados exames de hemograma, perfil bioquímico, ultrassom e sorologia para coronavírus felino. Nos dois casos clínicos, o hemograma indicou anemia, o perfil bioquímico apresentou valores de creatinina aumentados e a sorologia revelou presença de anticorpos para coronavírus felino. Com base nos achados laboratoriais juntamente com os sinais clínicos, o diagnóstico foi de Peritonite Infecciosa Felina. A partir da confirmação da doença, foi realizado tratamento de suporte com medicamentos para estimular a imunidade e suplementação vitamínica. Um dos animais veio a óbito cinco dias após o início do tratamento e o outro manteve-se estável até o momento.

Palavras-chave: Peritonite. Coronavirus. Felinos.

FELINE INFECTIOUS PERITONITIS: REPORTING TWO CLINICAL CASES

Abstract: The feline infectious peritonitis is a viral, systemic, immune-mediated and often fatal disease that affects wild and domestic cats. The etiologic agent is corona virus and it is widespread in the feline population. Infection occurs through ingestion or inhalation of viral particles in close contact conditions, especially by the oral-fecal route. It is a disease difficult to diagnose, since there are other diseases with similar clinical features. There is no specific treatment for feline infectious peritonitis and prognosis, in most cases, it is reserved. The objective of the study is to report two clinical cases diagnosed with feline infectious peritonitis. Both animals lived together and presented non-specific clinical signs such as apathy, fever and weight loss. Tests were requested such as a biochemical, blood test, ultrasound and feline coronavirus serology. In two cases, the blood test indicated anemia, the biochemical profile showed

the increased creatinine values in both cases and serology revealed the presence of antibodies to feline coronavirus. Based on the laboratory findings with clinical signs, the diagnosis was Feline Infectious Peritonitis. From the confirmation of the disease was made supportive treatment with drugs to stimulate immunity and vitamin supplementation. One of the animals died after five days after treatment and the other remained stable so far.

Keywords: Peritonitis. Coronavirus. Cats.

Introdução

A Peritonite Infecciosa Felina (PIF) é uma doença viral, sistêmica, imunomediada e geralmente fatal que acomete felinos selvagens e domésticos (DAIHA, 2003). A etiologia da PIF origina-se de uma mutação do coronavírus entérico felino, o qual se encontra amplamente disseminado na população felina, dificultando o controle da doença. Embora a taxa de morbidade da PIF seja baixa, afetando somente alguns felinos portadores crônicos da infecção, a taxa de letalidade aproxima-se dos 100% (SILVEIRA, 2008).

A doença está associada a uma falha na resposta imune celular do hospedeiro frente à infecção, dessa forma gatos jovens ou com idade mais avançada são mais propensos a desenvolvê-la devido à imaturidade e à deficiência do sistema imunológico. Além da idade, a superpopulação é um fator importante na epidemiologia da doença, visto que animais que vivem em grupos, como abrigos e gatis, são mais susceptíveis pela maior contaminação viral.

Em virtude da severidade dos quadros clínicos da PIF, geralmente evoluindo ao óbito, é imprescindível o diagnóstico precoce da doença de forma que sejam estabelecidas medidas de tratamento eficazes, reduzindo os índices de letalidade dos animais infectados. Todavia, o diagnóstico ante-mortem de PIF constitui um desafio, especialmente para a forma não-efusiva, cujos sinais clínicos são vagos e as alterações nos parâmetros clínicos não são patognomônicas (BARROS, 2014). A enfermidade pode ser confundida clinicamente com outras doenças, por isso uma variedade de exames laboratoriais é necessária para confirmar o diagnóstico e obter sucesso no tratamento.

Este trabalho tem como objetivo relatar dois casos clínicos de PIF em felinos, ressaltar sua importância na clínica de felinos e descrever os principais métodos de

diagnóstico da doença auxiliando nas medidas de controle e tratamento o mais rápido possível.

Peritonite infecciosa felina

Etiologia

O vírus da peritonite infecciosa felina (VPIF) pertence ao gênero *Coronavirus*, classificados na Ordem *Nidovirales*, família *Coronaviridae* e subfamília *Coronavirinae* (MOTA, 2010). É um vírus RNA, envelopado que se multiplica nos enterócitos, podendo também fazer sua multiplicação nos macrófagos (PAULA, 2002). Embora os coronavírus sejam instáveis e susceptíveis aos desinfetantes, estudos comprovam que o vírus pode permanecer viável no ambiente entre duas e sete semanas (SPARKES, 2006).

O coronavírus felino apresenta dois biótipos, classificados pelas diferenças de patogenicidade. O biótipo mais frequentemente encontrado é o coronavírus felino entérico (CVEF), que causa diarreia leve em gatos. O outro biótipo é o agente etiológico da peritonite infecciosa felina (VPIF), uma doença de curso fatal (FLORES, 2012).

O vírus da peritonite infecciosa felina origina-se de uma mutação do coronavírus entérico felino que ocorre durante o curso da infecção entérica (SILVEIRA, 2008). Geralmente, a infecção entérica resulta em moderados sinais gastrointestinais e a infecção sistêmica induz a uma síndrome clínica com diversa manifestação, comumente referida como a PIF (NELSON; COUTO, 2006).

Dois sorotipos de coronavírus felino foram identificados, denominados coronavírus felino tipo I e II, de acordo com as características antigênicas dos isolados de CVEF e VPIF (FLORES, 2012).

Epidemiologia

A taxa de morbidade da PIF raramente excede os 10%, enquanto que a taxa de letalidade se aproxima dos 100% (SILVEIRA, 2008). A falta de maturidade do sistema imunitário (SI) permite que aconteça uma replicação viral menos controlada, facilitando a ocorrência da mutação viral (HARTMANN, 2005). Nos gatos, com idade superior a dez anos, observa-se uma maior incidência da doença em função da deterioração do sistema imune (SILVEIRA, 2008). A PIF é tipicamente fatal entre três

a dezesseis meses de idade e as mortes geralmente ocorrem como eventos isolados em gatis ou abrigos (BARROS, 2014).

Gatos que vivem em grupos são mais susceptíveis, embora ocorram casos de PIF em gatos que vivem sozinhos (SPADIN, 2008). Nesses ambientes há uma prevalência maior da doença, devido à maior contaminação viral e aumento do número de cepas do VPIF (ETTINGER, 1997).

O VPIF é excretado nas secreções orais e respiratórias, nas fezes e possivelmente na urina dos gatos infectados. A infecção ocorre através da ingestão ou inalação das partículas virais sob condições de contato íntimo, especialmente pela via oro - fecal (SPADIN, 2008).

Os filhotes, que são mais frequentemente infectados, à medida que perdem a imunidade adquirida da mãe, infectam-se por meio de contato com as fezes de gatos adultos que excretam o vírus (BIRCHARD; SHERDING, 2013).

Os gatos portadores assintomáticos são importantes na disseminação do VPIF em locais onde há um grande número de animais, principalmente porque estes compartilham dos mesmos vasilhames de água e comida com os gatos susceptíveis (SILVEIRA, 2008).

Como o vírus pode sobreviver por até sete semanas em restos de fezes secas, a contaminação do ambiente com pequenas partículas de material da caixa de excreta é uma importante fonte de infecção (BIRCHARDI; SHERDING, 2013).

Pode ocorrer também, embora raramente, a infecção transplacentária ou durante o período neonatal de gatas portadoras assintomáticas, que transmitem a infecção para seus filhotes (SPADIN, 2008).

Patogenia

A PIF é tipicamente caracterizada por graves danos inflamatórios e sistêmicos das membranas serosas e lesões piogranulomatosas generalizadas (CRUZ et al., 2013). Durante a replicação no trato intestinal do gato, o coronavírus felino pode sofrer mutações que capacitam o vírus a infectar e replicar nos macrófagos (BIRCHARD; SHERDING, 2013).

O VPIF replica-se em células epiteliais do trato respiratório superior da orofaringe onde anticorpos antivirais são produzidos e o vírus é capturado pelos macrófagos. Dentro de monócitos/macrófagos, o vírus é transportado por todo o

corpo, localizando-se em várias paredes venosas e locais perivasculares (BARR; BOWMAN, 2010).

O envolvimento de muitos vasos sanguíneos resulta em aumento da permeabilidade vascular e derrame de exsudato rico em proteínas para a cavidade, dando origem à forma efusiva da doença. Quando há poucos vasos afetados, o curso da PIF se torna mais crônico e discreto. Os piogranulomas se disseminam pelo organismo causando a forma não efusiva (RAMSEY; TENNANT, 2010).

O aparecimento da doença e as diferentes formas clínicas (efusiva ou não-efusiva) dependem da eficiência da imunidade celular. Se ocorrer uma forte resposta imunitária celular logo após a infecção, a replicação viral é controlada e a doença não ocorre. Se ocorrer uma forte resposta imunitária humoral e uma resposta imunitária celular fraca ou inexistente, ocorrerá a forma efusiva de PIF. A forma não-efusiva ocorre quando existe uma forte imunidade humoral concomitantemente com uma resposta imunitária celular intermediária (BARROS, 2014).

Sinais clínicos

O início dos sinais clínicos é geralmente insidioso, mas podem se desenvolver rapidamente, especialmente nos filhotes (SPADIN, 2008).

Inicialmente, os gatos apresentam sinais clínicos como febre persistente e não responsiva a antibióticos, anorexia, perda de peso, diminuição do apetite, vômito, diarreia, palidez sugestiva de anemia e subdesenvolvimento em filhotes (SPADIN, 2008).

À medida que a doença avança, os sinais clínicos agravam-se e surgem outros adicionais que indicam tanto efusão de cavidade corporal na forma efusiva (úmida) da doença, quanto anormalidades de órgãos-específicos na forma não efusiva (seca) da infecção (BIRCHARD; SHERDING, 2013).

PIF efusiva e não efusiva

A PIF efusiva é a forma aguda da doença e caracteriza-se por serosite fibrinosa e derrames abdominais e/ou torácicos, sendo a forma mais frequente e mais grave da doença (SILVEIRA, 2008).

Ocorre distensão do abdômen em função do líquido ascítico, sendo esse aumento de volume a principal queixa relatada pelos proprietários dos gatos com PIF

efusiva (SPADIN, 2008). Quando ocorre efusão torácica, os sinais como dispneia, taquipneia e intolerância ao exercício são os principais sintomas, pois a expansão do pulmão fica limitada (BIRCHARD; SHERDING, 2013).

A efusão é detectada através de palpação e percussão de onda fluida e confirmada por meio de radiografia, ultrassonografia ou abdominocentese (SPADIN, 2008). Sinais oculares e do sistema nervoso central (SNC) podem acompanhar a PIF efusiva, embora eles estejam mais comumente associados à PIF não efusiva (RAMSEY; TENNANT, 2010).

As manifestações clínicas na PIF não efusiva, geralmente são vagas e inespecíficas, tornando mais difícil o diagnóstico (RAMSEY; TENNANT, 2010). A PIF não efusiva caracteriza-se por reações inflamatórias granulomatosas e necrose em órgãos abdominais, olhos, SNC e lesões na cavidade torácica, incluindo pleurites, pneumonia e pericardite (SPADIN, 2008).

Outras manifestações clínicas dependem de quais órgãos foram afetados e da intensidade dos danos causados, determinando o quadro clínico (RAMSEY; TENNANT, 2010).

A pneumonia granulomatosa geralmente é clinicamente silenciosa e descoberta na necropsia ou em radiografias de tórax (SPADIN, 2008). Nos rins pode ocorrer nefrite piogranulomatosa, tornando-os irregulares, firmes e aumentados à palpação (BIRCHARD; SHERDING, 2013).

Na PIF, pode haver também hepatite piogranulomatosa caracterizada por hepatomegalia, icterícia e sinais de insuficiência hepática (BIRCHARD; SHERDING, 2013). As lesões abdominais são frequentemente detectáveis à palpação abdominal e, por vezes, associadas à dor local (SILVA, 2013).

As lesões oculares são geralmente bilaterais e afetam a túnica vascular, podendo ou não prejudicar a visão (SPADIN, 2008). Pode ser caracterizada pela presença de uveíte necrosante, piogranulomas ao redor dos vasos que irrigam o olho, edema de córnea em alguns gatos, juntamente com uma leve cintilação do humor aquoso, descolamento de retina e hemorragias (SILVEIRA, 2008).

A lesão encontrada com maior frequência é a meningoencefalite granulomatosa multifocal e mielite (SPADIN, 2008). A distribuição das lesões neuro-anatômicas determina os sinais clínicos, como ataxia, tremores, convulsões, paresia do posterior, hiperestesia e alterações de comportamento (BIRCHARD; SHERDING, 2013).

Diagnóstico

O diagnóstico *ante-mortem* de PIF constitui um desafio, especialmente para a forma não efusiva, cujos sinais clínicos são vagos e as alterações nos parâmetros clínicos não são patognomônicas (BARROS, 2014).

A anormalidade laboratorial mais comum em gatos com PIF é o aumento na concentração sérica de proteínas totais, causada pelo aumento de globulinas (AUGUST, 2011). O perfil bioquímico pode indicar envolvimento de órgãos abdominais, como o fígado, pelo aumento da atividade sérica de enzimas hepáticas e dos teores de bilirrubina e ácidos biliares e o pâncreas pelo aumento da imunorreatividade da lipase pancreática (BIRCHARD; SHERDING, 2013).

A análise da efusão é útil na demonstração de anormalidades consistentes com a forma efusiva da PIF e para descartá-la (RAMSEY; TENNANT, 2010). Caso o paciente apresente efusão é importante obter uma amostra do fluido, porque os testes realizados nas efusões possuem um valor diagnóstico maior do que os testes realizados no sangue (AUGUST, 2011).

A detecção de anticorpos coronavirais é informativa, mas a metodologia convencional não fornece um diagnóstico definitivo, pois não é capaz de diferenciar a PIF das infecções coronavirais não-PIF ou distinguir entre um portador e uma infecção ativa (SPADIN, 2008). O título de anticorpos para coronavírus só é significativo em valores muito altos e se estão presentes os sinais clínicos, pois gatos saudáveis ou com outras doenças também possuem anticorpos contra o vírus (CARDOSO, 2007).

O teste molecular da reação em cadeia da polimerase (PCR) é altamente sensível e específico para detectar o vírus, porém não dá um diagnóstico definitivo de PIF, uma vez que não diferencia as cepas dos coronavírus felino (SPADIN, 2008). Estudos demonstraram que, em casos confirmados de PIF, o teste de PCR para detectar material genômico é normalmente positivo em 80 a 90% dos casos. (SPARKES, 2006).

A histopatologia é considerada um método padrão ouro para confirmação de PIF. Amostras obtidas para biópsia dos tecidos envolvidos é um procedimento diagnóstico valioso para identificação de lesões características da PIF, de inflamação piogranulomatosa e vasculite (BIRCHARD; SHERDING, 2013). Outro método para detectar o vírus inclui a pesquisa do antígeno em macrófagos, utilizando-se as técnicas de imunofluorescência ou imunohistoquímica (AUGUST, 2011). Somente o

vírus que causa PIF é capaz de se replicar em grandes quantidades em macrófagos suficientes para resultar em coloração positiva (AUGUST, 2011). Não se deve excluir a possibilidade de PIF quando der negativo, pois pode haver macrófagos infectados insuficientes na amostra, causando um falso- negativo (TILLEY; JR, 2008).

Diagnóstico diferencial

A forma não-efusiva deve ser diferenciada de neoplasias, como o linfossarcoma multicêntrico e doenças mieloproliferativas, tuberculose, infecções micóticas como criptococose e histoplasmose e toxoplasmose (SPADIN, 2008).

A forma efusiva da doença deve ser diferenciada de peritonite bacteriana, piotórax, colangitelinfocítica, doença cardíaca, neoplasias, doença renal e hepática, pancreatite, obstrução da veia cava caudal, enteropatias, toxoplasmose, gestação, traumatismo, hérnia diafragmática (SPADIN, 2008).

Tratamento

Vários tratamentos com imunomoduladores e antivirais têm sido realizados, porém sem grandes resultados. Atualmente, o tratamento paliativo com glicocorticoides, ciclofosfamida e talidomida, parecem ser o mais eficaz e vem sendo utilizado tradicionalmente (SILVEIRA, 2008).

Os melhores candidatos para terapia clínica paliativa são os gatos ativos que se alimentam e exibem boa condição corporal (BIRCHARD; SHERDING, 2013). Uma vez que os animais se apresentam debilitados e o apetite e peso diminuem, os proprietários devem ser preparados para a realidade (AUGUST, 2011).

A prednisolona é o principal fármaco imunossupressor usado no tratamento de PIF, constituindo o fármaco mais eficaz conhecido, fazendo o animal sentir-se melhor e estimulando o apetite. Administrada por via oral, é utilizada numa dose de 2-4 mg/kg SID, com uma redução gradual da dose a cada 10-14 semanas (BARROS, 2014).

A ciclofosfamida também pode ser associada na dose de 2mg/kg/dia em ciclos de quatro dias por semana (BARROS, 2014). Sempre que o gato for tratado com imunossupressores, deve também receber antibióticos para protegê-lo de infecções oportunistas (SPADIN, 2008). O antibiótico de eleição para ser associado ao tratamento é a ampicilina na dosagem de 50 mg/kg, TID (SPADIN, 2008). Alguns poucos pacientes tratados com corticosteroides têm mostrado melhora por até alguns

meses (AUGUST, 2011). É utilizado também um tratamento suporte que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida e possivelmente a sobrevivência (BIRCHARD; SHERDING, 2013).

É indicada a drenagem intermitente da efusão da cavidade corporal, quando necessário, para aliviar a dispneia (BIRCHARD e SHERDING, 2013). É importante incentivar o gato a se alimentar, fornecendo qualquer alimento que o estimule a comer (TILLEY; JR, 2008), bem como instituir transfusão de sangue no caso da presença de anemia grave (BIRCHARD; SHERDING, 2013).

Pode ser administrada vitamina A, um antioxidante, na dose de 200 UI/animal/dia e vitamina B1 (tiamina) 100 ug/dia, que são estimulantes do apetite e fáceis de serem encontradas, podendo ser utilizadas em doses pediátricas. A aspirina (10 mg/kg a cada 48-72) é utilizada para agir como anti-inflamatório e alívio da dor (SILVEIRA, 2008).

O prognóstico da PIF é bastante reservado. Gatos com PIF efusiva podem sobreviver por dias ou semanas e gatos com PIF não efusiva, podem sobreviver até um ano com tratamento suporte, desde que a doença seja diagnosticada na fase inicial (RAMSEY; TENNANT, 2010).

Controle e prevenção

O controle e prevenção da infecção pelo vírus são complicados pelo fato do mesmo estar amplamente disseminado na população felina (FLORES, 2012). O controle da doença pelo uso de vacinação é um ponto polêmico. Já foram produzidas diversas vacinas que falharam (FLORES, 2012). Embora ainda não exista no Brasil, foi criada uma vacina para aplicação intranasal, disponível comercialmente nos Estados Unidos desde 1991 (CARDOSO, 2007). Essa vacina é composta por uma cepa de coronavírus causador de PIF viva modificada e termo-instável (BIRCHARD; SHERDING, 2013).

Em gatis onde o vírus é endêmico, as fêmeas prenhas devem ser isoladas de outros gatos do alojamento antes do momento do parto até que seus filhotes estejam com cinco a seis semanas de idade (RAMSEY; TENNANT, 2010). Outra estratégia utilizada para eliminar o vírus em gatis endêmicos é a redução do número de gatos e a manutenção de superfícies limpas, possivelmente contaminadas pelo vírus, podem minimizar a carga da população (AUGUST, 2011).

Considerando-se que a principal forma de infecção é por meio da transmissão oro-fecal, é necessário manter uma limpeza e desinfecção adequada do ambiente, principalmente em relação às caixas de areia, devendo limpá-las com frequência e manter várias caixas distribuídas no ambiente (SILVEIRA, 2008). Medidas básicas de controle da PIF incluem desinfecção das gaiolas, pisos, vasilhas sanitárias e fômites com hipoclorito de sódio diluído em água, juntamente com a higiene pessoal das pessoas que manejam os gatos (CRUZ, et al., 2013).

O manejo sanitário integrado a grandes populações de gatos, incluindo-se o controle de doenças imunossupressoras, a diminuição do estresse ambiental e enriquecimento inespecífico dos padrões higiênicos são formas objetivas de controle da doença (FLORES, 2012).

Procedimentos metodológicos

Foi atendido no Hospital Veterinário SOS Animais, na cidade de Brusque – SC, no mês de setembro de 2015, dois casos clínicos diagnosticados com PIF. O primeiro foi de um felino sem raça definida, fêmea, de dois meses de idade, que apresentava apatia e diminuição no apetite há uma semana. No exame clínico geral, o paciente pesava 1,2 kg, apresentava-se em um estado nutricional abaixo do normal, com perda de pelo, desidratado e com dor à palpação abdominal. Os parâmetros de frequência cardíaca, respiratória e temperatura, encontravam-se normais. A proprietária relatou que o animal era o menor da ninhada e parecia não se desenvolver normalmente.

Foram realizados exames de hemograma, perfil bioquímico, ultrassom e recomendada a internação do paciente. Para os exames de sangue foram coletadas amostras com uma seringa descartável de 3 ml, retirando 1,5 ml para o hemograma e 1,5 ml para o perfil bioquímico.

O animal permaneceu internado por um dia e neste período, foi administrado fluidoterapia com solução isotônica de cloreto de sódio a 0.9% via intravenosa, antibioticoterapia à base de benzilpenicilina procaína e sulfato de diidroestreptomicina na dose de 0,1 ml/kg SC, BID e vitamina B12 na dose de 0,5 a 1 ml/kg IM, SID. No dia seguinte, a proprietária retornou para buscá-lo, sendo receitado para tratamento em casa, um poli vitamínico por 20 dias e ração úmida hipercalórica.

Após uma semana, o animal retornou ao hospital e foi relatado que não havia melhora no quadro clínico. O animal apresentava emagrecimento progressivo,

sensibilidade próxima à cauda e na região lateral do abdômen, andar cambaleante e pupilas dilatadas, característicos de um quadro neurológico. Foram solicitados novos hemograma e bioquímico, mas a proprietária optou apenas pelo perfil bioquímico.

O animal foi internado no hospital, recebendo fluidoterapia com solução isotônica de cloreto de sódio a 0.9% via intravenosa e tratamento de suporte com prednisolona na dose de 3 mg/kg VO, BID, suplementação com vitamina B12 na dose de 0,5 a 1 ml/kg IM, SID. O animal permaneceu internado por mais cinco dias e veio a óbito.

O segundo caso clínico apareceu 20 dias após o primeiro. Um felino macho, não castrado, sem raça definida, com aproximadamente um ano de idade, chegou ao hospital com histórico de diminuição de apetite e vômito, porém permanecia ativo. O paciente era da mesma residência que o primeiro caso clínico relatado. Ao realizar o exame clínico, o paciente apresentava mucosas pálidas, estava febril e o restante dos parâmetros encontrava-se normais para a espécie.

Foram solicitados os mesmos exames que no primeiro caso clínico: hemograma, perfil bioquímico, ultrassom e recomendada a internação do paciente. A proprietária optou por realizar o tratamento em casa, pois o paciente encontrava-se ativo. Foi prescrito amoxicilina suspensão 40 mg/kg V.O, a cada 12 horas durante 9 dias e 2,5 ml V.O de poli vitamínico a cada 24 horas durante 15 dias. Solicitou-se a proprietária que retornasse com o animal para uma nova avaliação após o término do tratamento.

Com base na sintomatologia clínica, associada aos achados de hemograma e perfil bioquímico, a suspeita diagnóstica foi de PIF. Sendo assim, solicitou-se a sorologia para a confirmação da suspeita clínica nos dois casos clínicos. Foram coletadas as amostras de sangue e enviadas para o laboratório para pesquisa de anticorpos anti-coronavírus felino.

Resultados e Discussão

No primeiro relato de caso, o hemograma revelou valores de hemoglobina, volume corpuscular médio (VCM) e a concentração de hemoglobina corpuscular média (CHCM) abaixo dos valores de referência, indicando uma anemia microcítica hipocrômica. Além desses parâmetros, o hematócrito também se encontrava abaixo

dos valores de referência. No leucograma observou-se leucocitose, o que pôde indicar um processo infeccioso e inflamatório (Tabela 1).

Tabela 1 - Resultado do hemograma do primeiro relato de caso com suspeita de PIF

Hemograma	Resultado	Valor de referência
Hemácias em milhões/mm ³	8,15	5 – 10
Hemoglobina em g/Dl	7,9	8 – 15
Hematócrito em %	22	24 – 45
VCM (fL)	34,5	39 – 53
CHCM g/Dl	11,5	30 – 36
Leucócitos por mm ³	32.100	5.500 – 19.500
Eosinófilos	1.400	100 – 1.500
Linfócitos Típicos	5.000	1.200 – 9.000
Monócitos, Basófilos e Neutro	12.600	3.150 a 13.150
Plaquetas/mm ³	292.000	300.000 – 600.000

Fonte: Laboratório interno do Hospital Veterinário SOS Animais (2015)

Em relação ao perfil bioquímico, a creatinina encontrava-se acima dos valores de referência para a espécie (Tabela 2).

Tabela 2 -Resultado do perfil bioquímico do primeiro relato de caso com suspeita de PIF

Bioquímica sérica	Resultado	Valor de referência
Creatinina	2,2	0,8 – 1,8
FA	41	20 – 150
TGP	77	10 – 88
Ureia (mg/dL)	16	20 – 30
Glicose	102	70 – 100
PPT	7,2	5,4 – 7,8

Fonte: Laboratório interno do Hospital Veterinário SOS Animais (2015)

Um novo perfil bioquímico foi realizado no primeiro caso relatado, quando o paciente retornou ao hospital uma semana após a primeira consulta, pois não havia apresentado melhora clínica. Os resultados estavam dentro dos parâmetros de referência para a espécie (Tabela 3).

Tabela 3 - Resultado do segundo perfil bioquímico, do primeiro relato de caso com suspeita de PIF.

Bioquímica sérica	Resultado	Valor de referência
Creatinina	1.3	0,8 – 1,8
FA	50	20 – 150
TGP	85	10 – 88
Ureia	18	20 – 30
Glicose	105	70 – 100
PPT	7,5	5,4 – 7,8

Fonte: Laboratório interno do Hospital Veterinário SOS Animais (2015)

No segundo relato de caso, de acordo com a tabela 4, o hemograma revelou diminuição nos parâmetros de hemoglobina, volume corpuscular médio (VCM) e concentração de hemoglobina corpuscular média (CHCM), assim como observado no primeiro relato.

Tabela 4- Resultado do hemograma do segundo relato de caso com suspeita de PIF

Hemograma	Resultado	Valor de referência
Hemácias em milhões/mm ³	9,88	5 – 10
Hemoglobina em g/dL	7.7	8 – 15
Hematócrito em %	48,3	24 – 45
VCM (fL)	38,5	39 – 53
CHCM g/dL	27,3	30 – 36
Leucócitos por mm ³	9.800	5.500 – 19.500
Eosinófilos	800	100 – 1.550
Linfócitos Típicos	5.300	1.200 – 9.000
Monócitos, Basófilos e Neutro	3.700	3.150 – 13.150
Plaquetas/mm ³	385.000	300.000 – 600.000

Fonte: Laboratório interno do Hospital Veterinário SOS Animais (2015)

No perfil bioquímico, a creatinina encontrava-se aumentada, estando fora dos parâmetros considerados normais para a espécie felina, semelhante ao primeiro relato (Tabela 5).

Tabela 5 - Resultado do perfil bioquímico do segundo relato de caso com suspeita de PIF

Bioquímica sérica	Resultado	Valor de referência
Creatinina	1.9	0,8 – 1,8
FA	140	20 – 150
TGP	40	10 – 88
Ureia	26	20 – 30
Glicose	80	70 – 100
PPT	7.3	5,4 – 7,8

Fonte: Laboratório interno do Hospital Veterinário SOS Animais (2015)

No exame de ultrassonografia abdominal, não houve alteração em nenhum dos dois casos, nem mesmo a presença de líquido livre na cavidade abdominal. O diagnóstico sorológico dos dois casos apresentou-se positivo para Coronavírus Felino. Por meio dos sinais clínicos, dos exames de sangue e da sorologia, a doença apresentava características de PIF não efusiva também conhecida como PIF seca.

Foi citado por Daiha (2003) que a incidência da PIF é maior nos animais jovens, na faixa etária de três meses a três anos de idade. Nos dois casos apresentados no estudo, os pacientes estavam dentro da faixa etária de maior incidência da doença.

Em relação ao sexo não há diferenças significativas entre machos e fêmeas (SILVEIRA, 2008). Isso se caracteriza nos dois casos relatados, sendo que o primeiro era uma fêmea e o outro era macho.

Segundo Cardoso (2007) os sinais da doença são vagos e não específicos, sendo similares aos de muitas doenças infecciosas e inflamatórias. Os pacientes chegaram ao Hospital Veterinário com sinais inespecíficos que variavam desde febre, desidratação e emagrecimento, até vômito e mucosas pálidas.

À medida que a doença avança, os sinais clínicos agravam-se e surgem outros adicionais (BIRCHARD; SHERDING, 2013). No primeiro caso citado os sinais clínicos evoluíram para andar cambaleante, pupilas dilatadas e agressividade caracterizando um quadro neurológico que pode ser observado em casos de PIF, diferentemente do segundo relato de caso que permaneceu com os mesmos sinais clínicos apresentados no primeiro dia de atendimento.

A realização de radiografia e/ou ultrassonografia auxilia na detecção de efusão abdominal e pleural, como também evidencia o aumento de volume e/ou infiltrados

nos órgãos afetados (SILVEIRA, 2008). No exame de ultrassonografia feito nos dois pacientes dos casos relatados, não apresentaram alterações em nenhum dos órgãos e também não havia a presença de líquido na cavidade.

Anormalidades hematológicas não específicas podem estar presentes e incluem leucocitose, neutrofilia geralmente com desvio à esquerda, linfopenia e anemia (RAMSEY; TENNANT, 2010). Nos casos apresentados foram observados os valores de hemoglobina, hematócrito, VCM e HCM, abaixo dos valores de referência, indicando anemia microcítica hipocrômica. No primeiro caso, ainda foi observada leucocitose.

O perfil bioquímico pode indicar envolvimento de órgãos abdominais como nos rins (aumento de concentração de creatinina e ureia sanguínea) (BIRCHARD; SHERDING, 2013). O perfil bioquímico dos dois casos apresentava valores de creatinina aumentados, mas os valores de ureia permaneceram dentro dos parâmetros normais.

A PIF é caracterizada como uma doença de difícil diagnóstico, visto que há outras doenças que apresentam forma clínica semelhante (BARROS, 2014). Neste estudo foi realizado o método de diagnóstico sorológico que se apresentou positivo para Coronavírus Felino em ambos os casos clínicos relatados. Com base nisso, nos sinais clínicos juntamente com achados hematológicos, a doença apresentava características de PIF não-efusiva.

Não existe nenhum tratamento específico para PIF (QUINN, et al., 2005). Mesmo assim, os animais com sinais clínicos moderados podem sobreviver durante vários meses com alguma qualidade de vida proporcionada pelo tratamento (SILVA, 2013). O primeiro caso relatado veio a óbito cinco dias após a confirmação do diagnóstico, pois o quadro clínico já se encontrava evoluído, com aparecimento de sinais neurológicos. Já o segundo caso apresentou-se estável ao tratamento de suporte após ser diagnosticado.

Considerações Finais

A PIF é uma enfermidade de grande importância na clínica de felinos devido sua alta letalidade entre os animais infectados. Embora apresente baixa prevalência, seu agente etiológico encontra-se disseminado na população de gatos, dificultando medidas de controle e prevenção da doença.

O diagnóstico clínico é difícil, pois a sintomatologia assemelha-se à inúmeras outras doenças que acometem felinos. Dessa forma, a confirmação deve ser fundamentada nos sinais clínicos associados a exames laboratoriais como hemograma e perfil bioquímico. Exames radiográficos e ultrassonográficos também auxiliam no diagnóstico da doença.

A sorologia para coronavírus felino é uma técnica auxiliar de diagnóstico da doença, no entanto quando utilizada isoladamente, não fornece um diagnóstico definitivo para PIF, visto que não diferencia coronavírus associado à PIF de infecções por outros coronavírus felino.

É de grande importância na resposta ao tratamento que o diagnóstico definitivo seja realizado precocemente, fundamentado nos parâmetros clínicos associados aos achados laboratoriais. Assim, é possível a instituição do tratamento mais adequado, controlando os sinais clínicos e reduzindo os índices de mortes nos felinos infectados.

Referências

AUGUST, J.R. **Medicina Interna de Felinos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 920p.

BARROS, A.R.T. **Peritonite Infecciosa Felina: Estudo Retrospectivo De 20 Casos Clínicos**. Dissertação (Mestrado) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2014.

BARR, S.C.; BOWMAN, D.D. **Doenças Infecciosas e Parasitárias em Cães e Gatos – Consulta em 5 minutos**. Rio de Janeiro: Revinter, 2010. 640p.

BIRCHARD, S.J.; SHERDING, R.G. **Manual Saunders de Clínica de Pequenos Animais**. 3 ed. São Paulo: Roca, 2013.

CARDOSO, D.P. **Relação entre Albumina e Globulina na Efusão de Gatos Suspeitos de Peritonite Infecciosa Felina**. Monografia (Especialização em Análises Clínicas Veterinária). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

CRUZ, C.A.; MORAES, F.C.; BARTOLI, R.B.M.; SOUZA, D.B. **Aspectos Epidemiológicos a Peritonite Infecciosa Felina**. Londrina: PUBVET, 2013.

DAIHA, M.C. Peritonite Infecciosa Felina. In: SOUZA, H.J.M. de. **Coletâneas em medicina e cirurgia felina**. Rio de Janeiro: L.F. Livros de Veterinária, 2003. p.364-373,

FLORES, E.F. **Virologia Veterinária**. 2 ed. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2012. 1008p.

HARTMANN, K. Feline infectious peritonitis. **Small Animal Practice**, v.35, n.1, p.39-79, 2005.

MOTA, A.L.D.R. **Relação entre Apresentação Clínica, Carga Viral e a Titulação de Anticorpos na Peritonite infecciosa felina**. Dissertação (Mestrado integrado em Medicina Veterinária.) Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2010.

NELSON, R.W.; COUTO, C.G. **Medicina Interna de Pequenos Animais**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PAULA, M.C.C. **Peritonite Infecciosa Felina**. Monografia. Universidade Tuiti do Paraná. Curitiba, 2002.

QUINN, P.J.; MARKEY, B.K.; CARTER, M.E.; DONNELLY, W.J.; LEONARD, F.C. **Microbiologia Veterinária e Doenças Infecciosas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

RAMSEY, I.K.; TENNANT, B.J. **Manual de Doenças Infecciosas em Cães e Gatos**. São Paulo: Roca, 2010.

SILVA, F.M.G.V. **Avaliação da carga viral do coronavírus felino e sua relação com o perfil de expressão de mediadores imunitários, em animais portadores e com peritonite infecciosa**. Dissertação (Mestrado integrado a Medicina Veterinária. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

SILVEIRA, D.S.S. **Peritonite Infecciosa Felina**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Castelo Branco, Campo Grande, 2008.

SPADIN, M.K.L. **Peritonite Infecciosa Felina (PIF) - Revisão de Literatura e Relato de Caso**. Monografia (Pós-graduação *Latu Sensu* em Clínica Médica e Cirúrgica de Pequenos Animais). Curitiba, 2008.

SPARKES, A. H. Infecção por coronavírus felino. In: CHANDLER, E. A.; GASKELL, C. J.; GASKELL, R. M. (Comp.). **Clínica e terapêutica em felinos**. 3. ed. São Paulo: Roca, 2006. Cap. 25, p. 508-518.

TILLEY, L.P.; JR, F.W.K.S. **Consulta Veterinária em 5 minutos: espécies canina e felina**. 3 ed. São Paulo: Manole, 2008.

Dados para contato:

Autor: Tatiana Casagrande

E-mail: tatycasagrande@hotmail.com

TROCLEOPLASTIA DE RESSECÇÃO EM CUNHA NO TRATAMENTO DE LUXAÇÃO PATELAR MEDIAL GRAU II EM UM CÃO COM SULCO TROCLEAR RASO – RELATO DE CASO

Ciências Agrárias

Relato de caso

Luana Tigre Cardoso¹ Lívia Gonçalves da Silva¹

¹Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE

Resumo: A luxação patelar medial é o deslocamento da patela do sulco troclear, sendo uma das causas mais comuns de claudicação em cães de pequeno porte. Diversas técnicas têm sido descritas para o tratamento cirúrgico da luxação patelar medial e a troclectomia por ressecção em cunha da tróclea vem se destacando entre as técnicas cirúrgicas corretivas, devido ao fato de manter a integridade da articulação patelofemoral, ou seja, não destrói a cartilagem hialina presente. Este trabalho teve por objetivo relatar o caso clínico e cirúrgico de uma cadela, da raça pinscher, de três anos de idade que tinha histórico de dor no membro pélvico direito, durante exercícios. Após realizar os exames físicos, ortopédicos e radiográficos o animal foi diagnosticado com luxação patelar medial grau II. A paciente foi encaminhada para o procedimento cirúrgico, onde foi observado que a articulação troclear se apresentava rasa e que não existia uma acomodação eficiente da patela. Foi realizada a técnica de troclectomia por ressecção em cunha para corrigir a tróclea rasa e estabilizar a patela. O resultado pós-cirúrgico foi satisfatório, mostrando que a técnica promoveu uma adequada estabilização da patela e cessou com a dor do animal.

Palavras-chave: Ortopedia. Patela. Articulação patelofemoral.

TROCHLEOPLASTY OF WEDGE RESECTION IN THE TREATMENT OF PATELLAR DISLOCATION MEDIAL GRADE II IN ONE DOG WITH GROOVE TROCHLEAR SHALLOW - CASE REPORT

Abstract: The medial patellar luxation is the displacement of the patella in the trochlear groove, one of the most common causes of lameness in small dogs. Several techniques have been described for the surgical treatment of medial patellar luxation and troclectomy by wedge resection of the trochlea has stood out among the corrective surgical techniques, due to the fact to maintain the integrity of the patellofemoral joint, and, does not destroy the hyaline cartilage gift. This study aimed to report the clinical and surgical case of a bitch, the pinscher race, three-year-old who had a history of pain in the pelvic member, during exercises. After realizing the physical, orthopedic and radiographic examination, the animal was diagnosed with

patellar medial dislocation grade II. The patient was referred for surgery, where it was observed that the trochlear articulation presented a shallow and that there was an effective accommodation of the patella. Trochleoplasty the technique of wedge resection was performed to correct the shallow trochlea and stabilize the patella. The post-surgical results were satisfactory, showing which the technique promoted an adequate stabilization of the patella and ended with the animal's pain.

Keywords: Luxation. Patellar. Trochleoplasty.

Introdução

A luxação de patela é uma das doenças da articulação fêmur-tíbio-patelar que se desenvolve com maior frequência em cães, principalmente em raças de pequeno e médio porte, sendo considerada uma das principais causas de claudicação do membro pélvico nestes animais (HARASEN, 2006; LAVRIJSEN, 2014; STANKE, 2014).

Esta patologia é definida basicamente como um distúrbio ortopédico, no qual a patela se move para fora do sulco troclear do fêmur, podendo resultar principalmente no aparecimento de doenças articulares degenerativas, claudicação e dor (FOSSUM, 2014; HARASEN, 2006; LAVRIJSEN, 2014; STANKE, 2014). Este deslocamento da patela para fora do sulco troclear pode ser intermitente ou permanente e ocorrer medialmente ou lateralmente, sendo então classificada em luxação patelar medial ou lateral (CARDOSO JUNIOR; CARDOSO, 2014; FOSSUM, 2014).

A luxação patelar medial ocorre com maior frequência em cães de pequeno e médio porte, enquanto a luxação patelar lateral ocorre com maior frequência em cães de grande porte (DUELAND, 1998; MORTARI, 2009). Todavia, Harasen (2006) afirma que as luxações mediais ocorrem com maior frequência que as laterais, independentemente do porte do animal e são responsáveis por 75% a 80% dos casos em todas as raças de cães.

A maioria dos pacientes acometidos pela luxação patelar medial, são cães de raças pequenas como: *poodle*, *chihuahua*, *Boston terrier* e *Yorkshire terrier* (HARASEN, 2006). Os gatos também podem desenvolver luxação patelar, geralmente medial, mas com uma frequência muito menor que em cães (HARASEN, 2006; VASSEUR, 2007).

A etiologia da luxação patelar pode ser congênita ou traumática e sua apresentação pode ser uni ou bilateral, sendo a luxação patelar medial congênita a

mais frequentemente observada em cães (READ, 1999). Os fatores que contribuem para tal luxação incluem anormalidades estruturais como, sulco troclear raso, arqueamento ou torção da porção distal do fêmur, aumento da rotação tibial interna ou externa e mau posicionamento da tuberosidade tibial (DUELAND, 1998; MORTARI, 2009).

A lesão é classificada de acordo com a condição musculoesquelética associada à luxação da patela, podendo ser dividida em graus, que alteram do I ao IV, de acordo com a gravidade e intensidade dos sinais, sendo que nos graus I e II a luxação patelar é considerada intermitente e nos graus III e IV é considerada permanente (CRIVELLENTI, 2012). Em casos de luxação grau II as deformidades angulares ou de torção do fêmur podem estar presentes em um grau leve e a patela pode ser deslocada com uma pressão lateral ou pode luxar com a flexão do joelho, permanecendo luxada até que seja reduzida pelo examinador ou espontaneamente quando o animal desfizer a rotação de sua tibia (DUELAND, 1998; FOSSUM, 2008; HARARI, 1999; SMITH, 2004).

Os sinais clínicos variam de acordo com o grau de luxação e incluem principalmente, claudicação intermitente ou consistente, defeitos conformacionais, dor e relutância em se mover (FOSSUM, 2014).

A luxação patelar é normalmente diagnosticada pelo exame ortopédico com a palpação do joelho afetado. Todavia, o exame radiográfico é necessário para documentar o grau de deformidade do membro e o grau de doença articular degenerativa (HULSE; JOHNSON, 2005).

O tratamento da luxação patelar pode ser conservativo ou cirúrgico e, a escolha de qual tratamento a ser indicado depende principalmente do grau de luxação, do histórico clínico, dos achados físicos, da frequência das luxações e da idade do paciente. O tratamento cirúrgico, em geral, é o mais utilizado quando o animal apresenta sinais como dor e claudicação. Existem inúmeras técnicas cirúrgicas apontadas para o reparo da luxação patelar medial e cabe ao médico veterinário responsável indicar qual técnica cirúrgica pode apresentar melhor resultado para cada grau de luxação patelar medial. Entretanto, independente da técnica, o objetivo é conseguir que a patela se posicione adequadamente no sulco troclear e assim permaneça durante toda a amplitude do movimento (FOSSUM, 2014; HULSE; JOHNSON, 2005; VASSEUR, 2007).

Em cães que apresentem luxação patelar medial grau II é necessário avaliar se o sulco troclear está raso, pois um sulco troclear raso pode levar a uma luxação patelar medial. Para cães com sulco troclear raso, independente do grau de luxação, é necessário realizar uma intervenção cirúrgica para realizar o aprofundamento do sulco troclear do fêmur. Entre as técnicas que visam aprofundar o sulco troclear do fêmur, destacam-se as técnicas de trocleoplastia. Destaca nesta categoria a trocleoplastia de ressecção em cunha, na qual um fragmento de cartilagem em forma de cunha é cortado da tróclea e então recolocado depois do aprofundamento do sulco troclear mantendo, assim, a integridade da cartilagem hialina presente na articulação (FOSSUM, 2014; VASSEUR, 2007).

No entanto, devido ao fato de que a maioria dos cães que apresenta luxação patelar necessita de uma intervenção cirúrgica corretiva, questiona-se a possibilidade de conduzir o tratamento cirúrgico adequado e preciso utilizando a técnica de trocleoplastia de ressecção em cunha em animais que apresentem luxação patelar medial grau II devido ao sulco troclear raso.

O presente trabalho tem como objetivo geral relatar o caso clínico de um canino, atendido na Tigre Clínica e Drogaria Veterinária – Criciúma / SC, diagnosticado com luxação patelar medial grau II. Como objetivos específicos, ressaltar detalhadamente a luxação patelar em cães, enfatizar a técnica cirúrgica de trocleoplastia de ressecção em cunha osteocondral do sulco troclear, como tratamento para luxação patela medial e estabelecer as principais vantagens e desvantagens da técnica, no caso apresentado.

Anatomia funcional

Segundo Steven e Travin (1996), a patela pode ser descrita como uma porção ossificada do tendão do quadríceps. O grupo extensor primário de músculos da soldra é o quadríceps femoral e, três dos quatro músculos desse grupo, chamados de vasto lateral, vasto medial e vasto intermédio se originam do fêmur proximal, enquanto o quarto músculo, chamado de reto femoral se origina do ílio. Todos esses quatro músculos convergem para formar o tendão do quadríceps. O tendão do quadríceps se prende à porção proximal da patela, e outra porção fina atravessa a superfície cranial da patela para se misturar com o ligamento patelar. O ligamento patelar é basicamente uma faixa forte de tecido conjuntivo fibroso que corre da patela até a

tuberosidade tibial. Quando o grupo de músculos do quadríceps se contrai, a força resultante tracionará a patela, o ligamento patelar e a tuberosidade tibial, e com isso causará a extensão da soldra. Durante esse movimento, a patela deve correr no sulco troclear. A patela, em um corte transversal, revela uma superfície articular convexa. Já o sulco troclear correspondente é côncavo, permitindo uma articulação íntima entre fêmur e patela.

As fibrocartilagens parapatelares se encontram em ambos os lados da patela e se prendem à cápsula articular e essas estruturas se articulam com as cristas trocleares e aumentam a área de superfície, e com isso dispersam a força dos músculos do quadríceps. O alinhamento normal do mecanismo extensor é necessário para a estabilidade da articulação da soldra. Portanto, a disfunção desse mecanismo resulta em uma mecânica e uma instabilidade articular anormal (STEVEN; TRAVIN, 1996).

Definição

A luxação patelar é caracterizada pelo deslocamento intermitente ou permanente da patela do sulco troclear do fêmur, podendo este deslocamento acontecer medialmente ou lateralmente (CARDOSO JUNIOR; CARDOSO, 2014; CRIVELLENTI, 2012).

Nos casos de luxação patelar medial, a patela não articula com a cavidade troclear, mas é situada medialmente a ela, sendo mais comum em cães de pequeno e médio porte, como poodle, chihuahua, boston terrier e yorkshire terrier (BOJRAB, 1996; CARDOSO JUNIOR; CARDOSO, 2014; HARASEN, 2006; SMITH, 2004). Entretanto, esta patologia pode acometer cães de qualquer raça, idade ou sexo (FOSSUM, 2014).

Segundo Smith (2004), a luxação medial é mais comum que a lateral em todas as raças e tamanhos, correspondendo a uma incidência de 75 a 85% de todos os casos de luxação de patela.

Etiologia

Sua etiologia pode ser congênita, também conhecida como do desenvolvimento, ou traumática, sendo a luxação patelar medial congênita a mais

frequentemente observada em cães principalmente de pequeno e médio porte, podendo gerar claudicação de graus leves a severos (READ, 1999; VASSEUR, 2007).

Sua apresentação pode ser uni ou bilateral (VASSEUR, 2007) e, conforme Smith (2004), o envolvimento bilateral corresponde em 20 a 25% dos casos.

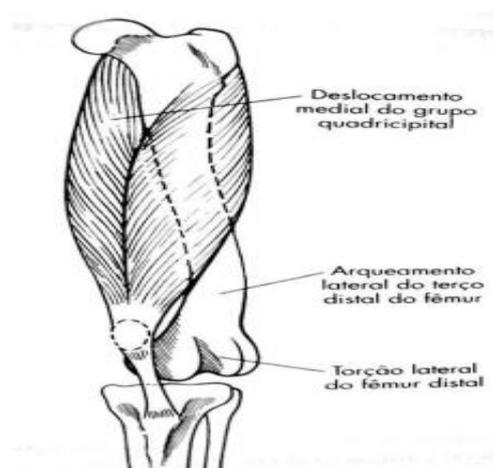
Fisiopatologia

A maioria dos pacientes com luxação patelar medial tem anormalidades musculoesqueléticas associadas, como deslocamento medial do grupo muscular do quadríceps, torção lateral do fêmur distal, inclinação lateral do terço distal do fêmur, displasia epifisária femoral, instabilidade rotacional da soldra ou deformidade tibial (Figura 1) (FOSSUM, 2014; HARASEN, 2006).

O deslocamento medial do quadríceps em cães promove uma pressão na fise femoral distal, sendo mais intensa esta pressão na região medial, o que retarda seu crescimento e menos intensa no côndilo lateral, facilitando o seu crescimento e levando ao arqueamento do fêmur. Nas luxações leves, o deslocamento do quadríceps é mínimo, nas luxações graves o deslocamento é mais evidente gerando um efeito máximo da fise femoral levando a um arqueamento grave do fêmur. O deslocamento femoral promove forças anormais sobre a tibia promovendo certas deformidades como o deslocamento medial da tuberosidade tibial e o arqueamento medial da tibia proximal e a torção lateral da tibia distal (FOSSUM, 2014; CARDOSO JUNIOR, 2014).

Os cães que sofrem de luxação patelar medial apresentam um desenvolvimento anormal do sulco troclear, isso porque a pressão contínua, exercida fisiologicamente pela patela, é responsável pelo desenvolvimento da profundidade normal do sulco troclear. Caso esta pressão não esteja presente na cartilagem articular troclear, a tróclea não atingirá a profundidade adequada, tornando-se rasa e ocasionando a luxação patelar medial (FOSSUM, 2014; CARDOSO JUNIOR, 2014).

Figura 1 - Esquema anatômico da luxação patelar medial.



Fonte: Slattler (2007, p.2124).

Sinais clínicos

Os cães com luxação patelar medial, em geral, apresentam o membro afetado flexionado e/ou claudicação intermitente. Em luxação de grau mais avançado, o animal apresenta uma claudicação grave com anormalidade no caminhar e dor (BOJRAB, 1996; DUELAND, 1998; FOSSUM, 2008).

Os sinais clínicos relacionados à luxação patelar medial congênita ou adquiridos podem variar com o grau ou a classificação da luxação patelar, sendo as lesões categorizadas de acordo com o tipo e a severidade das anormalidades em graus I, II, III, IV (DUELAND, 1998; HARASEN, 2006).

Grau I: A patela pode estar luxada, mas a luxação espontânea durante a movimentação dificilmente irá ocorrer. A luxação patelar medial pode ser notada na avaliação clínica, porém a patela retorna a sua posição de origem quando a pressão é liberada. A flexão e extensão da articulação são normais (DUELAND, 1998; FOSSUM, 2008; HARARI, 1999; SMITH, 2004).

Grau II: As deformidades angulares ou de torção do fêmur podem estar presentes em um grau leve. A patela pode ser deslocada com uma pressão ou pode luxar com a flexão do joelho. A patela permanece luxada até que seja reduzida pelo examinador ou espontaneamente quando o animal desfizer a rotação de sua tíbia (DUELAND, 1998; FOSSUM, 2008; HARARI, 1999; SMITH, 2004).

Grau III: A patela irá permanecer luxada a maior parte do tempo, mas pode ser reduzida aplicando uma força manualmente ou com a extensão do joelho. Porém,

após a redução manual, flexão ou extensão do joelho ocorre uma nova luxação. Há um deslocamento medial do quadríceps e podem estar presentes anormalidades dos tecidos moles e de suporte da articulação e deformidades do fêmur e da tíbia (DUELAND, 1998; FOSSUM, 2008; HARARI, 1999; SMITH, 2004).

Grau IV: Pode haver rotação medial de 80 a 90 graus do platô tibial proximal. A patela permanece luxada não sendo possível reposicioná-la. As anormalidades dos tecidos moles e de suporte da articulação do joelho e as deformidades do fêmur e da tíbia são notáveis. O sulco troclear é raso ou até mesmo ausente e há um deslocamento medial do grupo muscular do quadríceps (DUELAND, 1998; FOSSUM, 2008; HARARI, 1999; SMITH, 2004).

Diagnóstico

O diagnóstico de luxação patelar medial baseia-se no histórico de claudicação do animal, no desencadeamento da luxação patelar medial durante o exame físico e no exame radiográfico (FOSSUM, 2008; BOJRAB, 1996; HARARI, 1999).

O exame físico deve ser cauteloso para que seja caracterizada a instabilidade patelofemoral, e que seja descartada a possibilidade de ruptura do ligamento cruzado (VASSEUR 1998).

Conforme Fossum (2008), primeiramente o animal é observado durante a caminhada, para que seja avaliada sua conformação e locomoção geral. Logo, deve-se examinar a articulação do joelho com o animal em estação para facilitar a comparação com a articulação contralateral, e também para que seja avaliada a influência da contração do músculo quadríceps. Ao iniciar o exame físico, uma das mãos do examinador deve ser colocada sobre a patela enquanto a outra é utilizada para segurar a tíbia, fazendo com que a articulação se desloque ao longo de sua amplitude de movimentos. Com isso o examinador avalia o trajeto da patela, e também observa a presença de crepitação ou dor. A luxação espontânea é facilmente detectada, pela palpação.

Os achados no exame físico variam conforme o grau de luxação (FOSSUM, 2014; SMITH, 2004; HARARI, 1999). Os pacientes com luxação grau I geralmente não apresentam claudicação e o diagnóstico é basicamente um achado clínico durante a consulta. Os pacientes com luxação grau II pode apresentar algumas “pisadas em falso” durante a caminhada ou corrida. Pacientes com luxação grau III podem

apresentar algumas “pisadas em falso” e claudicação sem a sustentação do peso. Já os pacientes com luxação grau IV andam com os membros encolhidos por não serem capazes de estender completamente a articulação do joelho (FOSSUM, 2014; CARDOSO JUNIOR; CARDOSO, 2014).

No diagnóstico por imagem, o exame radiográfico na posição craniocaudal e médio lateral padrão, a luxação grau III e IV demonstram um deslocamento medial da patela. Todavia, no grau I e II a patela pode estar situada no sulco troclear ou deslocada medialmente (BOJRAB, 1996; FOSSUM, 2014). A radiografia também permite avaliar o grau de deformidade vara ou valga e a torção do fêmur e da tíbia ou a presença de osteoartrose (CARDOSO JUNIOR; CARDOSO, 2014).

Os diagnósticos diferenciais compreendem em necrose da cabeça femoral, luxação coxofemoral, entorse ligamentar da soldra, estiramento muscular e ruptura do ligamento cruzado. O exame cuidadoso da articulação coxofemoral é essencial porque alguns pacientes com luxação patelar também apresentam necrose avascular da cabeça femoral (DUELAND, 1998; FOSSUM, 2014).

Tratamento

Visto que as luxações patelares variam muito com o grau de processo patológico presente e que possuem potencial para gerar sequelas degenerativas, é necessária a individualização do tratamento para cada paciente. A luxação patelar medial pode ser tratada de forma conservadora ou cirurgicamente. Porém a escolha do tratamento depende do histórico clínico, dos achados físicos, da frequência das luxações e da idade do paciente. O tratamento conservador pode ser indicado em pacientes idosos assintomáticos e o tratamento cirúrgico é indicado em cães sintomáticos, pois a luxação patelar intermitente pode desgastar a cartilagem articular da patela prematuramente. Também é indicado o tratamento cirúrgico para cães de qualquer idade que apresentem claudicação e é seguramente indicada em cães com placa de crescimento ativas, pois as deformidades esqueléticas podem piorar rapidamente (DONALD; JOHNSON, 2002; SLATTER, 1998).

Inúmeras técnicas cirúrgicas são descritas para o reparo da luxação medial, como, aprofundamento do sulco troclear, transposição da tuberosidade da tíbia, liberação das estruturas de contenção mediais, osteotomia femoral, osteotomia tibial,

suturas anti-rotacionais e a transposição da origem do reto femoral (DONALD; JOHNSON, 2002; SLATTER, 1998; FOSSUM, 2014).

A combinação de técnicas é necessária em certos casos para conseguir atingir a estabilidade da patela e na maioria das vezes, o sulco troclear deve ser aprofundado quando o mesmo estiver raso (BEAUFILS, 2012; VASSEUR, 1998). Segundo Vasseur (1998), a correção cirúrgica da luxação patelar exige o alinhamento do mecanismo extensor e a estabilidade da patela na tróclea femoral, onde o realinhamento dos extensores é feito através da transposição da tuberosidade tibial ou da rotação da tibia, e a articulação patelofemoral deve ser estabilizada pelo aprofundamento da tróclea femoral, por vários tipos de procedimentos de trocleoplastia.

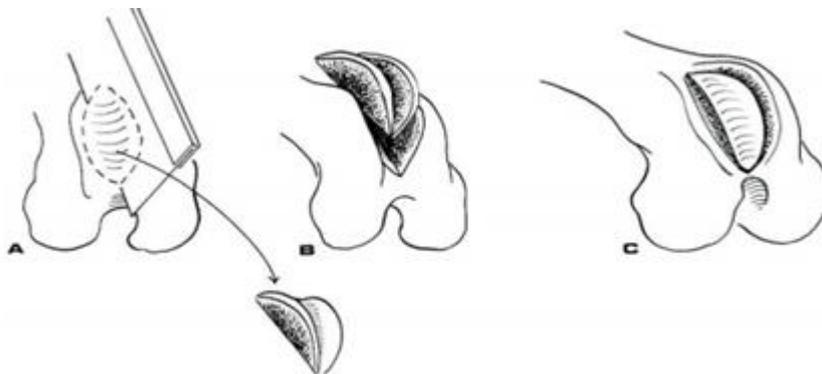
A trocleoplastia é descrita como o tratamento corretivo para anormalidades ósseas há muitos anos com o objetivo de restaurar a anatomia normal. Uma das técnicas de trocleoplastia muito utilizada para tal aprofundamento do sulco troclear quando a mesma se apresenta rasa, é a ressecção em cunha da tróclea (BEAUFILS, 2012). Portanto a trocleoplastia desempenha um papel importante para corrigir a anormalidade da tróclea rasa e estabilização da rótula, por facilitar o deslizamento correto da patela no sulco, promovendo a estabilidade da patela com o sulco troclear. Todavia, esta técnica é indicada em casos de sulco troclear raso ou como auxílio juntamente com outra técnica cirúrgica (BEAUFILS, 2012).

A técnica de ressecção em cunha troclear consiste em aumentar a profundidade do sulco troclear do fêmur, contendo a patela e mantendo a integridade da articulação patelofemoral, ou seja, sem destruir a cartilagem hialina presente. Para realização desta técnica cirúrgica, o animal deve estar posicionado em decúbito lateral e o membro preparado da linha medial até a articulação do tarso. Inicia-se a incisão cutânea cerca de 4 cm proximal à patela e estendendo-a cerca de 2 cm abaixo da tuberosidade da tibia. A incisão segue até o tecido subcutâneo ao longo da mesma linha. Para expor a articulação, o retináculo lateral e a cápsula articular devem ser cortados.

A técnica consiste em remover uma cunha osteocondral do sulco troclear, com uma serra óssea de dente fino ou com a borda cortante de uma lâmina de bisturi número 20 para cães de pequeno porte (Figura 2). Iniciam-se os cortes com a serra ou bisturi no ponto mais alto das cristas trocleares medial e lateral e direcionam-se os cortes para se cruzarem em um ponto imediatamente proximal à origem femoral do

ligamento cruzado caudal. Remove-se então a cunha osteocondral para formar um leito troclear em forma de “V” e inicia-se o aprofundamento do sulco troclear, removendo aproximadamente 1 a 1,5 mm de osso fazendo um outro corte de serra paralelo ao primeiro. Após o aprofundamento recoloca-se a cunha no leito de forma que se retorne a superfície cartilaginosa original. A fricção da superfície óssea porosa, junto com a força compressiva da patela manterá a cunha no seu devido lugar, não sendo necessária nenhuma aplicação de fixação (SLATTLER, 2007).

Figura 2 - Técnica de Trocleoplastia pela ressecção em cunha troclear. (A) Excisão da cunha osteocondral. (B) Excisão da cunha óssea. (C) Reposição da cunha osteocondral no sulco aprofundado, com sua superfície cartilaginosa voltada para a articulação.



Fonte: Slattler (2007, p.2124).

Procedimentos Metodológicos

Relato de caso

Foi atendida na Clínica Veterinária Tigre – Criciúma / SC um canino, fêmea, da raça pinscher, 4,0 Kg e com três anos de idade, com histórico de claudicação, durante exercícios.

Na anamnese, a proprietária relatou que o animal sentia dor moderada no membro pélvico direito, sendo perceptível apenas quando o animal pulava para subir escadas ou sofá, onde somente neste momento o animal apresentava leve claudicação.

Na avaliação física, foram observadas mucosas normocoradas, tempo de preenchimento capilar menor do que dois segundos, frequência cardíaca e respiratória dentro dos parâmetros normais, linfonodos sem alterações, temperatura corpórea de 38,5°, hidratado, com a vacinação e vermifugação em dia. Foram realizados exames

laboratoriais, hemograma e bioquímicos, resultando em valores dentro da normalidade para a espécie.

Na avaliação ortopédica do membro pélvico direito, foi observada dor moderada durante a manipulação da articulação do joelho onde, ao examinar a patela do membro afetado, notou-se que a mesma se apresentava luxada medialmente, podendo ser deslocada medialmente com uma pressão exercida pelos dedos do examinador e permanecendo luxada até que fosse reposicionada manualmente ou com a extensão do joelho, caracterizando uma luxação patelar medial de grau II. Ao analisar o animal durante a caminhada, foi visto que o mesmo não apresentava claudicação. A fim de se verificar a estabilidade da articulação, foi realizado teste da gaveta que neste caso não mostrou acometimento dos ligamentos cruzados durante os movimentos e os ligamentos colaterais estavam firmes. Os demais membros não apresentaram nenhuma alteração.

O exame radiográfico dos membros pélvicos evidenciou-se o deslocamento medial da patela do membro direito sem a presença de alterações ósseas e/ou articulares.

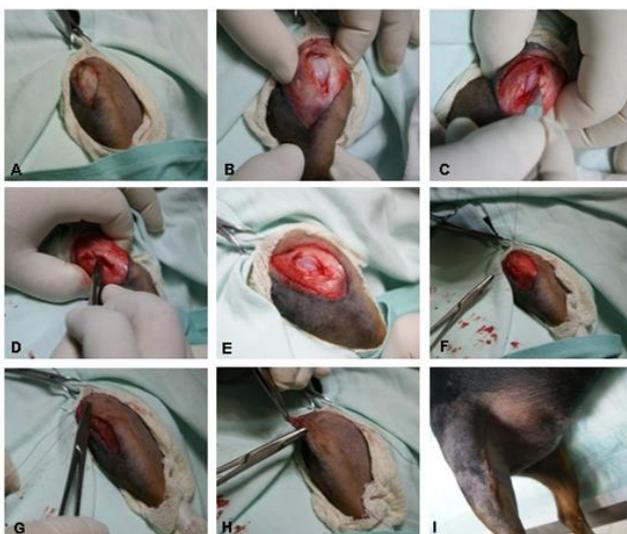
A paciente foi então submetida a jejum alimentar de 4 horas e posteriormente encaminhada para a tricotomia do membro acometido para dar início ao procedimento de correção cirúrgica. Para o ato cirúrgico instituiu-se fluidoterapia intravenosa com solução de Ringer com lactato de sódio (5 mL/Kg/h) e medicações pré anestésicas de acepromazina (0,05mg/kg, IM) e morfina (0,5 mg/kg IM). Realizou-se a indução anestésica com propofol (4mg/kg, IV) e em seguida, a anestesia epidural com lidocaína 2% (8,5mg/kg) e morfina (0,1mg/kg). Procedeu-se a manutenção anestésica com isoflurano por infusão contínua (1 a 5 µg/kg/hora). Durante o procedimento cirúrgico, o paciente foi monitorado, por meio de monitor multi paramétrico e estetoscópio, onde foram controlados os seus parâmetros fisiológicos de frequência cardíaca, ritmo cardíaco, frequência respiratória, temperatura, pressão e oximetria, não sendo necessárias intervenções durante o ato anestésico.

Com a paciente posicionada em decúbito dorsal, promoveu-se a anti-sepsia do membro pélvico direito com digliconato de clorexidina 2% seguida de álcool-iodo-álcool e iniciou-se a colocação dos campos cirúrgicos.

Iniciou-se a abordagem cirúrgica com uma incisão cutânea crânio-lateral próximo a patela e, em seguida, incisão subcutânea ao longo da mesma linha (Figura

3 - A). Posteriormente, incisou-se a cápsula articular para expor a articulação. Com a exposição da cartilagem articular identificou-se que o paciente apresentava o sulco troclear raso (Figura 3 - B). Após a abertura da cápsula articular, realizaram-se incisões paralelas no interior da cartilagem troclear com o auxílio de lâmina de bisturi número 24 (Figura 3 - C) e elevou-se a cunha osteocondral. Iniciou-se então o aprofundamento do leito troclear (Figura 3 - D) e com o auxílio da lâmina de bisturi número 24 foi removido um segundo segmento ósseo, corrigindo assim o defeito do sulco troclear raso. Com o sulco troclear aprofundado, foi feito o reposicionamento da cunha osteocondral (Figura 3 - E), originando um sulco relativamente fundo, composto da cartilagem hialina original. A patela posicionada irá manter a cunha sob pressão no local. Após a trocleoplastia realizou-se a sutura da cápsula articular em pontos simples separados com náilon monofilamentar 3-0 (Figura 3 - F) e reduziu-se o espaço morto com ácido poliglicólico 3-0 (figura 3 - G). Para a sutura de pele realizaram-se pontos intradérmicos com ácido poliglicólico 3-0(Figuras 3 - H).

Figura 3 –Técnica cirúrgica de trocleoplastia de ressecção em cunha em canino.(A) Incisão cutânea e subcutânea. (B) Exposição da cartilagem articular e sulco troclear raso. (C) Incisões paralelas na cartilagem troclear com uma lâmina de bisturi nº 24 para remoção da cunha osteocondral. (D) Aprofundamento do sulco troclear raso. (E) Reposicionamento da cunha osteocondral removida primeiramente. (F) Sutura da cápsula articular com pontos simples separados com náilon monofilamentar 3-0. (G) Redução do espaço morto. (H) Sutura de pele com pontos intradérmicos com ácido poliglicólico 3-0. (I) Aspecto final pós-operatório imediato.



Fonte: Autores (2015).

No pós-operatório prescreveu-se, enrofloxacina 6,5 mg/Kg (BID) – durante 10 dias e carprofeno 4,4 mg/Kg (SID) – 15 dias. No retorno, após dois dias da alta da paciente, relatou-se que a mesma apoiava o membro no chão, esporadicamente e, após quinze dias, no segundo retorno, já apoiava o membro sem apresentar qualquer sinal de dor ao subir escadas e sem claudicar. A proprietária realizou sessões de fisioterapia com compressas frias (crioterapia), durante 3 dias, seguido de compressas quentes (termoterapia) duas vezes ao dia durante 7 dias, assim como administrou todas as medicações prescritas corretamente.

Resultados e Discussão

A luxação patelar medial é considerada uma das principais causas de claudicação e dor do membro posterior, principalmente em cães de pequeno porte (HARASEN, 2006; LAVRIJSEN, 2014; STANKE, 2014). Os animais com luxação patelar medial grau II geralmente apresentam alguma forma de distúrbio de andadura e podem evoluir para graus mais elevados e para doença articular degenerativa, se não forem tratados (BORJAB, 1996; FOSSUM, 2008). Caso o proprietário tivesse negligenciado os primeiros sinais clínicos de distúrbio de andadura, dor e claudicação, do canino do estudo, e não tivesse procurado tratamento para a correção da patologia, a doença poderia ter progredido e piorado o prognóstico e o quadro clínico.

Os fatores que contribuem para tal luxação incluem anormalidades estruturais como, sulco troclear raso, arqueamento ou torção da porção distal do fêmur, aumento da rotação tibial interna ou externa e mau posicionamento da tuberosidade tibial (DUELAND, 1998; MORTARI, 2009). Neste relato de caso, a paciente possuía apenas o sulco troclear raso, sendo um dos motivos para tal luxação.

Para cães com sulco troclear raso, independente do grau de luxação é necessário realizar uma intervenção cirúrgica para realizar o aprofundamento do sulco troclear do fêmur. Entre as técnicas que visam aprofundar o sulco troclear do fêmur, a trocleoplastia de ressecção em cunha foi a escolhida para este caso. Portanto, a cirurgia para correção da luxação é aconselhável em animais que apresentem luxação patelar a partir do grau II, pois mesmo os graus mais baixos de luxação podem evoluir para graus mais elevados e para doença articular degenerativa e impotência funcional do membro (HARASEN, 2006). A escolha da técnica cirúrgica depende principalmente do grau de luxação patelar, sendo recomendada a combinação de técnicas para tal

correção (FOSSUM, 2008; HARASEN, 2006). No presente trabalho foi realizado apenas a trocleoplastia de ressecção em cunha com o objetivo de aprofundar a fossa troclear, pois a mesma apresentava-se rasa, e a paciente não apresentava nenhuma anormalidade músculo esquelética associada.

Slatter (2007) tem preferência pela técnica de trocleoplastia, pois segundo ele, os animais parecem utilizar o membro mais rapidamente quando tratados com a trocleoplastia de ressecção. Neste relato de caso, após três dias do procedimento cirúrgico de trocleoplastia de ressecção em cunha o paciente já apoiava o membro acometido no chão e após 15 dias apoiava totalmente o membro, sem apresentar dor ou claudicação

O prognóstico é favorável quanto ao retorno da atividade funcional nos graus I a III (FOSSUM, 2008). No presente estudo o prognóstico foi favorável com retorno a atividade funcional após 15 dias do procedimento cirúrgico.

Considerações Finais

O tratamento cirúrgico com a técnica de trocleoplastia de ressecção em cunha utilizado neste relato de caso demonstrou ser um tratamento efetivo para luxação patelar medial grau II, mostrando que é possível conduzir o tratamento cirúrgico adequado com a utilização desta técnica, alcançando os objetivos determinados no presente trabalho.

Os resultados encontrados no pós-operatório em curto prazo evidenciaram o apoio satisfatório do membro sem qualquer sinal de dor e com adequada estabilidade da patela. Portanto, a trocleoplastia desempenha um papel importante para corrigir a anormalidade da tróclea rasa e estabilização da rótula, pelo fato de facilitar o deslizamento correto da patela no sulco, promovendo a estabilidade da patela com o sulco troclear.

Devido ao fato de a técnica manter a superfície cartilaginosa original após o aprofundamento do sulco troclear, a paciente demonstrou apoiar o membro rapidamente, além da contribuição com a prática da fisioterapia, que demonstraram auxiliarem na rápida recuperação do animal.

Percebe-se que existem muitos trabalhos abordando o tema, porém existem poucas descrições apenas sobre a técnica de trocleoplastia de ressecção em cunha

como único tratamento em caso de luxação patelar devido à tróclea rasa, necessitando de mais pesquisas nesta área.

Referências

BEAUFILS, P. et al. Trochleoplasty in major trochlear dysplasia: current concepts. **Sports Medicine, Arthroscopy, Rehabilitation, Therapy & Technology: SMARTT**, v, 4, n.7, 2012.

BOJRAB, M. Joseph. Ossos e articulações: Membro pélvico. In: BOJRAB, M. Joseph. **Técnicas Atuais em Cirurgia de Pequenos Animais**. 3. ed. São Paulo: Roca Ltda., 1996. p. 670-691.

CARDOSO JUNIOR, R. B.; BITTENCOURT, F. F. Ortopedia: Luxação de Patela. In: ROZA, M. R.; OLIVEIRA, A. L. A.; NARDI, A. B. **Dia-a-dia: Tópicos Selecionados em Especialidades Veterinárias**. Curitiba: Medvep, 2014. p. 488-489.

CRIVELLENTI, Leandro Zuccolotto; CRIVELLENTI, Sofia Borin. **Casos de Rotina em Medicina Veterinária de Pequenos Animais**. São Paulo: Medvet, 2012. 525 p.

DENNY, H. R.; BUTTERWORTH, S. J. **Cirurgia ortopédica em Cães e Gatos**. 3.ed. São Paulo: Roca, 2006.

DONALD, A.H; JOHNSON, A.L. Tratamento de doença articular. In: FOSSUM, T.W. **Cirurgia de Pequenos Animais**. São Paulo: Roca, 2002,1079p.

DUELAND, R. T. Distúrbios Ortopédicos da Soldra. In: BIRCHARD, S. J. **Clínica de pequenos animais**. São Paulo: Roca Ltda, 1998. p. 1152-1163.

FOSSUM, Theresa Welch. Ortopedia: afecções articulares. In: FOSSUM, Theresa Welch. **Cirurgia de Pequenos Animais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier., 2008. p. 1289-1315.

FOSSUM, Theresa Welch. Ortopedia: Fundamentos de Cirurgia Ortopédica e Tratamento de Fraturas. In: _____. **Cirurgia de Pequenos Animais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 1033-1410.

HARASEN G. Patellar luxation. **The Canadian Veterinary Journal**. p.817-818, 2006.

HARARI, Joseph. **Cirurgia de pequenos animais**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

HULSE, D.A; OHSO A.L. Artropatias. In: FOSSUM, T.W. (Ed) **Cirurgia de pequenos animais**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2005. p. 1017-1042.

LAVRIJSEN, I. C. M. et al. Genome-wide survey indicates involvement of loci on canine chromosomes 7 and 31 in patellar luxation in flat-coated retrievers. **BMC Genetics**, v.15, n.64. 2014.

MORTARI A.C. et al. Use of radiographic measurements in the evaluation of dogs with medial patellar luxation. **The Canadian Veterinary Journal**; v.50, n.10, p.1064-1068, 2009.

MORAES; CRIVELLENTI. Neurologia e distúrbios musculoesqueléticos. In: CRIVELLENTI, Leandro Zuccolotto. **Casos de Rotina em Medicina Veterinária de Pequenos Animais**. São Paulo: Medvet. 2012. p. 328-329.

READ, R.A. Opciones racionales de tratamiento de la luxación interna de rótula. **Waltham Focus**, v.9, p.25- 31, 1999.

SLATTER, D. **Manual de Cirurgia de Pequenos Animais**. 3 ed. São Paulo. Manole, 2007.

SOUZA, M.M.D. et al. Luxação de patela em cães: estudo retrospectivo. **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec**, São Paulo, v. 61, n. 2, p.523-526, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abmvz/v61n2/a35v61n2.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

SMITH, C. W. Luxações de Patela. In: HARARI, Joseph. **Segredos em cirurgia de pequenos animais: Respostas necessárias ao dia-dia em rounds, na clínica, em exames orais e escritos**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 344-347.

STEVEN, C.P.A; GUY, B.T. Reparo cirúrgico das luxações e fraturas patelares. In: BOJRAB, J.M. **Técnicas atuais em cirurgia de pequenos animais**. 3 ed. São Paulo: Roca, 1996. 670p.

Dados para contato:

Autor: Lívia Gonçalves da Silva

E-mail: paca@unibave.net

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

A PERCEPÇÃO DOS CONSUMIDORES DO COMÉRCIO DE BRAÇO DO NORTE-SC

Ciências Sociais Aplicadas

Artigo original

**Grazieli Loch Philippi¹; Fabrício Schambeck¹; Alessandro Cruzetta¹;
Alexsandro Heleodoro Silveira¹; Fabricio Trevisol Bordignon¹; Mario Coan¹;
Richard da Silva¹; Alisson Joaquim Flor¹; Vilmar Vandresen¹; Volnei Margotti¹;
Rovânio Bussolo¹**

¹Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo aplicar uma pesquisa para descrever a percepção dos consumidores com o comércio da cidade de Braço do Norte-SC, além de traçar o perfil dos consumidores e solicitar sugestões dos mesmos. A necessidade dessa pesquisa parte do ponto que é importante ouvir os clientes e entender suas necessidades e desejos para que desta forma, busque-se satisfazê-los, sempre procurando por inovações e informações para cativar e atrair novos clientes para o comércio da cidade. Para cumprir com os objetivos o estudo se baseou inicialmente em fundamentos teóricos em livros, artigos, portais de notícias e outros. Para esta pesquisa de marketing utilizou-se do método de pesquisa exploratória com abordagem quantitativa e qualitativa. A pesquisa irá levar maiores informações aos comerciantes da cidade, para que, desta forma, se busque satisfazer necessidades e desejos dos clientes, a fim de impulsionar as vendas melhorando alguns pontos ressaltados com o resultado da pesquisa e sugestões dos consumidores locais.

Palavras-chave: Marketing. Consumidor. Comércio.

PERCEPTION OF CONSUMERS IN BRAÇO DO NORTE-SANTA CATARINA

ABSTRACT: This study aimed to apply a survey to describe the perception of consumers to trade in Braço do Norte-SC, in addition to profile consumers and solicit input from them. This research was needed since is important to listen to customers and understand their needs and desires, searching to satisfy them and always looking for innovations and information to captivate and attract new customers to the city's trade. To achieve the objectives, the study was initially based on theoretical foundations in books, articles, news portals and others. For the marketing research we used the exploratory method with quantitative and qualitative approach. The search will bring more information to the city's merchants, so that in this way, it seeks to satisfy needs and wants of customers in order to boost sales by improving some salient points with the search result and suggestions of local consumers.

Keywords: Marketing. Consumer. Trade.

Introdução

A pesquisa de marketing se faz necessária por ser uma ferramenta importante da administração mercadológica, pelo fato de obter informações do mercado onde se encontra.

O profissional, portanto, no caso desta pesquisa, busca saber a perspectiva dos consumidores do comércio de Braço do Norte - SC, obtendo assim informações sobre o perfil dos clientes, sobre como agem diante dos preços, das promoções, dos serviços oferecidos, de como as mídias utilizadas, entre outros fatores, interferem na decisão de compra.

Satisfação do cliente

Com o crescimento do comércio é preciso buscar cada vez mais informações, até pelo fato do crescimento da internet como ferramenta de divulgação, contato e até *e-commerce* (venda pela internet). Desta forma, as lojas físicas precisam inovar e procurar por estratégias, para de alguma forma cativar os clientes e fazê-los ir até a loja.

Uma vez que o comércio da cidade de Braço do Norte não lida somente com concorrentes locais, mas também com a concorrência na internet e ainda com grandes lojas localizadas em cidades próximas. Lidam com lojas que investem alto em propaganda, como as localizadas no shopping em Tubarão, ou até mesmo cidades vizinhas, como Gravatal que é conhecida pelas lojas de confecção própria com preços atrativos.

O propósito desta pesquisa é auxiliar o comércio na busca pela melhoria e satisfação de seus clientes, considerando que a cidade tem um grande potencial comercial e um alto número de habitantes, com um bom poder aquisitivo. De acordo com Hayes e Bloom (2002) atualmente o interesse com a satisfação do cliente é, em grande parte, decorrente do aumento da qualidade exigida pelos consumidores.

Procedimentos metodológicos

Serão apresentados os dados obtidos a partir da pesquisa realizada na cidade, juntamente com a descrição das análises feitas de acordo com os dados. Primeiramente será traçado o perfil dos consumidores questionados e posteriormente

sua percepção sobre o comércio de uma forma geral, e por fim serão descritas algumas sugestões feitas por alguns dos consumidores.

Resultados e Discussão

Abaixo será possível observar o perfil dos consumidores da cidade, sendo apresentado sexo, renda familiar, faixa etária e grupo familiar dos consumidores participantes da pesquisa.

Dos 384 consumidores que responderam ao questionário, 261 (68%), eram mulheres e 123 (32%) homens, como visto o comércio é mais frequentado por mulheres. Segundo Persona (2007), a mulher atualmente é o alvo mais importante da indústria dirigida ao consumidor final. Além de metade dos lares brasileiros serem dirigidos por mulheres, em todas as situações ela mantém um enorme poder de decisão na hora das compras, pela natureza feminina elas são as maiores compradoras por sua capacidade de atenção. A mulher tem um comportamento mais de coleta do que os homens, o que as leva a ter maior interesse por produtos de beleza, saúde, casa, filhos e até necessidades do marido.

A maioria dos consumidores, totalizando 43%, têm renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos, que no momento da pesquisa era de R\$788,00, já 35% dos consumidores têm renda familiar entre 3 e 5 salários mínimos, 16% de 5 a 10 salários mínimos, 5% mais de 10 salários mínimos como renda familiar e 1% têm renda familiar de 1 salário mínimo.

Com relação à idade, 34% dos consumidores estavam na faixa etária entre 19 a 25 anos, 31% na faixa dos 26 a 35 anos, 12% com idade entre 36 e 45 anos, 8% entre 46 e 55 anos, e apenas 1% acima dos 55 anos. No que se refere ao grupo familiar, 29% residem com até 3 pessoas, seguido de 28% com 4 ou mais pessoas, 26% com 2 pessoas, 14% com 1 pessoa e 3% dos consumidores moram sozinhos.

Conforme o censo do IBGE (2010) apresentado por Ferreira (2010), as famílias brasileiras estão menores. No ano 2000 eram em média 3,79 pessoas vivendo em cada domicílio, em 2010 caiu para 3,39. Esse dado deve-se à taxa de fecundidade que de 1940 para 2007 caiu 68,3%, caminhando para 1,9 filhos por mulher. Estes números devem-se ao fato de que o brasileiro está priorizando cada vez mais a educação e conforme Borges (2010), dados mostram que as mulheres estudam mais em todas as faixas etárias, portanto estão priorizando o estudo e adiando a formação

de uma família. Como apontado também por Cleglinski (2012) as brasileiras têm menos filhos e adiam a gravidez pela profissão pelo fato do aumento do nível de escolaridade feminina no Brasil e, por conta disso, a maior participação efetiva das mulheres no mercado de trabalho. Isso pode ocorrer também pelo fato da chamada “geração canguru”, como apresentado por Andrade (2013), a pesquisa do IBGE em 2012 apontou que 24,3% dos jovens de até 34 anos ainda residem com os pais.

Quando questionados sobre o que mais lhe chamava a atenção em uma loja, a maioria (44%) dos consumidores apontaram ser o atendimento, 28% indicaram o preço, 24% o produto, 3% a marca e 1% vitrine. Levando em consideração a renda familiar dos consumidores locais, é relevante o fator “preço”, juntamente com o custo benefício, observando as porcentagens dos fatores “produtos” e “bom atendimento”. Dessa forma, é possível observar que os consumidores do comércio do município de Braço do Norte buscam bons preços, produtos de qualidade e mais ainda, esperam ser bem atendidos quando decidem comprar em determinada loja.

Ao classificarem o atendimento dos funcionários, 50% dos consumidores consideram regular, 33% bom, 11% ruim, 4% muito ruim e 2% muito bom. Como foi possível observar, a grande maioria dos consumidores não está muito satisfeito quanto ao atendimento, que anteriormente foi considerado o fator mais importante, capaz de atrair a atenção em uma loja.

O fator atendimento deve ser bastante avaliado já que, segundo pesquisa apresentada no portal de notícias G1 (2015) o Brasil fica em penúltimo sobre simpatia dos vendedores, ganhando apenas do Japão. Conforme apontado por Stella Susskind na notícia, de 10 clientes que entram em uma loja, 2 não foram recebidos com um sorriso, multiplicando-se pelo número de clientes que entram nas lojas todos os dias, é um número bastante preocupante. De acordo com um consumidor abordado, pode até comprar na loja caso esteja precisando muito, porém não voltaria por conta da má recepção.

Com o questionamento quanto à variedade de produtos, 50% relataram estar satisfeitos, 26% indiferentes, 18% insatisfeitos, 4% muito insatisfeitos e 2% muito satisfeitos. Portanto, é possível observar neste ponto que a grande maioria dos consumidores se encontra satisfeita com a variedade de ofertas de produtos encontrados no comércio da cidade. Sendo assim, não consideram um fator problemático no comércio do município, ou como sendo um dos fatores capaz de os levar a centros comerciais de cidades vizinhas.

Os consumidores entrevistados foram questionados sobre a satisfação quanto à segurança dos produtos apresentada pelas lojas, em relação à segurança que as lojas demonstram de seus produtos, 54% afirmaram estar satisfeitos, 30% indiferente, 12% insatisfeitos, 3% muito satisfeitos e 1% muito insatisfeito. Portanto, mais da metade considera que as lojas apresentam segurança dos produtos que oferecem.

Quanto ao horário em vigor no período da pesquisa (08:00-12:00h e 14:00-18:30h), 52% declararam estar satisfeitos, 25% insatisfeitos, 13% indiferentes, 6% muito satisfeitos e 4% muito insatisfeito. Portanto, o horário de atendimento está adequado, de acordo com a maioria dos consumidores. Porém, no próximo relato dos dados será possível observar o horário sugerido de atendimento para melhor atender a todos.

Após apontarem o nível de satisfação com o horário, era possível que os consumidores optassem por um horário julgado mais adequado para o atendimento: 30% informaram que o horário mais adequado para o atendimento das lojas da cidade seria das 09:00 às 12:00h e das 14:00 às 19:00h, 28% das 08:00 às 12:00h e das 14:00 às 18:30h, 27% das 08:30 às 18:00h sem fechar ao meio dia e 15% das 09:00 às 12:00h e 13:30 às 18:30h.

A opção aqui por horários diferenciados deve-se à questão levantada sobre os funcionários das lojas e empresas que funcionam em horário comercial não terem como frequentar o comércio no horário oferecido, devido estarem no período de trabalho, o que dificulta a compra, e ainda mais, pode ser colocado como fator que leva os consumidores a buscar o comércio de cidades vizinhas, já que estes mantêm horários diferenciados capazes de atendê-los nos horários disponíveis.

E como será observado mais a frente nas sugestões dos consumidores, o ideal seria intercalar os horários de trabalho dos vendedores para atender estes horários diferenciados a fim de não sobrecarregar os atendentes.

Em relação aos preços praticados no comércio da cidade de Braço do Norte, 44% consideram nem caro e nem barato, 39% consideram caro, 16% muito caro, 1% barato e nenhum consumidor consultado classificou como sendo muito barato. Portanto, pode-se observar que a maior parte dos consumidores consideram os preços praticados de médio a caro.

Conforme Gabriel (2009) preço é o valor justo atribuído à posse de um produto, e por justo, quer dizer que só haverá venda se o consumidor acreditar que o preço é

justo e adequado, portanto a função de preço é de grande importância por ser de intensa relação com a percepção de qualidade pelo consumidor.

Completando com Las Casas (2009) que por sua vez relata que muitas decisões de compras são feitas com base nos preços dos produtos, já que a maioria dos consumidores possuem necessidades e desejos ilimitados, porém, recursos limitados.

Ao serem questionados qual a forma de pagamento mais utilizam, 51% afirmaram usar dinheiro em espécie para pagar, 27% pagam parcelado no crediário, 16% usam cartão de crédito, 5% cartão de débito e 1% pagam com cheque. Pode ser um fator indicativo da decisão de pagamentos em dinheiro, o fato da grande maioria dos trabalhadores brasileiros receberem seus salários ainda em dinheiro. Segundo o SAEP-DF (2014), em 2014, 51% dos brasileiros ainda recebiam seus salários em dinheiro e não em conta corrente, por conta disso costumam andar com grandes quantias de dinheiro em espécie.

Quanto à data comemorativa dos calendários comerciais que mais costumam comprar/gastar, 78% afirmaram que é no período de Natal, 6% o dia dos namorados, 5% no Ano Novo, 5% no dia das mães, 2% na páscoa, 2% no dia dos pais e 2% no dia das crianças. Conforme Mairins (2013), no Brasil, as cinco datas comemorativas mais importantes são Natal, Dia das Mães, Dia dos Namorados, Dia dos Pais e Dia das Crianças.

De acordo com Roque Pellizzaro Jr., presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), só o Natal gera um faturamento no comércio equivalente a três meses normais do ano, isso devido à procura não ser somente por presentes, como nas demais épocas, mas também da ceia, decoração etc. todas as datas movimentam faixas específicas do comércio, porém o Natal movimenta todo o comércio. E ainda há fatores como no final de ano, geralmente, as pessoas desejarem reformar a casa, trocarem de carro, etc. podendo levar em conta também que no Brasil os trabalhadores recebem o décimo terceiro no fim do ano, sendo assim, mais um fator capaz de elevar as vendas nesta época.

Quando o questionamento foi referente ao qual mídia utilizada para divulgação das promoções mais chama a atenção, 51% afirmaram ser por meio da internet, 25% por meio de panfleto, 18% pela rádio e 6% através do jornal.

Segundo Braga (2014) o segundo meio de divulgação mais utilizado no Brasil é a internet, atrás da TV e à frente da rádio. Conforme a notícia o Ibope: 26% dos brasileiros usam a internet diariamente, 65% veem TV todos os dias, 21% fazem uso diário do rádio, 6% de jornais impressos e 1% de revistas semanais. A pesquisa detalhou ainda que a internet é mais popular entre os jovens de 16 a 25 anos – 48% relataram usá-la diariamente. Na faixa etária superior a 65 anos, 92% afirmaram que nunca usam ou não costumam usá-la. Em média, os brasileiros que usam a internet gastam três horas e 39 minutos navegando pela rede em dias de semana. Nos finais de semana, a intensidade de uso aumenta um pouco – vai para três horas e 43 minutos, em média.

São muitos os fatores que podem interferir na decisão de compra do consumidor, para 37% deles, o fator que mais lhe faz comprar em determinada loja é o preço, seguido de 28% que optou por bom vendedor, 13% promoção, 8% ambiente da loja, 6% marcas, 5% localização e 3% serviço de entrega. Como é possível observar os pontos mais determinantes são preço e bom vendedor, desta forma, os consumidores da cidade de Braço do Norte buscam por bons preços e esperam ser bem atendidos na hora da decisão de compra, isso pode determinar se o cliente retornará à loja ou não.

Quanto ao fator determinante para a compra de determinado produto, mais da metade, 69% dos consumidores levam em conta a qualidade do produto, 28% o preço e somente 3% a marca, portanto o consumidor está mais preocupado com a durabilidade do produto, ou seja, novamente vem à tona a questão do custo benefício para a efetivação da compra.

No município, a câmara de dirigentes lojistas de Braço do Norte (CDL) criou o chamado “Sabadão das compras”, em que todo segundo sábado do mês o comércio fica aberto o dia todo, das 08:00 às 17:00h, sem fechar ao meio dia. Nesse sentido, quando os consumidores foram questionados se costumavam se programar para fazer as compras neste dia, 34% afirmaram que às vezes, 27% raramente, 25% nunca, 11% sempre e 3% afirmaram desconhecer o “Sabadão das compras na cidade”.

Levando esses dados em conta, pode-se concluir que falta algum atrativo para levar os consumidores às lojas nestes dias, já que geram um custo por horas extras dos funcionários. Em conversa com o gestor executivo da CDL, Claiton D. G. Coan,

esse informou que “a CDL-Braço do Norte divulga a data “Sabadão das Compras” em todos os meios possíveis de comunicação (Rádios, Jornais e ARTV), inclusive via e-Marketing, orientado aos lojistas para também fazerem sua parte, divulgando a data”.

As próprias lojas podem fazer essa divulgação, muitas utilizam do *facebook* para divulgar o “Sabadão das compras”, mas como sugerido mais a frente por consumidores, talvez fosse interessante criar algumas atividades ou promoções neste dia para atrair mais pessoas ao comércio.

Ainda com relação à opinião dos consumidores acerca do “Sabadão das compras”, 33% afirmaram estar indiferentes, 31% consideram bom, 27% muito bom, 6% muito ruim e 3% ruim. Levando em conta os índices apresentados anteriormente, deve-se ao fato de que a maioria dos consumidores entrevistados pouco frequentam esta data do calendário dos lojistas de Braço do Norte.

Conforme informado por Claiton, foi criada a promoção “compre com sorte”, que como dito por ele “se trata de abordagens no centro e bairros da cidade, em que é feito um revezamento entre os meios de comunicação (Rádios AM-FM e a ARTV) onde uma equipe de jornalismo, juntamente com representantes da CDL-Braço do Norte fazem as abordagens de consumidores, onde os mesmos possuindo cupom, nota ou carnê de compra em loja filiada à CDL-Braço do Norte na semana que antecede a data do “Sabadão das compras” ou no próprio dia recebe um cheque vale compra no valor efetuado para comprar na mesma loja, sendo o valor máximo de R\$ 300,00 e na hora é realizado um *flash* ao vivo pela Rádio responsável em acompanhar a abordagem. Vale lembrar que no período do estudo, já estavam na 12ª Edição e já havia sido distribuído aos consumidores aproximadamente 8 mil reais em vales compras, um evento patrocinado 100% pela CDL-BN.”

Quando questionados, de uma forma geral, o que achavam do comércio de Braço do Norte, 45% caracterizaram como sendo regular, 41% como sendo bom, 9% ruim, 3% muito bom e 2% muito ruim. A partir desses dados é possível observar uma colocação mediana, ou seja, para a maioria dos consumidores o comércio ainda tem melhorias a fazer para satisfazê-los. Muitos também classificaram como bom, o que pode significar uma boa aceitação, porém ainda podem melhorar alguns pontos para uma melhor avaliação por parte dos consumidores.

Quando proposto para atribuírem uma nota de 0 a 10 ao comércio de Braço do Norte foi possível chegar a uma média de 6,71. Como pode se observar é uma média

em nível intermediário, portanto é possível verificar uma insatisfação dos clientes a partir da média calculada. Existem alguns pontos que eles se apresentam satisfeitos e outros não. Diante disso é possível determinar que os clientes acreditam que existe a possibilidade de melhoras no comércio estudado.

Quando questionados sobre o que faltava para melhorar o comércio da cidade de Braço do Norte, 46% dos consumidores optaram por bons vendedores, 34% por promoções e 20% por variedade de lojas. Mais uma vez vem à tona a falta de vendedores treinados e qualificados no comércio do município, como visto anteriormente, faz diferença na decisão de compra, e até de fidelidade do cliente, se ele for bem atendido ele volta a comprar na loja, caso seja mal atendido pode até comprar por estar necessitando do produto em questão, mas dificilmente irá retornar à loja.

Outro ponto que também foi ressaltado foi o fato de faltar promoções. Como já apontado, o preço é outro fator capaz de atrair ou não os clientes e fazer promoções na loja atrai o cliente, como visto, os consumidores consideram que falta promoção no comércio da cidade, assim como variedade de lojas. Um consumidor optou por classificar outro ponto importante, a falta de estacionamento para clientes nas lojas para melhorar o comércio.

Como indicado por Reis (2014) o número de carros nas ruas brasileiras aumentou consideravelmente nos últimos anos, no Brasil tem 1 automóvel para cada 4 habitantes. Na cidade de Braço do Norte existe um impasse quanto ao local para estacionar o carro, sendo que a maioria dos funcionários do comércio vai trabalhar de carro, sendo assim ocupam boa parte das vagas na rua. A cidade tem poucos estacionamentos regulamentados e ainda são privativos para alguns bancos, lojas, restaurantes e outros pontos comerciais, sendo que em alguns casos o uso é apenas para a frota da empresa.

Na última questão, os consumidores poderiam deixar uma sugestão de melhoria para o comércio de Braço do Norte, muitos consumidores deram sugestões, muitos tiveram repetição, e para melhor apresentação foram mantidas apenas uma sugestão para cada fato apontado.

Alguns dos clientes sugeriram tirar o “Sabadão das compras”, alguns por considerarem que pode deixar os funcionários exaustos, e outros alegaram que a população pouco frequenta o comércio sábado à tarde. No entanto, a partir dos dados

anteriormente apresentados, sugere-se que o “Sabadão das compras” pode gerar grande retorno para a economia local, bem como para os funcionários de indústrias que trabalham em horário comercial, afim de poderem fazer suas compras.

Pensando no bem-estar dos funcionários, talvez o ideal fosse intercalar os horários de trabalho, por exemplo, trabalhar no sábado à tarde e folgar uma tarde durante a semana nos dias de pouco movimento.

Alguns dos consumidores dão sugestões para atrair o público ao centro comercial da cidade neste dia, e ainda sugerem uma maior divulgação, levando em conta a divulgação feita pela CDL, talvez fosse importante os lojistas divulgarem em suas páginas do *facebook* durante a semana que antecede o “Sabadão das compras” e, também, criarem algumas promoções especiais neste dia.

De acordo com um consumidor, no sábado das compras poderiam planejar algum tipo de atividade ao público, principalmente no horário da tarde, a fim de atrair as pessoas ao centro, já que é onde existe o maior número de lojas. Outro consumidor com sugestão similar concorda que assim viriam as famílias para a praça e com certeza aumentariam as vendas, quem sabe com um cronograma divulgado nas mídias locais.

Outros consumidores alegaram que os horários de Natal praticados são abusivos, consideram que deixam os funcionários exaustos e foi proposto por alguns deles fazer um revezamento e até diminuir a carga horária do período de Natal, visando assim, o bem-estar dos funcionários.

Levando em conta que o Natal é época do ano de maior faturamento, talvez fosse viável criar uma maior divulgação nestas épocas com um horário diferenciado, como por exemplo, abrir mais tarde no período matutino, que como alegado por muitos consumidores, nesta época costumam frequentar mais ao fim da tarde, que em decorrência do clima da época, neste horário o clima é mais ameno. Assim os vendedores não ficariam tão exaustos devido à alta carga horária de trabalho.

Um fator muito citado na pesquisa como importante foi o atendimento. Como visto em algumas reportagens citadas o consumidor brasileiro não é bem atendido, falta simpatia por parte dos vendedores, e em época de grande crescimento das lojas virtuais, da internet em geral, que facilitou e muito a vida do consumidor possibilitando-o de comprar até de sites internacionais a preços muitos baixos, esse pode ser um fator capaz de deixar cada vez mais os clientes longe das lojas físicas. O cliente

espera ser bem atendido quando chega em uma loja, o comércio precisa se adequar, usar a internet a seu favor também, divulgar, e até disponibilizar vendas online, porém, mais ainda deve manter profissionais capacitados para que o cliente não perca o gosto de ir comprar direto na loja.

Segundo Neto (2014) descreve no blog mercado.com, o brasileiro prefere lojas físicas às compras pela internet, isso pelo fato de poder tocar o produto, verificar sua qualidade, e ainda ter o produto na hora, sendo que por *e-commerce* pode levar dias para receber e dependendo do produto, a qualidade pode não ser compatível com a expectativa. Portanto, as lojas físicas têm grandes vantagens, porém, ainda precisam criar estratégias para atrair cada vez mais o consumidor e um ponto importante é ele ser muito bem atendido.

Foram muitos os consumidores que sugeriram qualificar os funcionários das lojas, dar treinamento, e não somente treinamento para o atendimento, mas também que conhecessem melhor os produtos que estavam vendendo, os clientes descreveram que há muitos vendedores que nem sabem a diferença entre um produto e outro similar.

Outra questão levantada nas sugestões foi o preço, alguns dos clientes informam estar insatisfeitos com os preços praticados e sugerem mais promoções para atrair os clientes. Alguns consumidores sugeriram ainda fazer alguns sorteios para atrair mais clientes à loja. Um consumidor sugeriu ainda, uma parceria entre as lojas para fazer uma espécie de promoção conjunta.

Um ponto bastante relevante levantado também, foi o estacionamento, como pode ser observado a seguir com algumas das sugestões sobre o assunto. Como relatado por alguns consumidores, existem funcionários e donos que deixam seus carros na frente da loja e o comprador interessado, normalmente, não tem lugar para estacionar, é preciso procurar alternativas, pois por não ter lugar para estacionar os clientes podem ir à outra cidade maior.

Alguns dos consumidores também pediram uma maior diversidade de produtos e marcas. Um consumidor relatou a falta de um sebo de livros, a cidade conta com algumas papelarias que disponibilizam livros no estoque, e até encomenda, porém de acordo com um cliente, falta um diferencial, uma loja especializada em livros, e até mesmo vendedores capacitados, ou seja, que conheçam os livros.

Considerações finais

A presente pesquisa se mostrou uma ferramenta muito importante para a melhoria do comércio da cidade de Braço do Norte -SC. Desta forma, foi possível adquirir informações sobre os consumidores, bem como o perfil. As questões abordadas na pesquisa possibilitaram ainda conhecer o comportamento de compra dos entrevistados, sobre as perspectivas no que se diz *mix* de marketing: produto, preço, praça e promoção. E ainda receber de forma aberta sugestões de melhorias ditas pelos próprios consumidores, peça chave para o sucesso do comércio e para as estratégias de marketing.

Desta forma, o intuito desta pesquisa foi o de fornecer dados aos comerciantes do município de Braço do Norte, para poder auxiliá-los nas tomadas de decisões no âmbito da administração de marketing.

Foram muitos fatores levantados na pesquisa, muitos consumidores relataram que um dos pontos mais importantes analisados por eles é o atendimento, cuja avaliação não se dá de forma positiva. E ainda nas sugestões, foram muitos os clientes que relataram falta de dedicação por parte dos vendedores, para tanto é importante que os comerciantes da cidade deem uma maior atenção a este fator.

É preciso que busquem por qualificação profissional de seus vendedores, pois como já citado no decorrer do trabalho, o consumidor cada vez mais aumenta seu nível de exigência, até pelo fato de atualmente ter grande concorrência e um acesso fácil a todas as informações.

Nesse sentido, também é importante destacar o cumprimento do objetivo geral, ou seja, foi possível apresentar a percepção dos consumidores do comércio de Braço do Norte -SC.

Com as informações obtidas nesta pesquisa a CDL da cidade poderá traçar alguns planos e estratégias para melhoria. Um ponto bastante discutido nas sugestões também foi o fato da falta de vaga de estacionamento para os clientes, deste modo poderiam criar soluções juntamente a prefeitura da cidade, como por exemplo a implementação de estacionamento rotativo, ou seja, facilitando assim o uso de lugares para estacionar por um maior número de pessoas, e ainda facilitando o acesso aos consumidores.

Em relação ao relato de um consumidor pela falta de um sebo de livros. Levando em conta as papelarias que mantêm um pequeno estoque de livros, talvez

fosse interessante mudar a forma como trabalham, quem sabe fazer um espaço dedicado aos livros, ter mais opções e divulgar ainda mais para atrair os amantes da leitura para a loja. Por exemplo, livrarias maiores com espaço para os leitores ficarem à vontade para escolherem seus livros. Levando em conta que a grande maioria dos amantes de livro adora ficar à vontade para poder escolher seus livros. Desta forma, se alguma papelaria dispuser de um espaço maior dedicado aos leitores, será possível suprir esta carência no município.

A realização deste estudo deixa clara a importância da busca por melhorias contínuas, pois atualmente há uma vasta proliferação de informações, e ainda com a globalização as mudanças acontecem cada vez mais rápidas, estamos em constante mudança e, portanto, é necessário buscar as informações corretas capazes de nos auxiliar no dia-a-dia.

Após analisados os dados da pesquisa e traçados os planos para uma melhor estratégia de vendas, sugere-se que seja feita uma nova pesquisa, a fim de saber se as estratégias surtiram efeitos positivos e claro como já mencionado também, tudo está em constante mudança, para tanto é necessário buscar a atualização destas informações e sempre procurar pela melhoria contínua.

Referências

ANDRADE, Hanrikson de. **IBGE: na "geração canguru", mais jovens de até 34 anos moram com os pais.** 2013.. Disponível em:

<<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/29/ibge-na-geracao-canguru-mais-jovens-de-ate-34-anos-moram-com-os-pais.htm>>. Acesso em: 01 set. 2015.

BORGES, Priscilla. **Mulheres estudam mais que homens, segundo IBGE.** 2010. Disponível em:

<<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/mulheres+estudam+mais+que+homens+segundo+ibge/n1237770953634.html>>. Acesso em: 01 set. 2015.

BRAGA, Juliana. **Segundo meio de comunicação mais usado é internet, aponta pesquisa.** 2014. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2014/03/segundo-meio-de-comunicacao-mais-usado-e-internet-aponta-pesquisa.html>>. Acesso em: 01 out. 2015.

CIEGLINSKI, Amanda. **Dia das Mães: brasileiras têm menos filhos e adiam gravidez por profissão.** 2012. Disponível em:

<<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-05-13/dia-das-maes-brasileiras-tem-menos-filhos-e-adiam-gravidez-por-profissao>>. Acesso em: 01 set. 2015.

FERRARI, Beatriz. **Censo 2010 confirma que famílias estão cada vez menores.** 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/censo-2010-confirma-que-familias-brasileiras-estao-menores/>>. Acesso em: 01 set. 2015.

G1. **Brasil fica em penúltimo em pesquisa sobre simpatia de vendedores.** 2015.. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/08/brasil-fica-em-penultimo-em-pesquisa-sobre-simpatia-de-vendedores.html?utm_source=facebook&utm_medium=share-bar-desktop&utm_campaign=share-bar>. Acesso em: 30 ago. 2015.

GABRIEL, Martha. **Marketing na era digital: conceitos, plataformas e estratégias.** São Paulo: Novatec, 2010.

HAYES, Philip; BLOOM, Thomas. **Marketing de Serviços Profissionais.** 2. ed. Barueri: Manole, 2002.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing: Conceito, exercícios, casos.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAIRINS, Simão. **O lucrativo mercado das datas comemorativas.** 2013. <<http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/o-lucrativo-mercado-das-datas-comemorativas/81991/>>. Acesso em: 19 set. 2015.

NETO, Vicente, **Brasileiros preferem lojas físicas a compras pela internet.** Disponível em: <<http://blog.tribunadonorte.com.br/mercado/50332>>. Acesso em: 05 out. 2015.

PERSONA, Mario. **O poder de compra das mulheres: o comportamento da consumidora de hoje.** 2007. Disponível em: <http://mariopersona.com.br/entrevista_revista_vidaearte.html>. Acesso em: 01 set. 2015.

REIS, Thiago. **Com aumento da frota, país tem 1 automóvel para cada 4 habitantes.** 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/03/com-aumento-da-frota-pais-tem-1-automovel-para-cada-4-habitantes.html>>. Acesso em: 11 set. 2015.

SAEP-DF **Hábitos do consumidor.** Disponível em: <<http://saepdf.org.br/conteudo/texto.asp?tipo=Noticias&id=589883522358845014268384>>. Acesso em: 12 out. 2015.

Dados para contato:

Autor: Fabrício Schambeck

E-mail: schamba11@hotmail.com

**CONTROLE DO ATIVO IMOBILIZADO CONFORME AS LEIS 11638/2007 E
11941/2009 – UM ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA DA REGIÃO SUL DE
SANTA CATARINA**

Ciências Sociais Aplicadas

Artigo original

**Jadina De Nez¹; Cristiany Rodrigues Schmidt¹; Luiz De Noni¹; Jose Sadi
Borges Junior¹; Alisson Joaquim Flor¹; Berto Varmeling¹; Volnei Margotti¹;
Rafael Mello Furlanetto¹; Mario Coan¹; Fernando Marcos Garcia¹; Vanessa
Isabel Cataneo¹; Pedro Zilli Neto¹; Vilmar Vandresen¹**

¹Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE

Resumo: A partir de 01 de janeiro de 2008, a contabilidade no Brasil tomou um novo rumo, devido às mudanças trazidas pela Lei 11.638/07 e posteriormente pela Lei 11.941/09 modificando a Lei das Sociedades Anônimas. E uma dessas alterações foi na questão do Ativo Imobilizado, por esse motivo o presente trabalho traz como foco principal os novos métodos de registro e avaliação do Ativo Imobilizado, aplicados a uma empresa que não possui esse tipo de controle e tem como objetivo a apresentação desses registros e avaliações após as alterações dessas leis. Para poder chegar à conclusão desse estudo utilizou-se a pesquisa exploratória, como método de pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, quanto à abordagem é qualitativa. Na realização da pesquisa foram utilizados livros, assim como as leis supracitadas e ainda foi realizada uma visita na empresa para a coleta dos dados. Desta forma, faz-se a partir de então, a depreciação de seus bens, tendo em vista seu valor residual e seu valor recuperável, aplicando-se o teste de recuperabilidade (impairment), trazendo a contabilidade cada vez mais próxima da realidade e, conseqüentemente, dando mais credibilidade a essas informações.

Palavras-chave: Lei 11.638/07. Lei 11.941/09. Imobilizado. Alterações.

**ACTIVE CONTROL AS PROPERTY LAWS 11638/2007 AND 11941/2009 - A CASE
STUDY IN A REGION OF THE COMPANY IN SANTA CATARINA SOUTH**

Abstract: From 01 January 2008, accounting in Brazil took a new turn, due changes introduced by Law 11,638 / 07 and later by Law 11,941 / 09 modifying the Corporate Law. One of those changes was the question of Fixed Assets, for this reason this work has as main focus the new registration methods and evaluation of Fixed Assets, applied in a company that does not have that kind of control and aims at presenting these records and evaluations after the changes of these laws. In order to conclude this study, we used the exploratory research, as method we used the literature and the case study, as approach is qualitative. In conducting the study used books, as well as

the laws and it was made a visit in the company for data collection. Thus, it makes thereafter, depreciation of its assets with a view to its residual value and its recoverable amount, applying the impairment test, bringing the accounting ever closer to reality and therefore giving more credence to this information.

Keywords: Law 11,638 / 07. Law 11,941 / 09. Assets. Changes.

Introdução

A contabilidade é uma ferramenta muito importante na tomada de decisões de uma empresa, tendo como objeto o patrimônio das entidades, e por finalidade o controle deste patrimônio. Por meio das demonstrações é que a contabilidade consegue explicar aos seus usuários a situação patrimonial e financeira da entidade. Para que essas informações sejam apresentadas de forma harmônica e de fácil compreensão aos usuários, a Lei 11.638/07 e posteriormente a Lei 11.941/09, onde o objetivo maior é padronizar as práticas contábeis com as normas internacionais de contabilidade, vieram para atualizar a Lei 6.404/76 que por muitas vezes deixava a desejar, onde refletiam negativamente nas demonstrações, não deixando transparente a real situação da entidade. Muitas foram as mudanças ocorridas na área contábil com as alterações trazidas por essas leis, por esse motivo não couberam grandes comentários sobre cada uma dessas alterações.

Uma das alterações das referidas leis está relacionada ao Ativo Imobilizado, que é de suma importância para a empresa classificá-lo corretamente, pois neste grupo são alocados todos os bens e direitos da entidade e que contribuem diretamente com a atividade fim da mesma. Após essas alterações estabeleceu-se uma nova estrutura e classificação desses bens. Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é implantar e controlar o Ativo Imobilizado de uma empresa que não tem Controle deste item patrimonial, demonstrando de forma clara e sucinta, quais os novos critérios de classificação do Ativo Imobilizado trazidos pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, respondendo assim à questão problema desse estudo.

A realização do presente estudo deu-se justamente pelo fato da contabilidade estar passando por essa fase de constantes mudanças e que muitas vezes as empresas acabam ficando sem saber qual rumo certo seguir. Sabendo dessa dificuldade, resolveu-se, então, aprofundar-se em um tema pouco explorado pelas empresas, especialmente aquelas de pequeno porte, que é demonstrar quais os novos critérios de classificação do Ativo Imobilizado adotados pela Contabilidade

Brasileira após as alterações nas referidas leis. Portanto, esse estudo poderá contribuir com novas pesquisas relacionadas a esse mesmo assunto.

Histórico

A contabilidade desde sempre foi uma ferramenta muito importante para o homem, podendo-se obter a cada período uma demonstração de como se seguia o seu patrimônio. No decorrer dos anos a contabilidade passou por muitas mudanças, a primeira grande mudança foi o método das partidas dobradas, descrito primeiramente por Luca Pacioli em 1494, e mais tarde com a Lei 6.404/76 que foi alterada pelas leis 11.638/07 e 11.941/09. “A história da contabilidade é tão antiga quanto à própria história da civilização e existe desde o princípio da civilização humana, durante muito tempo foi chamada ‘a arte da escrituração mercantil’ ” (FAGUNDES, 2012, p.1).

O autor acima mencionado afirma que estudos feitos nesta área mostram que o homem primitivo já se preocupava em cuidar de sua riqueza. Existem registros dos primeiros sinais da existência das contas e os primeiros exemplos completos de contabilidade à aproximadamente 4.000 a.C. Sendo assim, percebe-se que “a contabilidade tem esse poder de auxiliar a gestão a tomar decisões, coletando os acontecimentos econômicos que ocorrem em uma entidade, registrando e transformando-os em informações em forma de relatórios contábeis”. (TESSARI, 2008, p. 05). De acordo com Marion (2008, p. 26):

A contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são registradas pela contabilidade, que, em seguida, resume os dados registrados em forma de relatórios e os entrega aos interessados em conhecer a situação da empresa.

Relatório Contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela contabilidade, objetivando relatar às pessoas que utilizam os dados contábeis os principais fatos registrados por aquele setor em determinado período (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2009). Dessa forma, entende-se que estes relatórios são as Demonstrações Contábeis fornecidas ao usuário da Contabilidade. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 26, um conjunto completo de demonstrações contábeis envolve: Balanço Patrimonial (BP); a Demonstração do

Resultado do Exercício (DRE); Demonstração do Resultado Abrangente (DRA); Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); Demonstração do Valor Adicionado (DVA); e Notas Explicativas. (CPC, 2011).

Ainda existem outras demonstrações que podem ser inclusas nesse quadro, como: a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), a qual pode ser substituída pela DMPL; Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), esta última se tornou facultativa após as alterações trazidas pela Lei 11.638/07.

No final de 2007, no Brasil, nascia uma nova etapa na contabilidade das empresas. Em 28 de dezembro de 2007 foi publicada a Lei 11.638 criando uma etapa para o crescimento da economia brasileira. O objetivo dessa Lei foi alterar a antiga Lei das Sociedades por Ações e alinhando-a às normas internacionais de contabilidade, conhecidas como *International Financial Reporting Standards* - IFRS, as quais são utilizadas em mais de cem países (DIAS; CALDARELLI, 2008). Verifica-se assim que o objetivo final da Lei 11.638/07 foi atualizar as regras contábeis brasileiras e harmonizá-las com as normas internacionais, propiciando que as Demonstrações Contábeis brasileiras sejam compreendidas por todos os seus usuários, independentemente de sua naturalidade.

Tanto a Lei 11.638/07 como a Lei 11.941/09, trouxeram muitas alterações na Lei das Sociedades por Ações, sendo que uma das principais está destacada na sequência. Contudo, cabe lembrar que o objetivo final deste estudo não é tratar das mudanças ocorridas nessas Leis, mas sim abordar o novo método de registro e avaliação do Ativo Imobilizado, o qual é uma das mudanças ocorridas com a Lei 11.638/07 e 11.941/09. Diante disso, não serão divulgados maiores detalhes sobre essas principais mudanças.

Como muitas outras alterações, a estrutura do balanço patrimonial foi uma das principais modificações que a Lei 11.638/07 e posteriormente 11.941/09 trouxeram para a contabilidade. Antes de oficializar a publicação da Lei 11.941/09, o então presidente Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, editou a Medida Provisória nº 449/2008, a qual na sequência foi convertida em Lei, concluindo neste momento o processo de padronização contábil internacional.

Assim, uma vez conhecidas as características da contabilidade, bem como da estrutura de suas demonstrações e de alguns dos métodos de avaliação de seus componentes, serão tratados, especificamente, os aspectos relacionados ao grupo do Ativo Imobilizado, conforme orientações das leis supracitadas.

Ativo imobilizado

Entende-se por Ativo Imobilizado o grupo de bens adquiridos para utilização própria da empresa em prol de sua atividade, os quais contribuem para a obtenção de lucros, e por isso não são negociados com frequência, levando o título de imobilizado, ou seja, tornar imóvel. “O conceito de imobilização (o antigo Ativo Fixo Técnico) vem do fato de que os bens e direitos adquiridos não são objeto de revenda e, portanto, ficam “paralisados” na empresa, sendo úteis para suas atividades operacionais” (PADOVEZE, 2010, p. 265).

A equipe de professores da faculdade de economia, administração e contabilidade da USP sob a coordenação do professor Sérgio de Iudícibus definem que:

O Ativo Imobilizado é a parcela do Ativo que se compõe dos bens destinados ao uso (não à venda – apesar de poderem vir a ser vendidos, normalmente após seu uso) e à manutenção da atividade da empresa, inclusive os de propriedade industrial ou comercial. São elementos que servem vários ciclos operacionais da empresa, às vezes por sua vida toda. Estão incluídos entre tais elementos, também, aqueles que, pertencentes à empresa, se destinam a servir no futuro ao processo operacional, caso estejam à espera de utilização no lugar de outros em operação, ou estejam sendo preparados para serem utilizados (IUDICIBUS, 2010, p. 245).

Os elementos do Ativo Imobilizado (também chamado de ativo fixo) só podem ser tangíveis. É tangível o elemento que tem corpo físico, tal como um edifício ou uma máquina (FEA; IUDÍCIBUS, 2010, p. 246). Percebe-se então que os ativos imobilizados são todos aqueles bens corpóreos (tangíveis), que fazem parte da atividade fim da empresa, e que não se tem a intenção de colocá-los à venda. “A visão mais comum de imobilizados é realmente com os bens. São itens mais comuns: Terrenos, Edifícios, Pátios e caminhos, Instalações, Máquinas, Móveis e Utensílios, Veículos, Obras em andamento, Jazidas” (PADOVEZE, 2010, p. 266).

Azevedo (2010, p. 170), complementa que no Imobilizado são classificados somente os bens que tenham por finalidade os bens corpóreos, como exemplo tem-se os bens: “a) Destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade; e b) Decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens”.

Não somente os bens relativos aos bens corpóreos, mas também se inclui como imobilizado, os direitos com essa mesma finalidade, têm-se então como exemplos de direitos imobilizáveis: “adiantamentos de fornecedores de bens imobilizáveis; o valor das parcelas pagas de consórcio de bens ativáveis; o valor das parcelas pagas de compra à prazo de imóveis” (PADOVEZE, 2010, p. 266).

Segundo Padoveze (2010), com as práticas internacionais de contabilidade, os bens adquiridos por meio de *leasing* (arrendamento mercantil) devem ser registrados à totalidade do bem em sua contratação.

Dado o exposto, conclui-se que no Ativo Imobilizado são classificados os bens corpóreos destinados às atividades da empresa, assim como os direitos futuros sobre eles, como é o caso dos adiantamentos.

Um item do Ativo Imobilizado deve primeiramente ser registrado por seu custo de aquisição, e este deve compreender os seguintes requisitos:

- O seu preço de compra, incluindo os gastos de importação e os impostos não recuperáveis, deduzindo os descontos comerciais e abatimentos sobre compras;
- Outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de uso (mão de obra de instalação, gastos com fretes e seguros, entre outros);
- A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação que a entidade assume quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque. (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012, p. 294).

“Consideram-se como custo de aquisição todos os gastos relacionados com a aquisição do elemento do Ativo Imobilizado e os necessários para colocá-lo em local e condições de uso no processo operacional da companhia”. (FIPECAFI, 2010, p. 197).

Em forma de registro contábil, a escrituração inicial de um Ativo Imobilizado se dará a débito desse grupo, tendo em contrapartida o crédito pela saída dos recursos

do caixa/ banco ou uma obrigação junto ao fornecedor do bem. Assim como nos demais grupos do Ativo, o Imobilizado é avaliado pelo valor de aquisição ou construção, diminuindo-se os impostos recuperáveis. Quando previsto em lei deve-se fazer o processo de correção monetária (PADOVEZE, 2010).

“A Depreciação é um processo contábil realizado com a finalidade de considerar despesa de um exercício, parte do valor gasto na aquisição dos bens de uso da empresa”. (RIBEIRO, 2010, p. 168). Segundo o artigo 305 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/1999, depreciação é a importância correspondente à diminuição do valor dos bens do Ativo, resultante do desgaste pelo uso, pela ação da natureza e obsolescência normal. Conforme Padoveze (2010, p. 271), “o conceito contábil de depreciação está ligado aos fundamentos da teoria contábil de avaliação de ativos. Desse modo, a depreciação é uma forma de se diminuir o valor dos bens imobilizados, portanto, uma avaliação redutora de ativos”.

Como se verifica, a depreciação a ser contabilizada deve ser, conforme a Lei das Sociedades por Ações, o valor que corresponder ao desgaste efetivo pelo uso ou perda de utilidade dos bens físicos, inclusive por ação da natureza ou visando simplificar o trabalho, a adoção das taxas anuais de depreciação estabelecidas pelo fisco. (SCHMIDT; SANTOS; GOMES, 2003, p. 263).

Os bens com vida útil inferior a um ano não devem ser depreciados e sim, jogados direto como despesas do exercício. Os bens com vida útil superior a um ano e que façam parte da atividade fim da empresa devem ser depreciados ao longo da vida útil do bem, distribuindo, assim, valor gasto na aquisição do bem proporcionalmente, objetivando que esse valor faça parte do custo, referente aos exercícios que esse bem for utilizado pela empresa (RIBEIRO, 2009).

Os prazos aceitos pelo fisco são aqueles por ele mesmo estabelecido, segue no quadro 1, taxas e prazos de depreciação conforme Receita Federal do Brasil em sua Instrução Normativa nº 162, de 1998.

Quadro 1 - Taxas de Depreciação

BENS	TAXA DE DEPRECIACÃO	PRAZO
Tratores	25% ao ano	4 anos
Veículos de passageiros	20% ao ano	5 anos
Veículos de carga	20% ao ano	5 anos
Caminhões fora-de-estrada	25% ao ano	4 anos
Motociclos	25% ao ano	4 anos

Fonte: Receita Federal do Brasil (1998).

Com a aprovação da Lei 11.638/07, as regras para aplicação de prazos e taxas da depreciação que antes eram estabelecidas pelo fisco (conforme quadro 01), agora o fator-chave para esses valores é o prazo da vida útil econômica do bem.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os critérios para se determinar os prazos de vida útil e respectivas taxas de depreciação mudaram: agora, o plano inicial de depreciação pode continuar sendo elaborado com base nos prazos e taxas que até então eram fixados pela legislação tributária, porém, periodicamente as empresas devem fazer o “teste de recuperabilidade”, que consiste na revisão e ajuste dos critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação. (RIBEIRO, 2009, p. 229).

Desta forma, a empresa deverá manter as regras societárias para estar de acordo com as alterações das Leis e com valores mais próximos da realidade, e ao fim de cada exercício ajustar esse valor no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR - para fins de apuração de impostos, de acordo com a legislação tributária.

Em relação à contabilização da depreciação, deve-se debitar uma conta de custo ou despesa e creditar uma conta redutora do referido Ativo Imobilizado, intitulada de depreciação acumulada, até que seja depreciado o valor total do bem, o reflexo desse lançamento, indiretamente, beneficiará a empresa pelo fato de a depreciação ser um custo ou uma despesa, onde isso acaba diminuindo seu resultado do exercício e, conseqüentemente, reduzindo os impostos, fato que depende da forma de tributação escolhida pela empresa.

Para efeito de Imposto de Renda, a Depreciação não é obrigatória: todavia é interessante que a empresa a faça para apuração do Lucro Real do exercício (pagando menos Imposto de Renda), apresentando um lucro mais próximo da realidade. Contudo, se o contribuinte deixar de depreciar num exercício, não poderá, no exercício seguinte, fazê-lo acumuladamente, em virtude do “princípio legal da independência dos exercícios (ou competência de exercício)”. A Depreciação efetuada fora do exercício em que ocorreu a utilização dos bens do ativo, bem como a Depreciação calculada a maior que as taxas permitidas, não dedutíveis como custos, ou encargos, para fins do Imposto de Renda. (IUDÍCIBUS; MARION, 2010, p. 196).

Nota-se, então, que a depreciação é muito interessante para a empresa, aplicá-la corretamente, tanto na redução dos ativos em função de sua perda de capacidade de produção, quanto na questão de redução do lucro do exercício e conseqüentemente nos impostos. Conforme relatado anteriormente, o objetivo da

depreciação é demonstrar contabilmente o efeito do desgaste nos bens causados pelo uso, ação da natureza ou obsolescência. Para isso foram desenvolvidos métodos que, por meio de cálculos matemáticos, é possível estimar tal depreciação. Dentre os métodos utilizados, os mais conhecidos são: método das quotas constantes e método da soma dos dígitos.

O método das quotas constantes “distribui o custo do bem em função exclusivamente do tempo. É um método usado universalmente, em vista de sua grande simplicidade de cálculo e de funcionamento” (FEA; IUDICIBUS, 2010, p. 251).

É o método mais utilizado por causa de sua simplicidade e aceitação por parte do Fisco, sendo que nesse método a depreciação é obtida mediante a divisão do valor a ser depreciado pelo tempo de vida útil do bem, ou seja, se estima que a perda de valor do bem seja constante. [...] esse método é largamente utilizado pelas empresas no Brasil. (SCHMIDT; SANTOS; GOMES, 2003, p. 266).

A taxa anual de depreciação está diretamente ligada à vida útil estimada do bem. Esta por sua vez é obtida utilizando 100% (que é o total que deve ser depreciado) e aplica-se à taxa fixada para o mesmo. Ficando da seguinte forma: $100\% \div 20\% = 5$ anos. Neste caso, a vida útil do bem será de cinco anos.

Já o método da depreciação apurado pela soma dos dígitos é utilizado quando se identifica que o desgaste dos bens é relativamente maior nos primeiros períodos, devido à maior utilização do bem e aos menores gastos com manutenção. Conforme Ribeiro (2009, p. 230), este método “consiste em estipular taxas variáveis, durante o tempo de vida útil do bem”. Colaborando com a informação, Schmidt, Santos e Gomes (2003, p. 267) consideram que “o bem perca um valor maior quanto mais novo e, à medida que o tempo passa, essa perda se reduz”.

Para se calcular a depreciação empregando o método da depreciação apurado pela soma dos dígitos, primeiramente deve-se encontrar o denominador que é o resultado da soma dos anos que o bem tem de vida útil. No exemplo anterior, a vida útil foi estimada em cinco anos, então ficará assim representado: $1 + 2 + 3 + 4 + 5 = 15$. Após determinar o denominador, deve-se dividir a quantidade de anos faltantes para terminar a depreciação total do bem (forma decrescente, 1º ano 5, 2º ano 4, e assim sucessivamente), pelo denominador encontrado, o resultado será multiplicado com o valor total do bem, encontrando então valor que será depreciado anualmente.

Todavia, para toda a regra há exceção. Em relação ao Ativo Imobilizado, tal exceção atinge os terrenos e também os direitos ali classificados, os quais não possuem uma vida útil pré-determinada e também não sofrem desgastes com o tempo como nos demais ativos e por isso não sofrem depreciação. Para esses casos o que ocorre é a diminuição de seu valor, sendo classificado como custo ou despesa operacional, assunto que será tratado em outro tópico. (FEA; IUDICIBUS, 2010). O valor residual refere-se ao saldo remanescente do bem que ao final de sua vida útil poderá ser recuperado pela organização em caso de sua venda.

A maior parte dos elementos que constituem o Ativo Imobilizado tem sua vida útil limitada no tempo, e a maioria deles, após seu uso, produz um valor de venda inferior ao investido em sua aquisição (às vezes, não provoca nada de valor final de venda). Esse valor final de venda, após o uso, de um Ativo Imobilizado costuma ser chamado de valor residual. (FEA; IUDICIBUS, 2010, p. 246).

Por isso, após a publicação das leis 11.638/07 e 11.941/09, as práticas contábeis sofreram alterações, no sentido de manter o valor residual de cada bem junto ao grupo do Ativo Imobilizado, ao invés de depreciá-lo. Desse modo, permanece registrado o Valor Residual, o qual se estima recuperar. Contudo, para que isso aconteça se faz necessário dividir o custo do bem em valor depreciável e valor residual. Nesse sentido, o valor residual de um bem deverá ser apurado no momento do registro inicial deste, evitando a sua depreciação e a consequente distorção na informação contábil.

Procedimentos metodológicos

Relacionado ao método de abordagem foi utilizado o método qualitativo que, por sua vez, não necessita de métodos e técnicas estatísticas. “A abordagem qualitativa difere-se da quantitativa por não empregar o instrumental estatístico no processo de análise dos dados coletados na investigação do problema de pesquisa” (OTANI; FIALHO, 2011, p. 38). O método qualitativo por não adotar dados estatísticos para sua análise “[...] pode imprimir a subjetividade na análise dos resultados impedindo, assim, a sua replicação, uma vez que outro pesquisador não observará necessariamente os mesmos aspectos do pesquisador original” (FONSECA, 2007, p. 46).

Em relação aos procedimentos, a pesquisa define-se como estudo de caso, pois foi a partir da pesquisa e análise de documentos contábeis de uma empresa que os dados e informações necessárias para a pesquisa foram encontrados. De acordo com Vergara (2009, p. 42), “estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país”. O estudo de caso, segundo Gil (2002, p. 54) “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

A empresa alvo da pesquisa está localizada no município de Braço do Norte, Santa Catarina e tem como principal atividade, a fabricação de utilidades domésticas esmaltadas, hoje a empresa fabrica cerca de 300 produtos diferentes, tais como: painéis, assadeiras, chaleiras, entre outros produtos desta linha. É uma empresa familiar, e está no mercado acerca de 25 anos. Atualmente emprega em média 40 funcionários diretos. É optante pelo regime de tributação do Simples Nacional.

Resultados e Discussão

Considerando as diversas recomendações trazidas com as leis 11.638/07 e 11.941/09 é possível que as demonstrações contábeis, quando apresentarem os saldos dos bens classificados como Ativo Imobilizado apresentem estes com inúmeras características. Por isso, antecipando a conclusão do tema, foram desenvolvidos exemplos com valores trazidos da empresa em questão, que expõem as formas em que esses bens poderão aparecer nas demonstrações.

No quadro 2, tem-se os itens trazidos inicialmente pela contabilidade, a partir de seu valor original sem qualquer alteração nem mesmo de depreciação. Após a visita feita à empresa observou-se que a grande maioria dos itens que fazem parte do imobilizado da empresa não estavam registrados na contabilidade, desta forma, fez-se um levantamento, a partir de então, registrou-se os itens não contabilizados, como se observa no quadro 3.

Quadro 02 - Ativo Imobilizado - custo histórico

ATIVO NÃO CIRCULANTE	423.632,97
IMOBILIZADO	423.632,97
EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES	160.998,46
Benfeitorias	10.981,00
Obras em Andamento	94.830,61
Galpão Industrial	55.186,85
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.243,60
Móveis e Utensílios	1.243,60
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	261.390,91
Máquinas	254.751,38
Aparelhos Elétricos	4.785,00
Aparelhos e equipamentos hidráulicos	1.230,00
Aparelhos Eletrônicos	624,53

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Quadro 03 - Ativo Imobilizado – Depreciação

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.805.298,46
IMOBILIZADO	2.805.298,46
EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES	410.998,46
Benfeitorias	10.981,00
Obras em Andamento	94.830,61
Galpão Industrial	55.186,85
Terrenos	250.000,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	27.300,00
Móveis e Utensílios	10.000,00
Computadores	7.500,00
Servidor	5.000,00
Ar Condicionado	4.800,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.367.000,00
Corte de Disco	12.000,00
Engrenagem para Transportes de Peças	20.000,00
Forno / Estufa	800.000,00
Furadeira Mecânica	10.000,00
Guilhotina 3m	80.000,00
Guilhotina 1m	25.000,00
Jato de Areia	20.000,00
Matrizes (Moldes)	450.000,00
Moinho	40.000,00
Picador de Papel	10.000,00
Prensa Excêntrica Mono Efeito - 20 toneladas	45.000,00
Prensa Excêntrica Mono Efeito - 5 toneladas	20.000,00
Prensa Hidráulica Duplo Efeito - 100 toneladas	220.000,00
Prensa Hidráulica Duplo Efeito - 20 toneladas	70.000,00
Prensa Hidráulica Duplo Efeito - 50 toneladas	100.000,00
Prensa Hidráulica Duplo Efeito - 70 toneladas	140.000,00
Processo Desengraxante	90.000,00
Refiltriz	70.000,00
Seladora	20.000,00
Solda Ponto	25.000,00
Solda Ponto Projeção	50.000,00
Torno de Repuxo	20.000,00

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Como pôde-se observar o valor contabilizado não condiz com a realidade da empresa. Alguns destes itens como o forno, o processo desengraxante e a engrenagem para transportar os produtos da parte de moldagem para a pintura, foram todos confeccionados pela própria empresa, acarretando uma economia, mas, conseqüentemente, esses dados também não foram repassados para a contabilidade, sendo assim um dos motivos dessa grande diferença.

Através da pesquisa descobriu-se que as máquinas listadas, que são a maior parte do imobilizado da empresa podem ser vendidas posteriormente por uma média de 30% cada (utilizou-se esse valor, para fins de exemplificação, mas para melhor resultado deve-se buscar informações com um técnico especializado). Sendo assim, no quadro 4 traz-se uma demonstração de como ficaria o imobilizado desta empresa, empregando os critérios do valor residual e depreciação.

Quadro 04 – Imobilizado: Depreciação

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.085.916,46
IMOBILIZADO	2.085.916,46
EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES	410.998,46
TERRENOS E BENFEITÓRIAS DIVERSAS	410.998,46
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	26.208,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS DIVERSOS	19.110,00
VALOR RESIDUAL	8.190,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	1.092,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.272.320,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	1.656.900,00
VALOR RESIDUAL	710.100,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	94.680,00

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Para melhor compreensão, reduziu-se as contas patrimoniais, mas os valores como pôde-se observar no quadro 3 permaneceram os mesmos. Nesse caso, fez-se a separação entre o valor depreciável e o custo histórico do bem, apurando-se o valor residual, no item móveis e utensílios fez-se o seguinte cálculo: R\$ 27.300,00 – 30% = R\$ 8.190,00. Ao mesmo tempo foi calculada a depreciação a uma taxa fictícia de 10% ao ano, cujo resultado foi de R\$ 1.092,00 (R\$ 19.110,00 x 10%). Apurando-se o valor contábil líquido do bem, tem-se R\$ 26.208,00 (R\$ 19.110,00 + R\$ 8.190,00 – R\$ 1.092,00). Para o item máquinas e equipamentos utilizou-se os mesmos procedimentos. No quadro 5 simulou-se uma perda por *Impairment*, demonstrando assim, o que isso refletiria na demonstração contábil.

Quadro 5 - Ativo Imobilizado - *Impairment*

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.709.526,46
IMOBILIZADO	2.709.526,46
EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES	410.998,46
Terrenos e Benfeitorias Diversas	410.998,46
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	26.208,00
Móveis e utensílios diversos	19.110,00
VALOR RESIDUAL	8.190,00
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	1.092,00
VALOR EM USO	24.897,60
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.272.320,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	1.656.900,00
VALOR RESIDUAL	710.100,00
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	94.680,00
VALOR EM USO	2.158.704,00

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota-se que neste exemplo houve uma perda de 5% do seu valor em uso, ocasionando uma perda de R\$ 1.310,40 (*Impairment* = R\$ 26.208,00 – R\$ 24.897,60) em relação ao seu valor contábil, para o grupo de móveis e utensílios e de R\$ 113.616,00 para o grupo de máquinas e equipamentos.

É prudente lembrar que os exemplos divulgados não indicam as únicas situações que podem movimentar os itens do Ativo Imobilizado, sendo possível ainda que sobre um mesmo bem, haja primeiramente uma valorização pelo Ajuste de Avaliação Patrimonial (o qual não foi exemplificado, mas também pode ocorrer) e em um próximo exercício verifique-se uma redução causada pelo teste de recuperabilidade.

Ao mesmo tempo é coerente que se levante a depreciação sobre o acréscimo quando do ajuste de avaliação patrimonial. Por isso, é importante que na aplicação dessas novas regras, a organização use procedimentos seguros para evitar oscilações constantes nos valores divulgados. Por fim, percebe-se que todas essas alterações trazidas foram feitas com o objetivo de tornar mais harmônico e trazer o mais próximo possível da realidade todos os valores apresentados no balanço patrimonial, dando mais credibilidade e segurança aos usuários da contabilidade.

Considerações finais

Conforme exposto no desenvolvimento deste tema, ocorreram inúmeras alterações nas regras que definem a Ciência Contábil. Todas trazidas pela publicação da Lei 11.638/07 que, a partir de 1º de janeiro de 2008, entrou em vigor revolucionando os padrões contábeis antes estabelecidos pela Lei das Sociedades Anônimas, a Lei

6.404/76. Após algum tempo de uso fez-se necessário ajustar alguns pontos que ainda eram falhos e, por isso, foi editada e publicada em 27 de maio de 2009 a Lei 11.941/09.

A finalidade dessas alterações foi de igualar a contabilidade brasileira aos padrões internacionais, harmonizando as demonstrações contábeis e facilitando a compreensão de investidores estrangeiros, aumentando, assim, o interesse por investimentos brasileiros na economia global.

Essas alterações foram de suma importância para a contabilidade brasileira, trazendo mais harmonização em suas demonstrações, equiparando-se às Normas Internacionais de Contabilidade. Alinhando, então, as empresas de Grande Porte e as Sociedades Anônimas ao mercado internacional, proporcionando um grau de confiabilidade inigualável aos investidores.

Diante disso, tem-se a certeza de que essas leis não trouxeram benefícios somente às empresas, mas também aos profissionais contábeis, que deixaram de servir de guarda-livros e emissores de impostos e tornaram-se peças importantes dentro das empresas, auxiliando inclusive nas tomadas de decisões.

No decorrer deste trabalho foram apresentadas várias alterações trazidas pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, entre elas foram exemplificados os novos métodos de registro e controle do Ativo Imobilizado que é o tema foco deste estudo.

Sendo assim, cabe lembrar que os valores apresentados pela empresa são bem próximos da realidade, mas os exemplos demonstrados são fictícios, servem apenas para exemplificar cada critério mostrado do Ativo Imobilizado. Foi identificada a importância deste item do Ativo Não Circulante para a empresa, podendo mensurar, inclusive, se determinado bem está realmente trazendo benefícios ou apenas prejuízos para a organização.

Não puderam ser demonstrados todos os itens que afetam o Ativo Imobilizado, dada a imensidão de informações, as quais dariam novas pesquisas como esta, mas, contribuiu para o entendimento dos critérios de classificação deste, de acordo com os padrões contábeis.

Conclui-se, assim, que as leis supracitadas trouxeram ao mercado brasileiro mais confiança e transparência por utilizar-se de métodos internacionais, mundialmente conhecidos, aumentando, assim, a procura por produtos brasileiros e conseqüentemente aumentando a economia brasileira.

Referências

AUGUSTO, Maria de Fátima Pires; OLIVEIRA, Celso Romário de. **As modificações ocorridas no Balanço Patrimonial segundo a lei 11.638/07 e lei 11.941/09.** Cataguases, 2009. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) - Faculdades Sudamérica. Cataguases – MG. 2009.

BRASIL. **DFC e DVA:** “demonstração dos fluxos de caixa” e “demonstração do valor adicionado”. 2. ed. São Paulo: IOB, 2009.

_____. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades Por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 18 ago. 2013.

_____. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** Altera e revoga dispositivos da lei nº 6.404/1976 e da Lei nº 6.385/76, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 18 ago. 2013.

_____. **Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.** Conversão da Medida Provisória nº 449, de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>. Acesso em: 18 ago. 2013.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162 p.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **CPC-01:** redução ao valor recuperável de ativos. Brasília. 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC01R1_final.doc>. Acesso em 19 jul. 2013.

_____. **CPC-26:** Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília, dez. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC26_R1_final.doc>. Acesso em 19 jul. 2013.

_____. **CPC-27:** Ativo Imobilizado. Brasília, jun. 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC%2027_final_220709.doc>. Acesso em 19 jul. 2013.

CRUZ, June Alisson Westard; ANDRICH, Emir Guimarães; SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa. **Contabilidade introdutória:** descomplicada. Curitiba: Juruá, 2009.

DIAS, Adriana Marques; CALDARELLI, Carlos Alberto. **Lei 11.638: Uma revolução na contabilidade das empresas.** São Paulo: Trevisan Editora Universitária, 2008. EQUIPE DE PROFESSORES DA FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA USP; COORDENAÇÃO SÉRGIO DE IUDICIBUS. **Contabilidade introdutória.** 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

FAGUNDES, Carla Rejane Tavares. **Atps De Contabilidade**. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Atps-De-Contabilidade/530690.html>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. **Contabilidade: Teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FIPECAFI. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa e Monografias**: guia prático. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007. 147 p.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral** - 23. ed. – São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade Geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas. 1999, 550 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NISHIO, Eliane Sayuri Takahashi et al. Principais Alterações na Estrutura das Demonstrações Contábeis a Lei nº 11.638/07. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, v. 1, n 1, 2010.

OLIVEIRA, Luciano. **Mudanças na Lei 6.404/ 76**: novas regras de contabilidade geral. Brasília: Editora Ferreira, 2008.

OTANI, Nilo; FIALHO, Francisco Antonio Pereira. **TCC Métodos e Técnicas**. 2 rev. atual. Florianópolis: Visual Books, 2011. 160 p.

PADOVEZE, Clóvis Luíz; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Jourbert da Silva Jerônimo. **Manual de Contabilidade Internacional IFRS - US Gaap - BR Gaap**: Teoria e prática. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PLETSCH, Caroline Sulzbach. **Harmonização contábil**: aplicação do teste de recuperabilidade. 2012. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. 2012.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos**

monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da contabilidade geral.** 3. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; GOMES, José Mário Matsumura. **Contabilidade intermediária:** atualizada pela minirreforma tributária: Lei nº 10.637/02. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUSA, Cléber Batista de et al. **Contabilidade em foco:** contabilidade geral. Curitiba: Juruá, 2006.

TESSARI, Osir Afonso. **Contabilidade Básica.** Indaial: Grupo Uniasselvi, 2008.

VELOSO, Christiane Carvalho. **A nova visão contábil após a lei 11.638/2007:** o impacto na área societária e na gestão de custos das empresas brasileiras. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-nova-visao-contabil-apos-a-lei-11-638-2007-o-impacto-na/26303/>>. Acesso em 16 ago. 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

YOUNG, Ernst &; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade:** IFRS versus normas brasileiras – 1. ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

Dados para contato:

Autor: Jadina De Nez

E-mail: jadinadenez@gmail.com

BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DA COMARCA DE ORLEANS

Ciências Sociais Aplicadas

Artigo Original

**Edson Antônio da Luz¹; Flávio Rodrigo Masson Carvalho¹; Fabrício Trevisol
Bordignon¹; Michele Barreto Catâneo¹; André Cunha¹**

¹Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE

Resumo: Este estudo cuja temática está centrada no Programa Bolsa Família que se constitui um programa de transferência direta de renda com condicionalidade para as famílias beneficiárias em situação de pobreza e extrema pobreza. O objetivo é estudar se o programa demonstra a integração entre as políticas públicas setoriais ao promover a transferência de renda com o objetivo de combater a pobreza, vinculada a ações na área de educação, saúde e assistência social, no município de Orleans-SC. Esta articulação foi necessária para possibilitar às famílias beneficiadas melhores condições de vida para si e para as futuras gerações. É, também, objetivo deste estudo analisar se este programa atende aos anseios das famílias, na opinião dos profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social de Orleans e se perpassa pelo conhecimento desse direito social como direito imprescindível ao reconhecimento da cidadania daqueles em situação de exclusão e vulnerabilidade. Nesse sentido, buscou-se a opinião destes profissionais por meio de uma entrevista com o secretário e um questionário aplicado à equipe que trabalha na secretaria de Ação Social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois a entrevista com o secretário da pasta e o questionário aplicado à sua equipe foram analisados de forma descritiva. A análise dos dados aponta para um aprofundamento das discussões sobre o tema e uma possível releitura do PBF no município em que foi aplicada a pesquisa, uma vez que os profissionais investigados comentam questões significativas em relação ao benefício e que merecem estudos constantes para melhor compreender os impactos da manutenção do programa ou sua reformulação.

Palavras-chave: Assistência social. Direitos sociais. Direitos fundamentais. Programa Bolsa Família.

BOLSA FAMÍLIA: AN ANALYSIS BY THE PROFESSIONALS OF ORLEAN'S SOCIAL ACTION SECRETARIAT

Abstract: This study whose theme is centered in the *Programa Bolsa Family* that is constituted in a program of direct transfer of income with conditionality for the beneficiary families in poverty situation and it exalts poverty. The objective is to study the program demonstrates the integration among the sectorial public politics when promoting the transfer of income with the objective of combatting the poverty, linked

with actions in the education area, health and social welfare, in the municipal district of Orleans - SC. This articulation was necessary to make possible the families benefitted better life conditions for itself and for the future generations. It is, also, the aim of this study to analyze this program assists to the longings of the families, in the vision of professionals of the Municipal General office of Social welfare of Orleans and if permeate for the knowledge of that social law as indispensable right to the recognition of the citizenship of those in exclusion situation and vulnerability. In that sense, these professionals' opinion was looked for through an interview with the secretary and an applied questionnaire to the team that works at the general office of Social Action. It is treated of a qualitative research, because the interview with the secretary of the paste and the applied questionnaire to his team was analyzed in a descriptive way. The analysis of the data appears for a deepening of the discussions on the theme and a possible rereading of PBF in the municipal district in that the research was applied, once the investigated professionals comment on significant subjects in relation to the benefit and that you/they deserve constant studies for best to understand the impacts of the maintenance of the program or its reformulation.

Keywords: Social assistance. Social rights. Fundamental rights. Family Grant program.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo o estudo sobre: Uma Análise do Programa Bolsa Família pelos Profissionais da Secretária e Ação Social da Comarca de Orleans. Como problema ficou estabelecido a seguinte questão: o Programa Bolsa Família contribui efetivamente para a garantia dos direitos socioassistenciais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, na Comarca de Orleans/Santa Catarina, na opinião dos profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social de Orleans? Ao longo destes anos, com a implantação do Programa Bolsa Família, que tipo de impacto trouxe na vida das famílias credenciadas na Comarca de Orleans? Além do objetivo geral, a ideia da pesquisa é de especificar e realizar um levantamento teórico/bibliográfico sobre direitos socioassistenciais e políticas públicas da assistência social no Brasil. Também, analisar com os profissionais da secretaria se o programa Bolsa Família contribui para a garantia dos direitos socioassistenciais dos beneficiários na Comarca de Orleans. Para a realização da pesquisa foi aplicado um questionário com os técnicos, que conhecem e trabalham junto à Secretaria Municipal de Assistência Social de Orleans com o Programa Bolsa Família.

Por meio das respostas dos funcionários da secretaria de ação social foi possível analisar a importância do tema e qual a opinião dos responsáveis por este atendimento na Comarca de Orleans, uma vez que é um direito do cidadão.

De acordo com levantamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na data de 06 de agosto de 2015, somente na Comarca de Orleans, o total de famílias cadastradas é de 1.566 (Um mil, quinhentas e sessenta e seis famílias), com um total de 4.668 (quatro mil seiscentos e sessenta e oito) pessoas. No entanto, os números divergem, pois, o total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família na Comarca de Orleans, levantamento em 06 de agosto de 2015, é de: 679 (seiscentas e setenta e nove), e este valor total de recursos financeiros pagos aos benefícios às famílias na Comarca de Orleans são de R\$101.829,00 (Cento e um mil, oitocentos e vinte e nove reais) por mês.

O presente trabalho mostrou o número de famílias beneficiadas pelo PBF na Comarca de Orleans nos últimos quatro anos, ou seja, em 2012/2013/2014/2015.

Em 2012, o PBF (Programa Bolsa Família) por meio do Governo Federal, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, enviou para as famílias da Comarca de Orleans o valor de R\$ 1.015.370,00. Em 2013, os investimentos do PBF foram no valor de R\$ 1.118.074,00, já em 2014 o montante de investimento com o PBF somente na Comarca de Orleans foi de R\$ 1.257.412,00. Já em 2015 até o mês de agosto o PBF beneficiou as famílias cadastradas com um montante de R\$ 828.014,00.

Cabe esclarecer que o Bolsa Família é a unificação do Bolsa Escola, conforme especifica a Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004

Somando somente os últimos 04 anos o Programa Bolsa Família na Comarca de Orleans houve a distribuição de R\$ 4.218.870,00 (quatro milhões duzentos e dezoito mil, oitocentos e setenta reais) de acordo com levantamentos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2004).

Questiona-se, então: Esta é a forma mais correta de ajudar as famílias cadastradas no Programa Bolsa Família em Orleans?

O Programa Bolsa Família, por buscar enfrentar as desigualdades sociais e ser uma política pública enfrenta diversas polêmicas na mídia e gera inúmeras discussões em torno do assunto. O jornalista Marcos Coimbra citou em seu comentário na Carta Capital em 26 de junho de 2012, que o Programa Bolsa Família é um programa de Políticas Públicas, mas que deixa os seus inimigos, conforme relata o mesmo: "O pensamento conservador brasileiro – na política, na mídia, no meio acadêmico, na sociedade – tem horror ao Bolsa Família. É só colocar dois conservadores para

conversar que, mais cedo ou mais tarde, acabam falando mal do programa” (COIMBRA, 2012).

Por conta disso, por meio dessa pesquisa foi possível analisar a opinião dos profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social de Orleans em relação ao Programa Bolsa Família e se está contribuindo para que ocorra uma melhora na vida das famílias beneficiárias e se os direitos básicos estão sendo garantidos.

O presente trabalho apresenta um breve estudo da questão histórica da assistência social, desde as primeiras constituições até o estabelecimento da atual Constituição Federal e, dessa forma, demonstra a mudança de paradigma que sofreu. Em seguida, foram analisados os direitos socioassistenciais e a contextualização histórica do Programa Bolsa Família, do seu início até a atualidade.

A Assistência Social no Brasil: Aspectos Históricos

A origem da Assistência Social no Brasil está caracterizada pela caridade, filantropia, benemerência e solidariedade para com o próximo. Desde o Brasil colônia, existiam tais programas e que à época estavam sob "liderança da Igreja e dos chamados 'homens bons' e tinha como atividade principal o recolhimento e a distribuição de esmolas. Inicialmente, encontrava-se associada a questões de higiene e saúde da população, sendo confundida com a assistência médica” (BRASIL, 2010, p. 32). Isso se deve porque por muito tempo a assistência aos mais pobres não era merecedora de atenção pelo Estado e as ações praticadas ficavam a cargo dos particulares e da Igreja.

Na década de 1930, a Igreja encontrava-se aliada ao Governo para intervir na vida social e assim buscar reconquistar privilégios. Já o Governo viu na Igreja uma forma de conter os movimentos reivindicatórios que existiam na época e então manter a ordem social. Foi nesse contexto que surgiu o Serviço Social, com objetivos que estavam ligados ao da Igreja:

É nesta ótica que se deve visualizar a relação Igreja- Serviço Social, pois os vínculos daquela com o assistencialismo profissional foram mudando de caráter conforme as transformações sociais reclamaram uma redefinição não só do assistencialismo católico, mas também da doutrina social da Igreja, das suas políticas e relações de poder no bojo do novo quadro emergente de forças (CASTRO, 1987, p. 42).

Essa ajuda dada pelas ordens religiosas acontecia por meio dos mosteiros e

conventos ou por esmolas e auxílios, que eram amparados pela boa vontade em ajudar ao próximo, desenvolvendo-se a caridade e a benemerência para que esses sujeitos não se revoltassem contra o Estado.

Diante desse contexto histórico, inicia-se a implantação do Serviço Social. Nesse momento, não está vinculado a medidas do Estado, pois seu surgimento é a partir de iniciativa de particulares em forma de grupos e frações de classe, principalmente, intermediado pela Igreja Católica (IAMAMOTO, 1982, p. 129).

A assistência, filantropia e benemerência são entendidas como sinônimos, sendo difícil diferenciar a competência de cada uma. Segundo Mestriner (2005, p. 286), “a assistência é compreendida há cem anos como uma forma de ajudar as pessoas que não têm condições de prover suas vidas”. Desde as legislações imperiais era vista como um amparo social e realizada por meio de auxílios e subvenções para as organizações que realizavam essa ajuda. Portanto, construída por muitos anos como benemerência, filantropia e caridade.

A filantropia, palavra de origem grega, em que *philos* significa *amor e antropos* homem, está ligada ao amor do homem pelo ser humano, ao amor pela humanidade. Refere-se ao sentimento de preocupar-se com o próximo que possui poucas oportunidades de maneiras voluntárias, sem auferir lucro ou apropriar-se de qualquer bem, com o objetivo de que o ser humano tenha condições dignas de vida. É preocupar-se com o bem-estar de todos; uma forma de praticar o bem, confundindo-se com a solidariedade (MESTRINER, 2015, p. 14).

O reconhecimento da Assistência Social pelo Estado aconteceu muito lentamente. O primeiro registro ocorreu na década de 1930, onde o Estado aumentou a sua atuação na área social como uma resposta ao fortalecimento das lutas sociais e trabalhistas.

Por meio da Revolução de 1930, que conduziu a questão social para o centro da agenda pública, houve a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Também a publicação da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT e a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), integrantes de Previdência Social, mas só tinham acesso aos benefícios aqueles que contribuíam com a Previdência. (BRASIL, 2010, p. 32-33).

Com isso, teve início um sistema público de proteção social, caracterizado pela base contributiva. Ocorre que, neste momento, somente aqueles que possuíam um

emprego de maneira formal é que tinham seus direitos e garantias reconhecidos. Continuavam desamparados aqueles que não participavam do mercado de trabalho.

No ano de 1936, em São Paulo, houve a criação da Escola de Serviço Social, por inspiração na Ação Católica e na Ação Social. Então teve início uma nova etapa na prática da assistência social (CASTRO, 1987, p. 100).

Entre as Constituições brasileiras, aquela que trouxe os primeiros regramentos à Assistência Social foi a de 1934, ao instituir um novo capítulo com o Título da ordem Econômica Social (BRASIL, 1934).

Mas a Constituição de 1934 também inaugurou, na história constitucional brasileira, um novo capítulo, o da Ordem Econômica e Social, no art. 121, com o conceito de proteção ou tutela social, em reconhecimento da teoria do risco social, segundo as quais são ônus da sociedade o desemprego, os acidentes e doenças profissionais e as medidas de prevenção que os evitem (SIMÕES, 2007, p. 88).

Em seu art. 113, inciso XXXI, a Constituição de 1934 proclamou os direitos de prover a própria subsistência e a de sua família, mediante o trabalho, devendo o Poder Público amparar, na forma de lei, os que estejam em situação de indigência (BRASIL, 1934).

Como primeira tentativa de regulamentar e promover a Assistência Social foi criado, no ano de 1938, o Conselho Nacional de Serviços Social (CNSS), pelo Decreto-Lei nº 525, de 1º de julho de 1938. A criação do CNSS é devida à preocupação que o Estado tinha na época em relação à centralização e organização das obras assistenciais públicas e privadas.

O CNSS estava vinculado ao Ministério da Educação e Saúde e era formado por pessoas ligadas à filantropia e ao Presidente da República. Possuía como principais funções, a organização do plano nacional de serviço social, englobando os setores públicos e privados, sugerindo políticas sociais para serem desenvolvidas pelo governo e, também, opinar sobre a concessão de subvenções e auxílios governamentais para as entidades privadas (BRASIL, 2010, p. 33).

A Constituição de 1937 não realizou grandes alterações em analogia ao ordenamento anterior. Em relação aos direitos sociais, ocorreu maior intervenção do Estado com ênfase à área trabalhista.

A diferença entre os direitos enunciados na Constituição de 1937 para a de 1934 se dá pela possibilidade de intervenção direta do Estado no exercício desses

direitos, como em relação aos direitos sociais, que sofreram um controle maior pelo Estado, com destaque para a área trabalhista, sendo mais dura a organização dos trabalhadores, proibindo as greves. Também houve maior controle da ação dos sindicatos pela criação do imposto sindical, regulamentou-se o salário mínimo de forma regional para manter o empregado dentro de condições de sobrevivência.

Dessa forma, a Constituição conservou grande parte dos direitos que constavam na Constituição de 1934, porém geraram formas que os suspenderam por ser restritivos ao projeto do governo (COUTO, 2010, p.102).

O Estado, então, voltou-se à classe dos excluídos pela Previdência Social que somente previa o seguro social àqueles que tivessem período de contribuição e buscou amparar aqueles que não conseguiam garantir o próprio sustento pela criação, em 1942, da Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o objetivo de prestar assistência às famílias dos soldados que se mobilizaram na Segunda Guerra Mundial. Aos poucos a LBA começou a influir em todas as áreas que estavam relacionadas com assistência social.

A primeira grande instituição nacional de assistência social, a Legião Brasileira de Assistência, é organizada em sequência ao engajamento do país na Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo declarado será o de “prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo o que se relaciona ao esforço de guerra”. Surge a partir da iniciativa de particular logo encampada e *financiada* pelo governo, contanto também com o patrocínio das grandes corporações patronais (Confederação Nacional da Indústria e Associação Comercial do Brasil) e o concurso das *senhoras da sociedade* (IAMAMOTO, 1982, p 257).

Na época, a LBA foi adotada pela primeira dama, Darcy Vargas, e foi sucedida pelas esposas dos presidentes da República no comando da instituição; com isso surgiu o chamado primeiro-damismo junto à assistência social (SPOSATI, 2005, p. 19). Com delegação às primeiras damas, não era considerada uma responsabilidade do Estado, houve a permanência do caráter de caridade e benemerência, marcas que a assistência social manteve por muitos anos (BRASIL 2010, p. 34).

A assistência social começou a ser vista como um ato de vontade e não como direito de cidadania. Primeiramente, como apoio às famílias dos pracinhas, depois com a expansão às famílias de grande massa que anteriormente não se enquadravam aos beneficiários da previdência. Passou-se, então, a atender as famílias, nos casos

de calamidade, como as secas e enchentes e, devido à urgência, criou-se um vínculo emergencial à assistência social (SPOSATI, 2005, p. 20).

A Constituição de 1946 deu início ao processo de democratização por meio da descentralização do poder da esfera federal, o que acarretou certa autonomia aos governantes estaduais e municipais. Seu diferencial se deu pela abolição dos instrumentos que cerceavam as liberdades dos cidadãos, garantindo no campo dos direitos sociais, a liberdade de associação sindical, como o direito de greve.

Nesse contexto político, por meio da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), a Previdência se unificou em relação aos benefícios, abrangendo os trabalhadores urbanos que estavam formalmente no mercado e, também, apontou sua centralização política com a criação em 1966 do Instituto de Previdência Social (INPS) (COUTO, 2010, p.128).

As medidas políticas de proteção e assistência social ao trabalhador buscaram reconstruir a economia pela geração de emprego, renda, por meio da interferência do Estado que atuou em ações de políticas sociais, caracterizando, então, Estado de Bem-Estar Social.

Por meio desse modelo de Bem-Estar Social, buscou o Estado “organizar a economia e diminuir os níveis de desigualdades sociais existentes no país” (NÓBILE; ALAPANIAN, 2009, p. 113). As constituições após a Segunda Guerra Mundial incorporaram os direitos sociais como o direito ao trabalho, à saúde, à segurança material e à educação. Nesse sentido a intervenção do Estado se tornou necessária para garantir aos cidadãos a efetiva eficácia na aplicação destes direitos reconhecidos (SARLET, 1998, p. 49-50).

No período da ditadura, com o golpe militar de 1964, marcada pelo autoritarismo e retirada de direitos, a assistência social se tornou burocrática, com novas regras, normas e critérios para o atendimento à população carente. Porém, neste período houve a ampliação da assistência social.

Nessa época aconteceram mudanças na Previdência Social de maneira significativa. Ocorreu a unificação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões no Instituto Nacional de Previdência Social; criou-se o FUNRURAL, garantindo aos trabalhadores rurais benefícios sem exigência de contribuição; sucedeu também a unificação do Instituto Nacional do Seguro Social e do Instituto Nacional de

Assistência Médica da Previdência Social no Sistema Nacional de Previdência Social (BRASIL, 2010, p. 35).

Com a Constituição de 1967 e sua Emenda de 1969, mesmo com o regime militar, não ocorreram divergências formais das duas constituições anteriores. Seu destaque ocorre nos anos de 1970, devido à internacionalização da economia brasileira e o intenso uso da força do trabalho, que inclusive bateu recordes mundiais de acidentes e doenças do trabalho. Então, a previdência social foi incentivada, separou o seguro social e seguro de acidente de trabalho em nome destes fatos. Em 1967, os acidentes de trabalho foram estatizados e os benefícios unificados (SIMÃO, 2007, p. 88).

No ano de 1974, mais precisamente em 1º de maio, a assistência social ganha um novo lugar por meio da criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, pois, antes disso, havia apenas o Ministério do Trabalho e Previdência (SPOSATI, 2005, p. 26-27). Esse Ministério possuía uma Secretaria de Assistência Social, com a missão de fomentar a política de combate à pobreza, tendo em vista a piora das condições sociais e o conseqüente aumento da pobreza.

O processo de transformação das práticas assistenciais, assistemáticas, para a prática da Assistência Social como política pública contém, ainda, outro fator estrutural que a determina. Aliada a essa visão de exclusão social e à extensão e profundidade das desigualdades sociais no país, deparamo-nos com as mudanças econômicas e sociais, globais, que entram em curso em meados dos anos setenta. São mudanças que vão colidir com o processo de democratização do Brasil e com as tardias conquistas sociais, obtidas e consolidadas na Constituição Federal de 1988, entre elas a Assistência Social como dever do Estado e de direito de quem dela necessitar (ROMERA; PAULILO, 2009, p. 34).

Todos estes fatores influenciaram para que se estruturasse uma nova Constituição. A Constituição de 1988, com direitos resultantes da participação popular, especialmente, a Assistência Social que agora passa a ser política pública direito do cidadão e dever do Estado.

A assistência social na atualidade: aspectos conceituais e normativos

De acordo com o exposto anteriormente, a Assistência Social no Brasil sempre foi caracterizada como filantrópica e caritativa, marcada historicamente como de caráter assistencialista, visão que mudou com a promulgação da Constituição Federal

de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, que trouxe importante avanço em relação à proteção social das pessoas menos favorecidas ao ampliar os direitos sociais e buscar, assim, a garantia de direitos e condições dignas de vida.

Com a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social deixou de ter o caráter assistencialista para ser instrumento de transformação social:

[...]com o objetivo de promover a integração e a inclusão do assistido na vida da sociedade por meio de prestações assistenciais, para que possam atingir o mesmo patamar de igualdade dos outros cidadãos, e assim, garantir a sua subsistência” (SANTOS, 2012, p. 107).

Nesse sentido, a Assistência Social destina-se à promoção da cidadania, sendo uma política de proteção social, constituindo-se em dever do estado e direito do cidadão. Seus objetivos estão elencados no artigo 203 da Constituição Federal do Brasil que dispõe:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

A Assistência Social possuiu como foco, dar atenção às famílias que possuem fragilidade, vulnerabilidade e vitimações em seus membros. Tem como perspectiva o caráter preventivo de proteção social para fortalecer os laços e vínculos sociais entre os membros da família, para que com suas qualidades e capacidades possam concretizar os direitos humanos e sociais. Dessa forma, são funções da Assistência Social “a proteção social, a vigilância social e a defesa socioassistenciais” (MDS, 2005, p 86).

Para superar o caráter assistencialista, a Assistência Social encontra-se, no momento, do lado da saúde e da previdência social, fazendo parte de um triângulo da Seguridade Social, caracterizando-se, portanto, como direito e política pública

fundamental e responsabiliza o Estado pela efetivação desses direitos de forma a enfrentar a pobreza, desigualdade e a exclusão social.

Há que se salientar de igual forma que, por meio da Constituição Federal de 1998, enfatizou-se a justiça social, com regras de proteção social à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. Assim como a finalidade da assistência social está na redução e eliminação da pobreza e da marginalização social (MORAES, 2005, p. 2078). Tais objetivos, dispostos no artigo 3º da Constituição Federal, consistem em algo que deve ser perseguido pelo Estado, quais sejam:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988).

Reforçando a responsabilidade prestacional do Estado, Silva (2009, p. 106) aponta que os objetivos fundamentais “serão prestados de forma positiva para concretizar a democracia econômica, social e cultural com vistas a efetivar a dignidade da pessoa humana”.

Ainda na seara constitucional, há que se fazer referências aos direitos sociais, diretamente vinculados aos direitos fundamentais de 2ª dimensão, juntamente com os direitos culturais e econômicos. Neste contexto, encontra-se o constitucionalismo social após 1ª Guerra Mundial, correspondem a relações do indivíduo com o seu meio social, ou seja, “as relações de trabalho e econômicas, que afirmam a garantia de bem-estar para se alcançar prestações materiais como a educação, saúde e previdência” (CRUZ, 2006. p.157).

No caso dos direitos de 2ª dimensão, o Estado intervém para garantir o exercício desses direitos aos homens, ou seja, o Estado que deve provê-los.

Mesmo fazendo de uma forma individual, os indivíduos devem procurar estado para o cumprimento dos direitos sociais. Por meio destes direitos, busca-se a igualdade pelo enfrentamento das desigualdades sociais” (COUTO, 2010, p. 35).

É essencial destacar também o artigo 6º de nossa Magna Carta, em que o ser humano apresenta-se como destinatário dos direitos sociais, estabelecendo-os como “são direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Dessa forma, os direitos sociais, também conhecidos como direito de segunda dimensão, “são prestações positivas que devem ser realizadas pelo Estado para buscar uma isonomia substancial e social na perspectiva de melhores condições de vida” (LENZA, 2011, p.974).

Os direitos sociais são considerados direitos fundamentais, não apenas por constar no texto constitucional, mas por prever formas de assegurar aos indivíduos os direitos à saúde, previdência social, condições especiais de trabalho às mulheres, os limites de horário de trabalho, a idade mínima das crianças no trabalho, isso de maneira igualitária garantida pelo Estado (SIMÕES, 2007, p. 66). Nesse sentido, é certo afirmar que os direitos sociais estão intimamente ligados aos direitos de igualdade. As políticas são ações do Estado para efetuar determinados objetivos em metas temporais. A justificativa para o surgimento das políticas públicas é a existência dos direitos sociais, que necessitam de prestações positivas do Estado (BUCCI, 1997, p. 90).

Fruto da interação entre o Estado e a sociedade, sendo assim, as políticas públicas são institucionalizadas na sociedade de maneira consistente. Dificultando a sua mudança e sendo marcada pela continuidade (GIOVANNI, 2010). As políticas públicas têm como objetivo a diminuição da exclusão social, da miséria e da desigualdade social. Como buscam promover o bem-estar da população mais pobre, condicionadas às ações que o Estado, de forma planejada, executa e fiscaliza, direcionadas a toda a população, seja urbana ou rural (CUSTÓDIO; COSTA; AQUINO, 2010, p. 173).

No Brasil na década de 1990, criaram-se os primeiros esboços no sentido de criação de políticas públicas com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais. Na verdade, eram programas sociais que por meio da transferência de renda buscavam retirar as crianças do trabalho e mantê-los por mais tempo na escola. Tais programas como a bolsa escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Bolsa

Alimentação, Vale Gás, entre outros, com o objetivo de quebrar o círculo vicioso repetidor da pobreza (CUSTÓDIO; COSTA; AQUINO, 2010, p. 171).

Até o ano de 2003, a Assistência Social compartilhava com a Previdência Social o mesmo ministério, o Ministério da Previdência e da Assistência Social (MPAS). Mas por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, houve o desmembramento e cada um cindiu um Ministério, estabelecendo-se o Ministério da Previdência Social e o Ministério da Assistência Social. Em 2004, pela Lei nº 10.869 de 13 de maio de 2004, o Ministério da Assistência Social passa a denominar-se Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (ALENCAR, 2006, p. 59).

A criação do MDS, em 2004, constituiu mais um passo na consolidação da assistência social como direito de cidadania (BRASIL, 2010, p. 42). Implicou também, o aumento dos investimentos em políticas de proteção, assistência e desenvolvimento social, que são os programas e ações de transferência de renda, segurança alimentar e nutricional assistência social e inclusão produtiva (VAITSMAN; RODRIGUES; PAES-SOUSA, 2006, p. 14).

Procedimentos Metodológicos

Para conceituar pesquisa, discorre Gil (2009, p. 26):

Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para o problema mediante o emprego de procedimentos científicos.

A presente pesquisa quanto à natureza da abordagem foi de caráter aplicado, porque além de buscar na literatura autores renomados que enfatizam o presente tema, a sua prática se deu junto aos funcionários que atuam junto à Secretaria Municipal de Ação social da Comarca de Orleans, Santa Catarina.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos a pesquisa realizada na instituição caracterizou-se como estudo de caso, pois foi estudado nesta pesquisa apenas um pequeno grupo, já identificado nesta pesquisa.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário aplicado aos profissionais que atuam junto à mencionada secretaria.

Resultados e Discussão

Observamos que os investimentos aplicados na Comarca de Orleans de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ligado ao Governo Federal, somente nos últimos quatro anos (2012/2013/2014/2015) em Orleans, foram investidos um montante de R\$ 4.218.870,00 (quatro milhões duzentos e dezoito mil, oitocentos e setenta reais).

O número de famílias cadastradas junto à Secretária de Ação Social de Orleans é de 1.566 (um mil quinhentas e sessenta e seis pessoas), totalizando um montante de 4.668 (quatro mil seiscentas e sessenta e oito pessoas). Deste total de famílias, recebem os benefícios do Programa Bolsa Família, 679 famílias. O valor médio que as famílias recebem em Orleans é de R\$149, 97 (Cento e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos). O número de investimento do Programa Bolsa Família em Orleans no ano de 2012 foi de R\$ 1.015.370,00 (um milhão quinze mil, trezentos e setenta reais), em 2013 investimentos do Programa Bolsa Família foram de R\$ 1.108.074,00 (um milhão cento e oito mil e setenta e quatro reais). No ano de 2014 investimentos do Programa Bolsa Família foram de R\$ 1.257.412,00 (um milhão duzentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e doze reais). Já em 2015, dados até o mês de agosto, o Programa Bolsa Família beneficiou as famílias cadastradas com um montante de R\$ 828. 014,00 (oitocentos e vinte e oito mil e quatorze reais).

A média mensal que o Governo Federal enviou para Orleans por meio do Programa Bolsa Família em 2012 foi de R\$84.614,00 (oitenta e quatro mil, seiscentos e quatorze reais), em 2013 os investimentos mensais foram de R\$98.395,00 (noventa e oito mil, trezentos e noventa e cinco reais), em 2014 os investimentos mensais em média foi de R\$104.784,33 (cento e quatro mil setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e três centavos).

Em 2015, até o mês de agosto, os investimentos mensais foram de R\$103.501,75 (cento e três mil quinhentos e um reais e setenta e cinco centavos). Por meio dos dados cadastrados, acessando Consulta Bolsa Família/saques/ Santa-Catarina / Orleans, é possível verificar o nome de todas as famílias de Orleans que recebem o PBF.

Para alcançar os objetivos elencados para esse projeto de trabalho foi elaborado um questionário com dez questões fechadas junto aos profissionais da Secretaria e Ação Social de Orleans, se os mesmos tinham conhecimento da

importância do PBF (Programa Bolsa Família em Orleans).

Também foi realizada uma entrevista com quatro perguntas para o Secretário de Assistência Social e Habitação do Município de Orleans, com a finalidade de saber qual a sua opinião a respeito do PBF (Programa Bolsa Família em Orleans).

A primeira questão buscou saber a respeito da opinião do secretário, quais as dificuldades que as famílias que recebem o benefício do PDF (Programa Bolsa Família) em Orleans enfrentam para ter autonomia e se emanciparem, não necessitando mais desse benefício. O secretário respondeu que:

“[...] seria a baixa escolaridade sendo o principal empecilho para sua autonomia e se emanciparem e deixar o PBF (Programa Bolsa Família). Na opinião do mesmo, para que isto ocorra, é necessária menor disparidade entre ricos e pobres e o que chama a atenção é que esta pobreza passa de pai para filho, gerando um círculo de geração a geração. Isso quer dizer que os filhos de pais pobres têm mais chance de serem pobres e quando crescerem e tiverem seus filhos, eles terão grandes chances de serem pobres também. Comentou que deveria ocorrer uma ruptura neste ciclo, por isso a Educação e a Saúde vêm como condição do Programa Bolsa Família, partindo do princípio de que quem tem mais anos de estudos ganham as melhores rendas e tem acesso à melhor saúde”.

A segunda pergunta ao Secretário Municipal de Assistência Social de Orleans questionou o número de profissionais que há em sua equipe e se este é um bom número para trabalhar com as famílias do PBF (Programa Bolsa Família).

O secretário informou que:

[...] a equipe é formada com um número bem reduzido de funcionários. Há um Gestor, uma Técnica que trabalha no PBF (Programa Bolsa Família) e um Assistente Social que verifica *in loco* a realidade da família incluída. Também conta com o apoio do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e o CREAS (Centro Especializado de Assistência Social), que também colaboram

Na terceira indagação ao Secretário de Assistência Social e Habitação do Município de Orleans, foi questionado como é feito o mapeamento das famílias de vulnerabilidade (econômica/situação de trabalho/infantil). Como tomam conhecimento, com que frequência?

Segundo o secretário:

[...] geralmente a demanda é espontânea, as famílias são informadas pelos programas de TV. Em alguns casos ocorre a visita familiar, onde

constatada a vulnerabilidade e situação de risco, são encaminhadas para preencher cadastro

Na quarta indagação foi questionado a respeito da opinião sobre o impacto do Programa para as famílias em Orleans em situação de vulnerabilidade social.

Em sua resposta o mesmo afirmou:

sinceridade, não vejo Orleans como uma cidade que tenha muitos casos de extrema pobreza. Acredito que poderíamos dar um incentivo maior, orientado as famílias a procurarem cursos, programas, trabalhos que pudessem fazer em casa e desta forma sair do “vício”, de receber tudo de “*mão beijada*”. Para cada família que está no PBF (Programa Bolsa Família) pelo menos uma deveria ter capacidade para mudar de vida”.

O projeto de pesquisa buscou saber junto aos profissionais que atendem as pessoas credenciadas na Comarca de Orleans quais são as dificuldades que as famílias que recebem o benefício do Programa Bolsa Família em Orleans enfrentam para ter autonomia e se emanciparem, não mais necessitando deste benefício. As respostas dos pesquisados apontam o comodismo e a baixa escolaridade e, às vezes, o aspecto físico de algumas pessoas como fatores que acabam contribuindo de forma negativa para o reingresso ao mercado de trabalho.

Outros aspectos apontados pelos pesquisados dizem respeito à falta de incentivo no mercado de trabalho e, muitos beneficiários do programa afirmam que é dever do governo mantê-los no Programa Bola Família e sustentá-los.

Na opinião dos profissionais que têm um contato mais direto com as famílias credenciadas, foi possível detectar que o Programa tem contribuído na renda familiar, mas para estes mesmos profissionais a falta de planejamento familiar também está associada a um problema social em Orleans. A grande maioria das famílias credenciadas tem um histórico de carências psicológicas, sociais, culturais, econômicas, religiosas e que estão condicionadas a uma vida sem perspectiva, sem autonomia, sem visão de futuro.

Cabe salientar, também, que, na opinião destes profissionais, é reconhecido que o Programa Bolsa Família tem apresentado resultados positivos na vida de muitos, mas é necessário um conjunto sistemático de políticas públicas que possam efetivamente promover a igualdade social. A pesquisa junto aos profissionais da Secretaria de Ação Social da Comarca de Orleans, observou-se que o Programa tem

se afirmado como uma experiência bem-sucedida, devido à sua cobertura e conta com uma boa fiscalização para verificar os relevantes impactos sobre as condições de vida das famílias orleanenses credenciadas. Alguns pontos positivos são destacados pelas inúmeras avaliações do programa e os seus impactos dentro de Orleans. Para tal, na opinião dos profissionais, destacam-se: a organização em modelo de gestão, informação, integração de políticas sociais, cooperação e um compromisso social e profissional dos servidores públicos, aqueles que atuam no dia a dia prestando este serviço. O Programa Bolsa Família na opinião destes profissionais da secretaria municipal de ação social da Comarca de Orleans, revela impactos positivos, como a redução da pobreza e a desigualdade e na melhoria de indicadores educacionais e de saúde.

Após buscar por informações junto a estes profissionais sobre o tema Programa Bolsa Família, é possível verificar que na opinião dos mesmos ocorreram mudanças, em especial, no atendimento à área social na Comarca de Orleans.

Pode-se perceber pelas respostas dos profissionais que atuam na área de ação social na Comarca de Orleans/SC que o Programa Bolsa Família é uma necessidade, mas ao mesmo tempo preocupante, admitindo as dificuldades como a falta de escolaridade, oportunidade no mercado de trabalho e o comodismo, famílias com pouca estrutura emocional, mães separadas, dependência química, alcoolismo, muitos não possuem residência própria e isto é um agravante na maioria dos casos.

De acordo com os dados apurados, o número de famílias atendidas na Comarca de Orleans/SC não diminuiu, ao contrário, aumentou. Constata-se o crescente em termos de investimentos do Governo Federal. Em 2012 foram repassados para o município o valor de R\$84.614,00 (oitenta e quatro mil seiscentos e quatorze reais); em 2013 os investimentos foram de R\$98.395,00 (noventa e oito mil, trezentos e noventa e cinco reais), em 2014 os investimentos foram de R\$104.784,33 (cento e quatro mil, setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e três centavos, já em 2015, até o mês de agosto, foram investidos o total de R\$103.501,75 (cento e três mil, quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos).

Em resumo, na opinião destes profissionais, o melhor investimento que o Governo Federal poderia fazer em Orleans é na educação, investimento no mercado de trabalho, sair e buscar condições justas e concretas ao cidadão.

Considerações Finais

É possível constatar que, mesmo de maneira ínfima, o Programa Bolsa Família na visão dos profissionais estabelece condições mínimas de desenvolvimentos e não deve ser considerado um favor de caridade, mas sim a garantia dos direitos constitucionais. É por meio destas condições mínimas e de direitos fundamentais que alcançarão a cidadania.

A perspectiva que se criou diante dessa pesquisa é que existe uma preocupação muito grande por parte dos profissionais que atendem as famílias credenciadas da Comarca de Orleans. O Governo Federal já investiu R\$ 4.218.870,00 (quatro milhões duzentos e dezoito mil, oitocentos e setenta reais), somente em Orleans nos últimos quatro anos, e se este dinheiro fosse aplicado na educação, cursos técnicos, aperfeiçoando estas pessoas ao mercado de trabalho, será que iríamos conseguir diminuir este problema social em Orleans? Valores investidos na educação poderiam mudar, por exemplo, as condições no futuro e com garantias de trabalho e renda.

Fica constatado, por meio da pesquisa Bolsa Família: uma análise do programa pelos profissionais da Secretaria de Ação Social da Comarca de Orleans, que apenas o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família não basta para que os beneficiados criem autonomia e mudem suas condições de vida. Para tanto, é necessário maior investimento na educação, saúde, capacitação e outros. Conforme apontamento com os profissionais envolvidos com o Programa Bolsa Família na Comarca de Orleans, faltam propostas de cursos técnicos, por exemplo.

Diante disso, espera-se que esta pesquisa contribua para melhorar o desenvolvimento dessas famílias na Comarca de Orleans e que as políticas públicas, por meio deste programa do Governo Federal, venham de fato contribuir junto as famílias credenciadas.

Referências

ALENCAR, Hermes Arrais. **Benefícios Previdenciários**. 2. ed. São Paulo: Livraria Universitária de Direito, 2006.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Capacitação para controle social nos municípios: assistência social e programa Bolsa Família Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria nacional de Assistência Social 2010.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas e Direito Administrativo. **Revista de Informações Legislativas**, Brasília, v 34, n. 133. jan./mar. 1997. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/handle/id/198/r133-10.PDF?sequence=4>. Acesso em 26 set. 2015

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, Governo e Mercado**. Brasília: CAPES, UAB, 2009.

CUSTÓDIO; André Viana; COSTA, Marli Moraes da; AQUINO, Quelen Brondani. O direito de proteção contra a exploração do trabalho infantil e as políticas públicas de saúde no Brasil. In: **Direito, Cidadania e Políticas Públicas IV**. COSTA, Marli Marlene Moraes da; REIS, Suzete da Silva (org.). Curitiba: Multideia, 2010.

COIMBRA, Marcos. **Carta Capital: O Bolsa Família e Seus Inimigos**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-bolsa-familia-e-seus-inimigos/>>. Acesso em: 11 set. 2015.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1987.

COUTO, Berenice Rojas. O Direito Social e a **Assistência Social na Sociedade Brasileira: Uma equação possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CRUZ, Paulo Márcio. **Fundamentos do Direito Constitucional**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. São Paulo: Cortez, 1982.

Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Lei nº 10.869 de 13 de maio de 2004. Altera a Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/10.836.htm>. Acesso em: 20 ago. 2015.

Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: 02 de set de 2015.

Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica Da Assistência Social**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

LENZA, Pedro. **Direitos Esquematizados**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da**

pesquisa no direito. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MATRIZ de informação social. Disponível em:

<<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros/ministerio-do-desenvolvimento-social-e-combate-a-fome>>. Acesso em: 18 set. 2015.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social.** 2.ed. São Paulo, Cortez, 2005.

MDS. Manual. Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 20 set. 2015.

NÓBILE, Carmen Sílvia Righetti; ALAPANIAN, Sílvia. O Serviço Social, as Políticas Sociais e os Limites de Aplicação do Direito. In: GUEDES, Olegna de Souza (org).

Serviço Social e Políticas Públicas: processo de trabalho e direitos sociais. Londrina: EDUEL, 2009.

BOLSA FAMÍLIA – Pagamentos. Disponível em:

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/downloads/mensal.asp?c=BolsaFamiliaFolhaPagamento#meses01>>. Acesso em: 18 set. 2015.

ROMERA, Maria Valderes; PAULILO, Maria Ângela Silveira. A avaliação da política de assistência social a construção de indicadores-referência. In: GUEDES, Olegna de Souza (org). **Serviço Social e Políticas Públicas:** processo de trabalho e direitos sociais. Londrina: EDUEL, PAULILO, 2009.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS:** um processo de construção da assistência social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VAITSMAN; Jeni; Rodrigues, Roberto W.S.; PAES-SUZA, Rômulo. **O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais e experiência do ministério do desenvolvimento social e combate à fome do Brasil.** Brasília:

UNESCO, 2006. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001485/148514POR.pdf>. Acesso em 26 set. 2015.

Dados para contato:

Autor: Joélia Walter Sizenando

E-mail: nupedi@unibave.net

O CYBERBULLYING E A RESPONSABILIDADE

Ciências Sociais Aplicadas

Artigo Original

Geisller Pamelys de Barros¹; Andiana Pickler Cunha¹; Fernando Pavei¹; Joélia Walter Sizenando¹

¹ Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE

Resumo: O presente trabalho aborda a responsabilização civil dos agressores praticantes do Cyberbullying, conduta que se trata de práticas agressivas não aceitas moral e socialmente, as quais são postas em prática e expandidas pelo uso de ferramentas da internet. Define-se, o Cyberbullying como modalidade aperfeiçoada do Bullying, este último a muito discutido. Através de uma análise pormenorizada de jurisprudências, evidencia-se o perfil do agressor, das pretensas vítimas, bem como a responsabilização civil daquele que pratica a violência cibernética. No plano legal, relaciona o Bullying virtual com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Civil, aplicados através de julgados de tribunais superiores. Além disso, para conhecer a opinião popular, realizou-se pesquisa através de uma enquete disponibilizada no *Facebook*, na qual, 25 pessoas responderam aos questionamentos e corroboraram com o pensar dos doutrinadores acerca do tema. Ao final, analisando os resultados, da pesquisa e das fontes doutrinárias e jurisprudenciais, restou evidenciado quão importante e indispensável é a aplicação de uma reprimenda ao agente lesivo, tanto no âmbito penal como civil.

Palavras-chave: *Cyberbullying*. *Bullying*. Agressor. Vítima. Responsabilização civil

THE CYBERBULLYING AND LIABILITY

Abstract: The present research discusses the accountability of individual offenders who are adept to Cyberbullying, a conduct of which its aggressive practices are not accepted moral and socially, which are put into practice and expanded by the use of tools available on the internet. Cyberbullying is defined, the as enhanced Bullying modality, the latter is the matter of much discussed nowadays. A thorough analysis of the jurisprudence, can highlight the aggressor's profile, the alleged victims, as well as the civil liability of the one who practices cybernetic violence. In legal terms, relates the virtual Bullying with the rulings of the Constitution of the Federative Republic of Brazil and the Civil Code, applied through the high courts. In addition, in order to know the popular opinion, a research was performed through a questionnaire that was available on *Facebook*, in which 25 people have responded to questions and corroborated with the thinking of scholars about the topic. At the end, analyzing the results of the research carried out and of the doctrinal sources and jurisprudential in which the research was conducted under, it remained evident how important and indispensable is the

application of a recriminatory measures to the acting agent, both in criminal and civil matters.

Keywords: Cyberbullying. Bullying. Aggressor. Victim. Civil liability.

Introdução

Não é novidade que dia após dia o índice de violência no país vem crescendo consideravelmente. Além das violências estudadas exaustivamente e previstas na nossa legislação, existe aquela surgida em razão da modernidade, o Bullying.

O Bullying é conhecido como a violência que se manifesta nas escolas, porque ele nasceu no seio escolar e tem como polo passivo e ativo alunos, professores e pessoas que integram esse ambiente, porém, ultrapassa os muros da escola, podendo ocorrer na comunidade, entre grupos de crianças, adolescentes e até mesmo entre adultos, bem como no ambiente de trabalho.

Para entendimento do que é o Cyberbullying, se faz necessário conhecer o que é o Bullying, palavra de origem inglesa que traduzida ao pé da letra significa agressão. Cyberbullying, por sua vez, é a junção das palavras cyber mais Bullying, cyber é aquilo que possui uma grande concentração de tecnologia avançada, e Bullying, como já visto, nada mais é do que o próprio ato agressivo, assim Cyberbullying é a agressão empregada por meios tecnológicos.

O Cyberbullying como violência praticada merece reparação civil à vítima, razão do estudo da responsabilização civil a ser aplicada aos agressores cibernéticos, tendo o presente trabalho como tema: “O CYBERBULLYING E A RESPONSABILIDADE CIVIL.”.

Para compreender o tema e solucionar o problema, temos como objetivo geral verificar, através da análise jurisprudencial e doutrinária, se a prática do Cyberbullying gera uma sanção civil e como objetivos específicos: conhecer o Cyberbullying; verificar quem é a vítima, o agressor, verificar qual a ferramenta da internet é mais utilizada para a prática do Cyberbullying; analisar as implicações jurídicas no âmbito civil para quem pratica o Cyberbullying.

Como se trata de um tema contemporâneo, como já dito, a base de estudo será jurisprudencial e doutrinária, e através delas, busca-se a resposta para o problema. No âmbito legal, além dos julgados dos tribunais, serão analisados os comandos do Código de Processo Civil e da nossa Carta Magna.

Bullying e Cyberbullying

Para que haja uma completa compreensão acerca do Cyberbullying, será necessário fazer uma breve explanação sobre o contexto histórico e o conceito do Bullying, que pode ser traduzido, em suma, por valentão ou brigão. Trata-se da prática repetitiva de condutas preconceituosas e discriminatórias proferidas contra uma pessoa ou um grupo de pessoas, por questões de diferença de gênero, tipo social, tipo físico, opção sexual, opção religiosa ou qualquer outra característica que “torne” a (s) vítima (s) diferente (s) do (s) agressor (es).

O Bullying surgiu e se expandiu no âmbito escolar, através do comportamento de alunos que cada vez mais se encaminhava para exclusão dos colegas que por alguma razão não se enquadrava no “grande grupo”. Ocorre que, tal prática ocasionou diversos problemas, momento em que, surgiu a necessidade de estudar esse fenômeno a fim de compreendê-lo e buscar a solução. Para melhor conceituar o tema, extrai-se:

Dentre as principais consequências ocasionadas a curto período de tempo, destaca-se a exclusão social e do ambiente escolar, a perda da vontade de ir à escola ou de se relacionar com os colegas, a agressão verbal e a diminuição acentuada do rendimento escolar. De outro norte, em longo prazo, as consequências podem ser ainda mais graves, desde a agressão física e que na maioria das vezes é praticada por um grupo de agressores contra a vítima, até um quadro clínico mais preocupante como, por exemplo, a depressão.

Corroborando as afirmações acima, no livro *Bullying Mentas Perigosas nas Escolas*, Ana Beatriz Barbosa Silva fala a respeito do fenômeno, destacando que as agressões são na maioria das vezes efetuada por “bandos” e quase nunca é realizada apenas uma forma de conduta agressiva (SILVA, 2010).

O que mais se destaca nessas condutas é a rapidez com que elas se propagam, alguns autores chegam a afirmar que o Bullying é umas das formas de violência que mais cresce no mundo. Opinião que inclusive é compartilhada por Cléo Fante (2005), educadora e autora do livro “Fenômeno Bullying: Como Prevenir a Violência nas Escolas e Educar para a Paz.” Dessa degenerada expansão do Bullying, surgiu o Cyberbullying, tema de estudo no presente trabalho.

O Cyberbullying, um pouco diferente do instituto primário acima estudado, é praticado e propagado pela internet. As redes sociais, aplicativos para celular, tablets,

iPad, iPod e dentre outros tecnológicos são os principais instrumentos para essa prática agressiva e preconceituosa.

O plano de ação do Cyberbullying é extremamente amplo e seus efeitos são diversos, a propagação da violência é ilimitada e degeneradamente eficaz, o sofrimento das vítimas, infelizmente, é ampliado a cada nova mensagem enviada ou foto compartilhada, por isso, essa prática violenta deve ser melhor fiscalizada e combatida.

Há casos em que a violência é originada do comportamento da vítima, quer dizer, é a vítima que comete a primeira ação, com ou sem má-fé, acaba enviando imagem ou texto à pessoa que seja de sua confiança. Ocorre que, a imagem ou o texto é reenviado, e desta vez sem o consentimento dela, assim este se torna o marco inicial do Cyberbullying.

Essa última versão, é perfeitamente visível principalmente entre famosos, porém, muitas vezes não é interpretada como prática delituosa, mas sim como mera consequência do ato praticado pela vítima. Nesse cenário, caberá à vítima se manifestar sobre o caso, tomando as medidas necessárias para cessar a lesão ou a agressão a sua intimidade, caso esteja se sentindo ofendida.

Espécies de Cyberbullying

Willard (2004), destaca 7 (sete) modalidades de violência praticadas pelos novos meios tecnológicos, a saber:

- Flaming: Envio de mensagens hostis ou vulgares em relação à determinada pessoa. As mensagens podem ser enviadas para grupos de pessoas ou para a própria vítima, através de e-mail, SMS, MSN, WhatsApp, etc.;
- Agressão online: cuida-se do envio repetitivo de mensagens ou fotos ofensivas para uma pessoa ou para um grupo de pessoas;
- Difamação: trata-se do crime tipificado no Código Penal Brasileiro praticado em redes sociais, são mensagens ou comentários difamatórios e prejudiciais e que divulgam informações falsas sobre as vítimas;
- *Cyberstalking*: é a própria agressão online que vem, na maioria das vezes, acompanhadas por ameaças de dano ou intimidações;
- Substituição ilegal da pessoa: nessa modalidade, o agressor se faz passar pela vítima, enviando como se ela fosse, mensagem, vídeos ou imagens que danifiquem

seu caráter ou sua moral;

- *Outing*: trata-se do envio ou postagem de material sobre a vítima que contenha informações privadas e sensíveis, nessa modalidade, incluem-se também as mensagens de resposta enviada pela vítima;
- Exclusão: é a expulsão cruel e imotivada de uma determinada pessoa de uma rede social ou de um grupo online.

Como essa violência é efetuada pela internet, normalmente os *bullies* praticam mais de um tipo de agressão, sendo que a última delas é a exclusão, com a finalidade de calar a vítima. A pessoa ofendida é desmoralizada, ameaçada e sofre os efeitos desta agressão e ao final, prestes a tomar uma atitude, simplesmente é apagada do grupo ou da rede social, dificultando cada vez mais a responsabilização do agente violento.

Cyberbullying: vítima, agressor e telespectador

Da leitura do livro *Bullying Mentos Perigosas nas escolas* de Ana Beatriz Barbosa Silva (2010, p.129-130), foi possível formular um breve conceito e verificar algumas maneiras de se identificar quem é a vítima, o agressor e o telespectador do Cyberbullying, conforme veremos abaixo:

- *Quem é a vítima?*

Não existe um perfil específico para a pretensa vítima do Bullying virtual, qualquer pessoa, a qualquer momento, pode ser vitimada pelo agressor cibernético. Como regra, é escolhida uma pessoa de determinado grupo e ela vira motivo de chacota, ou, também, há a possibilidade de haver a exclusão de um determinado grupo de pessoas de todas as demais que utilizam o determinado ambiente virtual.

Contudo, mesmo que não haja um perfil único de vítima, existem algumas maneiras de se perceber quando alguém está sendo chacoteado por um *bullie*, dentre elas:

- Tornam-se agressivos com os familiares, descontando sua frustração nos pais, irmãos e demais pessoas do convívio diário;
- Afastam-se das pessoas, passando a maior parte do tempo isolados em ambientes com pouca movimentação;
- Sentem dificuldade para dormir, dores de cabeça e abdominais com frequência, muitas vezes de origem psicológica;

- Passam não querer frequentar a escola e os demais ambientes que antes frequentavam sem o menor problema;
- Alteram a maneira de usar a internet, muitas vezes excluindo suas contas em redes sociais;
- Criam um mundo imaginário e paralelo onde, aparentemente, se sentem seguros;

Estas são as principais formas de se verificar a ocorrência do Cyberbullying, mas não são as únicas, todas as mudanças comportamentais devem ser observadas com atenção.

Quem é o agressor?

Entre o grupo de praticantes do Cyberbullying, destaca-se uma classe de pessoas, os adolescentes. Porém, essa maioria não é absoluta, e assim como as vítimas não são específicas, os *bullies* também não são. Como essa violência é praticada virtualmente, o perfil dos agressores geralmente é “fake” (falso), assim se torna ainda mais difícil identificar quem são os *bullies* digitais.

Não diferente das vítimas, há também algumas características a serem observadas, capazes de facilitar a identificação de um *bullie*. São elas:

- Participam de inúmeras redes sociais;
- São pessoas inseguras e que já foram vítimas de algum tipo de violência;
- Em alguns casos, possuem problemas familiares, como por exemplo, pais separados, e vítimas de alienação parental;
- Pessoas com dificuldade para se relacionar;
- Antipatia;
- Estão sempre conectados à rede;
- São agressivos nos comentários;
- Quase sempre participam de grupos onde apenas determinados tipos de pessoas podem entrar;
- Buscam nas redes sócias minimizar as demais pessoas a fim de se sentirem melhor.

Quem é o telespectador?

O telespectador é aquele que não se enquadra em nenhum dos dois polos acima elencados, dividindo-se em duas espécies, são elas:

- a) Passiva: Toda pessoa que recebe mensagem, foto, texto, e-mail ou

qualquer outro ato de difamação ou agressão e não repassa, não comenta e não informa a vítima, por medo ou por simples descaso;

- b) Ativa: Toda pessoa que recebe mensagem, foto, texto, e-mail ou qualquer ato de difamação ou agressão e usa o conteúdo de maneira incorreta, seja repassando ou usando para zombar da vítima. Desta forma, o telespectador ativo, torna-se um propagador do ato violento.

O telespectador ativo é o único que merece atenção, pois muitas vezes é através deles que os *bullies* propagam a violência, destacando que muitas vezes esta última espécie pode responder conjuntamente com o agente violento, dependendo do tamanho de sua participação na vitimização do ofendido.

Por derradeiro, após explanação acerca do Cyberbullying, passaremos ao estudo da responsabilidade civil, a fim de aplicá-la ao tema e trazemos ao final a resposta que se busca: qual a responsabilidade civil do agente praticante do Cyberbullying?

Responsabilidade Civil

Responsabilidade civil é o ramo do direito que atribui a uma pessoa o dever de reparar o prejuízo causado a outra ou o dever de reparar o prejuízo causado por pessoa (ou animal) que seja de sua dependência.

Sobre o conceito de responsabilidade civil, Gagliano e Filho (2009) discorrem:

(...) a noção jurídica de responsabilidade pressupõe a atividade danosa de alguém que, atuando a priori ilicitamente, viola uma norma jurídica preexistente (legal ou contratual), subordinando-se, dessa forma, às consequências do seu ato (obrigação de reparar). (GACLIANO; FILHO, 2009, p. 9).

O instituto da responsabilidade civil abrange inúmeros campos de análise. Porém, para facilitar a compreensão, basta fazermos uma associação do conceito de responsabilidade, que segundo o dicionário, é: “Obrigação de responder pelos próprios atos ou aqueles praticados por algum subordinado (...)” (MICHAELIS, 2009, p. 752), com a lesividade da conduta praticada pela pessoa, quer dizer, não importando o campo de aplicação, a responsabilidade civil será aplicada de acordo e na proporção da conduta praticada pelo infrator da norma ou causador de prejuízos à terceiros.

Cumpra-se destacar, que a responsabilidade civil vem disciplinada no Livro I da Parte Especial do nosso Código Civil, que trata das obrigações. De todas as obrigações previstas no Código Civil, será abordada apenas a obrigação de indenizar dano moral ou material decorrente dos atos de Cyberbullying.

A Responsabilidade Civil pela prática do Cyberbullying

É assegurado, constitucionalmente, a todos os cidadãos garantias individuais e coletivas, consoante dispõe o art. 5º da Carta Magna, *in verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (...).

Nesse contexto, observa-se que o próprio texto constitucional previu antecipadamente a possibilidade de indenização por dano material ou moral decorrente da violação da intimidade, da vida privada, bem como da honra e da imagem das pessoas, pois todos têm direito à liberdade de ser e se expressar da maneira como quiser, respeitando, contudo, o direito do outro.

Uma vez que o agente ou um grupo de agentes tentam repelir a forma de agir, pensar ou se expressar de uma outra pessoa, seja por questões de crenças religiosas, econômicas ou qualquer outro motivo que cause um dano moral ou psicológico, ele vai de encontro ao texto Constitucional, tornando-se merecedor de uma penalidade civil, isto é o que dispõe expressamente o nosso Código Civil, ao tratar dos direitos da personalidade, *in verbis*:

Art. 21. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

Tendo como escopo o texto da Legislação Civil supracitada, é sabido que a violação à vida privada da pessoa natural gera uma responsabilização civil. Pois bem, a palavra responsabilidade, segundo o dicionário jurídico é advinda de: “rés”, coisa, bem, aquilo que faz parte do mundo e passível de relação jurídica; “pondere”,

equilibrar, ponderar e; “idade”, sufixo de ação. Portanto, responsabilizar alguém vai além de aplicar-lhe uma sanção, é, senão, colocar em equilíbrio as relações jurídicas, não deixar que o mais forte ou maior obtenha vantagem indevida, não deixar que um se sobressaia quanto ao outro, é praticar uma ação investida de normatização jurídica a fim de coibir relações jurídicas viciosas, fraudulentas, imorais ou que gerem qualquer tipo de dano a outrem.

Em suma, traduzindo esses contextos jurídicos e aplicando-lhes a “era” 21, subentende-se que, infringindo o Cyberbullying uma norma jurídica e gerando um dano a vítima, este merece uma responsabilização civil.

A grande questão é o dano causado, ou seja, o prejuízo à vítima, pois não havendo dano ou prejuízo, não há que se falar em reparação. Sobre o assunto:

Como regra geral, devemos ter presente que a inexistência de dano é óbice à pretensão de uma reparação, aliás sem objeto. Ainda mesmo que haja violação de um dever jurídico e que tenha existido culpa e até mesmo dolo por parte do infrator, nenhuma indenização será devida, uma vez que se não se tenha verificado prejuízo. (ALVIM, 1972, p. 181)

O tema merece tanta atenção, que o entendimento jurisprudencial é no sentido de que havendo atos nos quais a vida privada da pessoa esteja sendo violada pelo uso de ferramenta da internet, ou por meio delas, estejam acontecendo atos preconceituosos ou lesivos, e a identidade do agente seja desconhecida, o juízo deverá determinar cautelarmente a quebra do sigilo da rede social utilizada ou do e-mail, fazendo com que o provedor de internet forneça a maior quantidade de dados possíveis capazes de identificar e localizar o *bullie*.

Nesse sentido, retira-se:

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - INFORMAÇÕES ACERCA DA ORIGEM DE MENSAGENS ELETRÔNICAS DIFAMATÓRIAS ANÔNIMAS PROFERIDAS POR MEIO DA INTERNET - LIDE CONTEMPORÂNEA -POSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR - ACESSO AOS DADOS CADASTRAIS DO TITULAR DE CONTA DE E-MAIL - MANDADO JUDICIAL -NECESSIDADE - SIGILO DE DADOS - PRESERVAÇÃO - ÔNUS SUCUMBENCIAIS -CONDENAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE RESISTÊNCIA DO PROVEDOR -PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE - AFASTAMENTO - NECESSIDADE - RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I - A presente controvérsia é uma daquelas questões que a vida moderna nos impõe analisar. Um remetente anônimo utiliza-se da Internet, para e por meio dela, ofender e denegrir a imagem e reputação de outrem. Outrora, a carta era um

dos meios para tal. Doravante, o e-mail e as mensagens eletrônicas (SMS), a substituíram. Todavia, o fim continua o mesmo: ofender sem ser descoberto. O caráter anônimo de tais instrumentos pode até incentivar tal conduta ilícita. Todavia, os meios existentes atualmente permitem rastrear e, portanto, localizar o autor das ofensas, ainda que no ambiente eletrônico. II - À luz do que dispõe o art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal, infere-se que, somente por ordem judicial, frise-se, a ora recorrente, UNIVERSO ONLINE S. A., poderia permitir acesso a terceiros ao seu banco de dados cadastrais. III - A medida cautelar de exibição de documentos é ação e, portanto, nessa qualidade, é devida a condenação da parte-ré ao pagamento dos honorários advocatícios, por força do princípio da causalidade. IV - Na espécie, contudo, não houve qualquer resistência da ora recorrente que, inclusive, na própria contestação, admitiu a possibilidade de fornecer os dados cadastrais, desde que, mediante determinação judicial, sendo certo que não poderia ser compelida, extrajudicialmente, a prestar as informações à autora, diante do sigilo constitucionalmente assegurado. V - Dessa forma, como o acesso a dados cadastrais do titular de conta de e-mail (correio eletrônico) do provedor de Internet só pode ser determinada pela via judicial, por meio de mandado, não há que se falar em aplicação do princípio da causalidade, apto a justificar a condenação nos ônus sucumbenciais. VI - Recurso especial provido. (REsp 1068904/RS, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/12/2010, DJe 30/03/2011)

Identificado o agressor, urge a necessidade de penalizá-lo, assim a análise do juízo deverá ser efetuada conforme caso concreto, tanto poderá haver a penalização do provedor de internet (exceção), tanto do próprio agente ofensivo.

Cumprido destacar que em razão de esta agressão ser efetuada pela internet, os agentes do Cyberbullying fazem-se valer de perfis falsos, com o intuito de proteger sua real identidade, nesses casos, a autoridade policial que proceder as investigações usará, com autorização judicial, o endereço de IP do computador ou notebook utilizado para proferir as ofensas, bem como eventuais códigos de identificação de celulares e tablets.

No caso do provedor de internet, a aplicação de uma sanção só se dará no caso de descumprimento de ordem legal, seja pelo não fornecimento de dados, seja em razão do descumprimento de ordem que determinou a retirada de determinado conteúdo da (s) página (s) em que ele esteja exposto. Corroborando o acima descrito, extrai-se julgado da e. Corte:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INTERNET. DANO MORAL. CRIAÇÃO DE PERFIS FALSOS E COMUNIDADES INJURIOSAS EM SÍTIO

ELETRÔNICO MANTIDO POR PROVEDOR DE INTERNET. RELAÇÃO DE CONSUMO. AUSÊNCIA DE CENSURA. NOTIFICADO O PROVEDOR, TEM O PRAZO DE 24 HORAS PARA EXCLUIR O CONTEÚDO DIFAMADOR. DESRESPEITADO O PRAZO, O PROVEDOR RESPONDE PELOS DANOS ADVINDOS DE SUA OMISSÃO. PRECEDENTES ESPECÍFICOS DOS STJ. 1. Pretensão indenizatória e cominatória veiculada por piloto profissional de Fórmula 1, que, após tomar conhecimento da existência de 'perfis' falsos, utilizando o seu nome e suas fotos com informações injuriosas, além de "comunidades" destinadas unicamente a atacar sua imagem e sua vida pessoal, notificou extrajudicialmente o provedor para a sua retirada da internet. 2. Recusa da empresa provedora dos serviços de internet em solucionar o problema. 3. Polêmica em torno da responsabilidade civil por omissão do provedor de internet, que não responde objetivamente pela inserção no site, por terceiros, de dados ilícitos. 4. Impossibilidade de se impor ao provedor a obrigação de exercer um controle prévio acerca do conteúdo das informações postadas no site por seus usuários, pois constituiria uma modalidade de censura prévia, o que não é admissível em nosso sistema jurídico. 5. Ao tomar conhecimento, porém, da existência de dados ilícitos em 'site' por ele administrado, o provedor de internet tem o prazo de 24 horas para removê-los, sob pena de responder pelos danos causados por sua omissão. 6. Quantum indenizatório arbitrado com razoabilidade, levando em consideração as peculiaridades especiais do caso concreto, cuja revisão exigiria a reavaliação do conjunto fático-probatório para sua modificação, o que é vedado a esta Corte Superior, nos termos da Súmula 07/STJ. 7. Precedentes específicos do STJ acerca do tema. 8. Recurso especial do autor desprovido e recurso especial da parte ré parcialmente provido para afastar a condenação relativa a criação de bloqueios e filtros em nome do autor. (REsp n. 1.306.157/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, DJe de 24/3/2014.).

Concernente, a responsabilização do *bullie*, este responderá à medida e na proporção do dano que ocasionou. Não obstante a concretização do dano moral, o que é perfeitamente presumível, o dano material também poderá ser ressarcido se comprovado.

O grande problema, é que em uma maioria considerável de vezes, o agressor é menor de idade, e de acordo com os comandos do nosso Código Civil ainda não pode sofrer pessoalmente a sanção pelo ato lesivo praticado. Este é o momento em que, surge o dever dos pais ou responsáveis de arcar com a responsabilidade dos atos praticados por seus filhos.

No ano de 2010, a rede Globo de televisão publicou em seu *site* (g1-Globo.com) uma reportagem na qual, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul confirma decisão de primeira instância, em que a mãe de um adolescente é

condenada a pagar a quantia de R\$ 5.000 (cinco mil reais) em razão do ressarcimento de danos morais causados por seu filho pela prática de Cyberbullying.

A reportagem possuía o seguinte conteúdo:

O Tribunal de Justiça (TJ) do Rio Grande do Sul confirmou nesta quarta-feira (30) a decisão da juíza Taís Culau de Barros, da 1ª Vara Cível de Carazinho, que determina que a mãe de um adolescente que praticou cyberbullying pague uma indenização por danos morais no valor de R\$ 5 mil. Cabe recurso.

Segundo o TJ, o garoto criou uma página na internet para ofender um colega de classe. A vítima alega que fotos suas foram copiadas e alteradas dando origem a um fotolog (espécie de diário fotográfico). Na página, foram postadas mensagens levianas e ofensivas. Além disso, foram feitas montagens fotográficas nas quais o garoto aparece ora com chifres, ora com o rosto ligado a um corpo de mulher.

A vítima registrou um boletim de ocorrência e ingressou com ação cautelar para que o provedor fornecesse dados sobre a identidade do proprietário do computador de onde as mensagens foram postadas. (disponível em: [http:// http://.globo.com/educacao/noticia/2010/07/justica-determina-que-mae-pague-indenizacao-vitima-de-cyberbullying.html](http://globo.com/educacao/noticia/2010/07/justica-determina-que-mae-pague-indenizacao-vitima-de-cyberbullying.html))

Após isso, e na medida em que o tema foi posto à tona por uma emissora de televisão, chamou-se atenção para o problema, encorajando as pessoas a fazerem novas denúncias e conseqüentemente, penalizando maior número de agressores virtuais.

Atualmente, os Tribunais vêm decidindo no mesmo sentido do Julgado da Corte Rio grandense, e como já dito, cada caso deverá ser analisado separadamente, porém, a condenação é medida imperativa.

Não obstante ao exposto, quando a ação praticada pelo *bullie* configurar crime ou contravenção, ela será merecedora de uma reprimenda na esfera penal. Portanto, a condenação pela responsabilidade civil não liberta o agressor cibernético da aplicação de uma pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos a ser aplicada pelo Juízo da comarca onde a ação penal tramitará.

A pena aplicada ao valentão será de acordo com a tipificação do crime praticado, como por exemplo, se a conduta configurar o crime de Injúria Racial, a penalidade do agente será de acordo com a pena cominada ao referido crime no Código Penal.

No que tange a configuração e a aplicação da sanção criminal, nosso ordenamento jurídico conta com a Lei n.12.737/2012, esta Lei dispõe sobre a tipificação criminal dos delitos praticados via internet. Antes mesmo de entrar em

vigor, a referida Lei se tornou extremamente conhecida em razão da divulgação de fotos pornográficas e humilhações de atriz Global Carolina Dieckmann, que pelo acontecimento abraçou a causa e emprestou seu nome à Lei.

O triste fato cometido contra a atriz gerou tanta insatisfação por parte dela, da mídia, de suas fãs e das pessoas que tomaram conhecimento do ocorrido, dando origem a uma ferrenha luta para o combate aos crimes cibernéticos, assim atualmente é possível se afirmar que a sociedade está de olhos mais atentos e analisando mais criticamente essas espécies de condutas, repudiáveis.

Procedimentos Metodológicos

Considerando o fato de ser um tema atual, no qual, ainda não existe um grande número de obras publicadas ou considerável acervo disponível, para o desenvolvimento completo e eficaz do artigo acadêmico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica valendo-se de livros, artigos e matérias públicas em revistas, jornais e páginas de internet.

Contudo, não sendo isto capaz de expressar a verdadeira face sobre o que se busca, a pesquisa aprofundou-se em Jurisprudências a fim de contextualizar e pormenorizar as questões relativas ao Cyberbullying, bem como a realização de pesquisa de questionário através de enquete realizada no *Facebook*, para obtenção da opinião popular acerca do tema.

Em poucas palavras, a pesquisa documental é:

(...) pesquisa elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, material disponibilizado na Internet. (KUARK, 2010, p.28).

Além da pesquisa acima elencada, foi adotado como procedimento metodológicos, a pesquisa quantitativa. A pesquisa quantitativa destina-se, a saber, através de questionários formulados para um grupo de pessoas qual a opinião popular acerca de determinado assunto, qual a relevância em se estudar um determinado tema, ou até mesmo para análise de casos ocorridos com os questionados, utilizando-se das questões para conhecer as características ou a maneira como ocorreu determinado acontecimento.

No caso do presente trabalho, a pesquisa objetivava conhecer a opinião popular sobre o Cyberbullying, e levantar dados sobre o tema. Para isso, foram

formuladas 6 perguntas, das quais, 5 delas fechadas e 1 aberta.

A população do estudo, tendo em vista que o número de pessoas que tiveram acesso à enquete de pergunta é igual ao número de amigos que a autora possui em página do *Facebook*, tem-se uma população de 2.479 pessoas, destaca-se que a rede social foi usada como meio para efetivar a pesquisa, pois só assim seria possível um padrão de resposta desejado, ou seja, de pessoas que fazem uso diariamente de redes sociais. A soma do número de pessoas que responderam o questionário (amostragem) é de 25 participantes, sendo que todos eles responderam integralmente as 6 questões apresentadas.

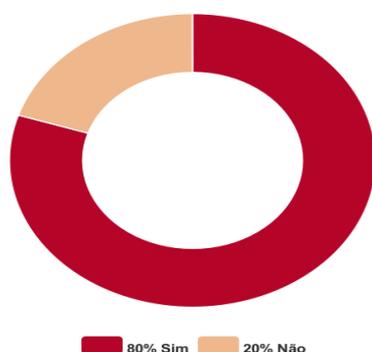
Importante salientar que houve uma considerável disparidade nos números já que só responderam às perguntas àqueles que de fato se interessaram pelo tema e se mostraram dispostos a participar, muito embora o convite tenha sido enviado através de *Inbox* (bate-papo) para todos os amigos.

Resultados e Discussão

A pesquisa foi efetuada através da internet justamente para que se pudesse obter resposta de pessoas que fazem uso cotidiano de ferramentas da internet, a fim de encontrar um padrão de questionados semelhantes àqueles que configuram os polos do Cyberbullying.

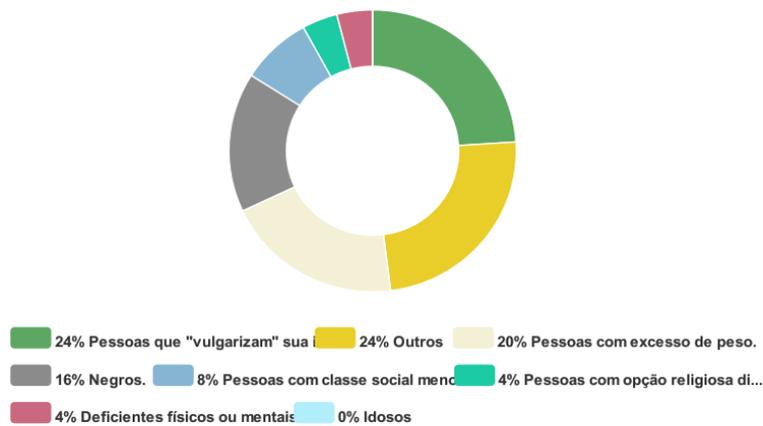
Formulou-se 6 perguntas, das quais, as perguntas de números 1, 2, 3, 4 e 6 terão seus resultados apresentados por gráficos (gráficos de 1 a 5), e a pergunta de número 5 terá seu resultado apresentado de maneira dissertativa, em razão de ser uma pergunta subjetiva. Reforça-se que 25 pessoas responderam ao questionário.

Gráfico 1 - Quando você esteve online, já presenciou algum caso de cyberbullying (violência cibernética)?



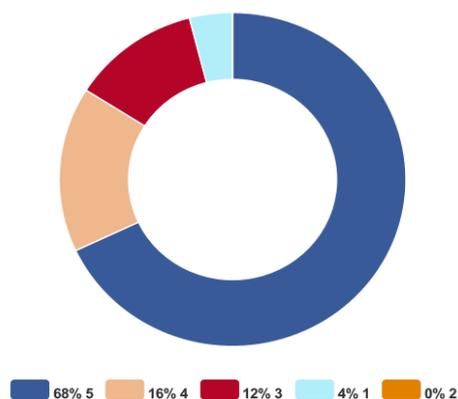
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Gráfico 2 - Na sua opinião, os agentes que usam a internet para agredir pessoas agem principalmente contra quais classes de pessoas?



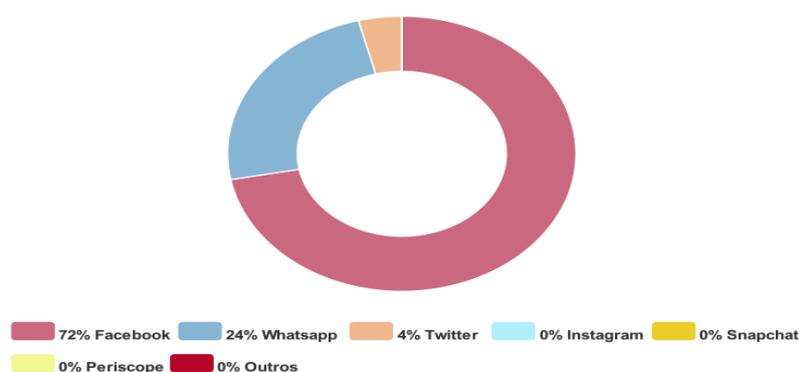
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Gráfico 3 – Em uma escala de 0 a 5, quão importante você acredita ser, estudar e penalizar, os casos de Cyberbullying?



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Gráfico 4: Qual rede social/aplicativo, na sua opinião, é mais utilizada para propagar a violência?



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A pergunta de nº 5 questionava: “Você tem conhecimento de algum caso de Cyberbullying? Deseja relatar? ”. Nessa questão, dos 25 entrevistados, 14 responderam que desconhecem casos de cyberbullying, sendo que entre eles 1 mesmo tendo respondido não conhecer um caso pessoalmente, destacou sua preocupação com o tema, dizendo:

“Não tenho conhecimento pessoal de nenhum caso, mas é um assunto que merece ser averiguado e punido o responsável”.

Entre os 11 que responderam conhecer pessoalmente casos de Bullying digital, 7 deixaram seus relatos, a saber:

“Sim, o caso de uma americana chamada Lizzie Velásquez, que é conhecida como a mulher mais feia do mundo. Mas o que muitos não sabem, é que essa americana de 24 anos sofre de uma raríssima doença que a impede de ganhar peso, e que aí da não está bem esclarecida”. (Sic)

“Principalmente em relacionamentos, famosos e políticos”. (Sic)

“Fotos de mulheres nuas, com certeza doentes mentais, com frases tipo : Estou procurando " fulano" . Daí a pessoa compartilha na linha do tempo de um amigo que tem aquele nome citado. ” (Sic)

“Sim. Casos em que se divulgam fotos íntimas para ridicularizar a imagem da pessoa”. (Sic)

“Em páginas com conteúdo específico de algo que simplesmente não seja do interesse do criminoso”. (Sic)

“Sim, hoje em dia quem tem uma opinião diferente já se torna um alvo, cada vez mais vemos exemplos de pessoas humilhadas apenas por expor suas ideias, de modo que o agressor não tem fundamentos para contrapor a opinião, então, busca a agressividade e humilhação, muitas vezes conseguindo alcançar o ponto fraco do outro, o que faz com que a pessoa se reprima e não exponha mais o que pensa”. (Sic)

“Sim, Mas somente casos em que li em matérias e reportagens, com conhecidos não lembro bem se já ouvi algum relato sobre o assunto”. (Sic).

Gráfico 5 - : Por fim, quando ocorre esse tipo de violência, quem deve ser penalizado?



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Analisando os gráficos expostos, foram obtidos os seguintes resultados: 80% dos questionados já presenciaram casos de Cyberbullying. Entre as pessoas que podem ser vítimas, 24% assinalaram a alternativa que corresponde às pessoas que vulgarizam sua imagem e o item “outros” (no caso de haver nos tópicos a opinião desejada pelo questionado), 20% entendem que as maiores vítimas são os obesos, 8% assinalaram as pessoas com classe social menos favorecida e, empatados com 4%, estão os religiosos e deficientes físicos ou mentais, os idosos, não receberam nenhum voto.

No que tange a escala de importância em estudar o tema, 80% dos questionados responderam nota máxima. A rede social apontada como maior ferramenta para a prática do Cyberbullying foi o *facebook*.

Por fim, concernente à punição, 80% dos questionados entendem que deve ser punido somente o agente que cometeu o ato violento, os outros 20% responderam todas as alternativas, ou seja, entendem que todas as pessoas elencadas no gráfico 5 merecem punição.

Dos resultados obtidos, foi possível perceber que a sociedade se preocupa com o referido tema, e mais, que a opinião popular é semelhante ao pensar dos estudiosos do assunto e do que é aplicado pelos Tribunais, uma vez que o agente é sempre punido, à exceção do menor de idade, que nesse caso a responsabilidade recai sobre seus pais ou responsáveis e, há também a responsabilidade subjetiva do provedor de internet e dos sites que não retiram as imagens e textos da rede.

Assim, conclui-se através da opinião popular que a doutrina e jurisprudência vêm analisando e punindo adequadamente os *bullies* virtuais.

Considerações Finais

Por tudo que foi exposto, restou evidenciado que a responsabilidade civil do Cyberbullying é um tema extremamente complexo e que não possui uma única forma de análise e aplicação, sendo assim pela prática do Cyberbullying pode existir inúmeros e diversos julgados dos Tribunais, uma vez que cada caso será analisado minuciosamente pelo magistrado responsável pelo trâmite da ação, e também, porque não existe um entendimento doutrinário uníssono.

A prática do Cyberbullying possui um campo de abrangência incapaz de ser calculado e seus efeitos podem ser completamente trágicos à vítima. Por esta razão,

a punição é a medida mais acertada e devida, tanto é que essa opinião é compartilhada pela sociedade de modo geral, pelos estudiosos do Cyberbullying e pelos doutrinadores da responsabilidade civil.

O mais importante e que gera maior dificuldade quando se trata de punir a agressão virtual é que os *bullies* ficam protegidos pelo anonimato permitido pela internet, dificultando sua identificação e conseqüentemente a aplicação de uma reprimenda. Destaca-se também, como uma das principais causas do difícil combate dessa agressão, a rápida propagação da imagem ou texto revestido de conteúdo preconceituoso e prejudicial.

Atualmente, o Bullying digital está “na moda”, mas há tempo vem causando sofrimento e constrangimento às vítimas. Assim, não obstante à dificuldade em aplicar a sanção devida, ele vem sendo denunciado, investigado e punido cada dia mais, à medida que gera enorme insatisfação social.

Quando da responsabilização civil, cada um dos participantes ativos merecerá uma reprimenda, sendo que os *bullies* objetivamente e os demais, por descumprimento de ordem legal, serão responsabilizados na proporção de sua culpa, na forma subjetiva. Destacando que a premissa jurídica principal para existência da punição civil é: conduta humana, o dano causado e nexo de causalidade entre o agente e o dano. Na esfera penal já existe no ordenamento jurídico, legislação específica que trata dos crimes práticos via internet, a Lei n.12.737/2012, de 30 de novembro de 2012.

Por fim, ainda sob a ótica da responsabilidade civil, o resultado apresentado é positivo, pois é sabido que existe uma punição ao *bullie* e que ela vai ao encontro da opinião social, pois conforme os gráficos apresentados acerca da pesquisa quantitativa realizada através do *facebook*, o tema é de notório conhecimento público e os questionados demonstraram que, em suas opiniões, a punição para o agente cometedor das condutas que configuram o Cyberbullying é uma medida indispensável.

Correlacionando a opinião popular com os conceitos doutrinários e entendimentos jurisprudenciais, é possível perceber que, em que pese não haver por parte da sociedade uma opinião uníssona quanto ao perfil da vítima, do agressor e qual a responsabilidade recai sobre este último, os estudiosos do Bullying digital também afirmam que tanto as vítimas quanto os agressores podem apresentar

inúmeros perfis e que não há, para ambos, uma identidade específica. Bem como, no que tange à indenização civil aplicada, ele pode variar conforme o grau do dano causado e pode ser tanto para o *bullie*, quando para seus responsáveis, no caso de menor de idade, e também, para o provedor de internet e sites que não retirem as imagens do ar.

Referências

ALVIM, Agostinho. *Da Inexecução das Obrigações e Suas Consequências*. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva. 1972.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre Mores. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Código Civil. Organização de Silvio Venosa**. São Paulo: Atlas, 1993.

_____. Jus Brasil. **Mãe condenada por cyberbullying praticado por filho adolescente**. Rio Grande do Sul. 2015

_____. STJ, Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=&livre=medida+cautelar+internet&&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=11>. Acesso em: 02 nov. 2015.

MICHAELIS. **Dicionário de língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

G1, Educação. **Justiça determina que mãe pague indenização a vítima de cyberbullying**. São Paulo. 2014.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **BULLYING mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

WILLARD, N. **An Educator's Guide to Cyberbullying and Cyberthreats**. 2004. Disponível em: <<http://cyberbully.org/docs/cbcteducator.pdf>> Acesso em: 05 nov. 2015.

Dados para contato: Joélia Walter Sizenando

E-mail: joeliasize@hotmail.com

**INQUÉRITO CIVIL: O VALOR PROBATÓRIO DAS PROVAS COLHIDAS NO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO, QUE POSSAM SERVIR DE SUBSÍDIO PARA PROPOSITURA DE UMA
FUTURA AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

Ciências Sociais Aplicadas

Artigo de Revisão

**Gabriela Silva do Amaral¹; Tonison Rogério Chanan Adad¹; Luiz Carlos Bazotti
Júnior¹; Camila de Bona¹**

¹Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE

Resumo: O presente estudo tem o fito de analisar o valor probatório das provas colhidas no inquérito civil, procedimento administrativo de atribuição exclusiva do *Parquet*, especialmente quando visam subsidiar uma futura ação civil pública. Diante da possibilidade prevista na legislação de que os elementos colhidos no procedimento não precisam ser colhidos sob a égide do contraditório e da ampla defesa, buscou-se analisar se às provas colhidas no procedimento administrativo em exame, é ou não atribuído valor probatório, em decorrência da não observância dos princípios constitucionais. O desfecho do estudo indicou que as provas obtidas possuem valor probatório relativo, desde que não colidam com provas de hierarquia superior. Contudo, em determinados casos, quando postas em juízo sob o crivo do contraditório, poderão ter presunção de veracidade absoluta, cabendo ao magistrado, sob o seu livre convencimento, frente aos demais elementos probatórios, conhecê-las ou não.

Palavras-chave: Inquérito civil. Ministério Público. Provas. Valor probatório.

**CIVIL INQUIRY: THE VALUE OF EVIDENCE TAKEN IN PROBATIONARY
ADMINISTRATIVE PROCEDURE PUBLIC MINISTRY OF JURISDICTION, WHICH
MAY SERVE ALLOWANCE FOR A FUTURE CIVIL BRINGING OF PUBLIC DEED**

Abstract: This study has the aim to analyze the probative value of the evidence gathered in the civil investigation, administrative procedure solely for the *Parquet*, especially when aimed at subsidizing a future civil action. Faced with the possibility provided for in the legislation that the elements gathered in the procedure need not be collected under the aegis of the contradictory and full defense, we sought to examine whether the evidence gathered during the administrative procedure in question, or not attributed probative value as a result of non-observance of constitutional principles. The outcome of the study indicated that evidence obtained have probative value relative, provided they do not conflict with evidence of higher hierarchy. However, in certain cases, when called into court under the adversarial scrutiny, may have

presumption of absolute truth, being the magistrate, in his free conviction, compared to other evidence, know them or not.

Keywords: Civil inquiry. Public Administration. Evidences. Probationary value.

Introdução

O legislador pátrio introduziu o inquérito civil na órbita jurídica após a edição da Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e, em seguida, a Constituição da República de 1988 tratou de consagrá-lo. Atualmente, diversos outros diplomas infraconstitucionais consignam sua previsão legal, disciplinando-o, além da Lei Orgânica do Ministério Público da União e dos atos dos respectivos Ministérios Públicos Estaduais.

Cuida-se de procedimento administrativo, de atribuição do Ministério Público que tem o escopo de angariar elementos de convicção de autoria e materialidade de determinado ato lesivo a interesses metaindividuais, com o fito de deflagrar uma ação civil pública viável. Por outro lado, em razão da característica da inquisitorialidade, adstrita ao inquérito civil, por conta da possibilidade de não observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, previstos no artigo 5º, inciso LV, da Carta Magna, reiteradamente, existem diversas discussões quanto ao valor probatório das peças colhidas em sede do referido procedimento administrativo.

Nesse diapasão, o objeto deste trabalho será verificar o valor probatório das provas colhidas no inquérito civil, precipuamente quando for subsidiar uma futura ação civil pública. Para tanto, de início, serão abordadas as generalidades do procedimento, tais como características, finalidade e objeto, além de demonstrar sua previsão legal e legitimidade. Em seguida, será explanada sua instauração e instrução, ponto principal do estudo, pois, é no decorrer da colheita de provas que se pretende constatar a validade delas, já que a legislação autoriza a inobservância do princípio do contraditório e da ampla defesa pelo Presidente do inquérito civil, durante a instrução do procedimento.

In casu, o objetivo geral da pesquisa consiste em verificar os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais relativos ao valor probatório das provas colhidas em sede de inquérito civil pelo *Parquet* e, para tanto, traçaram-se os seguintes objetivos específicos: realizar um levantamento bibliográfico relativo ao inquérito civil, demonstrando seus aspectos gerais, finalidade e legitimidade; apurar os

entendimentos doutrinários e jurisprudenciais concernentes ao valor probatório das provas colhidas nos inquéritos civis; analisar se, de fato, a inobservância aos princípios do contraditório e a ampla defesa, consagrados na Constituição da República, durante a instrução do procedimento administrativo, não maculam as provas colhidas no inquérito civil; constatar o valor probatório das provas colhidas no inquérito civil que subsidiarão, por certo, a instauração de ações civis públicas pelo Ministério Público.

Destarte, levando em conta que o objetivo primordial do inquérito civil e diante da possibilidade de inobservância dos princípios constitucionais já citados, durante a coleta dos elementos de convicção, o que poderia invalidar as provas colhidas, surgiu o interesse pelo estudo em comento, com o intuito de verificar a autenticidade dos elementos angariados e os casos que ensejariam a nulidade destes.

Procedimentos Metodológicos

O método de pesquisa do estudo em tela consiste na revisão bibliográfica, que compreende a análise dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do tema e, ainda, verificação das disposições legais existentes.

O método de abordagem utilizado será o dedutivo, pois, realizar-se-á análise de normas, doutrinas e jurisprudências vinculadas ao tema proposto no presente estudo (GIL, 2008).

Emprega-se o método de procedimento monográfico, e como fonte de pesquisa tem-se: publicações, leis, doutrina e jurisprudência. Dentre os possíveis autores referenciados temos Hugo Nigro Mazzili, assíduo estudioso do tema, Édis Milaré, Luiz Roberto Proença, Paulo Alvarenga, Fernando da Fonseca Gajardoni e outros grandes nomes do cenário jurídico brasileiro.

Com a utilização desta pesquisa, pretende-se colocar o pesquisador às vistas de tudo o que foi escrito ou relatado sobre o tema objeto do estudo, almejando, dessa forma, uma pesquisa detalhada do assunto, com o fito de se chegar à resposta do problema em tela.

O Inquérito Civil

Características, finalidade e objeto

O Inquérito Civil foi introduzido em nosso ordenamento jurídico com o advento da Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), sendo, posteriormente, legitimado pela Constituição da República de 1988.

Com efeito, trata-se de um procedimento administrativo, desenvolvido de forma extrajudicial, de atribuição exclusiva do Ministério Público, por conta da prerrogativa constitucional que lhe é atribuída, unilateral, inquisitivo e facultativo, destinado à colheita de subsídios mínimos indispensáveis para formação da convicção e o embasamento de uma possível ação civil pública, visando apurar, previamente, a prática de conduta lesiva aos interesses difusos ou coletivos, individuais homogêneos e de outros interesses transindividuais.

Em seu magistério, Mazzilli (2015, p. 511), de forma concisa, destaca que “o inquérito civil é uma investigação administrativa a cargo do Ministério Público, destinada basicamente a colher elementos de convicção para eventual propositura de ação civil pública”.

Em suma, tal procedimento administrativo, de responsabilidade do órgão de execução ministerial, objetiva investigar fatos que chegam ao seu conhecimento de suposta lesão ou ameaça de lesão aos interesses transindividuais, em busca de indícios de autoria e materialidade, imprescindíveis à propositura de uma ação civil pública viável.

Repisa-se, o inquérito civil é procedimento administrativo, isso porque, nas palavras de Alvarenga (2001, p.117) “a instauração, o desenvolvimento e o encerramento do inquérito civil acontecem no âmbito interno do Ministério Público, sucedendo-se extrajudicialmente a investigação, destinada a preparar a eventual atuação processual do órgão ministerial”.

Anota-se que ele não é obrigatório, até porque tem o escopo de coligir elementos probatórios hábeis a formar a convicção do órgão ministerial, visando alicerçar o órgão legitimado a propor a ação civil pública de forma responsável, o que em momento próprio será rechaçado.

Dentre outras, citam-se como características principais do inquérito civil a informalidade, inquisitorialidade, publicidade e facultatividade.

No que se refere à finalidade do inquisitivo, este intenta angariar elementos capazes de formar a convicção do *Parquet* de determinado fato, a fim de que o órgão

de execução adote a melhor medida, seja ela judicial ou até mesmo extrajudicial, para defender os interesses metaindividuais que precisam ser resguardados.

Dessa forma, não se pode mencionar que o inquérito civil visa tão somente embasar uma futura e viável ação civil pública, pois, consoante o ressaltado, existem outros caminhos pelos quais o órgão ministerial poderá trilhar para defender os interesses lesionados.

Por outro lado, não se pode olvidar que o intuito primordial do inquérito civil é apanhar subsídios ou elementos mais precisos que demonstrem que há materialidade e autoria de lesão aos interesses que devem ser defendidos pelo Ministério Público, sendo estes capazes de fundamentar a propositura da ação civil pública, no entanto, esta não é a única finalidade do procedimento investigativo.

De forma subsidiária, este procedimento auxilia o órgão ministerial na celebração dos compromissos de ajustamento de conduta ou mesmo na realização de audiências públicas, bem como na expedição de recomendações, no limite de suas atribuições institucionais. Ademais, nada obsta que sejam colhidos elementos suficientes e indispensáveis à propositura de outras ações públicas, como no caso das ações penais e, ainda, para instrumentá-lo no desempenho de outras atuações de sua competência (MAZZILLI, 2015).

Anota-se que, muito embora seja possível a utilização do procedimento administrativo no âmbito penal, o presente estudo tem o condão de tratar de sua aplicabilidade tão somente na esfera civil, sobretudo, quando for para alicerçar o ajuizamento de ação civil pública.

Seguindo, com relação ao objeto do procedimento administrativo em análise, sabe-se que este se presta a tutelar interesses ou direitos difusos e coletivos, individuais homogêneos. Em contrapartida, insta gizar que tanto a Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), que foi o primeiro diploma legal que tratou da tutela de direitos difusos e coletivos quanto à Carta Magna, na qual em sua dicção apresenta a referida expressão, nenhum destes textos legais trouxe o conceito dos referidos direitos difusos e coletivos ou mesmo dos direitos individuais homogêneos.

O Código de Defesa do Consumidor, por sua vez, especificamente em seu artigo 81, parágrafo único, incisos I, II e III, trouxe à baila o conceito de direitos ou interesses difusos e coletivos e dos individuais homogêneos que até então outros

diplomas infraconstitucionais e a própria Constituição da República eram omissos em apresentar uma definição, apesar de regulamentar sua previsão.

Oportuno acentuar que o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 117 alterou o artigo 21 da Lei n. 8.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), que agora conta com a seguinte redação: “Aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor”.

Dessarte, conquanto o artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor disponha acerca dos direitos dos consumidores e das vítimas, sua definição não se limita apenas aos regramentos das relações de consumo, vez que, como demonstrado, a Lei Consumerista modificou a Lei da Ação Civil Pública, dessa forma, possibilita sua abrangência às demais normas.

Os interesses difusos, segundo o conceito de Andrade, Masson e Andrade (2013, p. 24) “*são os interesses ou direitos objetivamente indivisíveis, cujos titulares são pessoas indeterminadas e indetermináveis, ligadas entre si por circunstâncias de fato*”. (itálicos dos autores)

Já os coletivos, consoante entendimento dos autores supracitados (2013, p. 27), conceituam-se como “*os interesses ou direitos objetivamente indivisíveis, de que seja titular grupo, classe ou categoria de pessoas, ligadas entre si ou com a parte contrária por um vínculo jurídico base e, por tal razão, determináveis*”. (itálico dos autores)

Por seu turno, os direitos e interesses individuais homogêneos, segundo os mesmos autores (2013, p. 31) são conceituados como sendo “*direitos subjetivos individuais, objetivamente divisíveis, cuja defesa judicial é passível de ser feita coletivamente, cujos titulares são determináveis e têm em comum a origem desses direitos, e cuja defesa judicial convém seja feita coletivamente*”. (itálico dos autores)

Dito isso, pode-se afirmar que os direitos difusos, em verdade, alcançam um número de sujeitos que não podem ser determinados, mas existente entre eles um elo fático, ou seja, estão numa mesma posição de fato. Ademais, diferencia-se por seu objeto, o qual é indivisível, portanto, o dano ocasionado ao direito de um titular a todos é abarcado. Exemplo tradicional de direito difuso é o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado previsto na Constituição da República.

Os direitos coletivos, por sua vez, assemelham-se aos difusos em relação à indivisibilidade do objeto, porém, entre os sujeitos existe uma relação jurídica comum que os liga entre si ou mesmo com a parte contrária. Diferencia-se também na determinabilidade dos sujeitos, pois aqui as partes podem formar uma categoria, grupo, ou ainda uma classe, e essa identificação dos envolvidos se dá em razão da relação jurídica existente entre eles. A doutrina apresenta diversos exemplos, cita-se o aumento abusivo das mensalidades de planos de saúde em razão da idade, com relação aos conveniados que já estabeleceram contrato, o que é ilegal.

No tocante aos direitos individuais homogêneos, nesse há a divisibilidade do objeto, destarte, é possível quantificar a lesão sofrida, podendo ser recomposta ao sujeito na proporção devida. Assim como é possível à divisão do objeto, há como se determinar os titulares do direito, em razão da natureza subjetiva do direito individual, dessa forma, cabe destacar que as ações coletivas não são o único modo de se buscar a tutela de tais direitos, por isso, plenamente cabível a defesa dos direitos por meio de ações individuais. Derradeiramente, quanto à relação existente entre os envolvidos, esta pode ser fática ou jurídica, como exemplo clássico, podem-se citar consumidores que adquiriram veículos com defeitos de fabricação. Agora, passa-se a analisar a previsão legal e legitimidade do inquérito civil.

Previsão legal e legitimidade

Como já apontado, o inquérito civil ingressou no cenário legal com a edição da Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/85), na qual o artigo 8º, §1º, disciplinou a competência do Ministério Público para instauração do procedimento administrativo, trazendo no artigo 9º da Lei a possibilidade de arquivamento do inquisitivo.

A prerrogativa constitucional do Ministério Público para propositura de inquérito civil e sua competência exclusiva encontra respaldo no artigo 129, inciso III, da Constituição da República. Sua previsão também resta consignada nos artigos 25, inciso IV, alínea “a” e 26, inciso I da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n. 8.625/93).

Diante da receptividade do inquérito civil na órbita jurídica, tanto que ele acabou sendo constitucionalizado, e após a promulgação da Constituição da República de 1988, tantos outros dispositivos infraconstitucionais passaram a prevê-lo, com

disposições bem semelhantes à previsão do artigo 8º da Lei de Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/85), porém, trazendo alterações oportunas (PROENÇA, 2001).

Dispositivos como a Lei n. 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiências, apresenta em seu artigo 6º a previsão da instauração de inquérito civil.

Proença (2001, p. 30) ressalta que “A Lei 8.069, de 13.07.1993, que dispôs sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, trouxe algumas importantes inovações para a matéria, dentre as quais ampliar o escopo de investigação do inquérito civil, de forma a abranger também os interesses individuais (e não só os coletivos e difusos)”.

Tal dispositivo legal apresenta em seus artigos 201, inciso V, e 223 a competência do órgão ministerial para promover a instauração do inquérito civil.

Por seu turno, o artigo 90 da Lei n. 8.078/90, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, destaca a possibilidade de aplicação da Lei da Ação Civil Pública na defesa dos consumidores, finalizando “inclusive no que respeita ao inquérito civil, naquilo que não contrariar suas disposições” (BRASIL, 1990).

Insta frisar que os Ministérios Públicos Federais e Estaduais preveem, em seus atos internos, tais como portarias, provimentos e resoluções, disposições atinentes ao inquérito civil.

Nesse ponto, após apontar as características intrínsecas ao procedimento administrativo pesquisado e indicar sua previsão legal no cenário jurídico, imperioso verificar outros aspectos inerentes a ele, tais como sua forma de instauração e instrução.

Instauração do Inquérito Civil

Quando tiver conhecimento de possível ato lesivo aos interesses difusos ou coletivos, individuais homogêneos e de outros interesses transindividuais, o órgão de execução ministerial, poderá instaurar inquérito civil, a fim de coligir provas que lhe forneçam substrato mínimo de materialidade e autoria do ato lesivo, para que em momento oportuno adote as medidas pertinentes.

Com efeito, o início da investigação se dará com a instauração do inquérito civil e, após a colheita das provas, o respectivo membro do Ministério Público poderá arquivar o referido procedimento, pactuar acordos extrajudiciais, e sendo o caso, propor a competente ação civil pública, contudo, neste momento, se analisará as

formas de instauração do referido procedimento, seus efeitos, e as medidas que podem ser tomadas contra a sua instauração.

A Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, com as alterações adotadas pelas Resoluções n. 35, de 23 de março de 2009 e n. 59, de 27 de julho de 2010, todas do Conselho Nacional do Ministério Público, com o intuito de uniformizar o procedimento do inquérito civil, regulamentam, sobretudo, a sua instauração.

Nessa esteira, as formas de instauração do inquérito estão previstas nos incisos I, II e III, do artigo 2º da Resolução n. 23/2007 do CNMP.

Instrução do Inquérito Civil

Poderes instrutórios do membro do Ministério Público

Preconiza o artigo 6º da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público que o inquérito civil será presidido pelo membro do Ministério Público a que lhe for conferida essa atribuição, por força da lei e também nos casos em que há atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça que, conforme o caso, poderá delegar esta função a outro membro da instituição ministerial.

O membro Presidente do inquérito civil tem o dever de traçar o percurso da investigação e, inclusive, coligir todos os meios de provas admissíveis em direito, objetivando apurar os fatos que estão sendo investigados no respectivo procedimento. Tais poderes investigatórios decorrem da previsão constitucional estampada no artigo 129, inciso VI, da Constituição da República e da norma contida no artigo 26 da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público). Destaca-se que, em razão da edição de diversas normas infraconstitucionais, os poderes instrutórios do Ministério Público, de modo significativo, foram ampliados.

Édis Milaré (2009, p. 1030-1031), acentua alguns dos principais poderes instrutórios do Ministério Público, quais sejam, notificação para colheita de depoimentos; requisição para qualquer pessoa de direito público ou privado, para fornecimento de documentos; inspeção ou vistorias junto aos órgãos públicos e também em empresas privadas; organização de audiências públicas para coleta de provas, dados e informações; e, ainda, expedição de cartas precatórias, de caráter itinerante.

Por outro ponto de vista, Fernando da Fonseca Gajardoni (2012, p. 74), em seu entendimento, aponta: “três gamas de deveres/poderes podem ser aplicadas a bem

da exata apuração dos fatos investigados”. O primeiro dever/poder, nas palavras do estudioso seria “dever/poder de oitiva”, que, basicamente, é a possibilidade adstrita ao órgão ministerial de notificar pessoas para que prestem depoimento sobre o fato investigado, as quais, quando for o caso, podem ser compromissadas na forma da lei, ou seja, caso minta, a testemunha poderá ser processada pela prática de crime de falso testemunho.

Além disso, o membro goza da prerrogativa de determinação de condução coercitiva do notificado faltante, dessa forma, na hipótese de não comparecimento, a pessoa pode ser conduzida pela Polícia, o que não raramente acontece. Proença (2001, p. 69), consigna que esta prerrogativa inerente ao órgão ministerial “trata-se de previsão vinculada ao atributo da auto-executoriedade dos poderes do Ministério Público, que não tem a necessidade de recorrer a qualquer autoridade para dar coercibilidade a seus atos, decorrendo esta diretamente da lei”. Nesse ponto, merece avultar que o investigado não está sujeito a estas medidas, pois, por força constitucional não pode ser obrigado a produzir prova contra si mesmo.

O segundo seria o “dever/poder de requisição”, que nada mais é do que exigir de qualquer órgão público ou particular, informações, certidões, documentos, exames, perícias entre outros que entender pertinentes, desde que estes não estejam sob o manto do sigilo legal, única hipótese em que o órgão solicitado poderia denegar o fornecimento do que foi requerido, cabendo ao *Parquet* adotar as providências pertinentes para obter o que necessita.

Aqui, anota-se que mesmo após a edição de diversos diplomas infraconstitucionais que tinham o escopo de alargar os poderes requisitórios do órgão de execução ministerial, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e a Lei Complementar 75/93, que dispõe sobre as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, nas quais, tem-se que o citado órgão poderá fazer requisitar certos documentos, ainda que acobertados pelo sigilo legal, ficando, contudo, o órgão ministerial responsável pelo uso indevido das informações que lhe forem repassadas, imprescindível que tais normas sejam analisadas à luz da Constituição da República e harmonizadas com o mencionado Diploma Legal.

Portanto, os casos de inviolabilidade constantes no artigo 5º, incisos X, XI e XII, da Carta Magna são situações específicas que estão acobertadas pelo sigilo legal,

permitindo-se sua violação tão somente nas hipóteses lá destacadas. Destarte, frente a estas situações haverá limite ao poder de requisição pertencente ao Ministério Público, cabendo ao órgão, sendo o caso, requerer a quebra de sigilo perante a autoridade judicial.

Pontua-se que a Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/85) consigna em seu artigo 10 que constitui crime “a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público”, nesse sentido, o órgão acionado que recusar, retardar ou omitir o fornecimento do que lhe foi requisitado poderá ser processado e sofrer as punições cabíveis, podendo o desatendimento caracterizar ainda a prática dos crimes de prevaricação e desobediência.

E o terceiro seria o “dever-poder de inspeção”, que, em verdade são diligências investigativas realizadas perante os órgãos públicos ou ainda privados, com o intuito de analisar a situação fática do que está sendo investigado, muitas vezes são efetivadas *in loco*. Destacam-se como primordiais as perícias e auditorias que são constantemente realizadas.

Cabe realçar que as provas que podem ser produzidas em sede de inquérito civil decorrem dos poderes instrutórios do Ministério Público, nesse enfoque, todos os atos de requisição e demais requerimentos efetivados pelo *Parquet*, depois de documentados, formarão os elementos de prova.

Publicidade

Tratando ainda da instrução do inquisitivo, deve-se salientar novamente que a publicidade é uma das características inerentes ao inquérito civil, e, como regra, a grande parte de seus atos deve ser praticada de forma pública.

A publicidade do procedimento é acentuada no art. 7º da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe “aplica-se ao inquérito civil o princípio da publicidade dos atos, **com exceção dos casos em que haja sigilo legal ou em que a publicidade possa acarretar prejuízo às investigações**, casos em que a decretação do sigilo legal deverá ser motivada”. (grifo nosso). Por seu turno, o parágrafo segundo do dispositivo transcrito informa, nos seus respectivos incisos (I a V), no que consistirá a publicação.

Questão já pacificada atinente à restrição da publicidade do inquérito civil é o acesso aos autos pelo advogado, o que o Supremo Tribunal Federal já deliberou com a edição da Súmula Vinculante 14, dispondo que “É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa”.

Nesse aspecto, o advogado pode sim ter acesso às provas “sigilosas” já documentadas no procedimento administrativo, desde que relativas ao seu cliente, no caso interessado, porém, não lhe é conferido o poder de tomar conhecimento de peças também abrangidas pelo sigilo, referentes a outros investigados ou àquelas ainda em fase de diligências, ou seja, não encartadas aos autos (ANDRADE; MASSON; ANDRADE, 2013).

Após menção à publicidade concernente ao inquérito civil, de rigor tratar da parte mais importante do estudo e tema de grande controvérsia no cenário jurídico brasileiro.

(In) observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa

De forma implícita ou explícita, a nossa Carta Magna apresenta em seus artigos diversos princípios, dentre os quais o do contraditório e da ampla defesa, constantes explicitamente no artigo 5º, inciso LV, do Dispositivo Legal citado, são considerados princípios basilares do ordenamento jurídico.

Reza a Constituição da República em mencionado artigo e inciso: “LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”. Aqui, oportuno salientar a concepção de contraditório e ampla defesa, o que, de forma concisa é apresentado por Alexandre de Moraes (2008, p. 106):

Por *ampla defesa* entende-se o asseguramento que é dado ao réu de condições que lhe possibilitem trazer para o processo todos os elementos tendentes a esclarecer a verdade ou mesmo de omitir-se ou calar-se, se entender necessário, enquanto o *contraditório* é a própria exteriorização da ampla defesa, impondo a condução dialética do processo (*par conditio*), pois a todo ato produzido pela acusação caberá igual direito da defesa de opor-se-lhe ou de dar-lhe a versão que melhor lhe apresente, ou, ainda, de fornecer uma interpretação jurídica diversa daquela feita pelo autor. (itálico do autor)

Frente ao inquérito civil, acentua-se a desnecessidade de conferir a parte investigada a utilização dos mencionados princípios constitucionais, ainda que resguardados constitucionalmente, isso porque, consoante já destacado, a finalidade do procedimento administrativo é coligir elementos de convicção de autoria e materialidade de determinado ato lesivo aos direitos tutelados pelo Ministério Público, com o fim de embasar uma futura ação civil pública viável pelo órgão legitimado. Dessa forma, tratando-se de uma fase pré-processual, em que não há litigantes ou mesmo acusados, é dispensável conceder aos investigados, durante a instrução do procedimento, o contraditório e a ampla defesa. Também cabe mencionar que, por conta da unilateralidade do inquisitivo, garantir ao investigado contraditório pleno, poderia comprometer, sobremaneira, a investigação efetivada no procedimento.

Os autores Adriano Andrade, Cleber Masson e Landolfo Andrade, em sua obra (2013, p, 186), destacam uma certa “mitigação do princípio do inquisitivo” no inquérito civil, verificando também, “ainda que limitadamente, alguns relances de contraditório e a presença de alguns meios de participação”. Como exemplo, citam a possibilidade de apresentação de contrarrazões pelo investigado, ao recurso que indeferir requerimento de instauração de inquérito civil; como também, em determinados Estados, a possibilidade de notificação da parte para que tome conhecimento da instauração de inquérito em seu desfavor; a possibilidade de retirar cópias do procedimento, pleitear certidões e vista dos autos, com ressalva das situações em que há decretação de sigilo; e, por último, a previsão existente em determinados Estados da parte investigada, perante o Conselho Superior do Ministério Público respectivo, invocar em desfavor da instauração do inquisitivo.

Constata-se, pois, que apesar da dispensabilidade de garantir a parte investigada no inquérito civil o contraditório e a ampla defesa, caso o *Parquet* confira esse direito no decorrer da instrução do procedimento, os elementos probatórios eventualmente coligidos gozaram de maior veracidade quando, oportunamente, subsidiarem a ação civil pública, ostentando, portanto, de maior força probatória, já que colhidos sob a égide do contraditório.

Nesse contexto, tem-se que, muito embora ausente à obrigatoriedade de concessão dos princípios constitucionais supracitados, cabe ao Presidente do inquérito civil analisar, cautelosamente, se é caso ou não de possibilitar à parte investigada a utilização de tais princípios, desde que não comprometam a

investigação, pois, repisa-se, coligir elementos probatórios com o escudo do contraditório, quando apresentados à autoridade judicial, desfrutarão de valor probatório absoluto, como será adiante demonstrado.

Nesse ponto, tratando-se de provas, é necessária a análise de seu valor probatório.

O valor probatório das provas colhidas

Chega-se nesse momento ao ponto primordial do estudo em apreço e tema de grandes embates na órbita jurídica brasileira, sobretudo, em razão do que foi realçado no tópico anterior, diante da dispensabilidade de garantir o contraditório e a ampla defesa no decorrer da colheita dos elementos de convicção no inquérito civil.

A grande celeuma principalmente doutrinária, mas também jurisprudencial, consiste no valor probatório das provas colhidas no procedimento administrativo, quando têm o escopo de subsidiar uma ação civil pública viável. Porém, em que pese à oficialidade e publicidade (dependendo o caso) do inquisitivo, devido à inobservância dos princípios constitucionais citados, os elementos probatórios, segundo o entendimento majoritário, gozam de veracidade relativa.

Segundo os estudiosos do tema, os elementos angariados durante a instrução do inquérito civil possuem validade relativa, precipuamente, em atenção à oficialidade e publicidade do procedimento, no entanto, quando apresentados judicialmente, momento em que são postos ao crivo do contraditório, só terão esta eficácia desde que não sejam infirmados por provas de hierarquia maior. Destaca-se o entendimento de Hugo Nigro Mazzili (2000, p. 61), sem dúvidas, um dos maiores estudiosos do tema:

O valor do inquérito civil como prova em juízo decorre de ser uma investigação pública e de caráter oficial. Quando regularmente realizado, o que nele se apurar tem validade e eficácia em juízo, como as perícias e inquirições. Ainda que sirva essencialmente o inquérito civil para preparar a propositura da ação civil pública, as informações nele contidas podem concorrer para formar ou reforçar a convicção do juiz, desde que não colidam com provas de maior hierarquia, como aquelas colhidas sob as garantias do contraditório.

Ao que tudo indica, algumas das provas produzidas durante a instrução do inquérito civil terão validade plena, frente à impossibilidade de sua repetição, como é

o caso das perícias realizadas, também, para alguns autores, os documentos que são colacionados ao inquérito que, como regra, são expedidos por repartições públicas, gozariam de validade plena. Já em relação às inquirições efetivadas, considerando que a testemunha, quando ouvida, é devidamente compromissada, sob pena de cometer crime de falso testemunho, acredita-se que esta prova dispõe de grande validade, assim como a confissão feita pela parte investigada, pois, a rigor do artigo 353 do Código de Processo Civil, ainda que feita administrativamente, possui a mesma eficácia do que a realizada na fase judicial.

O doutrinador Luiz Roberto Proença é um dos defensores da tese de que os elementos coligidos no inquérito civil gozam de validade relativa, contudo, para ele, alguns deles podem sim possuir validade plena, discorrendo, ainda ser totalmente descabida a alegação de que, caso não renovados em juízo, os elementos colhidos são imprestáveis, pois destaca que os documentos por serem expedidos por repartições públicas e por pessoas que exercem funções públicas, terão validade absoluta, além disso, ele aponta o entendimento externado por outro doutrinador ao comentar o artigo 364 do Código de Processo Civil, que, segundo ambos, assegura absoluta presunção aos documentos e aos fatos neles descritos (PROENÇA, 2001).

Quanto às perícias e estudos técnicos realizados, ditos como provas materiais, conforme entendimento, gozam também de veracidade, porque, frisa-se, expedidas, por vezes, por órgãos públicos ou mesmo por agentes compromissados. Ademais, sabe-se que no inquérito civil, subsidiariamente, aplicam-se as regras do inquérito policial, o que leva a crer que os exames realizados não podem ser simplesmente descartados pela mera alegação da parte contrária de sua ilegalidade, até porque, na maioria das vezes, os exames periciais, em ambos os casos, são produzidos anteriormente à propositura da demanda pela cautela de não possibilitar perder os vestígios deixados. A doutrina é enfática ao expor que vigora no ordenamento que os laudos, exames e pareceres, após postos sob o manto do contraditório na fase judicial, se houver questionamento quanto à sua validade pela parte adversa, deve o juiz valorá-los livremente, segundo o seu entendimento, à luz dos demais elementos encartados aos autos, em razão da disposição constante no artigo 131 do Código de Processo Civil.

Oliveira (2000, p. 36), ao tratar da validade das provas colhidas aponta:

[...] as provas, principalmente as perícias, a exemplo das feitas no inquérito policial, têm presunção de veracidade relativa *juris tantum* e não podem ser simplesmente contestadas pela parte contrária com a alegação da quebra do princípio do contraditório. Ora, o contraditório, no tocante às perícias elaboradas pelo Poder Público consistirá na possibilidade da parte de contestá-lo, podendo, inclusive, fazer a contraprova. A parte interessada não poderá dizer vagamente que estas perícias, elaboradas por funcionários públicos ou agentes devidamente compromissados sejam inúteis. Ao julgador competirá, ao, analisar estas provas (dentre elas as perícias), buscar nelas a lisura que reveste todos os atos administrativos em geral, podendo, apenas, desconhecê-las, excepcionalmente, quando encontrar discrepância entre elas e o conjunto probatório. (grifos do autor)

No mesmo sentido dos argumentos postos acima por Oliveira, está Garcia e Alves, contudo, esse posicionamento não é pacífico, pois Fernando Fonseca Gajardoni destoa desse entendimento (2012, p. 80), e aponta “é evidente que os dados colhidos no inquérito civil terão que, *obrigatoriamente*, ser confirmados no decorrer da ação civil pública a ser ajuizada agora, sob o crivo do contraditório (art. 5, LV, da CF)” (itálicos do autor). E prossegue destacando, “sem isto, a prova colhida extrajudicialmente não tem valor jurídico algum”, e assevera, “a prática tem conduzido a uma situação surreal, em que se admite, em virtude da aparente imparcialidade do representante do MP na colheita de elementos de prova, a validade integral das provas obtidas no inquérito civil”. Para ele quanto maior for à concessão do contraditório na colheita dos elementos de convicção, maior será a validade das provas obtidas.

Édis Milaré, ao tratar do tema em sua obra, traz o entendimento de Mazzilli, destacando que:

Não se deve cair em dois exageros opostos, nessa matéria: um, de entender que os elementos indiciários devam ser recebidos sem quaisquer ressalvas – até porque foram colhidos sem as garantias do contraditório, e, por isso, deverão sempre ser analisados com extrema cautela; outro, de entender que os elementos indiciários devam ser pura e simplesmente recusados, porque só valem as provas colhidas na instrução judicial. Se, como se expôs, o primeiro entendimento é inaceitável, também este último não merece maior prestígio, porque o inquérito civil contém peças colhidas por agente público, que exerce *múnus* público, e nele há provas que às vezes só puderam ser obtidas antes da propositura da ação e não há como reproduzi-las em juízo, e seu valor há de merecer prudente apreciação no seu conjunto, dentro do contexto instrutório” (MAZZILLI, 2008, *apud* MILARÉ, 2009, p. 1.032). (itálicos do autor)

Os tribunais superiores já possuem julgados concernentes ao tema. Colhe-se o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DESTINAÇÃO DE TERRENOS DO MUNICÍPIO A PARTICULARES. DOAÇÃO VERBAL. OITIVAS DE TESTEMUNHAS COLHIDAS EM INQUÉRITO CIVIL. TESTIGOS APRESENTARAM OUTRA VERSÃO EM DEPOIMENTO JUDICIAL. PREVALÊNCIA DAS PROVAS PRODUZIDAS SOB O CRIVO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DÚVIDA QUANTO AO ATO ÍMPROBO. AUSÊNCIA DE PROVA IRREFUTÁVEL. NÃO COMPROVADO QUE A NOVA VERSÃO FOI FRUTO DE TEMOR OU FAVORECIMENTO AO REQUERIDO. SENTENÇA REFORMADA. APELO CONHECIDO E PROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 2012.058635-6, de Lebon Régis, j. em 23.5.2013, Des. Rel. Júlio César Knoll) (grifo nosso.)

O Superior Tribunal de Justiça também já firmou entendimento de que as provas colhidas no inquérito civil possuem valor relativo em razão da inobservância do princípio do contraditório e da ampla defesa, e, de igual modo, entende que elas só podem ser afastadas se colidirem com prova de hierarquia superior. Extrai-se da jurisprudência:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 9, 10 E 11 DA LEI N. 8.429/92. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. **INQUÉRITO CIVIL. VALOR PROBANTE RELATIVO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. INEXISTÊNCIA DE CONTRAPROVA. VALIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ.** [...]

[...] **4. A jurisprudência desta Corte sedimentou-se no sentido de que as "provas colhidas no inquérito têm valor probatório relativo, porque colhidas sem a observância do contraditório, mas só devem ser afastadas quando há contraprova de hierarquia superior, ou seja, produzida sob a vigilância do contraditório"** (Recurso Documento: 43243430 - EMENTA / ACORDÃO - Site certificado - DJe: 03/02/2015 Página 1 de 2 Superior Tribunal de Justiça Especial n. 476.660-MG, relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 4.8.2003)." **5. O Tribunal de origem afirmou que o réu não produziu prova a fim de afastar as conclusões do inquérito civil** (Ag.Rg. no Agravo em Recurso Especial n. 572.859, do Rio de Janeiro (2014/0219122-6), j. em 18.12.2014, Rel. Min. Humberto Martins) (grifo nosso)

Finalizando, quanto à validade das provas colhidas, imperiosas as palavras de Sílvio A. G. de Oliveira (2000, p. 38), ao comparar os institutos do inquérito nas esferas penal e civil:

[...] no inquérito civil, as provas colhidas têm sua validade e deverão ser consideradas por ocasião da ação principal, só podendo ser desconsideradas quando houver elementos que contrariem as informações ali contidas, servindo, sempre, como elemento de convicção a integrar o conjunto provatório processual, sendo justo lembrar que se no processo penal assim o é, e a pena prevista e aplicada consiste, na maioria das vezes, na segregação do réu do convívio social, tirando-lhe um de seus direitos fundamentais que é a liberdade; no processo civil, em que os direitos buscados são obrigações de fazer ou não fazer, ou indenização, portanto, direitos hierarquicamente inferiores, o rigor no exame das provas não pode ser maior do que o exigido no processo penal.

Vistos os entendimentos transcritos e as decisões dos tribunais superiores, tem-se que a validade dos elementos colhidos no inquérito civil, quando sirvam de subsídio à deflagração de uma ação civil pública, como regra, é relativa, se não repetidos em juízo, deve o magistrado, analisar cautelosamente o caso, sopesá-los com as demais provas carreadas. Anota-se que não podem os elementos probatórios colidirem com provas de hierarquia superior, que em juízo são acobertadas pelo contraditório, contudo, merece enfoque que os documentos e perícias eventualmente produzidos, considerando a sua oficialidade, a impossibilidade, por vezes, de repetição, e que podem ser postos sob o crivo do contraditório oportunamente, possuem validade plena, mas, analisados e acatados pelo Juiz para fundamentarem a decisão, pelo seu livre convencimento.

Considerações Finais

Indubitavelmente, o inquérito civil, procedimento administrativo de exclusividade do Ministério Público, é de suma importância para o órgão legitimado, pois, como regra e já rechaçado, por meio da instauração e instrução do competente procedimento que o *Parquet* coleta elementos de convicção para a formação da *opinio actio* e, assim, promove a ação civil pública competente para a tutela dos interesses difusos ou coletivos e individuais homogêneos.

Incorporado na esfera jurídica pela Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e assegurado pela Constituição da República de 1988, o inquérito civil, muito embora dispensável à propositura da demanda, na maioria das vezes demonstra-se imperioso à ação, diante do amplo acervo de elementos que podem ser obtidos na sua instrução, por conta da ampliação dos poderes instrutórios do Ministério Público.

O inquisitivo, pauta-se em um procedimento pré-processual legal, que muito se assemelha ao inquérito policial, norteados de características bem peculiares, dentre elas a desnecessidade de observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, consignados no artigo 5º, inciso LV, da Carta Magna. Em que pese se tratem de princípios fundamentais e basilares na esfera jurídica, os estudos demonstram que mesmo sem a observância deles os elementos coligidos no inquérito civil gozam de validade, ainda que relativa.

Com efeito, para que possam ter credibilidade, as provas obtidas não podem colidir com as de maior hierarquia e que tenham sido colhidas sob o manto do contraditório e da ampla defesa, quando postas em Juízo. Algumas provas, tais como os documentos e as perícias realizadas no procedimento, considerando se tratem de provas que quase sempre são irrepetíveis e que, em regra, são confeccionadas por órgãos públicos, ostentam de validade quase que absoluta, desde que não contraditadas por outras, repisa-se, com maior autenticidade, se colhidas sob a égide do contraditório e da ampla defesa.

Não se pode afirmar, pois, que o simples fato da dispensabilidade dos princípios constitucionais maculam as provas colhidas no inquérito civil e que estas serão, portanto, descartadas, devendo o órgão julgador, ao seu livre convencimento, no momento da prolação da decisão, analisar as provas lá obtidas e os demais conjuntos probatórios encartados, a fim de lhe dar a credibilidade e validade correta.

Referências

ALVARENGA, Paulo. **O Inquérito Civil e a Proteção Ambiental**. 2 ed. São Paulo: BH, Editora e Distribuidora, 2001.

ANDRADE, Adriano. MASSON, Cleber. LADOLFO, Andrade. **Interesses difusos e coletivos esquematizado**. 3 ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2013.

BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 set. 2015.

_____. **Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985**. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1985. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347Compilada.htm>. Acesso em: 22 set. 2015.

_____. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Senado 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 22 set. 2015.

_____. **Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990.** Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Senado 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm>. Acesso em: 22 set. 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial n. 572.859**, Relator: Min. Humberto Martins, Acórdão de 18.12.2014, Publicado no DJe em 3 de fev. 2015, Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1377382&num_registro=201402191226&data=20150203&formato=PDF>, Acesso em: 2 nov. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante 14.** É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=14.NUME.%20E%20S.FLSV.&base=baseSumulasVinculantes>>, Acesso em: 2 nov. 2015.

_____. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Cível n. 2012.058635-6**, Relator: Des. Júlio César Knoll, Acórdão de 23.5.2013, Disponível em: <[GAJARDONI, Fernando da Fonseca. **Direitos difusos e coletivos II:** \(ações coletivas em espécie: ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo\). São Paulo: Saraiva, 2012.](http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/avancada.jsp?q=Apela%E7%E3o%20C%EDvel%20n.%202012.0586356&cat=acordaos_&radio_campo=ementa&prolatorStr=&classeStr=&relatorStr=&datainicial=&datafinal=&origemStr=&nuProcessoStr=&categoria=acordaos#resultado_ancora>_> Acesso em: 2 nov. 2015.</p></div><div data-bbox=)

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo : Atlas, 2008.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos e coletivos em juízo:** meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 28 ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

MAZZILI, Hugo Nigro. **O Inquérito Civil.** 2 ed. São Paulo: Saraiva: 2000.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário.** 6 ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
OLIVEIRA, Sílvio A.G. **Inquérito Civil e as peças de informação**. Curitiba: Juruá, 2000.

PROENÇA, Luis Roberto. **Inquérito Civil. Atuação investigativa do Ministério Público a serviço da ampliação do acesso à Justiça**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

SOUZA, Moutari Ciocheti de. **Ação Civil Pública e Inquérito Civil**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Dados para contato:

Autora: Gabriela Silva do Amaral

E-mail: gabriela.s.amaral93@gmail.com / gaaabriamaral@hotmail.com

CIÊNCIAS HUMANAS

A VISÃO DO ESTUDANTE DO MEIO RURAL SOBRE AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES (SC)

Ciências Humanas

Artigo Original

Francielli Pedroso¹; José Augusto Alves Júnior¹; Teresinha Baldo Volpato¹; João Fabrício Guimara Somariva¹

1. Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE

Resumo: Este trabalho buscou analisar o (s) significado (s) das aulas de Educação Física para os/as estudantes, trabalhadores rurais, que frequentam o Ensino Médio. O estudo teve caráter descritivo com abordagem qualitativa e pesquisa de campo, sendo realizado junto aos estudantes do Ensino Médio, identificados como trabalhadores rurais de uma escola pública do Município de Pedras Grandes (SC). Os resultados da pesquisa demonstraram que os significados da Educação Física para a população investigada giram em torno do esporte, da prática de exercícios, e a manutenção da saúde. Ao final do estudo, consideramos fundamental alertar para a necessidade de pesquisas mais amplas das práticas pedagógicas voltadas para o aluno do meio rural, que possam refletir sobre as especificidades e necessidades desse sujeito tão importante para a sociedade.

Palavras-chave: Educação física. Ensino médio. Estudante do meio rural.

THE VISION OF HIGH SCHOOL STUDENTS OF RURAL AREA ABOUT PHYSICAL EDUCATION CLASSES IN THE CITY OF PEDRAS GRANDES (SC)

Abstract: This study aimed to analyze(s) the meaning(s) of physical education classes for students attending high school. The research was described with qualitative approach and research sample was performed with the high school students of a public school in Pedras Grandes (SC), these. students self-identified as rural workers The survey results showed that the meanings of physical education for the population investigated revolve around the sport, exercise and health maintenance. At the end of the study, we consider it essential to warn a need for more extensive research of pedagogic practices aimed at students from rural areas who can reflect on the specificities and needs of this subject so important to society.

Keywords: Physical education. High school. Students of rural area

Introdução

Ao professor (a) de Educação Física, comprometido com a transformação social e que se debruça sobre os estudos de sua prática pedagógica, é um dever ter claramente definido seu projeto político-pedagógico. É essa a condição que vai orientá-lo (a) no seu agir em sala de aula, nas relações que estabelece com seus alunos e na escolha e trato dos conteúdos (COLETIVO DE AUTORES, 1992). Essa condição garantirá que os alunos tenham acesso a todas as formas de conhecimentos relativos à cultura corporal.

É preciso que cada educador tenha bem claro: qual o projeto de sociedade e de homem que persegue? Quais os interesses de classe que defende? Quais os valores, a ética e a moral que eleger para consolidar através de sua prática? Como articula suas aulas com este projeto maior de homem e de sociedade? (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 26).

Ao longo das últimas décadas, as pedagogias críticas da Educação Física buscam respostas às indagações supracitadas, com o intuito de atender aos anseios da classe trabalhadora. No entanto, sabemos que no interior desta classe trabalhadora há diferenças significativas que devem ser consideradas para a construção de um currículo adequado, caso da classe trabalhadora do meio rural. Logo, surge o questionamento: Como a Educação Física pode atender às necessidades da classe trabalhadora rural sem antes compreender suas próprias necessidades?

É neste sentido que nosso estudo se justifica, pois, se fazem necessárias pesquisas que tragam o perfil do estudante do meio rural para a discussão acadêmica, possibilitando assim, que se pense em uma Educação Física que valorize sua identidade. Neste contexto, estas necessidades nos conduziram ao seguinte problema de pesquisa: Qual (is) o(s) significado(s) das aulas de Educação Física para o/a estudante trabalhador/a rural do município de Pedras Grandes (SC)?

A partir da problemática posta, temos por objetivo principal analisar o(s) significado(s) das aulas de Educação Física para os/as estudantes trabalhadores rurais que frequentam o Ensino Médio. Especificamente, propomo-nos a identificar o significado das aulas de Educação Física, bem como descrever a importância dela para o/a estudante que trabalha no campo.

Sumariando o estudo, anunciamos quatro momentos. O primeiro trata de uma aproximação dos temas Ensino Médio e Educação Física, em que apontamos a discussão sobre o/a estudante trabalhador. O segundo momento aponta para a relação entre a Educação Física e o estudante/trabalhador do meio rural com a preocupação de discutir a prática pedagógica que se faz presente nas escolas rurais. No terceiro momento trazemos o percurso metodológico que consideramos oportuno para a pesquisa, bem como a análise dos dados obtidos. Por fim, apontamos nossas considerações e proposições.

O Ensino Médio e a Educação Física

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica e tem como finalidade proporcionar ao educando a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental. Possibilita o prosseguimento de estudos, a preparação básica para o trabalho e a cidadania, seu aprimoramento como pessoa humana. Além disso, inclui a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, bem como a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina. Dentre as disciplinas curriculares obrigatórias que compõem o Ensino Médio, a Educação Física, por sua vez, como componente curricular obrigatório deverá contribuir para a formação global dos alunos (BRASIL, 1996).

Segundo Darido et al (1999), um aspecto marca decisivamente a participação e a implementação de propostas para a Educação Física no Ensino Médio, mostrando que cerca de 70% (setenta por cento) dos alunos dessa etapa de ensino estudam no período noturno. Até a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), anterior, de 1971, os alunos do curso noturno eram compostos pela maioria de trabalhadores.

Podemos então considerar que, dentre a população de alunos trabalhadores que frequentam o Ensino Médio, pode-se incluir os que atuam como trabalhadores rurais. As Diretrizes Curriculares na Educação do Campo (BRASIL, 2006) afirmam que:

A Educação do Campo é mais um passo importante na afirmação da educação como um direito universal, pois vem auxiliar o professor a reorganizar a sua prática educativa, tornando-a cada vez mais próxima da realidade dos sujeitos do campo, criando assim um sentimento de pertencimento das crianças e adolescentes, que vão ter na escola um trabalho educativo com sentido em suas vidas [...] (BRASIL, 2006, p. 9).

A busca pela reorganização da prática educativa, na direção da realidade do estudante do campo, tem sido motivo de preocupação para todos os envolvidos no meio escolar e em todas as disciplinas do currículo obrigatório. Na mesma medida, a Educação Física também necessita preocupar-se com a forma que conduz a prática pedagógica do estudante trabalhador do campo.

Ventorim e Locatelli (2009) ressaltam a necessidade de atenção para com o lugar que a Educação Física ocupa entre os sujeitos do campo e, nos chamam a atenção, para questionarmos a importância de sistematizar e publicizar as práticas nesse local, para que possamos caracterizar o trabalho desse espaço com práticas possíveis, elaboradas e reelaboradas permanentemente, à medida das necessidades dos sujeitos. Os autores nos alertam sobre a dificuldade de apresentar fundamentos que possam orientar a organização teórico-metodológica da Educação Física na educação do campo, devido às diferentes e singulares formas de expressão das práticas educativas nesse entorno, especialmente quando se tomam como referência os espaços e tempos em que acontecem, os conhecimentos a serem transmitidos, as abordagens metodológicas de ensino, a formação docente, as condições objetivas e estruturais, enfim, um conjunto de elementos que fundamentam os processos educativos.

Nesse sentido, acreditamos que o trabalho pedagógico deva compreender a Educação Física a partir de um olhar cujo referencial é a cultura corporal. Esse é o ponto de maior destaque para todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem que almejam a transformação social.

Procedimentos Metodológicos

Utiliza-se da metodologia para direcionarmos essa pesquisa, classificando-a em descritiva, com abordagem qualitativa, por meio da pesquisa de campo.

A pesquisa de caráter descritivo, “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de

relações entre variáveis” (GIL, 1989, p. 45). Vários estudos podem utilizar o método descritivo para a sua classificação, pois nesse método se utilizam técnicas padronizadas para a coleta de dados (GIL, 1989).

Como o próprio nome reflete, a abordagem qualitativa visa à qualidade das informações coletadas. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamentos, dentre outros (MARCONI; LAKATOS, 2004).

A pesquisa de campo para Marconi e Lakatos (1996) é realizada após o estudo bibliográfico. É nessa etapa que o pesquisador vai definir os objetivos da pesquisa, a forma da coleta de dados, o tamanho da amostra, e assim, serão analisados.

Nesse contexto, para a coleta dos dados, utilizou-se como instrumento um questionário sobre o perfil socioeconômico que, segundo Parasuraman (1991), é tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto. Esse instrumento teve o objetivo de identificar em meio à população investigada, quais indivíduos se autodenominavam trabalhadores rurais. O questionário foi aplicado junto a 4 (quatro) turmas que compunham o Ensino Médio noturno, de uma instituição pública do município de Pedras Grandes/SC, totalizando 67 (sessenta e sete) indivíduos.

Após aplicação e análise do questionário, nossa amostra foi restringida a 8 (oito) alunos, sendo 6 (seis) do sexo masculino e 2 (dois) do feminino. A identificação dos trabalhadores rurais nos possibilitou a realização da segunda etapa de coleta de dados, ou seja, a aplicação da entrevista semiestruturada. Para Tesséle Neto (2002), a entrevista é o procedimento mais comum quando falamos em trabalho de campo, em que o pesquisador vai ao encontro de informações presentes nas falas dos atores sociais. Essa ação não significa para o autor que as conversas aconteçam de forma despretensiosa e neutra, pois se trata de um meio de coleta de fatos que evidencia uma determinada realidade.

Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O referido documento consta de esclarecimentos acerca da pesquisa, como: objetivos e procedimentos para sua realização. Foi ressaltado que não haveria nenhum dano físico, psicológico, moral ou financeiro aos participantes. Foi garantida a privacidade dos nomes dos envolvidos com o uso de pseudônimos

para a apresentação dos resultados e discussão, e que, em qualquer momento, poderiam desistir da participação na pesquisa.

As conversas foram registradas por meio de gravador de áudio e as respostas transcritas para a posterior realização da análise de dados.

Resultados e Discussão

A análise foi organizada a partir das respostas dos envolvidos. Para isso, buscou-se fazer o cruzamento dos referidos componentes, com o referencial teórico apresentado. Esclarecemos que, na fala dos entrevistados, encontramos mais de uma ocorrência dirigida aos itens de análise, portanto, o número de ocorrências excede o número de participantes.

A importância das aulas de Educação Física

Perguntamos aos sujeitos da pesquisa sobre a importância das aulas de Educação Física. As respostas mais ocorrentes giraram em torno da importância para a saúde e a prática esportiva, conforme aponta a Tabela 1.

Tabela 1 – A importância das aulas de Educação Física

Importância	Frequência	Percentual (%)
Manter a saúde	04	36,4
Prática de esportes	05	45,4
Boa forma de lazer	02	18,2

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Com relação à importância das aulas de Educação Física, percebe-se que os sujeitos atribuem grande valor à prática esportiva, compreendendo 45,4%, bem como sua importância para a manutenção da saúde, totalizando 36,4%.

Essa constatação evidencia a utilização do esporte como referência principal nas aulas, garantido por sua prática hegemônica na sociedade e pela preferência dos professores e estudantes por tal conteúdo. O que evidenciamos também é explicado por Santos e Piccolo (2011) que acreditam que a visão da Educação Física possui uma estreita relação com o fenômeno esportivo, adquirida ao longo dos anos. Desse modo, é comum observarmos na escola, professores e alunos dispensando um imenso tempo ao esporte, a ponto de esta tornar-se a única cultura corporal realizada no espaço escolar.

A centralidade que o esporte adquiriu no interior da escola, e simultaneamente, na Educação Física, não pode ser considerada como algo negativo. Cabe ao educador compreender seu compromisso educacional e entender que a escola é o lugar social por excelência, onde deve ser propiciada uma compreensão crítica das encenações esportivas (KUNZ, 2001).

Essa importância do esporte, enfatizada pelos sujeitos, também se manifestou quando foram questionados sobre o conteúdo mais importante. A unanimidade citou a presença do conteúdo esporte nas aulas de Educação Física, por ser considerado como um momento de divertimento e de possibilidade de extravasar as energias. É fato que o esporte sempre ocupou grande espaço nas aulas, muitas vezes influenciando os estudantes a acreditar que a Educação Física é sinônimo de esporte, o que também influencia o abandono dos demais conhecimentos da cultura corporal como a dança, ginástica, jogos e lutas. Basicamente, as escolas adotaram o esporte como estratégia, sendo repassado de forma acrítica sem ser questionado (BETTI, 1999).

Relação entre Educação Física e trabalho rural

Quando falamos na relação entre a Educação Física e o trabalho rural, os sujeitos pesquisados mencionaram que o corpo em movimento está presente em ambas as atividades, como relata o aluno 2: *“Pra mim eu acho que tem a movimentação do corpo né, porque o trabalho rural tem que trabalhar o corpo pra trabalha na roça e a Educação Física também trabalha o corpo”*.

Considerando as manifestações corporais da Educação Física, podemos levar em conta que, durante o trabalho rural, há grande intensidade de movimento corporal. Da mesma forma, a Educação Física se assemelha às exigências físicas requeridas pelo trabalho no campo. Para Ventorin e Locatelli (2009), tanto o trabalho rural quanto a Educação Física resultam em experiências e construções humanas que, ao longo do tempo, transformam e aperfeiçoam cada sujeito no mundo.

Motivos que levam à prática da Educação Física

Ao questioná-los sobre os motivos que os conduzem à prática de Educação Física, verificamos que a prática esportiva é o principal motivo. Os sujeitos

pesquisados relataram que a prática esportiva é fundamental, por considerá-la um momento de lazer, descontração e aprendizado.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (BRASIL, 1997), além dos aspectos metodológicos a serem desenvolvidos a partir do conhecimento, as motivações de participação nas aulas de Educação Física permitem que os alunos vivenciem diferentes práticas, advindas de diversas manifestações culturais e corporais, sendo que a esportiva tem se caracterizado fundamental. O esporte é citado por vários autores¹ como um fenômeno sócio cultural, pois podemos constatar que ele está em nosso cotidiano e na escola é um componente de lazer.

Estas considerações demonstram que, apesar da forma como o esporte é transmitido nas escolas, ele ainda é hegemônico no ensino da Educação Física de 1º. e 2º. graus, ou seja, a cultura predominante na escola é a cultura esportiva (BETTI, 1999, p. 27).

O problema não é apenas o fato de o esporte ser hegemônico na Educação Física. Além disso, a maneira com que é tratado, de forma tecnicista, prejudica a relação entre professor e aluno. De acordo com Bracht (1992), a influência do esporte no sistema escolar é de tal magnitude que não o temos mais como o esporte da escola, mas sim, o esporte na escola, indicando subordinação da Educação Física aos códigos da instituição esportiva. Assim, a relação passa a ser professor – treinador e aluno – atleta. Esse posicionamento está presente na maioria das escolas desde a década de 1970, perdendo sua identidade como produtor de cultura. Para este autor, o esporte foi assimilado à Educação Física enquanto fenômeno cultural, sem refletir sobre sua hegemonia, impondo que a disciplina curricular atinja os objetivos do sistema esportivo sem apreciação crítica, ou seja, a Educação Física passa a ser sinônimo do esporte na escola.

Diferença entre o estudante do meio rural e do meio urbano

Quando perguntados sobre a diferença do estudante do meio rural e do urbano, as respostas mais ocorrentes giraram em torno de que, o primeiro é mais ativo, e o segundo, mais sedentário, como podemos ver na Tabela 2, na sequência:

¹BETTI,(1999); BRACHT (1997); TAFFAREL (1992), entre outros.

Tabela 2 – Diferença entre o estudante do meio rural e urbano

Importância	Frequência	Percentual (%)
Estudante do meio rural – ativo	05	41,6
Estudante do meio urbano – inativos	07	58,4

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Na opinião dos sujeitos da pesquisa, os estudantes do meio rural são mais ativos (58,4%). Como podemos observar pelo relato do aluno 3: ***“Eu vejo bastante né, porque normalmente o aluno que mora na cidade ele tem tipo menos vontade de praticar esportes, fazer essas coisas. Já quem é do rural é mais ativo tem mais vontade de praticar Educação Física. Porque a maioria desde pequeno já começa indo de um lado para o outro se movimentando na roça e fazendo as coisas e no urbano é menos, né, porque não tem tanta coisa pra fazer. Fica no mundo preso dentro de casa, às vezes. Eu acho isso...”***

Observa-se que os estudantes do meio rural necessitam auxiliar a família nos trabalhos diários da vida no campo. Na mesma medida, a vida simples que o estudante trabalhador rural cultiva tem por princípio a cultura das brincadeiras que envolvem um nível de movimentação corporal, o qual o estudante do meio urbano não vivencia. Andar de bicicleta, jogar bolinha de gude e a construção de seus próprios brinquedos é característico da cultura da criança que vive no campo. Quanto aos alunos do meio urbano, pode-se afirmar que estes ficam muitas vezes restritos aos espaços reduzidos de suas casas, devido à insegurança e violência instaladas nas grandes cidades.

Essas diferenças físicas entre alunos rurais e urbanos foram observadas por Glaner (2005) em estudo comparativo nos municípios gaúchos e catarinenses, onde se objetivou verificar a existência de diferença no nível de aptidão física relacionada à saúde entre 286 (duzentos e oitenta e seis) adolescentes rurais e 435 (quatrocentos e trinta e cinco) urbanos, com idades entre 10 (dez) e 17 (dezessete) anos. Os resultados evidenciaram que os adolescentes rurais possuem uma aptidão cardiorrespiratória, força/resistência da parte inferior e superior do tronco e braços, significativamente melhor que os respectivos pares urbanos, enquanto que a gordura e a flexibilidade são iguais entre os rapazes dos dois domicílios.

Mudanças nas aulas de Educação Física

Com relação às possíveis mudanças nas aulas de Educação Física, verificou-se que, para a maioria dos sujeitos pesquisados, não há necessidade de haver mudanças nas aulas de Educação Física, como se pode observar na Tabela 3 apresentada a seguir:

Tabela 3 – Necessidade de mudanças nas aulas de Educação Física

É necessário?	Frequência	Percentual (%)
Sim	02	25
Não	06	75

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Conforme a Tabela 3, verificamos que 75% (setenta e cinco por cento) dos sujeitos pesquisados relataram que não há necessidade de haver mudanças. Se vistas pelo senso comum, as respostas poderiam indicar que para a população investigada, a prática pedagógica vem acontecendo de forma responsável, cumprindo sua função de sistematizar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no decorrer do ensino fundamental.

No entanto, a indicação da presença única do esporte (competitivo) nas repostas anteriores, faz-nos acreditar que, a visão construída ao longo dos anos sobre a Educação Física, reflete uma visão limitada, ou seja, o esporte é tudo que conhecem. Nesse momento, cabe-nos a seguinte indagação: se as demais manifestações da cultura corporal tivessem sido viabilizadas ao longo dos ensinos Fundamental e Médio aos mesmos estudantes participantes desse estudo, teríamos o mesmo percentual de aprovação?

A escolha de nossos professores pelo desenvolvimento da aptidão física e dos esportes garante à disciplina uma visão a-histórica, sem saber qual direção caminhar. Conforme Brandolin (2010), a Educação Física no Ensino Médio vem indicando falta de identidade, sendo esta, inadequada para os jovens dessa fase. Torna-se, desse modo, uma continuidade do Ensino Fundamental sem considerar as características físicas, cognitivas e sociais que os estudantes carregam. Na maioria das vezes o que se observa é uma reprodução dos fundamentos e técnicas das modalidades esportivas mais consagradas na escola como, o futebol, voleibol e o handebol.

A Educação Física como componente curricular deve ser dinâmica, estimulante e interessante e sua complexidade crescente deve acompanhar o desenvolvimento

do aluno não deixando de existir uma relação entre teoria e prática na metodologia de ensino (TESSÉLE NETO, 2012).

O significado da Educação Física para o trabalhador do meio rural

Com relação ao significado da Educação Física, as respostas relatadas pelos sujeitos giram em torno da saúde e da prática de exercícios, conforme se pode verificar na Tabela 4:

Tabela 4 – Significado da Educação Física

Significado	Frequência	Percentual (%)
Saúde	02	28,6
Exercício	04	57,1
Descontração	01	14,3

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Com base na Tabela 4, verifica-se que 57,1% (cinquenta e sete vírgula um por cento) dos estudantes afirmaram que o significado da educação Física é exercício e 28,6% (vinte e oito vírgula seis por cento) saúde. Como verificamos na fala do aluno 6: *“Ah! sei lá.... exercício físico melhora a saúde e tipo não fica sedentário, a Educação Física te ajuda um pouco. Então, a saúde melhora, ali já começa a incentivar a fazer as coisas”*.

Na atualidade, a necessidade e preocupação com a saúde são de extrema importância, por isso a Educação Física que trata da atividade física é citada como a principal fonte de qualidade de vida, seguida a alimentação. A imagem transmitida a todas as pessoas é de que praticar atividade física faz bem à saúde, mantém a forma física e faz com que isso caia no gosto dos adolescentes, que mudam suas preferências e gostos constantemente por conta da fase em que estão passando.

Acreditamos que a Educação Física possa contribuir para uma vida produtiva, criativa e bem-sucedida das crianças e adolescentes quando se apoia na orientação pela educação da saúde, já que as incidências de adolescentes e jovens obesos vêm crescendo muito há décadas. Isso indica que, quanto mais ativa for uma criança ou adolescente, menor será sua tendência ao sedentarismo (BRASIL, 2000).

Considerações Finais

Esta pesquisa teve o intuito de analisar a visão que o estudante do meio rural, que frequenta o Ensino Médio, tem das aulas de Educação Física. Nessa mesma linha de ação, nosso estudo mostrou que o significado das aulas de Educação Física é o esporte, exercício e boa saúde. Analisando esse significado podemos perceber que a importância da Educação física se concentra em torno da prática esportiva, sendo que, para os alunos, é o conteúdo de maior relevância.

É preocupante descobrir que o esporte também domina com tamanha intensidade as aulas de Educação Física nas escolas do campo, a ponto de representar para seus alunos a própria disciplina. Na mesma medida, dá-nos ânimo perceber nos alunos, trabalhadores do campo, a evolução na forma de pensar e vivenciar as atividades corporais vinculadas à busca pela boa forma física, e conseqüentemente, pela saúde. Corroboramos com o dito pelos PCNs (BRASIL, 2000) quando almeja que o estudante do Ensino Médio deva terminar essa etapa com a capacidade de adotar uma postura autônoma na seleção de atividades para a manutenção de sua própria saúde, ou seja, tenha capacidade de se auto gerenciar.

Por fim, consideramos fundamental finalizar este estudo alertando para a necessidade de pesquisas mais amplas das práticas pedagógicas voltadas ao aluno do meio rural, que possam refletir sobre as especificidades e necessidades desse sujeito tão importante para a sociedade.

Referências

BETTI, Irene Conceição Rangel. Esporte na escola: mas é só isso, professor?

Motriz, Rio Claro, v. 1, n. 1, 25 – 31, jun., 1999. Disponível em:

<<http://www.ceap.br/material/MAT05022010213839.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2015.

BRACHT, Valter. **Educação física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

_____. **Esporte na escola e esporte de rendimento**. Movimento. Porto Alegre, ano 6, n. 12, p. 14-24, 2000. Disponível

em:<<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/2504/1148>>. Acesso em: 8 out. 2015.

BRANDOLIN, Fabio. **A percepção dos alunos sobre a educação física no ensino médio**. 2010,81 f. Dissertação (Mestrado) Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/dissertacao_fabio_brandolin.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2015.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**, Campinas, 2006.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394 de 20 dez. de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de dez. 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2000.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo com descoberta e criação. *In*: MINAYO, M.C.S. de (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DARIDO, Cristina Suraya et al. Educação física no ensino médio: reflexões e ações. **Motriz**. Rio Claro, v. 5, n. 2, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/05n2/5n202Darido.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GLANER, Maria Fátima. Aptidão física relacionada à saúde de adolescentes rurais e urbanos em relação a critérios de referência. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.27, n. 1, p. 129-136, jan./mar, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16579/18292>>. Acesso em: 13 out. 2015.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Unijuí, 2001.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PARASURAMAN, A. **Marketing research**. 2. ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/anival.htm>. Acesso em: 8 jan. 2015.

SANTOS, Marco Aurélio Gonçalves Nóbrega; NISTA-PICCOLO, Vilma Lení. O esporte e o ensino médio: a visão dos professores de Educação Física na rede pública. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 65-78, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v25n1/08.pdf>>. Acesso em 5 out. 2015.

TAFFAREL, Celi Zulke; SOARES, Carmen Lúcia; ESCOBAR, Micheli Ortega. A educação física escolar na perspectiva do século XXI. *In*: MOREIRA, W. W. (Org.). **Educação física & esportes: perspectivas para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1992.

TESSÉLE NETO, Leo José. **A participação nas aulas de educação física no ensino médio: motivações intrínsecas e extrínsecas**. 2012. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS. Porto Alegre, RS. 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70318/000875713.pdf?sequen>>. Acesso em: 5 out. 2015.

VENTORIM, Silvana; LOCATELLI, Andrea Brandão. **Reflexões sobre o ensino da educação física na educação do campo**. 2009, Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/327.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2015.

Dados para contato:

Autor: João Fabrício Guimara Somariva

E-mail: joao.unibave@gmail.com

AVALIAÇÃO: DA CLASSIFICATÓRIA À FORMATIVA - UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS AVALIATIVAS

Ciência Humanas

Artigo Original

Rayane Joaquim¹; Luiza Liene Bressan¹; Alcionê Damasio Cardoso¹, Giovani Alberton Ascari¹

¹Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE

Resumo: O processo ensino aprendizagem é objeto de muitas pesquisas e reflexões em busca de melhores aprendizagens. Esta pesquisa tem como objetivo analisar se os professores de uma escola da rede estadual de ensino do município de Orleans fazem práticas avaliativas voltadas à classificação ou se aplicam avaliação de caráter formativo nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, para tornar a aprendizagem mais significativa. Utilizaram-se as contribuições de alguns pensadores brasileiros como Hoffmann, Luckesi e Libâneo. Também os estudos de Perrenoud serviram de fonte de pesquisa na construção deste estudo. A coleta de dados ocorreu numa escola da rede estadual de ensino. Assim, procurou-se apresentar algumas considerações sobre dois tipos de avaliação: a avaliação classificatória e avaliação formativa, sendo a primeira considerada um processo de seleção em que se classificam os alunos em bons e ruins, conforme a nota da prova. Já a segunda, avaliação formativa, está a serviço das aprendizagens. Com isso, percebe-se a importância de repensar as práticas avaliativas, pois quando bem utilizada é uma ferramenta importante para obtenção das aprendizagens significativas. A pesquisa aponta para dados promissores, apesar de ainda aparecerem contradições, o grupo docente se preocupa em fazer uma avaliação que forme para a vida e não apenas que classifique os alunos em bons ou ruins.

Palavras-chave: Avaliação classificatória. Avaliação formativa. Processo ensino/aprendizagem.

STUDENT ASSESSMENT: THE CLASSIFICATORY EVALUATION X FORMATIVE ASSESSMENT - A STUDY ON ASSESSMENT PRACTICES

Abstract: The learning process is a topic of many researches and reflections for better learning. This research aims to analyze whether the teachers from a State school of Orleans make assessment practices aimed at the classification or apply formative assessment in the early years and end of elementary school, to make learning more meaningful. The contributions were used by some Brazilian thinkers like Hoffmann, Luckesi, Libaneo. Also the study Perrenoud served as a source of research in building this study. Data collection occurred in a school in the State education network. So, we tried to present some considerations about two types of evaluation: Graded assessment and formative assessment, the first considered a selection process in which they classify students into good and bad, as the test score. The second, formative assessment, is at the service of learning. Thus, we see the importance of

rethinking the evaluation practices, because when used well is an important tool for obtaining meaningful learning. The research points to promising data, although still appear contradictions, the teacher group is concerned to make an assessment form for life and not just to classify students into good or bad.

Keywords: Classification evaluation. Formative assessment. Teaching and learning process.

Introdução

Falar sobre avaliação não é tão simples, pelo contrário, é um tema que gera grandes discussões e aborda vários aspectos, tanto negativos como positivos. A avaliação da aprendizagem escolar não ocorre apenas em provas e exames que são aspectos classificatórios, essas têm por finalidade verificar o desempenho do aluno em determinado assunto, assim, aprovando-o ou reprovando-o. Segundo Luckesi (1996, p. 169), “a prática de provas/exames escolares que conhecemos tem sua origem na escola moderna, que se sistematizou a partir dos séculos XVI e XVII, com a cristalização da sociedade burguesa”.

A denominação Avaliação da Aprendizagem é recente, porém a prática continua a mesma, em que o processo de crescimento do educando é mensurado por meio de provas e exames. Avaliar não se restringe somente a fazer provas e aplicar trabalhos. Desde o momento que entra na sala de aula, o professor já faz uma avaliação ao olhar para os alunos, avalia sua apresentação pessoal, seu material de estudo, suas tarefas, a forma que se comunica com os colegas, etc. Também ao conversar com o aluno, o professor o avalia, nos seus gestos, na sua maneira de se comportar e pensar. A avaliação não acontece em um só momento, ela acontece o tempo todo. Segundo Hoffmann (1996, p. 66):

Quando a finalidade é seletiva, o instrumento de avaliação é constitutiva, prova é irrevogável. Mas as tarefas na escola deveriam ter o caráter problematizador e dialógico, momentos de troca de ideias entre educadores e educandos na busca de um conhecimento gradativamente aprofundado.

A partir dessa citação é possível perceber que o ato de avaliar não se destina a um julgamento, pois não é um ato seletivo. A avaliação se destina à inclusão e ao diálogo, em busca de uma aprendizagem satisfatória. É de grande importância, que a ação avaliativa seja uma avaliação mediadora. Assim, a escola deve ter o objetivo de

propiciar condições para que os resultados da avaliação sirvam de subsídios para a investigação e para posteriores melhorias nesse processo. É importante que no espaço escolar haja trocas de conhecimento, metodologia de ensino adequada aos conteúdos a serem ministrados e interações sociais acolhedoras.

Segundo Luckesi (1996, p. 172), “a avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário.” Desta forma, percebe-se o quanto a avaliação é importante para o progresso do aluno, pois, mesmo apresentando dificuldades, ele pode ser incluído ao círculo de aprendizagens, para que haja um diagnóstico e assim conseguir melhores resultados.

Com a preocupação de entender qual é a forma correta de avaliar e como proceder, observou-se a necessidade de fazer uma pesquisa para ver se é possível (re) significar as práticas avaliativas de aprendizagem nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Norteados por esta dúvida, levantou-se um problema: Os professores do ensino fundamental de uma escola da rede estadual de ensino do município de Orleans aplicam avaliação classificatória ou avaliação formativa?

E para respondê-lo, estabeleceu-se um objetivo geral que foi o de analisar se os professores de uma escola da rede estadual de ensino do município de Orleans fazem práticas avaliativas voltadas à classificação ou se aplicam avaliação de caráter formativo nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, para tornar a aprendizagem mais significativa.

Para melhor estudar o assunto, estabeleceu-se como objetivos específicos: estudar as principais correntes avaliativas que norteiam o trabalho docente; descrever as práticas avaliativas desenvolvidas pelos professores; elencar as práticas avaliativas que circulam no contexto escolar; identificar os instrumentos avaliativos utilizados pelos docentes no cotidiano escolar; diferenciar avaliação classificatória e avaliação formativa.

Concepções de Avaliação

De acordo com o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de José Pedro Machado, a raiz etimológica de avaliar vem do latim *valere*, que significa ter saúde, vigor, força. Resultou em Português, entre outras, em “valia”, da qual se formou avaliar.

No contexto deste artigo, adotou-se a ideia de avaliação como um processo dialógico, intencional e formativo, numa perspectiva de inclusão, cujos pressupostos estão delineados na Proposta Curricular de Santa Catarina (1998) que baliza os fazeres educacionais do referido estado. Este documento norteador reflete de que forma os professores que atuam na rede pública estadual deveriam pensar a prática avaliativa. Concorda-se com a definição de Hoffmann (2012, p.13) quando a mesma afirma que:

O termo avaliação refere-se a um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, à melhoria do objeto avaliado.

Ao falar de avaliação da aprendizagem escolar, percebe-se que este ato não funciona tal como seu significado. Há construções historicamente cristalizadas no interior do processo de ensino e aprendizagem que avaliar tem relação com julgar, classificar, escolher os melhores, o que favorece a exclusão no âmbito da sala de aula.

Segundo Luckesi, “a prática escolar usualmente denominada de avaliação, pouco tem a ver com avaliação. Ela constitui-se muito mais de provas/exames do que de avaliação.” (LUCKESI, 1996, p. 169).

Perrenoud (2007, p.9), afirma que “a avaliação não é uma tortura medieval”, mas para muitos alunos realmente se assemelha a uma tortura, enquanto que, para alguns professores, configura-se apenas como mais uma de suas atividades docentes.

Perrenoud (2007, p. 11) alerta que “tradicionalmente a avaliação escolar é associada à hierarquização de excelência. Os alunos são comparados e depois classificados em virtude de uma norma de excelência, definida no absoluto ou encarnada pelo professor e pelos melhores alunos”.

A concepção que as pessoas têm do ato de avaliar é definida como uma ação de julgamento dos resultados alcançados e nada mais que isso. Uma ação em que se o resultado for positivo ou negativo define o aluno e sua aprendizagem. Porém, é esta a real intenção da avaliação? Conforme Hoffmann (1995, p.20), “a avaliação na perspectiva de construção do conhecimento, parte de duas premissas básicas:

confiança na possibilidade de os educandos construírem suas próprias verdades e valorização de suas manifestações e interesses”.

Quando se tratam de práticas avaliativas, é necessário que o educador entenda o aluno como um sujeito capaz de tomar suas próprias decisões, participativos e criativos. Deste modo, Hoffmann, afirma que “nessa dimensão, avaliar é dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor, que incitará o aluno a novas questões a partir de respostas formuladas. ” (HOFFMANN, 1995, p.20).

Corroborar com a visão Perrenoud, (2007, p. 68) ao afirmar que:

Uma avaliação mais formativa não toma menos tempo, mas dá informações, identifica e explica erros, sugere interpretações quanto as estratégias e atitudes dos alunos e, portanto, alimenta diretamente a ação pedagógica, ao passo que o tempo e a energia gastos na avaliação tradicional desviam da invenção didática e da inovação.

A avaliação é muito mais que medir ou classificar as aprendizagens. E para fazer com que essa avaliação funcione de forma satisfatória, é necessário que se tomem várias decisões e negociações.

A avaliação no contexto escolar

A avaliação escolar, além de suas prerrogativas legais, definidas na legislação educacional, ancorada nestes princípios norteadores, precisa estar definida no âmbito da unidade escolar. Assim, o projeto político pedagógico de cada uma das escolas é o documento que orienta as práticas avaliativas e determina de que forma o processo avaliativo é pensado pelos educadores. Esta construção é coletiva e representativa da docência para cada um dos componentes curriculares.

Geralmente os procedimentos habituais de avaliação nas escolas, segundo Perrenoud (2007), são caracterizadas da seguinte forma: 1) Após ter ensinado um capítulo, algumas lições, o professor interroga alguns alunos oralmente ou faz uma prova escrita para turma toda; 2) Em função de seus desempenhos, os alunos recebem notas que são registradas e levadas aos conhecimentos dos pais; 3) Ao final do semestre ou do ano, faz-se uma síntese das notas ou das apreciações acumuladas sob a forma de uma média; 4) Combinando as apreciações de uma mesma natureza para o conjunto das disciplinas ensinadas, esse balanço contribui para uma decisão

final do ano escolar, e obtenção ou não de um certificado. Desta maneira, essas características definem bons e maus alunos, classificando-os entre si.

As características acima, baseadas nos estudos de Perrenoud (2007) apontam para uma avaliação tradicional, baseada na comparação e em normas.

Perrenoud (2007, p.66), ainda comenta:

Às vezes diz-se que essa avaliação é normativa, no sentido de criar uma distribuição normal. É também comparativa: os desempenhos de alguns se definem em relação aos desempenhos dos outros mais do que a domínios almejados ou a objetivos.

Com isso, percebe-se que ao fazer essas comparações, o desenvolvimento da capacidade do aluno não é alvo do sistema educacional brasileiro, pois o foco são somente as notas obtidas em provas. Luckesi (1996), diz que as notas são adoradas por professores e alunos. O professor adora-as porque mostra seu poder de aprovar ou reprovar e o aluno vive em busca dela porque precisa da mesma, não importando uma aprendizagem satisfatória ou não, afinal é a nota que domina tudo e é em função disso que se vive na prática escolar.

Este modo de avaliação ainda existe em muitas escolas, porém, algumas, mesmo que parcialmente, desfizeram-se deste modo de avaliar. Atualmente, os sistemas de ensino procuram adequar-se às normatizações do processo de avaliação e promovem amplas discussões para avançar na compreensão de um sistema avaliativo mais abrangente das práticas oriundas do processo ensino e aprendizagem.

Conforme Perrenoud, (2007, p. 66):

A análise desses sistemas mostra que, soltando as amarras da avaliação tradicional, facilita-se a transformação das práticas de ensino em pedagogias mais abertas, ativas, individualizadas, abrindo mais espaço à descoberta, à pesquisa, aos projetos, honrando mais os objetivos de alto nível, tais como aprender a aprender, a criar, a imaginar, a comunicar-se.

A avaliação da aprendizagem escolar deve ser um processo contínuo de ação e reflexão por parte dos alunos e dos professores, estabelecendo diálogos entre si e visando a construção de aprendizagens e conhecimentos significativos. Luckesi (1996, p. 45) alerta que “é preciso que os conceitos ou notas médias de aprovação signifiquem o mínimo necessário para que cada “cidadão” se capacite para governar”.

As concepções que permeiam a avaliação no contexto escolar

As concepções mais presentes de avaliação, de acordo com Romão (2005) e Pereira (2006) estão ordenadas de acordo com o tipo e a função que desempenham na escola. Segundo eles, os tipos de avaliação podem ser:

- **Avaliação Formativa** – ocorre durante o processo de ensino e de aprendizagem do aluno com o objetivo de fornecer informações do desenvolvimento dos alunos, a fim de identificarem falhas no processo para então sugerir o melhor procedimento, o que ajudará na superação das dificuldades. De acordo com esse tipo de avaliação, a qual deveria ocorrer ao longo do processo de ensino e de aprendizagem do aluno, de maneira continuada, com o intuito de verificar se os alunos estão atingindo os objetivos propostos e quais os resultados alcançados durante o desenvolvimento das atividades de ensino.
- **Avaliação Diagnóstica** – permite ao professor identificar em que momento do processo de construção do conhecimento o aluno se encontra, para identificar as atividades pedagógicas que irão favorecer a aprendizagem, contrariando a avaliação que tem por finalidade classificar e punir o aluno, pois a avaliação diagnóstica tem por finalidade abolir a repetência. Entendemos que a avaliação não deve se constituir apenas em um julgamento, mas sim num diagnóstico onde o professor possa verificar pontos positivos e falhos desse processo, e que com isso possa refletir em melhorias na vida das pessoas.
- **Avaliação Mediadora** – é caracterizada pelo acompanhamento do processo de aprendizagem do aluno, no sentido de ajudar a melhorá-la, através da discussão das razões de sua efetivação ou não, entre aluno e professor, na busca de soluções.
- **Avaliação Emancipatória** – está relacionada aos programas educacionais e sociais, sendo voltada para avaliar e transformar, para que se possam efetivar ações de transformação e emancipação de uma dada realidade escolar.
- **Avaliação Dialógica** – contrapõe-se à avaliação com a finalidade de classificar e punir, sendo identificada com uma escola democrática, transdisciplinar e plural, difundida e defendida com base nos ideais de Paulo Freire.
- **Avaliação Somativa ou Tradicional** – ocorre ao final de cada etapa com a finalidade de verificar se o aluno aprendeu; está relacionada com a nota, podendo ser sinônimo de seleção e classificação (como os concursos de vestibulares, o Peies e os

concursos públicos em geral), está associada aos padrões universais de conhecimento.

Quando se fala em avaliação, logo se lembra de provas, ou seja, o ato de resolver problemas a partir de determinados conteúdos repassados pelo professor ao aluno. Esse é o modelo que existe de avaliação, como um ato de julgamento, em que um aluno “sabe mais” e outro “sabe menos”. Já ação avaliativa, como um processo de mediação, mostra que pode e deve haver confiança entre professor e aluno, em que ambos transformem o ato avaliativo em um momento prazeroso de aprendizagens e descobertas e a possibilidade de trocar ideias e coordenar seus pontos de vista.

Em busca da concreticidade desses princípios, Hoffmann (1995, p.81) aponta algumas linhas norteadoras de avaliação numa perspectiva mediadora:

Conversão dos métodos de correção tradicionais (de verificação de erros e acertos) em métodos investigativos, de interpretação das alternativas de soluções propostas pelos alunos às diferentes situações de aprendizagem. Privilégio a tarefas intermediárias e sucessivas em todos os graus de ensino, descaracterizadas de funções de registro periódico por questões burocráticas. (não advogo, em princípio, a não existência dos registros escolares, mas alerto quando à subordinação do processo avaliativo a tais exigências). Compromisso do educador com o acompanhamento do processo de construção do conhecimento do educando numa postura epistemológica que privilegia o entendimento e não a memorização.

Por meio de algumas categorias, fez-se a análise da relação entre as concepções pedagógicas e os significados de avaliação, desde a perspectiva da pedagogia tradicional que atribui à avaliação, provas e exames, à concepção da avaliação como ferramenta para a classificação do desempenho do aluno e, por fim, a concepção qualitativa e formativa da avaliação.

Examinar e medir para avaliar

Nesta perspectiva da Pedagogia Tradicional em que a avaliação é feita por meio de provas e exames ganhou um grande espaço no processo ensino aprendizagem. Conforme aponta Luckesi (1996, p.17):

A característica que de imediato se evidencia na nossa prática educativa é de que a avaliação da aprendizagem ganhou um espaço tão amplo nos processos de ensino que nossa prática educativa escolar passou a ser direcionada por uma “pedagogia do exame”.

O mais visível desta pedagogia está na prática de ensino em que todas as atividades estão voltadas para a resolução de provas e exames. Esta prática ainda está presente em muitas escolas hoje em dia. Segundo Luckesi (1996, p. 18): “o nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem”.

Avaliar para classificar ou para regular

A avaliação classificatória, herdada da pedagogia tradicional, durante sua vigência nomeou os alunos em bons ou ruins. Nesse contexto Perrenoud (2007, p.11) afirma:

A avaliação é tradicionalmente associada, na escola, à criação de hierarquias de excelência. Os alunos são comparados e depois classificados em virtude de uma norma de excelência, definida em absoluto ou encarnada pelo professor e pelos melhores alunos.

Com isso, o ato de avaliar não serve para pensar os conteúdos ensinados, mas sim para classificar os alunos, conforme seu desempenho, marcando a vida do educando. Luckesi (1996, p.35) aponta que:

O educando como sujeito humano é histórico; contudo, julgado e classificado, ele ficará, para o resto da vida, do ponto de vista do modelo escolar vigente, estigmatizado, pois as anotações e registros permanecerão, em definitivo, nos arquivos e nos históricos escolares, que se transformam em documentos legalmente definidos.

Avaliar para qualificar

Adota-se, neste estudo, que o processo de avaliação deva se dar numa concepção mediadora e formativa. Quando se pensa na avaliação da aprendizagem escolar como momento para qualificar o educando, percebe-se que prevalecem os aspectos qualitativos sobre os aspectos quantitativos. Desta maneira é deixado de lado o instrumento simplesmente de classificação. Para isso precisa-se recuperar a função diagnóstica da avaliação. A orientação dada pela LDB diz que:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (LDB 9394/96 Art. 24, inciso V, 1996).

Concordando com os preceitos normativos da LDB, Luckesi (1996, p.43) comenta que:

Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação terá de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser instrumento dialético do avanço, terá de ser instrumento da identificação de novos rumos. Enfim, terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos.

Uma avaliação feita por diagnóstico e não somente por meio de notas e exames não quer dizer que será menos rigorosa, será apenas menos autoritária e mais em busca de transformação. Luckesi (1996, p.44) afirma:

Ao contrário, para ser diagnóstica, a avaliação deverá ter o máximo possível de rigor no seu encaminhamento. Pois que o rigor técnico e científico no exercício da avaliação garantirão ao professor, no caso, um instrumento mais objetivo de tomada de decisão. Em função disso, sua ação poderá ser mais adequada e mais eficiente na perspectiva da transformação.

A avaliação na docência dos anos iniciais e finais

Nos anos iniciais do ensino fundamental, o processo ensino e aprendizagem visa atender às necessidades escolares de cada aluno, inserindo-o no processo de alfabetização e letramento. Por se tratar de um processo individual, a prática docente é imprescindível para que as potencialidades possam ser desenvolvidas de forma gradativa e plena. Assim, a avaliação precisa atender a estas características, primando pelo aspecto emancipatório, conforme diz Saul (1995, p.61):

A avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. [...] Está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso primordial desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação

educacional escrevam a sua “própria história” e gerem suas próprias alternativas de ação.

A perspectiva emancipatória objetiva formar um sujeito, ator de seu próprio aprendizado, libertando-o dos modelos classificatórios, para que se apropriem dos saberes de melhor forma.

Além da avaliação na perspectiva emancipatória, há, também, a avaliação de caráter formativo, que de acordo com Macedo (2007, p. 118) é:

Uma avaliação formativa ajuda o aluno a compreender e a se desenvolver. Colabora para a regulação de suas aprendizagens, para o desenvolvimento de suas competências e o aprimoramento de suas habilidades em favor de um projeto. Um professor comprometido com a aprendizagem de seus alunos utiliza os erros, inevitáveis sobretudo no começo, como uma oportunidade de observação e intervenção. Com base neles, propõe situações-problema cujo enfrentamento requer uma nova e melhor aprendizagem, possível e querida para quem a realiza.

Para obter essa prática docente crítica, construtiva e formativa, é fundamental que haja uma avaliação feita com qualidade e com o objetivo de formar os educandos para que eles aprendam e se desenvolvam individual e coletivamente.

O acesso universal ao ensino, a permanência na escola e a qualidade satisfatória da educação são elementos básicos para garantir uma educação que visa o desenvolvimento do aluno. Todavia, Luckesi (1996) afirma que nem todas as crianças têm acesso ao ensino, as que têm não permanecem e as que permanecem nem sempre obtêm um ensino de qualidade.

Para obtenção da prática docente crítica, construtiva e formativa além de um bom planejamento é necessária uma avaliação fundamentada nos estudos da mesma e que preencha os requisitos previstos na legislação de ensino, pois além de ajudar os alunos no processo ensino e aprendizagem, ela serve também como um sistema de crítica do próprio projeto elaborado pelo professor. A avaliação tem um olhar crítico, capaz de analisar e verificar em que se deve melhorar nos planos de ação, ou seja, no processo ensino aprendizagem. Para confirmar isso, Luckesi (1996, p. 117) diz que:

Neste nível, a avaliação é um constante olhar crítico sobre o que se está fazendo. Esse olhar possibilita que se decida sobre os modos de como melhorar a construção do projeto no qual estamos trabalhando.

Aqui a avaliação contribui para identificar impasses e encontrar caminhos para superá-los; ela subsidia o acréscimo de soluções alternativas, se necessárias, para um determinado percurso de ação, etc.

A avaliação é um instrumento da prática educativa que permite constatar se os métodos que vêm sendo praticados estão tendo eficácia na consecução dos objetivos propostos. É de grande relevância que o professor discuta com os alunos sobre as atividades propostas para a concretização dos objetivos que se pretende alcançar, pois o processo avaliativo é parte fundamental do fazer pedagógico.

Dessa forma, podem-se perceber duas lógicas do sistema: a avaliação formativa, e a classificatória. A mais tradicional e conhecida, voltada às exigências burocráticas é a classificatória, que privilegia as notas dos alunos, valor mínimo exigido para o sucesso ou exclusão do processo. Já a necessária para realmente formar o aluno é avaliação formativa que se volta especificamente à aprendizagem do aluno e continuamente quando o professor lhe confere valores para alcance do mínimo exigido legalmente para sua promoção.

Sobre essas duas lógicas do sistema, Perrenoud (1999, p. 18) afirma que:

A avaliação tradicional, não satisfeita em criar fracasso, empobrece as aprendizagens e induz, nos professores, didáticas conservadoras e, nos alunos, estratégias utilitaristas. A avaliação formativa participa da renovação global da pedagogia, da centralização sobre o aprendiz, da mutação da profissão do professor: outrora dispensador de aulas e lições, o professor se torna o criador de situações de aprendizagem “portadoras de sentido e regulação”.

Procedimentos Metodológicos

Para a realização desta pesquisa utilizou-se de metodologias, método, conjunto de abordagens, processos e técnicas para obtenção dos resultados de uma forma sistemática. Quanto à abordagem da natureza a pesquisa é aplicada, pois além da revisão da literatura, a pesquisa teve sua aplicação prática. Sob o ponto de vista da abordagem do problema a referente pesquisa é quantitativa, pois desta forma foi possível expressar em números as opiniões obtidas, com o objetivo de classificá-las e analisá-las por meio de gráficos e tabelas.

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede pública estadual, situada num dos distritos do município de Orleans, sul de Santa Catarina. Esta escola tem por objetivo proporcionar ao educando uma ação educativa fundamentada nos princípios

da universalização de igualdade, de acesso e permanência, da obrigatoriedade do ensino fundamental e gratuidade escolar.

Para a realização desta pesquisa, numa primeira etapa, foi realizado um estudo para a elaboração do referencial teórico. A segunda etapa foi a elaboração do instrumento de pesquisa e a aplicação deste junto à população que serve como amostra para este estudo. Numa terceira etapa, os dados coletados foram apresentados em gráficos e tabelas com a transcrição das respostas dadas às questões.

A escolha do tipo de amostra a ser utilizado inicia com a identificação da população a ser pesquisada. Em seguida foi escolhida a amostra que ficou assim selecionada: (13) profissionais que se dedicam à educação na escola em que a pesquisa foi aplicada. Desta amostra, 03 são professores que atuam nos anos iniciais e 10 trabalham nas disciplinas específicas dos anos finais do ensino fundamental. Após a coleta, os dados foram submetidos à codificação, posteriormente, à tabulação e em seguida analisados descritivamente.

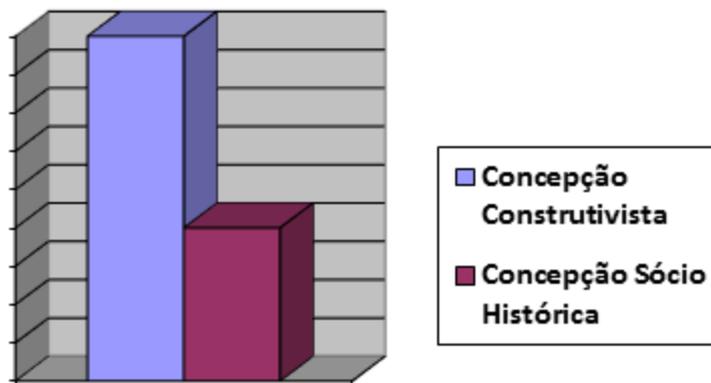
Resultados e discussão

A pesquisa iniciou com a aplicação de um instrumento de pesquisa cujas perguntas iniciais objetivaram conhecer em que escola o docente atua, sendo que dentre os 13 (treze) entrevistados, todos trabalham em escola pública estadual e, somente, 01(um) deles também atua em Escola pública municipal. Quanto ao tempo de serviço, 05 (cinco) pesquisados têm mais de 20 (vinte) anos de serviço e os outros 07 (sete) docentes variam os tempos de serviço entre: 0 a 2 anos; 2 a 4 anos; 4 a 6 anos; 6 a 8 anos; 8 a 10 anos; 10 a 12 anos e 16 a 18 anos. Em relação à formação dos pesquisados, 5 (cinco) possuem ensino superior e 8 (oito) possuem curso superior com especialização. Somente um deles fez o Magistério.

Em relação ao tempo de serviço, a maioria está no início de carreira, ou seja, basicamente com a formação inicial. Desta forma, entende-se que estão iniciando as práticas docentes e isto aponta para o aprendizado na aplicação de avaliação. Geralmente, reproduzem as práticas avaliativas aprendidas em sua formação. Quanto à formação, todos os pesquisados já possuem graduação e um bom número deles também Especialização.

Buscou-se conhecer a concepção de ensino que permeia a prática pedagógica dos docentes pesquisados. Desta amostra, 09 (nove) profissionais responderam que sua prática se baseia na concepção sócio-histórica e 04 (quatro) apontaram que sua prática pedagógica é baseada na concepção construtivista, conforme gráfico 01.

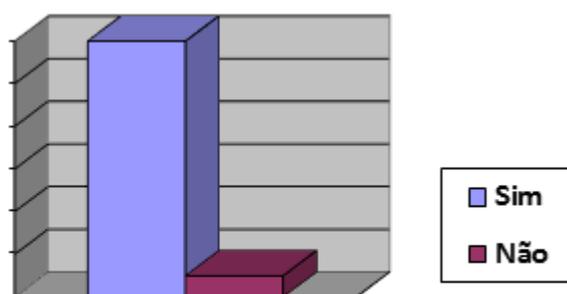
Gráfico 01 – Concepção de ensino



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Outra questão objetivou saber se o professor frequenta cursos de capacitação em que são discutidas as práticas de avaliação do processo de ensino aprendizagem. Dentre os pesquisados, 12 (doze) responderam que sim e, apenas 01(um) disse que não, justificando que não lhe é oportunizado, conforme gráfico 02.

Gráfico 02 – Curso de Capacitação



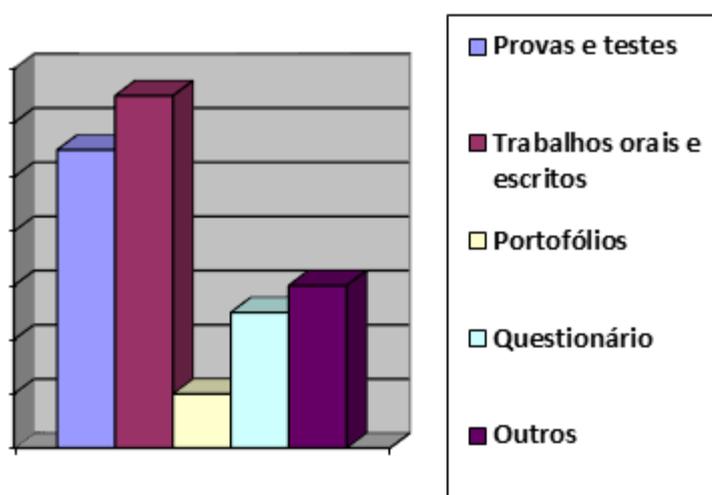
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A questão também trouxe a informação do porquê os professores participam da capacitação. A maioria respondeu que é para se aperfeiçoar e buscar novas formas de repensar sua prática. Um dos profissionais afirmou não frequentar cursos de capacitação cuja temática seja a avaliação. Neste sentido:

É preciso colocar a avaliação em discussão, sem censuras e temores de desvelar sentimentos e concepções individuais, porque não há culpados no processo avaliativo, mas posturas diferenciadas que se constituíram no último século em decorrência de inúmeros fatores, desde as influências teóricas aos pressupostos políticos. O caminho para compreender as resistências é a discussão ampla e coletiva dos significados dessa prática (HOFFMANN, 2003, p.73).

Outro questionamento feito foi de que forma estes docentes costumam elaborar suas avaliações. Nesta questão foram citados alguns instrumentos para que o professor selecionasse aquele ou aqueles que costuma utilizar em seu cotidiano. Dentre os pesquisados, 11(onze) assinalaram a opção: por meio de provas ou testes; 13 (treze) assinalaram: Trabalhos orais e escritos; 02 (dois) assinalaram: Portfólios; 05 (cinco) também usam questionário e 06 (seis) assinalaram a opção: Outros. Vale lembrar que os pesquisados podiam escolher mais de uma alternativa, conforme gráfico 03.

Gráfico 03 – Forma de elaborar avaliações



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Pode-se constatar, pelas respostas, que os docentes procuram desenvolver avaliações que se norteiam pelo viés da avaliação formativa, uma vez que diversificam os instrumentos e as formas de avaliação, pois, conforme Hoffmann (2006, p.13):

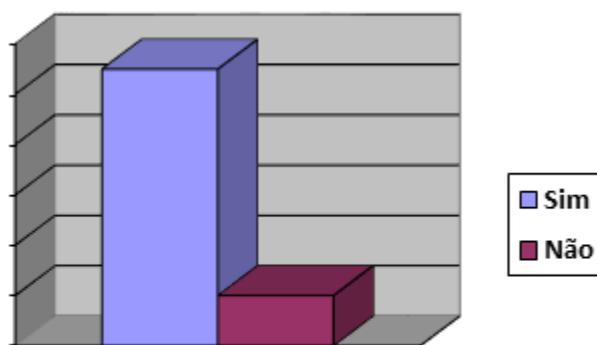
Para se entender de avaliação, o primeiro passo é conceber o termo na atitude que lhe é de direito. Ao avaliar efetiva-se um conjunto de procedimento didáticos que se estendem sempre por um longo tempo

e se dão em vários espaços escolares, procedimentos de caráter múltiplo e complexo tal como se delineia um processo.

Também se questionou se os professores costumam fazer a recuperação de seus alunos e também foi solicitado para justificar esta prática. Dentre os pesquisados, 11 (onze) responderam que “Sim”, costumam fazer a recuperação de seus alunos e somente 02 (dois) disseram “Não”, justificando que não faziam recuperação paralela por não considerar necessário (Gráfico 04).

Já outros professores explicaram que fazem a recuperação paralela, usando como estratégias a explicação de conteúdos e a realização de nova avaliação. Outros afirmaram que o fazem apenas para cumprimento da legislação.

Gráfico 04 - Recuperação



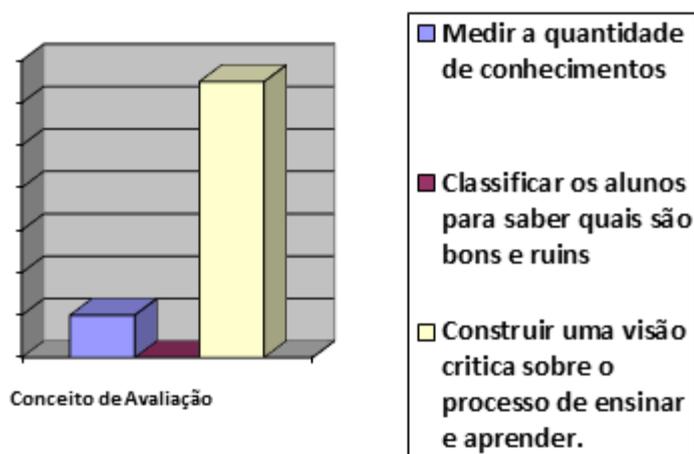
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Além da LDBEN 9394/1996, em Santa Catarina tem-se a resolução do Conselho Estadual de Educação (Res. Nº 158/2013) que determina a prática da recuperação de conteúdos e, conseqüentemente, rever a avaliação do aluno. A recuperação constitui-se de um direito legal e precisa ser entendido como um dos processos do aprender/ensinar.

Grande parte dos pesquisados têm um entendimento de que quando se recupera conteúdos e se pratica a avaliação do mesmo, a consequência é melhorar a avaliação (aumentando a nota expressa em números). A recuperação, considerada como outra forma de organizar o tempo para aprender, já havia surgido nos anos de 1970 e permanece na Lei Nº 9394/1996, o que implica numa organização da escola para a ordenação do tempo e do espaço para aprender.

Também se procurou conhecer que conceitos os professores têm sobre o ato de avaliar. Dispomos três opções para que assinalassem. Obtivemos os seguintes resultados: (2) Medir a quantidade de conhecimentos; (0) Classificar os alunos para saber quais são bons e ruins; (13) Construir uma visão crítica sobre o processo de ensinar e aprender. Vale lembrar que 02 (dois) dos pesquisados assinalaram duas alternativas (Gráfico 05).

Gráfico 05 – Conceitos de Avaliação



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A visão de grande parte dos professores aponta para uma visão crítica sobre o processo. Hoffmann assim nos ensina (2006, p.14):

Essa é a intenção do avaliador: conhecer, compreender, acolher os alunos em suas diferenças e estratégias próprias de aprendizagem para planejar e ajustar ações pedagógicas favorecedoras a cada um e ao grupo como um todo.

Por fim, foi solicitado aos docentes desta unidade escolar que diferenciassem avaliação classificatória e avaliação formativa. Seguem algumas respostas obtidas.

“A classificatória somente mostra sucessos e fracassos. Já a formativa preocupa-se em fazer do aluno, um aluno cidadão”.

“A avaliação classificatória só almeja pela nota avaliar o “quanto” o aluno “aprendeu”. Avaliação formativa é o todo do aluno – o seu crescimento com aquele conteúdo – houve melhora no aprendizado? Sua vida socioeducativa melhorou?”

“Classificatória: o professor avalia os alunos através de trabalhos com o objetivo de observar se os alunos aprenderam ou não”. Formativa: preocupa-se com o ensino aprendizagem ao longo do desenvolvimento curricular.

“Classificatória é classificar somente por meio de notas; alunos que sabem ou não. Formativa: constrói junto ao aluno o conhecimento, por meio de várias estratégias, que não sejam apenas notas”.

“Avaliação Classificatória – o aluno é classificado pelos que são “bons” e pelo que são “ruins”. Avaliação Formativa – avalia o aluno de forma integral, procurando formar um cidadão com uma visão crítica para toda a vida”.

Nesta questão, apenas um docente não manifestou sua opinião, alegando que a formulação da pergunta estava incompreensível. A pergunta foi formulada da seguinte forma: “diferencie avaliação classificatória de avaliação formativa”. Acredita-se que esta foi a forma de não admitir que desconhecesse a resposta.

Percebem-se também contradições que podem advir da pouca experiência na docência já constatada na primeira questão.

Cumpre-nos dizer, conforme Hoffmann (2006, p. 20), que a avaliação formativa, objeto de nossa pesquisa, assim se define:

A essência da concepção formativa está no envolvimento do professor com o aluno e na tomada de consciência acerca do seu comprometimento com o progresso deles em termos de aprendizagens- na importância e natureza da intervenção pedagógica.

Resta, ainda, dizer que o processo de avaliação é bastante complexo e demanda estudos frequentes e contínuos, pois entre a teoria e a prática ainda há distâncias longas para que se possa romper com o paradigma da aprovação e reprovação, característica maior dos processos avaliativos classificatórios.

Considerações Finais

Esta pesquisa buscou apresentar uma reflexão sobre as práticas avaliativas. Dentre elas, focou-se na avaliação classificatória e a avaliação formativa. Percebe-se que mesmo os entrevistados destacarem a avaliação formativa como a melhor opção para avaliar o ensino aprendizagem, ainda assim, é preciso rever as concepções avaliativas, pois muitos ainda tendem a confundir o processo de avaliação com a prova/exame em si.

Urge substituir a tradicional avaliação classificatória por uma pedagogia de permanência na escola, de sucesso e oportunidades para todos na busca de aperfeiçoar o processo de ensino/aprendizagem, utilizando-se da avaliação formativa como um recurso relevante nesta busca de aprender. No decorrer do trabalho

percebe-se que provas e exames não devem ser considerados avaliação, e sim instrumentos da mesma.

Estas são algumas considerações de caráter provisoriamente conclusivo, uma vez que a avaliação do processo ensino e aprendizagem ainda se constitui em um campo de forças contraditórias, mas que contribuíram para que se conhecessem, a partir da amostra pesquisada, como os docentes concebem a avaliação escolar, se de forma classificatória ou formativa.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96** - as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF/BRA: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso: 06 mar. 2016.

GONZÁLEZ REY, F. O sujeito que aprende: desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica. In: TACCA, M. C. V. R. **Aprendizagem e trabalho pedagógico**. 2 ed., Campinas: Alínea, 2008.

HOFFMANN, J. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

_____. **Avaliação mediadora, uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 8 ed. Porto Alegre: Mediação, 1996.

_____. **Avaliação mito & desafio, uma perspectiva construtivista**. 16 ed. Porto Alegre: Educação e realidade, 1995.

_____. **Pontos & Contrapontos do pensar ao agir em avaliação**. 7 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

HOFFMANN, Dianete Maria Raganzzan; SZYMANSKI, Maria Lídia. **A existência de duas lógicas da avaliação**: classificatória e formativa, no discurso do docente de ensino médio. Educere, 2007. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-389-05.pdf>.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário da língua portuguesa contemporânea**, da Academia das Ciências de Lisboa. J.M., 2003.

MACEDO, Lino de. **Avaliação na educação**. Marcos Muniz Melo (Organizador). 2007.

MERCHÁM, Paloma Arroyo. **Teorías del aprendizaje**. Madrid: Taymar, 2000.

OTANI, Nilo; FIALHO, Francisco Antonio Pereira. **TCC métodos e técnicas**. 2 ed. Florianópolis: Visual Books, 2011.

PEREIRA, Daiana Braga. **O regime de progressão continuada e as implicações na organização escolar em escolas da rede estadual de ensino do município de Santa Maria/RS**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria – RS. 2006.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas**. 6 ed. São Paulo/BRA: Cortez. 2005.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafio a teoria e a prática da avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, S. M. Z. L. A Avaliação na organização do ensino em ciclos. In: Myriam (Org). **USP fala sobre educação**. São Paulo: USP 2000.

TORRE, S. de La e BARRIOS, Oscar. **Curso de formação para educadores**. São Paulo: Madras, 2002.

Dados para contato:

Autor: Luiza Liene Bressan

E-mail: luizalbc@yahoo.com.br

O PESO CORPORAL RELACIONADO ÀS CARACTERÍSTICAS MOTIVACIONAIS DE ESTUDANTES E A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ESTUDANTES COM SOBREPESO, PESO NORMAL E BAIXO PESO

Ciências Humanas

Artigo Original

Caroline Maria Alves¹Ana Isabel Pereira Cardoso¹

¹Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE

Resumo: A Teoria da Autodeterminação (TAD) é a abordagem psicológica sobre a motivação, para o estudo dos aspectos motivacionais que envolvem a prática de exercícios físicos, as causas e as consequências da forma como o ser humano regula o próprio comportamento. Baseado nisso, o principal objetivo do presente estudo foi comparar os níveis de motivação à prática da Educação Física de três diferentes grupos de estudantes das escolas pesquisadas: baixo peso, peso normal e sobrepeso, com as características sócio afetivas dos adolescentes. Participaram do estudo 146 estudantes do Ensino Médio, com idades entre 15 e 18 anos. Utilizou-se como instrumento o “Questionário de avaliação das necessidades psicológicas básicas em Educação Física” e a avaliação antropométrica para determinar o índice de massa corporal (IMC). Após aplicar o inventário de motivação à prática regular de atividades físicas e esportivas, foi determinado que: a prática ativa nas aulas de Educação Física está relacionada negativamente para os estudantes com baixo peso, e positivamente, àqueles considerados com sobrepeso. Conclui-se que adolescentes com maior peso corporal possuem maior competência no relacionamento afetivo social para prática de exercícios físicos, mais do que os considerados com peso normal, que apenas apresentaram considerável nível de autonomia.

Palavras-chave: Teoria da autodeterminação. Motivação. Comportamento. Obesidade.

THE BODY WEIGHT RELATED TO THE MOTIVATIONAL CHARACTERISTICS OF STUDENTS AND PHYSICAL EDUCATION: COMPARATIVE STUDY OF OVERWEIGHT'S STUDENTS, NORMAL, WEIGHT AND UNDERWEIGHT.

Abstract: The Theory of Self-Determination (TAD) is the psychological approach to motivation, for motivational study of aspects involving physical exercise, the causes and consequences of how humans regulate their own behavior. Based on this, the main objective of this study was to compare the levels of motivation to the practice of physical education in three different groups of students: underweight, normal weight and overweight, with the affective partner's characteristics of adolescents. The study

included 146 high school students, aged 15 to 18 years. It was used as a tool the "Questionnaire for the evaluation of basic psychological needs in Physical Education" and anthropometric measurements to determine body mass index (BMI). After applying the inventory of motivation to regular physical and sports activities, it was determined that: the active practice in physical education classes is negatively related to those students with low weight, and positively to students considered overweight. It is concluded that adolescents with higher body weight have more competence in social affective relationship for physical exercise, more than those considered normal weight, which only showed considerable degree of autonomy.

Keywords: Theory of self-determination. Motivation. Behavior. Obesity.

Introdução

A Teoria da Autodeterminação (TAD) é a abordagem psicológica sobre a motivação, com a possibilidade de uso mais detalhado em estudos dos aspectos motivacionais que envolvem a prática de exercícios físicos, pois se preocupa com as causas e as consequências da forma como o ser humano regula o próprio comportamento. O modelo teórico pode fornecer informações importantes sobre o processo motivacional dos estudantes para a participação nas aulas de Educação Física.

A Teoria da Autodeterminação aponta que as motivações dos indivíduos diferem, sendo distinguida e conduzida por contextos que dão aporte às necessidades psicológicas básicas com diferentes manifestações que motivam os estudantes para a aprendizagem.

A competência, segundo Weiss e Chaumeton (1992 apud SAMULSKI, 2002), explica o processo de interação entre percepção de competência e controle de uma pessoa e estado atual de motivação. Segundo Guimarães e Bzuneck (2008, p.111) é um fenômeno complexo, multideterminado, que pode apenas ser inferido mediante a observação do comportamento, seja em situações reais de desempenho ou de auto relato.

Considerando a questão da obesidade, essa é definida, segundo a Organização Mundial da Saúde, como “doença na qual o excesso de gordura corporal se acumulou a tal ponto que a saúde pode ser afetada” (FORSTER, 1988, p.18). Tal conceito demonstra a preocupação da entidade com as possíveis consequências do acúmulo de tecido adiposo no organismo.

A contribuição da prática de exercícios físicos para a saúde e o bem-estar está bem documentada na atualidade. As pesquisas demonstram que a prática de tais atividades pode estar associada a benefícios físicos, psicológicos e sociais. (BOICHÉ; SARRAZIN, 2007, p. 691).

Ainda que o elevado peso corporal seja resultado do desequilíbrio entre oferta e demanda fisiológica energética, a determinação desse fator tem-se revelada complexa e variável em diversos aspectos, tais como fatores demográficos, socioeconômicos, genéticos, psicológicos, ambientais e individuais. Se a ingestão de energia for superior à utilizada, a obesidade pode se instalar, mesmo quando a ingestão de gordura é pequena.

Por outro lado, a atividade física, diminui o risco de obesidade, atua na regulação do balanço energético e preserva ou mantém a massa magra em detrimento da massa de gordura (MELBY; HILL, 1999).

Ressalta-se que o estilo de vida dos adolescentes envolve “atividades físicas e esportivas na fase de desenvolvimento e contribui para que os mesmos comportamentos perdurem durante a vida adulta” (AZEVEDO JÚNIOR, 2007, p. 73).

Neste contexto, o presente estudo foi baseado no seguinte questionamento: o peso corporal influencia na autodeterminação de estudantes para a prática da Educação Física?

Portanto, o objetivo da pesquisa foi comparar os níveis de motivação à prática da Educação Física em estudantes do ensino médio por meio da ferramenta da Teoria da Autodeterminação (TAD), relacionada ao peso corporal e às características sócio afetivas.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de estudo bibliográfico e de campo, com apresentação dos resultados da análise, de forma quali-quantitativa. Participaram da pesquisa 146 estudantes, regularmente matriculados em uma escola de ensino médio no município de Orleans, extremo sul de Santa Catarina. A idade média entre os estudantes foi de 15,9 anos. O período da pesquisa foi de 22 de agosto de 2013 a 4 de setembro de 2013, com a população dividida em 65 estudantes do sexo feminino e 81 do sexo masculino.

Os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos do estudo, as possíveis contribuições para as pesquisas de qualidade de vida em adolescentes

e de que forma poderiam participar da pesquisa. Previamente à distribuição dos questionários, a pesquisadora informou aos estudantes como deveriam preenchê-los, dando instruções para que as perguntas fossem respondidas em silêncio e com muita atenção, sem interferência de colegas e comunicou também que, em caso de dúvida, poderiam solicitar auxílio.

Todos os participantes estavam cientes de que a participação no estudo era voluntária e deveriam ser os mais autênticos possíveis. Foi colhido o Índice de Massa Corporal (IMC) e as três classificações do peso corporal dos adolescentes, baixo peso (BP), peso normal (PN) e sobrepeso (SP).

A escolha dos participantes da pesquisa ocorreu após o aceite por parte da escola em participar do estudo. Por conseguinte, iniciou-se coleta de dados que procedeu da seguinte maneira, foi entregue a cada participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os pais ou responsáveis lerem, assinarem e estarem cientes do estudo, ao qual seu/a filho/a estava sendo submetido/a.

Um questionário foi utilizado como instrumento de pesquisa, com perguntas sobre as experiências dos participantes nas aulas de Educação Física, experiências relacionadas à autonomia, à competência para a prática da Educação Física e o relacionamento afetivo social durante as aulas. O estudante deveria ler cuidadosamente o questionário com 12 perguntas, considerando os níveis indicados: 1 “Discordo Totalmente”; 2 “Discordo”; 3 “Não Concordo, Nem Discordo”; 4 “Concordo”; 5 “Concordo Totalmente”, responder às seguintes afirmações, colocando um círculo em redor do número que melhor reflete o próprio grau de concordância acerca da mesma.

A pesquisa foi realizada utilizando o questionário de avaliação das necessidades psicológicas básicas em Educação Física (*BPNPES: Basic Psychological Needs in Physical Education Scale*), contendo perguntas sobre a autodeterminação dos estudantes. Trata-se de questionário largamente utilizado na literatura internacional sobre a TAD aplicada às atividades físico-esportivas, inclusive em estudos, envolvendo adolescentes (MARKLAND; INGLEDEW, 2007).

Quanto às necessidades psicológicas propostas pela Teoria da Autodeterminação foram utilizadas três competências: a necessidade de autonomia, a necessidade de competência e a necessidade de pertencer ou de estabelecer

vínculos. A satisfação das três é considerada essencial para o ótimo desenvolvimento e saúde psicológica. Em situações de aprendizagem escolar, as interações em sala de aula e na escola como um todo precisam ser fonte de satisfação das três necessidades psicológicas básicas para que a motivação e as formas autodeterminadas possam ocorrer.

As variáveis centrais da pesquisa estão diretamente relacionadas às competências de autodeterminação e o estado nutricional, o peso corporal (baixo peso, peso normal e sobrepeso) dos participantes, isto é, se todos os participantes se sentem competentes em **realizar** determinada atividade (Educação Física); **relacionar-se** com os colegas (interação) e a **autonomia**, em estudantes que frequentam regularmente as aulas de Educação Física em escola particular de Ensino Médio do município de Orleans, SC.

Resultados e Discussão

A idade média dos participantes da pesquisa foi de 15,9 anos, o peso médio de 62,7 Kg e altura média de 168,13 centímetros. A partir do cálculo de IMC, os 146 estudantes foram classificados em 03 grupos, sendo que 19 adolescentes ficaram na categoria baixo peso, 49 com peso normal e 78 sobrepeso. O quadro 01 apresenta a distribuição dos valores referentes ao estado nutricional entre os sexos.

Quadro 01 – Estado nutricional por sexo

Sexo	Baixo peso	Peso Normal	Sobrepeso	Total
Feminino	11 – 17%	17 – 26%	37 – 57%	65 – 100%
Masculino	08 – 10%	32 – 39,5%	41 – 50,5%	81 – 100%
Total	19 – 13%	49 – 34%	78 – 53%	146 – 100%

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Os estudantes com baixo peso corporal foram: 11 meninas (17%) e 08 meninos (10%), totalizando 19 estudantes (13%) do total pesquisado. Enquadram-se na categoria peso normal 17 meninas (26%) e 32 meninos (39,5%), totalizando 49 estudantes (34%) do total pesquisado.

Os participantes da pesquisa com sobrepeso foram 37(57%) do sexo feminino e 41 (50,5%), do sexo masculino, totalizando 78 estudantes, representando 53% da amostra.

A porcentagem de 53% de estudantes com sobrepeso é preocupante, uma vez que a obesidade representa uma séria ameaça à saúde, já que o sobrepeso pode desencadear doenças metabólicas, tais como a hipertensão arterial sistêmica e o diabetes, as quais não podem ser tratadas apenas com medicamentos, mas com mudanças nos hábitos e estilo de vida da população.

O quadro 02 apresenta as características motivacionais (autonomia; competência para a prática da Educação Física e a interação ou o relacionamento afetivo social durante as aulas) dos 146 participantes, relacionadas aos índices de estado nutricional.

Quadro 02 – Características motivacionais

Características motivacionais	Peso corporal	Número	Frequência
Competência Educação Física	Baixo Peso	4 estudantes	2,74%
	Peso Normal	12 estudantes	8,21%
	Sobrepeso	32 estudantes	21,91%
Relacionamento afetivo social	Baixo Peso	4 estudantes	2,74%
	Peso Normal	8 estudantes	5,47%
	Sobrepeso	30 estudantes	20,54%
Autonomia	Baixo Peso	11 estudantes	7,53%
	Peso Normal	29 estudantes	19,86%
	Sobrepeso	16 estudantes	11%
Total		146 estudantes	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Dentre os participantes com sobrepeso, 30 (20,54%) declararam-se com maior competência nas relações sócio afetivas e 32 (21,91%) competentes nas atividades de Educação Física. Já dentre os pesquisados com peso normal 29 (19,86%) classificaram-se com maior competência em autonomia.

Neste sentido, Guedes (2004) sugere uma proposta aos professores de Educação Física:

A de assumirem um novo papel diante da estrutura educacional, procurando adotar em suas estratégias de ensino não mais uma visão exclusivamente de prática esportiva e de atividades recreativas, mas sim, uma postura pedagógica que possa alcançar metas e objetivos voltados à educação para a saúde (GUEDES, 2004, p. 40).

Dessa forma, a TAD demonstra índices de motivação da população de jovens com sobrepeso para a prática de atividades físicas e dessa forma, a Educação Física

escolar pode proporcionar atividades atrativas com objetivos diferentes do rendimento esportivo, a fim de promover a participação destes jovens com sobrepeso. Pode também, utilizar da competência nas interações interpessoais desses adolescentes para incentivar hábitos saudáveis e reduzir índices de sobrepeso e riscos de doenças metabólicas futuras, na fase adulta.

Os hábitos e estilos de vida que influenciam na demanda energética não são os únicos determinantes do elevado índice de peso corporal presente hoje nas populações urbanas, aponta-se também fatores sócio afetivos, genéticos e da personalidade do sujeito, que também influenciam para diminuir ou aumentar o risco de obesidade e a autodeterminação dos sujeitos.

A análise das características motivacionais relacionadas ao sexo masculino se apresenta no quadro 03. Quando relacionado o peso corporal às competências, destaca-se que os meninos com peso normal apresentam índice significativo no aspecto autonomia se comparados aos estudantes de baixo peso e sobrepeso. Dentre os estudantes de baixo peso, os menores índices motivacionais apresentam-se nas relações afetivo social e na participação das atividades nas aulas de Educação Física.

Quadro 03 – Características motivacionais do sexo masculino

Características motivacionais	Baixo peso		Peso Normal		Sobrepeso	
Educação Física	3M	37,5%	7M	22%	18M	44%
Rel. afetivo social	1M	12,5%	5M	15,5%	14M	34%
Autonomia	4M	50%	20M	62,5%	9M	22%
Totais	8M	100%	32M	100%	41 M	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Dentre os estudantes do sexo masculino com BP, 50% consideram que possuem autonomia suficiente para realizar as aulas de Educação Física, 37,5%, avaliaram-se com competência para as atividades físicas propostas nas aulas e apenas 12,5% auto determinaram-se com bom relacionamento afetivo social. Em síntese, os estudantes do sexo masculino participantes da pesquisa, possuem alto índice de autonomia, e significativa competência nas atividades físicas propostas nas aulas, porém com baixo índice de relacionamento afetivo social.

Dos 146 participantes da pesquisa, 65 adolescentes eram meninas. No quadro 04 está demonstrado o peso corporal com relação às competências entre as meninas. Destacamos que as adolescentes com baixo peso apresentaram um índice

significativo (64%) para autonomia quando comparadas àquelas de peso normal e sobrepeso. Porém, os menores índices das alunas de baixo peso estão nas categorias participação das atividades nas aulas de Educação Física e nas relações afetivo sociais com os colegas, representando 9% e 27%, respectivamente.

Quadro 04 – Características motivacionais do sexo feminino

Características motivacionais	Baixo peso		Peso Normal		Sobrepeso	
Educação Física	09%	1F	29,5%	5F	38%	14F
Rel. sócio afetivo	27%	3F	17,5%	3F	43%	16F
Autonomia	64%	7F	53%	9F	19%	7F
Totais	100%	11	100%	17F	100%	37F

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

As meninas de baixo peso, quando comparadas aos meninos da mesma categoria com relação às características motivacionais, apresentam maior autonomia perante às aulas de Educação Física e maior índice para relacionamento sócio afetivo. No entanto, as adolescentes apresentaram um baixo índice na categoria realização das atividades físicas propostas, enquanto os participantes do sexo masculino obtiveram melhor resultado.

Das estudantes categorizadas como peso normal, 53% consideram-se com autonomia, 9% a menos que os meninos, na característica relação sócio afetiva, 17,5% declararam-se com boas relações afetivas sociais com colegas, 1% a mais que os meninos. No que se refere à competência para Educação Física 29,5% das adolescentes consideram-se com competência para realizar as atividades físicas propostas nas aulas, 6,5% a mais que os meninos. Em síntese, comparando os estudantes de peso normal do sexo feminino com os do sexo masculino, chega-se à conclusão que as meninas possuem melhor interação afetivo social com os colegas e maior desempenho para realizar as atividades propostas. Porém, consideram-se menos autônomas para realizar as mesmas.

Na categoria sobrepeso, observa-se que 44% dos meninos consideram-se competentes nas atividades físicas propostas nas aulas de Educação Física, 34% têm bom relacionamento afetivo social com colegas, e apenas 22% autodenominaram-se autônomos para realizar as aulas, ou seja, sentem-se competentes nas atividades físicas propostas e no relacionamento afetivo social com os colegas, todavia não se consideram autônomos na mesma proporção.

Ainda com relação ao grupo sobrepeso, agora para as meninas, verifica-se que 43% consideram-se melhores na interação com colegas (afetivo social), 38% sentem-se competentes na participação das atividades físicas propostas nas aulas de Educação Física e 19% consideram-se autônomas para realizar as aulas. Quando os dados das categorias motivacionais são comparados entre os sexos, dentro do grupo de sobrepeso, percebe-se que os meninos se consideram com maior autonomia para realização das aulas e interagem mais que as meninas nas atividades físicas, porém as meninas apresentam maior índice no quesito relação sócio afetiva.

Conclui-se, portanto, que os estudantes tanto do sexo masculino como do feminino pertencentes ao grupo baixo peso, destacaram-se na competência autonomia. Com relação ao grupo peso normal, os meninos apresentam maior autonomia comparados às meninas. Na categoria sobrepeso, observa-se que os estudantes do sexo masculino se declaram com maior capacidade de participação nas atividades de Educação Física, enquanto as meninas destacam-se nas relações afetivas sociais.

Considerações finais

A prevalência de sobrepeso nos estudantes da pesquisa pode ser considerada elevada e assemelha-se àquela observada em jovens que pertencem a países desenvolvidos. Conforme a literatura apresentada pôde-se compreender que a obesidade é definida como distúrbio nutricional e metabólico, no qual ocorre o aumento de tecido adiposo acarretando o aumento de peso com riscos à saúde. Dependendo do contexto, as motivações diferem de um indivíduo a outro e dão aporte às necessidades psicológicas com diferentes manifestações que motivam ou não a aprendizagem.

Dos aspectos motivacionais que envolvem a prática de exercícios físicos, a pesquisa pôde comparar os níveis de motivação à prática da Educação Física, sendo a *autonomia*, a capacidade de autodeterminação nas próprias ações; a *competência para a prática da Educação Física*, como capacidade do indivíduo de participar das atividades físicas com habilidades e capacidades motoras e o *relacionamento afetivo social*, na capacidade de interação do sujeito com os outros.

As características motivacionais relacionadas ao peso corporal dos adolescentes pesquisados revelam maior capacidade de interação e participação nas atividades

das aulas de Educação Física e considerável relacionamento afetivo social no grupo de estudantes com sobrepeso

Verificou-se que os participantes da pesquisa avaliados com sobrepeso, sentem-se mais competentes em realizar as aulas de Educação Física e têm melhor relacionamento afetivo social, porém demonstram-se menos autônomos. Nesse ponto, se destacam os avaliados com peso normal e baixo peso, tanto os meninos quanto as meninas. Sendo assim, a Educação Física escolar pode oferecer atividades lúdicas, prazerosas, dando ênfase à característica de autonomia e à capacidade de escolha e de autodeterminação dos estudantes com baixo peso e peso normal.

A práxis da Educação Física pode também, planejar atividades que integrem as competências dos estudantes com sobrepeso que possuem maior interação social com a autonomia declarada pelos estudantes de baixo peso e peso normal, a fim de promover maior participação de todos nas aulas e conseqüentemente, cultivar hábitos saudáveis de atividade física, reduzindo os índices de sobrepeso nas futuras populações adultas.

Ainda como competências, espera-se desenvolver nas práticas educativas noções conceituais de esforço, intensidade e frequência, utilizando-as como auxiliares nas práticas corporais, além de aprenderem a refletir sobre as informações da cultura corporal, sabendo criticá-las e reinterpretá-las.

Referências

AZEVEDO JÚNIOR, M. R. et al. Continuidade na prática de atividade física da adolescência para a idade adulta: estudo de base populacional. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 6975, 2007.

BOICHÉ, J. C. S.; SARRAZIN, P. G. Self-determination of contextual motivation, inter context dynamics and adolescents' patterns of sport participation over time. **Psychology of Sport and Exercise**, Amsterdam, v. 8, n. 5, p. 685-703, 2007.

FORSTER J.L et al. Preventing weight gain in adults: a pound of prevention. **Health Psychology**, v.7, p.515-525, 1988.

GUEDES, D. P. Fundamentos e princípios pedagógicos da educação física: uma perspectiva no campo da educação para a saúde. In: DARIDO, S. C.; MAITINO, E. M. (orgs). **Pedagogia cidadã: cadernos de formação: educação física**. São Paulo: UNESP, 2004. p.33-42.

GUIMARÃES, S. E. R.; BZUNECK, J. A. Propriedades psicométricas de um instrumento para avaliação da motivação de universitários. **Ciências & Cognição**, Ilha do Fundão – RJ, v.13, n.1, p. 101-113, mar. 2008.

MARKLAND, D.; INGLEDEW, D. K. The relationships between body mass and body image and relative autonomy for exercise among adolescent males and females. **Psychology of Sport and Exercise**, Amsterdam, v. 8, n. 5, p. 836-853, 2007

MELBY, C. L.; HILL, J. O. Exercício, balanço dos macronutrientes e regulação do peso corporal. **Sports Science Exchange**, v. 23, jul/ago/set. 1999.

SAMULSKI, D. M. **Psicologia do esporte**. Barueri – SP: Manole, 2002.

Dados para contato:

Autor: Caroline Maria Alves

E-mail: carolinemariaalves@hotmail.com